

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGGEO

**MARIA VITÓRIA XAVIER DIAS ROCHA**

**USOS E SIGNIFICADOS DOS ESPAÇOS PÚBLICOS CONTEMPORÂNEOS:  
UMA ANÁLISE DOS PARQUES URBANOS EM MONTES CLAROS/MG**

Montes Claros - MG  
Março/2020

**MARIA VITÓRIA XAVIER DIAS ROCHA**

**USOS E SIGNIFICADOS DOS ESPAÇOS PÚBLICOS CONTEMPORÂNEOS:  
UMA ANÁLISE DOS PARQUES URBANOS EM MONTES CLAROS/MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGEIO da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes como requisito para obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de concentração: Dinâmica e Análise Espacial

Linha de Pesquisa: Produção dos Espaços Urbanos e Rurais

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alexandre de Bortolo

Coorientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Anete Marília Pereira

Montes Claros - MG  
Março/2020

**MARIA VITÓRIA XAVIER DIAS ROCHA**

**USOS E SIGNIFICADOS DOS ESPAÇOS PÚBLICOS CONTEMPORÂNEOS:  
UMA ANÁLISE DOS PARQUES URBANOS EM MONTES CLAROS/MG**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Carlos Alexandre de Bortolo (Orientador)  
Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Anete Marília Pereira (Coorientadora)  
Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES

---

Prof. Dr. Giancarlo Marques Carraro Machado  
Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES

---

Prof. Dr. Wagner Barbosa Batella  
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Montes Claros - MG  
Março/2020

Dedico ao meu amor, Matheus de Quadros,  
Que viveu esse projeto junto comigo,  
quem me transmite tranquilidade e felicidades na vida.

## AGRADECIMENTOS

Ao orientador prof. Dr. Carlos Alexandre de Bortolo, quem sempre confiou em mim e no meu potencial, obrigada pelas contribuições e orientações. À querida prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Anete Marília Pereira que aceitou seguir conosco nesses últimos meses de orientação, paciente e dedicada, muito obrigada por dividir os ensinamentos e pelas contribuições fundamentais para elaboração deste trabalho.

À estimada prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Iara Soares de França, quem muito contribuiu para o meu entendimento sobre a geografia urbana e o planejamento urbano regional, muito obrigada pelos relevantes ensinamentos.

Ao prof. Dr. Giancarlo Marques Carraro Machado pela participação nas bancas de qualificação e defesa, com significativas contribuições para o desenrolar e conclusão da pesquisa.

Ao prof. Dr. Wagner Barbosa Batella pela participação na banca de defesa, com valiosas sugestões e contribuições dedicadas ao estudo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unimontes (PPGEO), pela oportunidade e conhecimento adquirido através das disciplinas, palestras, colóquios e viagens.

Ao prezado professor Dr. Douglas Sathler e à Iandria Souza Oliveira que me receberam cordialmente no Laboratório de Estudos Urbanos LAUR-UFVJM-Diamantina, aonde pude aprofundar meus conhecimentos na geografia urbana.

Aos queridos amigos, companheiros dessa jornada, os quais dividi risadas e choros, Valéria, Guilherme e Lucas, obrigada pelo apoio, com vocês a caminhada ficou mais leve. Ao colega Raul Magalhães quem muito me ajudou no entendimento do SIG, com os mapas e dados.

À Isabela Versiani, pelas contribuições, leituras do meu trabalho, idas ao campo, ideias, trocas de mensagens, indicações de leituras.

À minha mãe Andyara e irmãos Pamela e Matheus, por estarem sempre comigo, pelo amor e carinho. Aos irmãozinhos Pv, Bárbara e Hugo que estão sempre juntos, em tudo que eu faça.

À minha segunda família, Matheus de Quadros pelo seu apoio incondicional, força, sorrisos, amor, leituras... à Cristina e Gilson pelo apoio e carinho.

Aos demais familiares e amigos, pelo carinho e compreensão, por entenderem as minhas ausências nesse período.

Aos usuários e funcionários dos parques urbanos, que disponibilizaram alguns minutos do seu tempo para participarem da entrevista, tornando possível a realização desse estudo.

Muito obrigada, Vitória.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Vista aérea do Victoria Park e seu entorno imediato.....	45
Figura 2: Vista aérea do Birkenhead Park e seu entorno imediato.....	46
Figura 3: Interior do Birkenhead Park.....	46
Figura 4: Vista aérea do Central Park na cidade de Nova York.....	47
Figura 5: Central Park .....	49
Figura 6: Planta do passeio público (anterior a 1862), desenhada por J. A. Andrade.....	50
Figura 7: Passeio Público do Rio de Janeiro após remodelação de Glaziou (1860-62).....	51
Figura 8: Campo de Santana, Parque Urbano do Rio de Janeiro, em 1999.....	52
Figura 9: Em meados dos anos 60 o público se divertia dirigindo carrinhos no Campo de Santana .....	53
Figura 10: A rainha Elizabeth acompanhada do Comandante Nobrega Moreira no Jardim Botânico-RJ, no ano de 1920.....	54
Figura 11: Jardim Botânico de São Paulo, no ano 1902.....	54
Figura 12: Parque Lage-RJ, estilo eclético.....	59
Figura 13: Parque metropolitano de Pituvaçu-BA, estilo contemporâneo .....	62
Figura 14: Parque Linear do Sapé-SP, estilo contemporâneo .....	62
Figura 15: Esquema teórico do processo perceptivo .....	65
Figura 16: Conceitos relacionados à ocorrência de apego ao lugar. ....	67
Figura 17: Expansão urbana de Montes Claros nos anos de 1970 aos anos 2000.....	75
Figura 18: Propaganda publicitária do loteamento lançado “Residencial dos Parques”.....	89
Figura 19: Situação do terreno doado para a construção do Parque Municipal Milton Prates.....	92
Figura 20: Placa indicando os antigos horários de funcionamento do parque .....	93
Figura 21: Comemoração do dia do trabalhador no ano de 2012: (1) Cidadãos sentados/deitados nos gramados; (2) Famílias divertindo nos pedalinhos. ....	94
Figura 22: Comemoração do dia do trabalhador em 2019: (1) Multidão usufruindo das atrações culturais e artísticas oferecidas no parque. (2) Cidadãos contemplando/descansando nas áreas verdes.....	94
Figura 23: (1) Parque Municipal anterior à Ecopista; (2) Ecopista com placa que proíbe o uso de bicicletas na via.....	95
Figura 24: Ponto de apoio da Guarda Municipal fechado, dentro do Parque Milton Prates ....	96
Figura 25: (1) Acesso principal do Zoológico Municipal da cidade de Montes Claros; (2) Visitaçao no zoológico. ....	96

Figura 26: (1) Situação do terreno antes da construção do parque urbano; (2) Fachada do ferro velho em área invadida .....	98
Figura 27: Ferro velho em área invadida foi cercado pela prefeitura.....	99
Figura 28: (1) Vegetação nativa anterior ao parque. (2) Vegetação nativa mantida no parque urbano .....	100
Figura 29: Comunidade usufruindo do Parque (1) Idoso fazendo exercício na academia ao ar livre; (2) Passeio em família.....	101
Figura 30: Atividade realizada pelos moradores locais em um domingo de manhã. ....	102
Figura 31: Parque Guimarães Rosa antes da abertura do Parque Sagarana em 2018; (1) Vegetação nativa que foi preservada após sua abertura; (2) calçada lateral ao parque utilizada pela população para prática de caminhada. ....	103
Figura 32: (1) Placa com normas e horário de funcionamento nas entradas do parque urbano municipal Sagarana; (2) obra de arte fabricadas com cipós dispostas pelo parque.....	104
Figura 33: Parque Sagarana com seus usos típicos: (1) Passeio em família; (2) Prática de exercício físico (caminhada).....	105
Figura 34: Nuvem de Palavras A.L.P. Parque Municipal Milton Prates.....	108
Figura 35: Nuvem de Palavras A.L.P. Parque das Mangueiras.....	108
Figura 36: Nuvem de Palavras A.L.P. Parque Municipal Sagarana.....	109
Figura 37: Mobiliário do Parque Sagarana; (1) Usuária descansando após realizar atividade física; (2) Uso contemplativo do parque (3) mobiliários com design diferenciado .....	111
Figura 38: Degradações no Parque Municipal Milton Prates.....	113
Figura 39: Lagoa com parte totalmente seca no Parque Milton Prates .....	114
Figura 40: Cidadãos fazendo uso dos pedalinhos como forma de lazer.....	115
Figura 41: Lagoa e pedalinhos do Parque Milton Prates.....	116
Figura 42: Degradações na infraestrutura do Parque das Mangueiras: (1) Pergolado sem assento (banco); (2) Estrutura improvisada fazendo escoro para segurar corrimão; (3) Aparelho da academia ao ar livre quebrado. ....	117
Figura 43: (1) Vendedores ambulantes na entrada principal do Parque Milton Prates; (2) movimento na entrada do parque “setor 1”. ....	123
Figura 44: Vista lateral do restaurante e academia ao ar livre. (2) Criança brincando na academia ao ar livre .....	123
Figura 45: Skatistas próximos aos banheiros e bebedor de água .....	124
Figura 46: Usos do setor 1: (1) casal indo tirar fotografias em dia da semana; (2) usuários deitados na grama e ao fundo crianças brincando com bolas, usos no final de semana.....	125

Figura 47: (1) Equipamento de <i>slackline</i> instalado no setor 1; (2) Usuário praticando <i>slackline</i> no setor 2. ....	125
Figura 48: (1) Usuário praticando corrida na pista; (2) circuito da pista caminhada/corrida ao redor da lagoa. ....	126
Figura 49: (1) Usuários sentados à beira da lagoa no parque; (2) Família pescando em volta da lagoa .....	127
Figura 50: (1) Crianças brincando no <i>playground</i> ; (2) crianças jogando bola na quadra .....	128
Figura 51: <i>Playground</i> do Parque Milton Prates; (1) Placa indicativa com normas de uso; (2) adultos fazendo uso indevido da gangorra. ....	129
Figura 52: Setor 2: (1) Pais e casal ao fundo próximos ao parquinho; (2) amigos reúnem-se em mobiliário próximo ao parquinho. ....	129
Figura 53: Área subutilizada do Parque Milton Prates. "setor 3" .....	130
Figura 54: Parte da zona de transição: (1) Casal sentando em tronco de árvore por falta de mobiliário e ao fundo rapaz sentado na grama; (2) Casal sentado em mobiliário antigo em espaço afastado do movimento.....	131
Figura 55: (1) Iluminação concentrada na pista de caminhada e ao lado direito percebe-se a escuridão do setor 2; (2) "setor 2" de noite com pouca iluminação. ....	135
Figura 56: Apropriações típicas em dias da semana no Parque Milton Prates.....	138
Figura 57: Apropriações típicas em finais de semana no Parque Milton Prates .....	139
Figura 58: (1-2) Pista de caminhada estreita circundando todo o Parque das Mangueiras ....	140
Figura 59: Visão panorâmica das barras de calistenia à esquerda e à direita o polo da Academia da Saúde no Parque das Mangueiras .....	143
Figura 60: (1) Registro da aula de ginástica acontecendo junto com o treino de calistenia (barras) ao fundo. (2) Crianças brincando enquanto suas mães fazem aula.....	144
Figura 61: (1) Vista da fachada frontal virada para rua; (2) Vista da fachada posterior de “costas” para o parque .....	145
Figura 62: (1) <i>Playground</i> quebrado do Parque das Mangueiras; (2) Material de implantação da área do <i>playground</i> das crianças.....	146
Figura 63: Pista de caminhada passando pela área do <i>playground</i> .....	147
Figura 64: Crianças brincando nos aparelhos da academia do Parque das Mangueiras.....	148
Figura 65: Crianças brincando de bola no Parque das Mangueiras em um domingo à noite. ....	148
Figura 66: (1) estrutura montada pelo barraqueiro mais antigo do Parque das Mangueiras; (2) estrutura montada por barraqueiro mais recente.....	150
Figura 67: Visualização do “setor 3” e da grade de divisão do campo João Botelho .....	151

Figura 68: (1) Ponto de apoio aos funcionários e sanitários (2) torneira com água utilizada para lavagens .....	151
Figura 69: Apropriação no "setor 3" de grupo <i>atípico</i> .....	153
Figura 70: (1) Lixo na entrada principal do Parque das Mangueiras; (2) lixo reunido próximo ao <i>playground</i> .....	156
Figura 71: Apropriações típicas em dias da semana no Parque das Mangueiras .....	159
Figura 72: Apropriações <i>atípicas</i> em final de semana no Parque das Mangueiras .....	160
Figura 73: Apropriações típicas nos domingos no Parque das Mangueiras .....	161
Figura 74: Usuários fazendo atividade física no início da manhã.....	162
Figura 75: (1) predominância do lazer no final de semana; (2) criança passeando livre de bicicleta pelo parque.....	164
Figura 76: (1) Família fazendo piquenique no final de semana, usando a mesa do “setor 1”; (2) Família passeando (lazer) pelo parque durante o final de semana. ....	165
Figura 77: (1) Encontro do <i>soft combat</i> no "setor 2" do Parque Sagarana; (2) grupo do <i>soft combat</i> utilizando a mesa do setor 2.....	166
Figura 78: zona intersticial (1) bebedouro; (2) torneira utilizada para lavagens diversas.....	167
Figura 79: (1) Orquídeas cultivadas pelos usuários; (2) espaço para doação de orquídeas ...	168
Figura 80: Zona intersticial (1) ciclistas entram no parque para beber água; (2) movimento constante de pessoas na zona intersticial e adulto andando de bicicleta no parque. ....	168
Figura 81: Aula de forró do Projeto "Forró na Praça" .....	169
Figura 82: (1) Uso do mobiliário urbano para lazer contemplativo; (2) crianças brincando nas sinuosidades do mobiliário. ....	170
Figura 83: (1) Estrutura de madeira localizada próxima a entrada da Av. Jose Correa Machado; (2) usuários apropriando da estrutura de madeira para deitar no parque, e tomada instalada em estrutura de concreto.....	172
Figura 84: Apropriações típicas em dias da semana no Parque Sagarana.....	176
Figura 85: Apropriações típicas em finais de semana no Parque Sagarana .....	177

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização do município de Montes Claros-MG e municípios limítrofes. ....	72
Mapa 2: Atualização do perímetro urbano 2012. ....	76
Mapa 3: Renda <i>Per Capita</i> na cidade de Montes Claros.....	84
Mapa 4: Distribuição dos Parques e das principais praças da cidade de Montes Claros - 2015 .....	87

Mapa 5: Localização do Parque Municipal Milton Prates na cidade de Montes Claros/MG ..	91
Mapa 6: Localização do Parque das Mangueiras na cidade de Montes Claros.....	98
Mapa 7: Localização do Parque Urbano Sagarana na cidade de Montes Claros/MG.....	103

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: Funções desempenhadas pelos espaços públicos de lazer em diferentes períodos brasileiros. ....	33
Quadro 2: Estilos, funções e usos dos parques urbanos no Brasil 2000-2017. ....	58
Quadro 3: Síntese dos usos típicos dos Parques urbanos Montesclarenses.....	121

## **LISTA DE SIGLAS**

ASCOM – Assessoria de Comunicação

CODEMA - Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

PM – Parque das Mangueiras

PMMC – Prefeitura Municipal de Montes Claros

PMP – Parque Milton Prates

PNMA - Política Nacional do Meio Ambiente

PS – Parque Sagarana

SE-2 – Sistema Especial 2

S1-PM – Setor 1 Parque das Mangueiras

S2-PM – Setor 2 Parque das Mangueiras

S3-PM – Setor 3 Parque das Mangueiras

S1-PMP – Setor 1 Parque Milton Prates

S2-PMP – Setor 2 Parque Milton Prates

S3-PMP – Setor 3 Parque Milton Prates

S1-PS – Setor 1 Parque Sagarana

S2-PS – Setor 2 Parque Sagarana

SEMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUDENOR - Superintendência de Desenvolvimento do Norte de Minas

UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros

## RESUMO

As cidades dispõem de espaços públicos que representam a imagem da cidade e de sua sociabilidade, os quais produzem um resumo da diversidade socioespacial da população. Partindo dessa premissa este estudo tem como objetivo analisar as formas de usos e os significados dos parques urbanos da cidade de Montes Claros, conforme a percepção ambiental dos seus usuários. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa de cunho exploratório, tendo por objeto três parques urbanos localizados na cidade de Montes Claros/MG: Parque Municipal Milton Prates, Parque das Mangueiras e Parque Urbano Municipal Sagarana. Os três parques urbanos analisados apresentam localizações diferentes na malha urbana e estão inseridos em realidades sociais, econômicas e culturais distintas, apresentando imaginário socioespacial característico provindo das necessidades, interesses, valores e estilos de vida (*habitus*) distintos dos seus usuários. Observa-se que os parques urbanos fazem parte das vivências cotidianas de uma parcela da população que reside perto destes equipamentos, ou que mesmo distantes destes espaços dispõe de maior condição de acesso. Tais espaços públicos, historicamente com usos atribuídos ao lazer, atualmente possuem novas funções como a prática de atividades físicas ao ar livre, contendo aparelhos de academia e infraestrutura para as atividades no propósito de promover mais saúde e qualidade de vida para a população. Os usos dos parques, que se subdividem em atividades necessárias e opcionais, são praticamente os mesmos nos parques montesclarenses analisados. A apropriação, por sua vez, por representar os modos de se expressar diante das racionalidades do cotidiano, foi revelada em cada parque urbano de maneira diferente. Desse modo, entendendo a importância desses equipamentos para a cidade e analisando o panorama geral dos espaços públicos na cidade contemporânea, entende-se que estes apresentam alguns desafios a serem vencidos para manterem-se vitais, sustentáveis e públicos, uma vez que a construção e a conservação do espaço público necessitam do empenho de todos os agentes sociais.

**Palavras-chave:** Espaços Públicos; Parques Urbanos; Percepção Ambiental; Imaginário Soci-oespacial

## ABSTRACT

Cities have public spaces that represent the image of the city and its sociability, which produce a summary of the population's socio-spatial diversity. Based on this premise, this study aims to analyze the forms of uses and meanings of urban parks in the city of Montes Claros, according to the environmental perception of its users. This is a qualitative research of an exploratory nature, having as object three urban parks located in the city of Montes Claros / MG: Parque Municipal Milton Prates, Parque das Mangueiras and Parque Urbano Municipal Sagarana. The three urban parks analyzed have different locations in the urban fabric and are inserted in different social, economic and cultural realities, presenting a characteristic socio-spatial imagery stemming from the needs, interests, values and lifestyles (*habitus*) different from their users. It is observed that urban parks are part of the daily experiences of a portion of the population that lives close to these equipment, or that even far from these spaces, they have greater access conditions. Such public spaces, historically with uses attributed to leisure, currently have new functions how as the practice of physical activities outdoors, containing gym equipment and infrastructure for activities in order to promote more health and quality of life for the population. The uses of the parks, which are subdivided into necessary and optional activities, are practically the same in the montesclarenses parks analyzed. The appropriation, in turn, for representing the ways of expressing oneself in the face of everyday rationalities, was revealed in each urban park in a different way. Thus, understanding the importance of this equipment for the city and analyzing the general overview of public spaces in the contemporary city, it is understood that they present some challenges to be overcome in order to remain vital, sustainable and public, since the construction and the conservation of public space requires the commitment of all social agents.

**Keywords:** Public Spaces; Urban Parks; Environmental Perception; Sociospatial Imaginary

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO NA CIDADE CONTEMPORÂNEA .....	20
1.1. Discutindo os espaços públicos: entre discursos e possibilidades.....	28
1.1.1 Parques urbanos no Brasil e no mundo: diferentes perspectivas.....	42
1.2. Percepção ambiental e espaço público .....	63
2. PARQUES URBANOS E SUA DINÂMICA NA CIDADE DE MONTES CLAROS/MG .....	71
2.1. Parques urbanos e sua espacialização na malha urbana de Montes Claros .....	82
2.1.1. Parque Municipal Milton Prates .....	91
2.1.2. Parque das Mangueiras .....	97
2.1.3. Parque Municipal Sagarana .....	102
3. PARQUES URBANOS DE MONTES CLAROS: ENTRE IMAGINÁRIOS E SIGNIFICADOS .....	106
3.1 Impressões e os significados dos Parques urbanos em Montes Claros .....	106
3.2 Usos e Apropriações dos Parques urbanos .....	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS: .....	180
REFERÊNCIAS: .....	183
SITES CONSULTADOS: .....	196

## INTRODUÇÃO

Os espaços públicos são alvos de diversas discussões na atualidade, proporcionando reflexões nas diferentes ciências sociais, realizadas pelos geógrafos, arquitetos e urbanistas, filósofos, sociólogos, antropólogos. Esse fato pode ser visto com otimismo pelos estudos urbanos, uma vez que são nesses espaços que a vida urbana se concretiza.

As cidades dispõem de locais públicos que representam sua imagem e de sua sociabilidade, produzindo assim um resumo da diversidade socioespacial da população. Para Gomes (2002), os espaços públicos abrigam misturas sociais com distintos segmentos, interesses e expectativas, onde se usufrui da co-presença, mediadas pelas práticas de civilidade. Nesses espaços se hospedam também as problematizações da vida social e os conflitos de interesses da vida pública, e, por tal conjuntura, são regidos por um estatuto público que os normatizam e orientam as condutas de seus usuários.

O espaço público da cidade contemporânea reflete as modificações pelas quais a estrutura econômica e espacial das cidades tem passado ao longo dos anos. Esse espaço pode ser entendido como possibilidade da ação política, em uma perspectiva crítica faz parte de uma lógica de produção e reprodução capitalista, sendo visto como mercadoria e consumo para poucos. E considerado enquanto espaço simbólico, reproduz distintas ideias de cultura e da intersubjetividade que conecta os sujeitos e percepções na produção e reprodução do cotidiano (SERPA, 2007).

Entende-se que a categoria espaço se relaciona a três elementos: a configuração espacial, o poder e as relações sociais. Na história dos espaços públicos, esses elementos surgem em momentos distintos, apresentando graus de importância diferentes, mas sempre articulados dialeticamente (DARODA, 2012).

Quanto a sua configuração física-espacial, o espaço público é visto como um lugar sem obstáculos para seu acesso e participação, de maneira que todos podem dele usufruir conforme as regras de civilidade estabelecidas. Fisicamente, trata-se de espaços como a rua, a praça, o parque, a praia, o *shopping center*, dentre outros.

Os espaços públicos contemporâneos oferecem uma multiplicidade de funções, desde o tradicional lugar do convívio social aos novos usos, tais quais: lazer, eventos, contemplação e estética, descanso e estar, bem como atividades educativas.

Considerando as diferentes dimensões, escalas e conceitos do espaço público, essa pesquisa delimita como objeto de estudo os parques urbanos – seus distintos usos, funções e significados, tal como a análise das práticas sociais, culturais e econômicas presentes nesse espaço.

Os parques públicos urbanos, que nasceram no século XIX, sendo espaços de qualidade em meio aos males da civilização industrial, tiveram grande utilidade para os reformadores da época que buscaram tornar a cidade bela e higienizada para seus habitantes viverem. Nascia a ideia de espaços públicos como lugar de virtudes que estavam associadas à saúde, bem-estar, moral e diversão da população. A princípio, antes de surgirem os parques públicos, os espaços verdes eram utilizados pela classe média e alta, possuidora de jardins privados em sua própria residência (SERPA, 2007).

No entanto no século XX, novas funções foram inseridas, como esportivas, conservação ecológica, lazer com brinquedos mecânicos e eletrônicos, e parques temáticos, entretanto perseverou sua funcionalidade em torno do lazer contemplativo. Por conseguinte, os parques urbanos se tornaram elementos característicos da cidade moderna e estão em constates transformações (MACEDO; SAKATA, 2010).

Conforme Serpa (2007), os parques públicos simbolizam alegorias do tempo e dos poderes concebidos a eles, que antes de se tornarem espaços de lazer eram ideia, conceito, utopia e desejo, vinculados, sobretudo, pela vontade política.

Diante das mudanças e tendências das cidades contemporâneas e de seus espaços urbanos, entende-se a relevância deste estudo para compreensão dos aspectos que influenciam na vitalidade ou no desuso dos espaços urbanos públicos, bem como o modo no qual a população interage e se apropria das vivências urbanas.

Alguns questionamentos constituem a problematização dessa pesquisa: qual o papel do espaço público na cidade contemporânea? Quem o utiliza e qual a sua motivação para tal uso? Quais são as distintas formas de usos e apropriações? O espaço reflete as necessidades dos seus usuários? Quais atividades são desempenhadas nos espaços? Há uma mudança no padrão de uso nos últimos anos? Há diferença física e simbólica nos parques urbanos de acordo com sua localização geográfica? Qual o significado dos parques urbanos para a população?

Então, buscou-se analisar a relação do usuário com o parque, isto é, como o espaço está sendo apropriado e de que maneira os usuários o percebem e criam suas preferências, demandas e expectativas.

Considerando a evolução da sociedade e a mudança dos costumes e da população, entende-se que os parques urbanos passam por um momento diferente na cidade contemporânea, possuindo novas dinâmicas e usos. Nessa perspectiva, o objetivo geral desta pesquisa é analisar as formas de usos e os significados empregados aos parques urbanos da cidade de Montes Claros, conforme a percepção ambiental dos seus usuários. De forma específica, pretende-se: Discutir sobre as principais teorias sobre espaços públicos e seus usos, com enfoque nos parques urbanos; verificar o contexto de implantação dos parques urbanos; e identificar os principais usos, significados e formas de apropriação dos parques estudados.

A dissertação possui natureza qualitativa de cunho exploratório, tendo como objeto de estudo os Parques urbanos: Parque Municipal Milton Prates, Parque das Mangueiras e Parque Urbano Municipal Sagarana. Utilizou-se como critérios de escolha os parques urbanos de responsabilidade do município de Montes Claros/MG que se encontram abertos e em pleno uso da população<sup>1</sup>. Para o desenvolvimento da pesquisa foram traçadas as seguintes estratégias de pesquisas: 1) Realização da pesquisa bibliográfica e construção do referencial teórico; 2) Coleta de dados: pesquisa documental; 3) Coleta de dados: pesquisa de campo com utilização de técnicas variadas; 4) Análise e discussão dos dados coletados.

O referencial teórico foi desenvolvido em torno das temáticas principais como espaço urbano; produção do espaço; espaços públicos; parques urbanos; e percepção ambiental, sendo esses, estudado por livros, artigos científicos, dissertações, teses, em busca do conhecimento amplo do objeto pesquisado.

Para a pesquisa documental, foram consultados documentos oficiais em arquivos públicos, tais como leis e arquivos eletrônicos disponibilizados pela Secretaria de Meio Ambiente (SEMA-PMMC), órgão responsável pelos parques, notícias oficiais concedidas pela Assessoria de Comunicação (ASCOM), assim como análise das publicações no site oficial da Prefeitura Municipal de Montes Claros, em busca do histórico dos parques urbanos pesquisados.

Acrescido a essas fontes, foram consultados arquivos particulares de empresa privada (Brown Empreendimentos). Para caracterização e histórico de criação dos parques, foram realizadas entrevistas com pessoas envolvidas na gestão (atual e gestões passadas) e com pessoas vinculadas aos espaços. Realizou-se uma entrevista com ex-secretário adjunto do meio ambiente da prefeitura para contextualização histórica dos objetos pesquisados, bem como foram realizadas entrevistas com os funcionários públicos (serventes e guardas municipais) em

---

<sup>1</sup>Devido ao Parque Florestal do Sapucaia encontrar-se fechado para visitação pública durante a realização dessa pesquisa, impossibilitando o contato direto com os usuários, optou-se pela exclusão deste nas análises dessa pesquisa.

serviço nos parques urbanos nos dias de campo para conhecimento do funcionamento dos espaços e medidas de segurança.

Após análise bibliográfica e documental, iniciou-se o planejamento para realização da pesquisa de campo, definindo as grandes questões abordadas na pesquisa. Para análise empírica dos parques urbanos municipais, foram utilizadas técnicas que permitiram melhor apreensão de suas realidades. Segundo Jacobs (2003, p. 98), “todo parque urbano é um caso particular e desafia as generalizações”, isto é, os parques urbanos ainda que possuam características físicas e/ou atividades semelhantes, diferem-se de trecho para trecho (externamente) e dentro de si próprios (internamente), e ainda recebem diversas influências de diferentes partes da cidade e do seu entorno.

A pesquisa de campo consistiu em dois momentos: Em um primeiro momento, realizaram-se visitas esporádicas aos parques entre os meses de outubro/2018 a abril/2019, para ganhar familiaridade com o objeto de estudo, realizando então um pré-campo. Nestas visitas, utilizou-se do método de observação livre, combinada com as anotações de campo de natureza descritiva (TRIVINOS, 1987), com intuito de tomar conhecimento dos usos e atividades realizadas nos parques em questão.

No segundo momento, com o conhecimento prévio do local, retorna-se aos parques no mês de outubro/2019 para continuação das observações livres, com as anotações de campo de natureza descritiva somada as de “*natureza reflexiva*”. Para Trivinos (1987) refletir sobre o processo de observação é muito importante, isto é, a cada fato ou ideia pode surgir novas hipóteses e perspectivas diferentes, havendo a possibilidade de reformular novas indagações ou insistir em algumas peculiaridades. O pesquisador também realiza anotações sobre as questões metodológicas, não perdendo a oportunidade de constatar ou não as teorias levantadas por seu referencial teórico, a saber:

[...] se tais fenômenos confirmam parcial ou totalmente o apoio teórico, se é necessário aprofundar alguns aspectos da teoria, se esta é refutada pela prática, se pode surgir um novo conjunto de idéias que podem explicar as características da situação que está em análise etc. (TRIVINOS, 1987, p.157)

Para o autor supracitado, nesse processo das observações e reflexões, o pesquisador deve estar em permanente “estado de alerta intelectual” e atento às descrições de determinados fenômenos de uma forma mais verdadeira possível (TRIVINOS, 1987).

A metodologia utilizada para a coleta de dados e informações na pesquisa de campo foi a entrevista semi-estruturada. Partindo do pressuposto de que os parques urbanos possuem diversos usos e atividades que atraem seus usuários a fazerem uso de tal espaço, e por se tratar

de uma pesquisa qualitativa, refinou-se o foco estabelecendo critérios de seleção para abordagem e entrevista de seus usuários.

Os parâmetros delimitados foram: 1) para cada tipo de atividade (uso) exercida no parque, selecionar no mínimo dois usuários aleatórios que aceitassem participar da entrevista. 2) ser preferencialmente de gêneros distintos. Os usos realizados no espaço foram qualificados pelos próprios entrevistados a partir da pergunta: Qual o motivo da sua visita ao parque hoje? E, posteriormente, foram divididos conforme sua faixa etária (jovem - até 18 anos; adulto - 19 a 59 anos; idoso – acima de 60 anos), e classificados em alguns usos típicos encontrados, apresentados conforme o quadro 3.

A priori, os dois parâmetros escolhidos subsidiaram as seleções dos usuários conforme os usos realizados no espaço, entretanto, após observações livres em campo e em busca de responder as problemáticas apresentadas na pesquisa, houve a necessidade de realizar mais entrevistas, a fim de se conhecer os fenômenos observados. Dessa forma, foram realizadas no total 72 entrevistas nos três parques urbanos.

Por meio da entrevista, buscou-se captar a percepção dos usuários dos parques em relação ao objeto de estudo, pois, ainda que a pesquisa possua questões amplas e gerais, estes usuários constroem significados a partir de situações e de suas relações sociais com os parques urbanos, isto é:

Com frequência, esses significados são negociados social e historicamente. Eles não estão simplesmente estampados nos indivíduos, mas são formados pela interação com as outras pessoas (daí o construtivismo social) e por normas históricas e culturais as quais operam nas vidas dos indivíduos. Por isso, os pesquisadores construtivistas frequentemente tratam dos processos de interação entre os indivíduos. (CRESWELL, 2010, p.31)

A primeira pergunta da entrevista foi realizada através da Técnica de Associação Livre de Palavras (T.A.L.P.) com objetivo de estimular, tornar possível a observação, o registro e obter a comunicação verbal com o entrevistado sobre seus sentimentos e valores sobre o parque urbano. O estímulo referente ao objeto pesquisado pode ser evocado através de palavras, expressões, frases ou ideias (COUTINHO, 2017).

Para estruturar a T.A.L.P elaborou-se uma nuvem de palavras para cada parque por meio de um programa informático Wordle®, que fornece uma nuvem de palavras de modo a organizá-la em variadas cores e tamanhos, baseados no número de menções feitas no decorrer do texto – o tamanho da palavra está relacionado à quantidade de vezes que esta foi mencionada pelos usuários.

Em estudos recentes sobre como o comportamento humano nos espaços públicos, os autores Jan Gehl e Birgitte Svarre (2018) identificam a importância de coletar informações e observar o comportamento de uma diversidade de pessoas nos espaços públicos, distinguindo-as por gênero e idade. Ainda em seu livro “A vida na cidade: como Estudar. ”, os autores seguem um passo a passo para uma pesquisa analítica de um estudo urbano em espaços públicos, e direcionam em cinco passos: 1: Quantos? 2: Quem? 3: Onde? 4: O que? 5: Quanto tempo? Para a pesquisa qualitativa, focou-se na análise dos usuários e em suas apropriações nos parques urbanos, bem como a descrição dos usos (atividades) e tempo de permanência no local. Para Gehl e Svarre (2018), é importante o registro das atividades sociais nos espaços públicos, pois são essas práticas sociais que constituem a função de local do encontro.

Realizaram-se registros fotográficos das distintas práticas sociais encontradas nos parques urbanos. A fotografia sendo um fragmento da realidade, constrói um recorte de espaço-tempo sob um ângulo, enquadramento e efeitos definidos. Essas imagens visuais são produzidas a partir de tecnologias, conhecimentos e intenções (RIOS; COSTA; MENDES, 2016).

Para análise e discussão dos resultados, os parques foram divididos por setores quanto aos usos (atividades) e apropriações semelhantes, devido à extensa dimensão territorial de alguns e a fim de melhor representar as atividades realizadas. Após a setorização e observações livres, realizou-se o mapeamento das apropriações típicas, conforme as atividades ocorridas nos espaços.

Diante dos objetivos postos e da metodologia adotada, o presente estudo foi estruturado em três capítulos e as considerações finais. No capítulo inicial intitulado “A produção do espaço público na cidade contemporânea” realiza-se uma contextualização da categoria espaço, refletindo sobre as contradições do processo de produção social do espaço em meio à lógica do capital. Os subcapítulos apresentam a abordagem teórico-conceitual dos temas correlatos a espaços públicos e suas distintas conceituações, e a parques urbanos quanto as suas concepções, discursos e ideias, seus usos e usuários em diferentes períodos históricos. O estudo desenvolve na perspectiva da percepção ambiental, buscando a compreensão do espaço a partir da percepção do usuário e do seu contexto socioespacial. Assim, abre-se o caminho para a análise dos parques urbanos na cidade de Montes Claros.

O segundo capítulo, denominado “Parques urbanos e sua dinâmica na cidade de Montes Claros/MG”, traz a contextualização da cidade onde estão inseridos os objetos de estudos e discute o processo de urbanização da cidade de Montes Claros, o seu processo de formação socioespacial e as relações apreendidas no contexto dos espaços públicos. Nos subcapítulos

são analisados brevemente o processo histórico e a situação atual dos três parques urbanos, seguindo posteriormente para as análises e resultados de campo.

No capítulo três, intitulado “Parques urbanos de Montes Claros: entre imaginários e significados”, são realizadas discussões acerca dos resultados de campo a partir dos significados e percepções atribuídos pelos usuários dos parques urbanos, e baseando nessas concepções se desenvolveram análises dos usos e apropriações destes objetos de estudos.

A compreensão do papel, dos usos e funções destes espaços públicos na cidade trouxe uma base importante para entender de que maneira esses equipamentos estão presentes no cotidiano da cidade e se estão de acordo com os anseios, necessidades e expectativas dos seus usuários, além de servir como subsídio para o planejamento de novos espaços públicos de lazer e convivência para a população.

Por fim, as considerações finais sobre os parques urbanos montesclarenses retomam os principais pontos expostos na pesquisa, com intuito de tecer as reflexões desses equipamentos que estão presentes no cotidiano da cidade e apresentam distintos usos e significados, dado a realidade social, econômica e cultural do usuário.

## 1. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO NA CIDADE CONTEMPORÂNEA

A geografia é uma ciência que tem como objeto de estudo a sociedade e suas diversas relações com o espaço (territoriais, sociais, culturais, econômicas e políticas), ou somente, por suas relações socioespaciais.

A categoria espaço é entendida por diversas ciências, como a filosofia, geografia, arquitetura, antropologia, sociologia e história, de acordo com suas especificidades teórico-metodológicas. Pode-se dizer então que há muitos métodos e abordagens da categoria espaço, diferenciando os níveis de reflexão, recorte e realidade objetiva (LEFEBVRE, 2008).

O espaço, conceito-chave para a ciência geográfica, abrange um amplo debate e diversas conceituações. Tem-se aqui como conceito inicial o elaborado por Milton Santos (2004, p.153), que o considera “[...] como um conjunto de relações realizadas através de funções e formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente”, pois, no espaço estão as representações das relações sociais através de uma estrutura que se manifesta por meio de processos e funções, transformando o espaço num verdadeiro campo de forças.

Considerada a ideia proposta por Gomes (2002, p.19-20) de que “a cidade é uma forma necessária a um certo gênero de associação humana, e suas mudanças morfológicas são condições para que esta associação se transforme”, uma análise geográfica do espaço urbano precisa ser feita sob o par disposição de objetos espaciais relacionados com o comportamento social. Esse comportamento social analisado por Gomes (2002) pode ser visto nas análises de Santos (2017, p.63), em que “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerado isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Essas ações não se limitam aos indivíduos, mas também podem representar as necessidades (naturais ou criadas) das instituições e empresas, apresentando fins materiais, imateriais, sociais, culturais, econômicas, afetivas, morais dentre outros, induzindo os homens à ação (SANTOS, 2017).

Para Lefebvre (2011), a cidade dever ser associada muito mais como obra de arte, do que como um simples produto material. O autor amplia o termo produção para além da produção material do espaço, assumindo-o como uma produção das relações sociais, visto que “A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas.” (LEFEBVRE, 2011, p. 52).

Para Santos (2004), um espaço humano reconhecido resulta-se de uma produção do espaço, uma vez que o homem animal se tornou homem social quando começou a produzir, retirando da natureza elementos necessários para a reprodução da vida. O autor acredita que o uso do tempo e do espaço varia de acordo com os períodos históricos e lugares, por consequência também variam os tipos de produção.

Lefebvre (2006) emprega a dupla determinação para o sentido de produção, onde a produção *lato sensu* tange a relação do homem com a natureza e sua reprodução biológica da vida, já o sentido *strito sensu* é exclusivo ao processo de produção dos objetos, sendo a produção fruto de relações abrangentes. O autor revela que com o capitalismo moderno, as relações de produção e reprodução – produção biológica; reprodução da força de trabalho; reprodução das relações sociais de produção, ou seja, as relações que constituem a sociedade capitalista – se tornam cada vez mais complexas no espaço.

A produção do espaço tem os seres humanos e suas relações como análise central, como elucida Schmid (2012, p.91)

São centrais para a teoria materialista de Lefebvre, os seres humanos em sua corporeidade e sensualidade, sua sensibilidade e imaginação, seus pensamentos e suas ideologias; seres humanos que entram em relações entre si por meio de suas atividades e práticas.

Dessa maneira, o espaço e o tempo produzidos socialmente são interpretados em contextos diferentes e em sociedades específicas, pois cada sociedade produz o seu espaço com formas, ritmos de vida cotidiana, centralidades e variáveis apreciáveis.

Conforme Carlos (2011), a produção do espaço é uma forma de compreender o mundo contemporâneo sob o processo de globalização, o qual impõe novos padrões impressos pela sociedade de consumo dominada pelo crescimento da lógica do mundo como mercadoria, e assim vão se redefinindo as relações e valores entre as pessoas e a sociedade, devido a emergência da valorização do capital.

Desta maneira, Rodrigues (1998, p.55) destaca a importância de reconhecer as dinâmicas do tempo-espaço e suas condições de produção

Considero fundamental as análises sobre a sucessão das formas organizativas mundiais que demonstram a divisão territorial do trabalho, ou seja, as análises sobre as alterações das formas organizativas do capitalismo mundial que passaram do colonialismo ao imperialismo, do fordismo à acumulação flexível do capital (ou pós-fordismos). Passou-se do moderno ao pós-moderno. Mudou assim a dinâmica do processo produtivo *no e do espaço*.

Para a autora, o momento atual do espaço de acordo com processo produtivo, isto é, o capitalismo mundial pós-moderno, “compreende todos os espaços do mundo, expandindo-

se horizontalmente e produzindo e reproduzindo estes espaços (verticalmente, no sentido de uma intensificação no uso do espaço) no sistema capitalista. ” (RODRIGUES, 1998, p.56), ou seja, o espaço é também um reflexo da economia mundializada no qual o único polo é o capitalismo.

O espaço da cidade contemporânea capitalista, no primeiro momento, pode ser definido como “conjuntos de diferentes usos da terra justapostos entre si. ”, possuindo distintos usos definidos por áreas como: residenciais, comerciais, industriais, de lazer e serviços dentre outras. Esse conjunto complexo de usos de terra representa a organização espacial da cidade, ou espaço urbano (CORRÊA, 1989, p.7).

Conforme Rocha (2011), o espaço urbano reflete em sua organização a história e em seu processo de desenvolvimento supera suas antigas formas produzindo um novo espaço. Nessa articulação da realidade histórica e suas novas formas, a cidade produz suas próprias especificidades. Sendo assim, para Castells (1983, p.182)

O espaço urbano é estruturado, quer dizer ele não está organizado ao acaso, e os processos sociais que se ligam a ele exprimem, ao especificá-los, os determinismos de cada tipo e de cada período da organização social.

Para Lefebvre (2008), o espaço na cidade capitalista não é uma representação inocente, mas sim uma veiculação das normas e valores de uma sociedade estabelecidas por um tempo-espaço determinado, sendo o espaço um produto da história. Inicialmente na cidade tradicional pré-industrial, a produção do espaço urbano abrangia somente a reprodução dos meios de produção que compreendia a força de trabalho, condicionando o espaço a uma funcionalidade instrumental, na qual o consumo era complementar à produção.

Entretanto, para Lefebvre (2008), o capitalismo só se sustentou ao constituir novos setores de produção como os lazeres, a cultura e “obra moderna” da urbanização. À vista disso, Lefebvre (2008, p.48-49) diz:

Portanto, o espaço da produção, nesse sentido amplo, implicaria e conteria em si a finalidade geral, a orientação comum a todas as atividades na sociedade neocapitalista. O espaço seria, desse modo, uma espécie de esquema num sentido dinâmico comum às atividades diversas aos trabalhos divididos, à cotidianidade, às artes, aos espaços efetuados pelos arquitetos e urbanistas.

Segundo o referido autor, o espaço urbano é fruto da urbanização enquanto processo do capitalismo, de maneira que a sociedade urbana é uma realidade em formação e inacabada. Posto isso, ele emprega o conceito de urbano como distinto de cidade

O urbano se distingue da cidade precisamente porque ele aparece e se manifesta no curso da explosão da cidade, mas ele permite reconsiderar e mesmo compreender certos aspectos dela que passaram despercebidos durante muito tempo: a centralidade, o espaço como lugar de encontro, a monumentalidade etc. O urbano, isto é, a sociedade urbana, ainda não existe e, contudo, existe virtualmente; através das contradições entre o habitat, as segregações e a centralidade urbana que é essencial à prática social, manifesta-se uma contradição em pleno sentido (LEFEBVRE, 2008, p.84).

Como forma de reorganização do território, as cidades e a sociedade urbana propriamente dita são submetidas aos planos e instrumentos regulatórios políticos estruturados pelo urbanismo. Para Lefebvre (2011), o urbanismo enquanto ciência que propõe modelos não é o bastante para compreender o urbano que é inacabado, além de ser uma estratégia urbana que tende a planificação para domínio do espaço por uma classe hegemônica.

Em face a essa discussão da urbanização capitalista, David Harvey (2005; 2014) diz que em uma sociedade organizada por classes como a sociedade capitalista compõem-se de práticas espaciais com uma essência de classe definida.

Segundo Harvey (2005), frequentemente os estudos sobre a urbanização desconsideram a relação do processo urbano com as mudanças sociais e o desenvolvimento econômico, como se este fosse secundário aos outros processos e não correlatos. Consequentemente, o autor discute o papel da urbanização na transformação social sob as condições das relações sociais e acumulação capitalista, considerando que a maneira mais apropriada para definição e análise do processo de urbanização é dada por:

Um processo social espacialmente fundamentado, no qual um amplo leque de atores, com objetivos e compromissos diversos, interagem por meio de uma configuração específica de práticas espaciais entrelaçadas. O conjunto espacialmente estabelecido dos processos sociais, que eu denomino de urbanização, produz diversos artefatos: formas construídas, espaços produzidos e sistemas de recursos e qualidades específicas, todos organizados numa configuração espacial distintiva. A ação social subsequente deve levar em consideração esses artefatos, pois muitos processos sociais (como viajar diariamente para o trabalho) se tornam fisicamente canalizados por esses artefatos. A urbanização também estabelece determinados arranjos institucionais, formas legais, sistemas políticos e administrativos, hierarquias de poder etc. Isso também concede qualidades objetivadas à 'cidade', que talvez dominem as práticas cotidianas, restringindo cursos posteriores de ação. Finalmente, a consciência dos moradores urbanos, influencia-se pelo ambiente da experiência, do qual nascem as percepções e leituras simbólicas e aspirações. Em todos esses aspectos, há uma tensão entre forma e processo, entre objeto e sujeito, entre atividade e coisa (HARVEY, 2005, p. 169-170).

A produção do espaço é consequência das ações dos agentes sociais produtores do espaço, sendo eles “agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmo e com outros segmentos da sociedade” (CORRÊA, 2011, p.43). Esses agentes sociais

que produzem os espaços, encontram-se inseridos no tempo-espaço de cada formação socioespacial capitalista, de maneira que refletem as necessidades e possibilidades sociais.

Dessa forma, os agentes sociais materializam os processos sociais na forma de ambiente construído, produzindo assim o espaço. Corrêa (1989) estabelece que os agentes sociais concretos são aqueles que atuam em um espaço abstrato e suas ações são reguladas por um marco jurídico, representado pelo Estado. Desse modo, o autor define cinco agentes sociais clássicos: (I) os proprietários dos meios de produção; (II) os proprietários fundiários; (III) os promotores imobiliários; (IV) o Estado; e (V) os grupos sociais excluídos. Todos esses agentes possuem ações e estratégias que são desempenhadas no processo de construção e remodelação das cidades (CORRÊA, 1989).

Ademais, esses agentes que refletem as necessidades do tempo-espaço podem ser atualizados após novas demandas do capital, de maneira que suas ações estão envoltas no processo de produção/circulação e consumo de riqueza. Segundo Corrêa (2011, p.46), os novos agentes sociais são:

Bancos, companhias de seguros, empreiteiras, empresas ferroviárias e de bondes, fábricas têxteis, firmas comerciais e de serviços, proprietários fundiários, grupos de previdência privada, grupos sociais excluídos, indivíduos com investimentos e ordens religiosas.

Conforme Spinelli e Soares (2013, s.p), após a reestruturação econômica fortalecida pela ação do capital financeiro sobre a terra urbana, cada vez mais podem ser vistas as ações dos agentes sociais no processo de reprodução do espaço urbano, promovendo assim intensos processos e mudanças que refletem nas cidades e nas formas de vida da sociedade contemporânea.

O espaço urbano articulado e fragmentado de Corrêa (1989) nada mais é do que o reflexo representativo dos agentes hegemônicos que fragmentam e racionalizam o solo urbano a partir de seus interesses. Em consonância com essa visão, para Carlos (2017, p.12):

O espaço produzido assume a característica de fragmentado (como decorrência da ação dos empreendedores imobiliários e da generalização do processo de mercantilização do espaço), homogêneo (pela dominação imposta pelo estado ao espaço) e hierarquizado (pela divisão espacial do trabalho).

Destarte, é preciso entender as inter-relações dos agentes e seus interesses, que resultam no processo de produção do espaço urbano. Para Gomes (2013, p.155), “a análise dos discursos e das práticas dominantes no processo de produção do espaço pode indicar um caminho, uma possibilidade de revelar as contradições e os conflitos existentes na sociedade”.

Conforme Lefebvre (2008, p.57), as contradições do espaço estão no conteúdo prático e social do capitalismo, pois “o espaço da sociedade capitalista pretende-se racional, quando na prática, é comercializado, despedaçado e vendido em parcelas. Assim, ele é simultaneamente global e pulverizado” uma vez que a classe dominante possui um duplo poder sobre o espaço, que por um lado detém parte da propriedade privada do solo – exceto dos espaços coletivos e de direito do Estado – e por outro a sua globalidade, ou seja, ter o conhecimento das estratégias do Estado.

No processo de produção do espaço urbano, os diferentes atores e interesses entram em conflitos e por assim ser contam com a presença do Estado para que esse exerça seu papel de intermediador das relações e defensor dos direitos comuns. Entretanto, o que se percebe é a tênue diferenciação entre o público e privado, sobretudo, quando são analisadas as articulações entre o poder municipal e os agentes hegemônicos locais (elites) que são tendencialmente favorecidos.

Para Sobarzo (2004, p.57), “Essa falta de diferenciação clara do público e do privado significa, do ponto de vista da dominação política, a invasão da esfera do público pelo privado, no intuito de reproduzir, ampliar e/ou consolidar as relações de poder”.

Carlos (2017, p. 15) ressalta que “a ação do Estado – por intermédio do poder local – ao intervir no processo de produção da cidade reforça a hierarquia de lugares, criando novas centralidades e expulsando para a periferia os antigos habitantes, criando um espaço de dominação”. Dessa forma, a cidade vai se reproduzindo através das ações e estratégias de um sistema financeiro, conflitando ou convergindo com os interesses da gestão pública.

De acordo com Carlos (2011), a mercantilização do espaço é uma realidade na cidade contemporânea, na qual a dimensão deste espaço possui valor de troca, promovendo a reprodução da sociedade capitalista. Materialmente, o solo urbano se transforma em espaço-mercadoria e o espaço urbano é o *lócus* de um “negócio” gerido pelo Estado e demais agentes produtores.

Nesse sentido, o espaço se torna um lugar de reprodução do capital, orientado e organizado conforme as esferas de poder e as necessidades da população, e assim reproduz os diversos espaços: o espaço urbano, os espaços de lazer e espaços da cotidianidade. A cidade contemporânea passa do espaço do consumo, ao consumo do espaço, como apresenta Carlos (2011, p.137):

A produção da cidade contemporânea também aponta a passagem do espaço do consumo ao consumo do espaço, marcado pela mediação da troca, sob a lógica da mercadoria, à qual o uso e as formas de apropriação do espaço da realização da vida se

orientam. Ambos se orientam sob os desígnios da troca mercantil no momento histórico em que o espaço-tempo de realização da mercadoria, e de seu mundo, aparece como condição da reprodução da sociedade, ao passo que a participação, como possibilidade de participação na vida pública, aparece imersa no mundo do espetáculo da sociedade de massas como consciência alienada.

Por essa razão, necessita-se entender como o espaço se tornou mercadoria, transformando seu valor de uso em valor de troca, pois para Rocha (2011, p.28):

O espaço tornado mercadoria é mais que a confecção de um produto final, é o processo de realização objetivo que suscita uma dinâmica no espaço: produção, distribuição, circulação, consumo, de modo que a cidade também passa a ser produto e condição da reprodução da dinâmica econômica e social.

Ainda sobre as contradições do espaço-mercadoria da cidade capitalista, Rodrigues (1998, p. 63) apresenta:

As contradições estão impressas no espaço desse modo de produção, que produz ao mesmo tempo mercadorias e territórios desejáveis e vendáveis e mercadorias e territórios indesejáveis e invendáveis. As mercadorias vendáveis e desejáveis são parte integrante do ideário do desenvolvimento e dos ideais simbólicos de todos os cidadãos do mundo unipolar do findar do século XX : objetos - os mais variados, casas, tecnologia, ar puro, comunicação pessoa a pessoa e comunicação global, etc., e territórios tanto os simbólicos e imaginários - ar puro, lugar agradável, paisagens, como os lugares de moradia de trabalho de estudo, etc., ou seja, desde mercadorias que se deslocam no território (desde alimentos até o automóvel ) como aquelas fixadas (das casas aos equipamentos e infra-estrutura ) , passando necessariamente pelas idéias que são veiculadas - no espaço- por outras mercadorias deslocáveis como : os correios , os jornais, os rádios, as televisões , os telefones , os telefones celulares, etc.

Por conseguinte, o espaço como solo urbano negociável é parte do momento político do estado neoliberal que é marcado por reelaborações e articulações entre o setor público e o setor privado.

Para Harvey (2005), houve uma mudança no modelo de política urbana e estratégias de desenvolvimento urbano nas cidades após a década de 1980 com a transição de “gerenciamento urbano” para o “empresariamento urbano”. As cidades assumiram maior poder e responsabilidade sobre o seu território e passaram a se figurar como mercadoria, isto é, “acima de tudo, a cidade tem de parecer um lugar inovador, estimulante, criativo e seguro para viver e visitar, para divertir-se e para consumir” (HARVEY, 2005, p.176). Este modelo de gestão urbana se forma a partir de uma coalizão e aliança dos interesses público e privado.

Para Damiani (2001), há um espaço racional planejado por quem domina, comerciável, sendo ele objeto de troca e consumo. Dessa forma, tratando-se da oposição entre a “lógica formal” *versus* a “lógica dialética” baseada em Lefebvre, Damiani (2001, p.52) diz:

Há dominação pela lógica. É o espaço formal que impera. O cotidiano e o vivido lhe escapam. Ou melhor, programa-se o cotidiano. Lugares neutralizados, higiênicos e

funcionais, como as avenidas, voltadas para a circulação do automóvel. Toda a racionalidade econômica e política pesam sobre o cotidiano, enquanto vivido.

Nessa lógica, há uma produção crescente do espaço racional, um domínio das representações sob uma lógica da mercadoria, acentuando processos como as desigualdades e escondendo a essência espacial.

De acordo com Costa (2003), Lefebvre trabalha as contradições do espaço capitalista sob o confronto entre o *espaço abstrato* e o *espaço social*. O espaço abstrato é compreendido pelas práticas econômicas e políticas originárias da classe capitalista e do Estado e o espaço social é representado pelos valores de uso na interação de todas as classes na vida cotidiana. Dessa contradição imbricada no espaço, emerge o *espaço diferencial* que promove as diferenças e tem como base a práxis socioespacial.

Sendo assim, Lefebvre (2006) elabora uma tríade espacial para analisar a produção do espaço, sendo ela composta pelo *espaço percebido*, aquele que tange à realidade cotidiana revelada na prática espacial, o *espaço vivido*, aquele que compreende os sistemas simbólicos complexos referentes aos espaços de representação e o *espaço concebido*, dotado pelos planos técnicos e teorias do espaço ao serviço das ideologias dominantes mediados pelas representações do espaço. Para o autor não basta apenas a compreensão da história do espaço, mas também as suas representações, sua ideologia e o reflexo desta no espaço-tempo.

A tríade espacial de Lefebvre, espaço percebido-concebido-vivido, proporciona uma análise das diferentes dimensões da produção do espaço, como a dimensão da prática cotidiana e da cidade em seu modo real, a produção do espaço concebida pelas relações frontais e agentes produtores do espaço exibindo os conflitos entre si e a dimensão simbólica da produção do espaço que representa as necessidades e os desejos dos cidadãos.

As relações sociais no espaço abarcam dois modos de uso, individual e coletivo, que estão contidos na dialética público/privado. Nessa perspectiva, o uso é visto como apropriação (CARLOS, 2011). A ligação entre o cidadão e a cidade se manifesta pelos modos de apropriação que marcam os usos e se abrem para múltiplas possibilidades (CARLOS, 2017).

Portanto, é por intermédio da ação humana, enquanto modo de apropriação, que a relação espaço-tempo é indissociável, apresentada por Carlos (2011, p.41) como:

A relação espaço-tempo explicita, portanto, como prática sócio-espacial, no plano da via cotidiana, realizando-se enquanto modos de apropriação (o que envolve o espaço e tempo determinados), bem como a construção da história individual como história coletiva.

A prática social do espaço percebido de Henri Lefebvre se expressa por sua projeção material local, isto é, no lugar – por meio de relações reais e práticas. Para Carlos (2007b, p.14), a prática social se exprime em uma projeção material local, no lugar – por meio de relações reais e prática, sem abandonar por um instante o controle global, pois está sujeita as práticas políticas do poder do Estado, aprofundando-se assim em contradições.

A sociedade urbana hoje se produz em modo real e concreto, mas também em modo virtual, que se constitui enquanto mundialidade, possuindo assim uma tendência à homogeneização da mesma maneira que permite a diferenciação. O lugar, enquanto parcela de espaço, é o *locus* da construção social – do pensar; viver; habitar, usufruir; consumir; e dos processos de apropriação do espaço – que ao mesmo tempo revela contradições intrínsecas, pois recebe múltiplas coações e pressões de todos os níveis escalares.

Desvendar o cotidiano, fenômeno fruto da sociedade moderna, possibilita a caracterização da sociedade, construindo a cotidianidade. Para Lefebvre (1991), a cotidianidade não é apenas um conceito que diz respeito a realidade parcial da vida social, mas a maneira mais racional de captar a sociedade, adentrando-a e definindo-a. Sendo assim, “não apenas a cotidianidade é um conceito, como ainda podemos tomar esse conceito como fio condutor para conhecer a ‘sociedade’, situando o cotidiano no global: o Estado, a técnica e a tecnicidade, a cultura (ou a decomposição da cultura) e etc” (LEFEBVRE, 1991, p.35).

Com base na exposição feita, o espaço como condição da existência humana vai se transformando junto com a sociedade respeitando o seu modo de produção, ideologia e cultura vigente. O ato de produzir a vida e, por consequência, produzir o espaço constitui um conjunto de espacialidades e relações sociais que podem ser compreendidas no plano da vida cotidiana.

O espaço público da cidade contemporânea reflete as modificações sofridas pela estrutura espacial, física e econômica das cidades ao longo dos anos. Esse espaço pode ser entendido na cidade como possibilidade da ação política, do acesso livre e das possibilidades, lido como um espaço simbólico que reproduz distintas ideias de cultura e da intersubjetividade que conecta os sujeitos e percepções na produção e reprodução do cotidiano. Contudo, por uma perspectiva crítica, pode fazer parte da lógica de produção e reprodução capitalista e ser visto como mercadoria e consumo para poucos.

### **1.1. Discutindo os espaços públicos: entre discursos e possibilidades**

As cidades têm em comum a versatilidade e a complexidade de suas atividades. Planejadas ou não, as cidades vão crescendo e constituindo seus espaços, produzidos também socialmente pela população que nela habita. Na atualidade, aspira-se pela qualidade urbana, com acessibilidade e mobilidade, sustentabilidade e qualidade ambiental.

O espaço urbano, que combina elementos ambientais e estruturais (infraestrutura; equipamentos e serviços), é composto por formas (espaços cheios: prédios, volumes, etc) e espaços livres ou vazios (ruas, praças, áreas verdes, descontinuidades, etc.), que devem ser apreendidos e analisados em seu conjunto, uma vez que se afetam reciprocamente (RIBEIRO, 2008).

Os espaços públicos são alvos de debates na atualidade, são tema de várias pesquisas e reflexões de diferentes ciências. A acessibilidade e heterogeneidade desses espaços recendem cidades mais democráticas. Os espaços públicos são importantes objetos de estudos urbanos, pois são neles que a vida urbana se concretiza. Segundo Daroda (2012, p.12):

A relação do indivíduo com a cidade se constitui a partir do seu desenvolvimento com o espaço urbano. Envolver significa encantar, conquistar, atrair. A cidade envolve, conquista o usuário. O usuário ao mesmo tempo em que se encanta com a cidade, se mistura com ela, e ao misturar-se à cidade o indivíduo a experimenta.

Pensar simbolicamente nos espaços públicos é conceber um conjunto de cheios e vazios, constituído pela diversidade e representações, um combinado de cultura, economia e valores de uma sociedade. Para Gomes (2002, p.164):

Todas as cidades dispõem de lugares públicos excepcionais que correspondem à imagem da cidade e de sua sociabilidade. Por meio desses lugares de encontro e comunicação, produz-se uma espécie de resumo físico da diversidade socioespacial daquela população.

Trata-se de áreas que processam uma mistura social, com diferentes segmentos, expectativas e interesses, desfruta-se da co-presença, ultrapassa diversidades e transcende particularidades em uma prática de civilidade e aberta ao diálogo. Esses espaços, abrigam também os conflitos e as problematizações da vida social, pois enquanto lugar físico orientam práticas e comportamentos guiados por um estatuto público que os normatiza. (GOMES, 2002)

Os espaços públicos sofreram modificações em sua estrutura econômica, física e espacial com o passar dos anos. Desta forma, pretende-se resgatar sua história, seus diferentes usos e modificações nas sociedades. Para Dias e Esteves Júnior (2017), o espaço público é uma categoria físico-espacial que recebe diversas significações e, ao ser ponderada por um enfoque epistemológico metacientífico, adquire uma contextualização referente as suas distintas relações espaço-temporais.

À vista disso, podem ser encontradas diversas expressões derivadas e utilizadas pelas diversas ciências que exploram a temática espaços públicos, tais quais: “esfera pública”<sup>2</sup>, “espaços livres públicos”, “espaços semipúblicos”, “espaços pseudo-públicos” “espaços públicos, mas não civis”, dentre outros.

A noção de espaços públicos é uma herança da civilização grega que, a partir do conceito de democracia, igualdade e reciprocidade entre os cidadãos, criou um espaço para domínio coletivo público (a *ágora*) onde os homens iguais e livres podiam se encontrar a qualquer momento.

Entretanto, neste contexto da civilização grega, cabe destacar que havia grupos que eram excluídos das decisões políticas, sendo eles: os escravos (que representavam um grande número da população), as mulheres e os estrangeiros (BORTOLO; ROCHA, 2017). Essa noção de espaços públicos passa pelo conceito de esfera pública na Antiguidade, sendo necessário o entendimento distinto desses termos.

Para Arendt (2008), a vida na cidade era organizada pela esfera pública e esfera privada, onde a distância entre o mercado e a casa não era somente física, mas sim pelo tipo de pessoa que possuía acesso. Desta forma, a esfera privada era restrita a casa (*oikos*), onde aconteciam as atividades relativas à sobrevivência, e cada participante estava restrito ao seu papel atribuído pelos costumes da Grécia antiga. Em contrapartida, a esfera pública era constituída somente por homens – proprietários de terras e de escravos, cidadãos estes que não necessitavam trabalhar para assegurar sua sobrevivência – que possuíam livre acesso à *polis*. Para a autora citada, o espaço público, sendo espaço da ação e visibilidade, é uma constituição política que ocorre por intermédio da comunicação e pluralidade (ARENDR, 2008).

As concepções de esfera pública e esfera privada utilizadas para qualificar os espaços coletivos e de sociabilidade na antiguidade apresentam distinções de sentidos na análise moderna e atual de espaços públicos. Segundo Valverde (2007, p.68) era “[...] negligente uso da expressão ‘espaço público’, usado em equivalência com expressões como ‘esfera pública’ ou ‘lugar da política’”, pois estes conceitos desconsideravam a noção física do espaço público.

Gomes (2002) associa os conceitos de espaço público e cidadania, avaliando as práticas e dinâmicas sociais que neste se manifestam. Desta forma, o autor consegue tratar da

---

<sup>2</sup> O filósofo Habermas (1984) estendeu seus estudos acerca da evolução do conceito de esfera pública na Europa Ocidental Moderna. Para Habermas (1984) a esfera pública era o lugar destinado aos debates de interesse coletivo, na qual os interesses privados não emergiam, isto é, prevalecia a participação e deliberação de ideias entre homens iguais e livres, fatores estes importantes para o exercício da democracia.

relação da dimensão política e social da esfera pública, dos aspectos formais e estruturais do espaço público concreto. Gomes (2002, p.172) constata que:

Um olhar geográfico sobre o espaço público deve considerar, por um lado, sua configuração física e, por outro, o tipo de práticas e dinâmicas sociais que aí se desenvolvem. Ele passa a ser visto como um conjunto indissociável de formas com as práticas sociais.

O espaço público é coabitado por indivíduos que devem respeitar os limites, usos e parâmetros estabelecidos por um espaço formal, visto que o espaço normatizado é a matriz do espaço público, sendo o principal *locus* da reprodução da vida coletiva. Portanto, qualquer ação social que subverta a realidade desse espaço põe em jogo um retrocesso às convenções iniciais que fundam a cidadania, precedida também em bases da civilidade e urbanidade. Para o autor, esse recuo pode ser tanto nas institucionalizações das práticas sociais, que tangem à vida democrática do cidadão, quanto ao cenário físico que limita ou qualifica as ações (GOMES, 2002).

Ainda conforme o autor, “Fisicamente, o espaço público é, antes de mais nada, o lugar, praça, rua, *shopping*, praia, qualquer tipo de espaço, onde não haja obstáculos à possibilidade de acesso e participação de qualquer tipo de pessoa” (GOMES, 2002, p.162), sendo ele submetido as regras na qual a sociabilidade se transforma civilidade, urbanidade ou polidez.

De acordo com Bettencourt (2010, p.35):

Os espaços públicos englobam uma diversidade de lugares, de onde se destacam os parques, jardins, avenidas, ruas, praças, largos, praças e frentes de mar e de rios. Estes encontram-se interligados formando uma rede de percursos que atravessam a cidade, não só estruturando o meio envolvente como também dando-lhe continuidade. Além disso, cada um deles apresenta funções, formas, dimensões, arquitetura e valor patrimonial distintos, constituindo uma referência na cidade, que contribui para enriquecer e dar vida à própria urbe.

O espaço público constitui-se da história política e social das cidades. A partir da interação da sociedade com o espaço, articulam-se condições de institucionalização política e de intermediação comunicativa. Desta maneira, o espaço público pode ser considerado resultado da convergência entre as dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais (BORTOLO, 2015).

Ao se aprofundar no tema espaço público, encontra-se uma gama de sentidos e expressões conceituais empregadas por diversos autores. Lavallo (2005), demonstra a fragilidade da expressão “público”, que após sua aparição no século XIV sofreu mudanças semântica ao longo dos séculos, como: espaço público; esfera pública; vida pública e publicidade.

Por essa razão, Lavallo (2005) acredita que esse termo dicotômico se torna inteligível quando a oposição com o “privado” estabelece algumas fronteiras. Dessa maneira, estabelece que a ideia de público possui três sentidos opostos:

[...] privado *versus* vida pública, com suas conotações de convívio social e de acesso aberto ou irrestrito; privado *versus* vida política, associada a decisões vinculantes, a cursos de ação obrigatórios sobre problemas da comunidade e, em geral, ao interesse público; e privado *versus* publicitado ou exposto à luz pública. (LAVALLE, 2005, p.9)

Na primeira dimensão, o “privado” corresponde ao sentido de privacidade e intimidade, se contrapondo à vida pública definida também por dimensão social. Na segunda dimensão, o “privado” refere-se à propriedade privada do estado de direito do mundo moderno, em oposição ao público que pode ser coincido com “geral, Estado, igualdade”, assumida também como dimensão política. E, por último, está a terceira dimensão de “privado” que diz respeito a não atingir notoriedade pública e permanecer limitada ao conhecimento de poucas pessoas ou particulares, opondo-se à publicidade e à difusão a plateias e ouvintes. Desta forma, o autor define por dimensão do comunicativo uma intermediação entre as instituições políticas e a sociedade. Dito isso, a análise desenvolvida pelo autor mostra as distintas possibilidades de pensar os espaços públicos e sua configuração multidimensional (LAVALLE, 2005).

Para Daroda (2012), o espaço está sempre relacionado a três elementos, sendo eles: a configuração espacial, o poder e as relações sociais. Acrescenta ainda que:

Na Antiguidade o espaço público está mais relacionado ao poder, enquanto que na Idade Média o espaço público é o local das relações sociais e a partir do renascimento verifica-se uma maior relevância no papel desses espaços na configuração espacial – em nenhum momento esses três elementos deixam de estar presentes e articulados dialeticamente (DARODA, 2012, p.24).

Devido à complexidade da realidade urbana, há diversos aspectos possíveis para qualificar os espaços públicos, como a sua diversidade tipológica, morfológica e funcional, além de ser compreendido pela estrutura social do momento e dos seus interesses dominantes.

Os espaços públicos contemporâneos possuem uma multiplicidade de funções, desde o tradicional lugar do convívio social aos novos usos que podem ser encontrados nesses espaços. Essas funções podem ser vistas no quadro 1, uma síntese feita por Bortolo (2015) ao analisar os distintos usos e funções sociais dos espaços públicos de lazer nos diferentes períodos brasileiros.

Quadro 1: Funções desempenhadas pelos espaços públicos de lazer em diferentes períodos brasileiros.

<b>Período</b>	<b>Colonial Séculos XVI e XVII</b>	<b>Mudanças e Transições Século XVIII</b>	<b>Moderno Século XIX</b>	<b>Contemporâneo Século XX e Início do século XXI</b>
<b>Função Social dos Espaços Públicos de lazer</b>	Convívio social Uso religioso Uso militar Comércio/feiras Circulação Recreação	Convívio social Circulação Contemplação Passeio Cenário	Convívio social Circulação Contemplação Recreação Cenário Lazer cultural Lazer esportivo	Convívio social Contemplação Circulação Recreação Cenário Lazer esportivo Lazer cultural Comércio/Serviços

Fonte: Bortolo (2015)

De acordo com Leitão (2002), as funções identificadas com maior frequência são: lazer, eventos, contemplação e estética, descanso e estar, e ambientes para atividades educativas. O tempo de utilização varia de acordo com as funções realizadas nos espaços.

Salienta-se que o cenário dos espaços públicos no período do movimento moderno não se restringiu a um movimento da arquitetura, mas reverberou nos costumes e práticas sociais da cidade.

De acordo com Daroda (2012), os espaços públicos que passam por um momento de ascensão nos fins do século XIX – com uma reestruturação e ressignificação destes espaços, ganhando também novas tipologias como bulevares, jardins, parques, avenidas, praças que compõem o espaço urbano público das cidades – têm o seu declínio no início século XX com os novos princípios funcionalistas e racionalistas do movimento moderno, também definido por Lamas (2004) como urbanismo operacional<sup>3</sup>.

O emuralhamento da vida social e o crescimento das ilhas utópicas são dois processos próprios do homem moderno que caracterizam o recuo das pessoas nos espaços públicos e dispõem de diversos recursos para ficar inacessível ao contato social. Com o avanço das tecnologias, o mundo está acessível sem que haja necessidade de sair de casa, o lazer, as necessidades

<sup>3</sup> Para Lamas (2004) a cidade moderna passou por diversas experiências e formulações teóricas, mas a sua teoria geral estava em negar a cidade antiga e construir um novo modelo, isto é, romper com as formas tradicionais de construções e das cidades. O movimento compreendeu várias transições e etapas e ainda foi marcado pelo acontecimento da 1ª e 2ª guerras mundial, refletindo em um ambiente de construção e reconstrução entre e após as guerras. Para Lamas, dois períodos são marcantes sendo um entre as guerras “É nesta etapa que se formulam todas as experiências de destruição e abandono do quarteirão, da rua e até da própria praça; que em seu lugar se propõem as tipologias da torre, do bando e do bloco; que a cidade deixa de se organizar como mistura funcional para se dividir em zoneamentos rígidos; e em que se dá a quebra de integração recíproca dos vários elementos morfológicos que constituem a estrutura urbana” (LAMAS, 2004, p.298), e no período após a segunda guerra nos anos 1950, em que o urbanismo moderno se consolida como a única forma de se pensar a cidade, surgindo então a materialização dos seus métodos na cidade, designado pelo autor de “urbanístico operacional” momento em que se construíram grandes conjuntos modernos. O urbanismo operacional era reflexo das diretrizes de planificação burocrática e administrativa do movimento moderno, no qual exercia um controle das quantidades e dos usos nas cidades, e possuiu uma força plástica que alterou a forma física e estética das cidades.

de abastecimento e a comunicação social são intermediados por máquinas e permitem o confinamento social (GOMES, 2002).

O sociólogo Richard Sennet (1998) reflete em sua obra “O declínio do homem público” sobre as relações homem-sociedade e as mudanças de comportamento em público da sociedade moderna, utilizando de pistas e concepções abstratas como o discurso, o vestuário e as crenças, para então formular algumas teorias.

A organização espacial do homem moderno envolve um apanhado de códigos expressos pela arquitetura que não carregam nenhum sentido social e são imbuídos de contradições. No movimento moderno, surgem os arranjos céus enaltecidos por suas novas tecnologias de construção (concreto armado e vidro) que proporcionam maior luminosidade e rompem barreiras interior-exterior.

Entretanto, em análise de um caso específico Sennet (1998) destaca-se a contradição edifício que tinha fechamento para os espaços públicos ao seu redor, possuindo então uma não-relação com seu espaço de implantação de maneira que estes edifícios pudessem se localizar em qualquer outro lugar, pois “vale dizer que seus projetistas não tinham a sensação de estarem em nenhum local específico, muito menos em um meio urbano extraordinário” (SENNET, 1998, p. 27), revelando o paradoxo da estética, visibilidade e do isolamento social.

De acordo com Daroda (2012), os espaços públicos do período modernista localizavam-se próximos as edificações e contribuía para o lazer coletivo, bem como estavam de acordo com os preceitos de setorização do movimento moderno. Através dos planos urbanísticos, as áreas verdes e os espaços públicos constituíram um novo espaço, destinados a vida social e ao tempo livre. No entanto, o funcionalismo modernista gerou reflexões e discussões sobre sua maneira de racionalizar não só as formas urbanas, mas também ressoar nos comportamentos e na vida coletiva pública. Para Daroda (2012, p.31):

A principal crítica estava voltada à criação de um padrão tipológico, determinando o comportamento do usuário e o foco do seu interesse. Este padrão tipológico acabava por generalizar a experiência, sem particularizá-la, mas individualizando-a a ponto de fragmentar as relações sociais no espaço público.

O uso das ruas e calçadas foi modificado e suprimido com a prevalência do uso dos carros, restringindo-se à circulação e ao modo funcional de se pensar a cidade, estabelecido pelo movimento moderno. Dessa maneira, a vivência nas cidades diminuiu após essa nova requalificação do espaço urbano. O recuo da cidadania e, conseqüentemente, dos espaços públi-

cos é uma dinâmica bastante complexa que possui estreitas relações com os sistemas de representações políticas, assim como com o processo de urbanização e a situação econômica das cidades (GOMES, 2002).

As mudanças e requalificações do espaço urbano são entendidas nos estudos das cidades pela compreensão da sua morfologia urbana. De acordo com Lamas (2004), a morfologia urbana<sup>4</sup> reflete os estudos das formas urbanas a partir dos fenômenos que lhes deram origem.

As formas urbanas passaram por diversas mudanças no decorrer da organização das cidades e ocupação do território. Os elementos morfológicos<sup>5</sup> são ressignificados e modificados na estrutura urbana, como exemplo, a rua, que após o urbanismo moderno passou a ser um mero percurso e local de passagem, assim como a praça, que deixou de ter como característica principal ser o local de encontro. No movimento moderno o espaço da praça, ainda imerso por suas tradições e significados em diversos casos, se tornou contingente a um movimento estético que empregou praças e áreas verdes como plano de fundo dos prédios, com usos rotineiros de circulação e passagem.

Assim sendo, em vista da pobreza formal e social produzida por um urbanismo operacional (LAMAS, 2004) é necessário resgatar a relação dos habitantes com a cidade e o espaço urbano. Após a reflexão da complexidade espacial das cidades, surgem importantes contribuições dos arquitetos e urbanistas como Jane Jacobs e Kevin Lynch dentre outros que estiveram posicionados contra as formulações e propostas modernistas para as cidades.

O espaço urbano foi reorganizado e impulsionado pelos novos modelos de circulação nas cidades contemporâneas a partir da introdução do automóvel particular. Para Calliari (2014), a cidade dos carros no Brasil começou a se desenvolver a partir da década de 1930, com o plano de Avenidas implantado no mandato de Francisco Prestes Maia como prefeito da cidade de São Paulo, marcando as primeiras ações para melhoria na fluidez do tráfego e transportes nas cidades. Segundo Caldeira (2003), uma das principais causas da concentração das cidades

---

<sup>4</sup> De acordo com Lamas (2004) três pontos definem e clareiam o seu papel da morfologia urbana, sendo eles: (I) a morfologia urbana é um estudo da forma urbana e suas partes físicas externas, isto é, os elementos morfológicos e sua produção e transformação no decorrer do tempo; (II) o estudo da morfologia urbana trata-se da divisão do meio urbano em partes e da articulação das partes com o todo que as definem, desta forma é preciso a identificação e elucidação dos elementos morfológicos que auxiliam na leitura e análise do espaço de acordo com sua ordem de concepção e produção; e por fim, (III) o estudo morfológico leva em consideração os momentos de produção do espaço urbano.

<sup>5</sup> Lamas (2004) define os elementos morfológicos, sendo eles: o solo, os edifícios, o lote, o quarteirão, a fachada, o logradouro, o traçado da rua, a praça, o monumento, a árvore e a vegetação e o mobiliário urbano.

era a ineficiência do transporte coletivo que cobria uma pequena área da cidade, dificultando que os trabalhadores deslocassem da periferia para trabalhar no centro.

Desta forma, a expansão de linhas do transporte público para bairros na periferia amparou o padrão de urbanização chamado de centro-periferia desde os anos de 1940. Mais tarde, depois do período de massiva industrialização e urbanização, pelos quais passaram os grandes centros, já nos anos de 1980/1990, as classes médias e altas mudaram seu estilo de vida e foram conquistadas por uma nova maneira de morar: os condomínios fechados. Esse tipo de organização ganhou aderência pelas classes ricas por unir várias vantagens em um só empreendimento: entradas controladas e monitoradas por sistema de segurança, grande terreno com áreas verdes e espaços de lazer e uso coletivo dentro do condomínio (CALDEIRA, 2003).

A referida autora considera que essa nova maneira de morar e de se organizar no espaço é redefinida pelos “enclaves privados e fortificados” que tendem a ambientes socialmente homogêneos e que conferem *status*, no qual só estão pessoas seletas, que fazem parte do mesmo grupo social e se fecham para interações indesejadas. Segundo Caldeira (2003, p.259):

Os enclaves privados e fortificados cultivam um relacionamento de negação e ruptura com o resto da cidade e com o que pode ser chamado de estilo moderno de espaço público aberto à livre circulação. Eles estão transformando a natureza do espaço público e a qualidade das interações públicas na cidade, que estão se tornando cada vez mais marcadas por suspeita e restrição.

Nessa conjuntura, são potencializados espaços alienantes e fechados, isto é, os enclaves privados e fortificados de domínio privados que segregam e modificam as interações sociais, redefinindo a maneira de vivenciar verdadeiramente os espaços de sociabilidade.

Castro (2004) faz uma reflexão sobre dois tipos de espaços públicos e os define como “espaços públicos fortes” e “espaços públicos fracos” como sugestão da diferenciação para espaços públicos políticos e espaços públicos não-políticos respectivamente, nos quais ambos são arenas do cotidiano social. Há uma diferença entre eles, sendo um o espaço da política – das regras para o convívio dos livres e diferentes, e o outro o espaço da publicidade – dos livres e iguais, do ver e ser visto. Para Castro (2004, p.152):

Espaço público *forte* é aquele do livre enfrentamento das diferenças, que para existir, por definição incorpora a política como mediação no equilíbrio do paradoxo da integração social que impõe competição e cooperação. O espaço público *fraco* é aquele da visibilidade e da coexistência dos livres e iguais. Este não é ainda um espaço político nem social, no sentido que a sociedade é fruto da associação de diferentes. A separação entre ambos como recurso analítico me parece oportuna no sentido de identificar as representações dos sujeitos de cada um e os limites dos prospectos democráticos, para o primeiro, ou os riscos da exclusão e da tirania para o segundo.

Nesse contexto, é possível identificar exemplos de espaços públicos fracos na cidade contemporânea como os condomínios fechados privados, os *shoppings centers*, os parques temáticos, clubes, dentre outros espaços que possuem a coexistência dos iguais e tem seu acesso restrito para que haja controle.

A autora Jane Jacobs, na construção do seu livro “Morte e vida nas grandes cidades” nos anos de 1961, buscou refletir sobre os padrões impostos pelo movimento moderno disseminado nas escolas de arquitetura e urbanismo e em diversos pontos de discussões da época. Jacobs (2003) apresenta críticas e soluções a partir de sua análise do cotidiano e do funcionamento prático das cidades americanas, fruto do seu contexto vivencial. Passaram-se anos e a sua obra ainda permanece viva, principalmente em suas considerações sobre a importância da diversidade de usos em todas as escalas da cidade: na rua, no quarteirão, no bairro, na cidade, nos espaços públicos. Para Maricato (2001, p.2), a diversidade “É antídoto para grande parte dos males urbanos que ocorrem com o uso monofuncional. Diversidade de usos, de nível sócio econômico da população, de tipologia das edificações, de raças, etc.”

Jacobs (2003) trouxe também questões quanto a insegurança urbana. Conforme a autora, a segurança urbana estava nos usos das calçadas, ruas e dos equipamentos urbanos públicos, de maneira que os “olhos das ruas” eram dos próprios habitantes ao usufruírem espontaneamente os espaços, realizando informalmente o papel de policial a rua. A soma de contatos, que são triviais em sua maioria, resulta em uma identidade pública dos usuários, isto é, gera uma rede de respeito, confiança e apoio em uma eventual situação particular ou da vizinhança (JACOBS, 2003).

Outro aspecto salientado pela autora está na forma que os planejadores urbanos ortodoxos do movimento moderno tratam as áreas livres, sem uma crítica reflexiva de que não é eficaz criar muitas áreas livres sem que haja utilizações e identificações dos usuários com o espaço, e indaga “Mais Áreas Livres para quê? Para facilitar assaltos? Para haver mais vazios entre os prédios? Ou para as pessoas comuns usarem e usufruírem? Porém, as pessoas não utilizam as áreas livres só porque elas estão lá” (JACOBS, 2003, p. 98). Essa autora fomentou a crítica ao planejamento urbano ortodoxo e o urbanismo funcional que perpetua até os dias atuais.

Ramirez e Narciso (2017) desenvolvem uma discussão sobre os espaços urbanos, em especial os espaços públicos que se tornaram parte da política neoliberal global das últimas décadas empreendidos nas cidades pelo urbanismo gerando novas formas de organização do

espaço-tempo, nos símbolos culturais e modificando também a experiência subjetiva da produção e reprodução da sociedade.

De acordo com as autoras, a idealização do espaço público importado da Filosofia Política – na qual esses espaços têm a capacidade de gerar a integração social, suprimir processos de segregação e fragmentação urbana, restaurar a cidadania perdida, possibilitar desenvolvimento econômico e alcançar o direito à cidade – reforça um discurso político e faz frente a uma construção ideológica de um espaço ideal e homogêneo. Essa concepção, ao invés de facilitar a compreensão desses espaços, limita as múltiplas possibilidades que as classes e os grupos sociais têm de se apropriar desses.

Em linhas claras, a política de estado é regulada por classes hegemônicas e pelo setor privado de modo a conceberem espaços que não representam todas as classes. Trata-se das representações dos espaços de Henri Lefebvre (RAMIREZ; NARCISO, 2017).

O que diferencia na reprodução social do espaço público contemporâneo é a identificação do cidadão com o espaço concebido e, assim, passa a agir naturalmente de maneira a apropriar-se dele. O processo de concepção dos espaços públicos está relacionado a racionalidade técnica de quem constrói, pois quem detém a capacidade prática de conceber o espaço de forma “neutra” não o faz porque está ligado as instituições de poder dominantes, que se associam as classes dominantes e as experiências e imaginários urbanos elitistas. Conforme Ramirez e Narciso (2017, p. 138-139):

Essas iniciativas, intervenções e imaginários da classe política apostam na imagem que podem criar da cidade, o que representa uma negação dos interesses relativos as necessidades de alguns cidadãos, já que os espaços criados a partir das estratégias de renovação urbana foram concebidos à margem desses mesmos cidadãos, fazendo com que não se usem ou não gerem identidade alguma em relação a eles.

Dessa forma, reflete-se o espaço público como ideologia do urbanismo e das políticas neoliberais. De que maneira estes espaços refletem as necessidades dos cidadãos ou somente fazem parte do discurso hegemônico?

Retomando Jacobs (2003) ao dizer que as pessoas não vão usar as áreas livres somente porque estão lá, sem haver qualquer identificação com os espaços, é improvável que aconteça apropriação dos espaços públicos. De acordo com Narciso (2009, p.277):

A apropriação envolve necessariamente a interação recíproca utente/espaço, na qual o utente age no sentido de moldar os lugares segundo suas necessidades e desejos e o seu contexto social. Os lugares, em contrapartida, tornam-se receptivos. Essa influência mútua entre utente/espaço é a razão pela qual as pessoas e os grupos encontram, ou não, sua identidade nos diversos lugares em que vivem.

Por consequência, a implantação de parques sem que haja um estudo das necessidades dos potenciais usuários aumenta a não-identificação dos cidadãos com o espaço e reforça o modelo de espaço público enquanto discurso.

No entanto, não inviabiliza que os espaços sejam apropriados, ressignificados, visto que pertence ao cidadão esse poderio de transformação em qualquer situação social. Em resposta a racionalidade da cidade contemporânea, a construção de cidade realizada a partir dos esforços da sociedade civil pode ser vista no urbanismo tático, definido por Fontes (2018, p.91) como aquele que:

[...] se alinha com as ações de direito à cidade, atuações que priorizam o espaço público como lugar para o engajamento democrático e não como um negócio (Ferguson, 2014, p.15) e muito menos como um espaço para o usufruto de poucos privilegiados. Sendo assim, alia a reconquista do espaço físico à reivindicação também do espaço político

Diante da análise dos conflitos dos usos no espaço urbano em “Teoria das práticas”, Certeau (1998) explora as imposições e controles das práticas cotidianas e desenvolve as noções de estratégia e tática, tratando-se de formas de saber e conhecimentos práticos que são colocados em ação de modo a subverter as imposições e controles sobre os indivíduos. Em definições dadas pelo autor:

Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. [...] chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem lugar senão o do outro. [...] Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ‘ocasiões’ e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. [...] Em suma, a tática é a arte do fraco (CERTEAU, 1998, p. 99-100).

São através das criações e invenções no cotidiano que os indivíduos se constituem como produtores sociais do espaço. Nesse sentido, encontra-se uma aproximação na compreensão de espaços públicos contemporâneos de acordo com Leite (2007, p.196):

Nesse caso, entende-se que uma noção de espaço público requer, para qualificar como *públicos* determinados espaços urbanos da vida contemporânea, uma inserção conceitual de mão dupla entre *espaço e sociabilidade pública*. Implica, portanto, relacionar dois processos interdependentes, que concorrem simultaneamente para uma única direção: a construção social do espaço, enquanto produto e produtor de práticas sociais; e a construção espacial da sociabilidade pública, enquanto produto e produtor das espacializações da vida social.

Esses dois processos descritos por Leite (2007), construção social do espaço e construção espacial da sociabilidade, apresentam o espaço que mantém sua materialidade física e é

socialmente produzido e potencialmente social, político e comunicativo. Dessa forma, o debate sobre espaços públicos retoma a crítica social segundo um princípio analítico de que a cidadania subentende a essência da sociabilidade, reconhecendo os diferentes valores e interesses da sociedade.

A partir das análises das teorias dos espaços públicos discutidas por Gomes (2002; 2018); Serpa (2007) Leite (2007); Castro (2004); Daroda (2012); Ramirez e Narciso (2017) é possível constatar as mudanças nas formas de experiências individuais e coletivas no espaço urbano. As experiências vividas no espaço público hoje se voltam para espaços fechados “pseudo-públicos”, sobretudo a população que detém maior condição financeira e pode abdicar das formas tradicionais de convivência.

Conforme Souza (2008), os espaços públicos também foram convertidos em política de consumo como no caso de alguns parques urbanos que agregam valor econômico aos empreendimentos imobiliários que estão no seu entorno. Nesse sentido, para Carlos (2011), ainda que o espaço público seja o lugar do encontro (por excelência) foi invadido pelo mundo da mercadoria e imersos no processo de valorização do espaço.

Cabe ressaltar que a Constituição Federal de 1988 possui artigos<sup>6</sup> dedicados à política urbana, os quais possuem relação direta com a concretização dos direitos sociais na cidade, garantindo ao cidadão direitos essenciais como: trabalho, moradia, transporte e ao lazer, sendo esses, classificados pela Carta de Atenas como as quatro funções essenciais da cidade (LIBÓRIO; SAULE JÚNIOR, 2017).

Em vista disso, é um direito constitucional ter acesso aos espaços públicos promovidos pelo poder público local. Para Libório e Saule Júnior (2017), o *caput* do art. 225 da Constituição Federal, “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida (...)”, remete à garantia do bem-estar dos cidadãos, cabendo ao poder municipal mediar e provê-lo através das políticas públicas. Desta forma, conforme Libório e Saule Júnior (2017, p.7):

Cabe aos Municípios como principal ente federativo na promoção da política urbana definir quais são e de que forma devem ser desenvolvidas as funções sociais da cidade tendo como principal instrumento o plano diretor. De forma geral os Municípios brasileiros têm definido as funções sociais da cidade como o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social, ao acesso universal aos direitos sociais e ao desenvolvimento socioeconômico e ambiental. Os componentes

---

<sup>6</sup> Esses artigos são uma ordem legal urbana, concebe ao poder local maiores poderes de atuação no campo legislativo, administrativo e econômico a partir de diretrizes gerais, devendo atuar na realização de políticas para o desenvolvimento urbano, no ordenamento do território quanto ao seu uso e ocupação (rural e urbano), no fomento de políticas públicas que ofereçam o desenvolvimento das funções sociais da propriedade, da cidade e do bem-estar de seus habitantes. (LIBÓRIO, e SAULE JÚNIOR, 2017)

das funções sociais da cidade têm sido compreendidos como os mesmos componentes do direito a cidades sustentáveis previstos no Estatuto da Cidade: terra urbana, moradia digna, saneamento ambiental, infraestrutura urbana, transporte, serviços públicos, trabalho, sossego e lazer.

A partir do desenvolvimento das cidades, o poder público local tem como finalidade assegurar o bem-estar dos habitantes e as demais funções sociais<sup>7</sup> da cidade. Em consonância com Bernardi (2006), a cidade pode ser dividida em três grupos quanto a suas funções sociais, sendo eles: 1) Funções urbanísticas (habitação, trabalho, lazer e mobilidade) 2) funções de cidadania (educação, saúde, segurança e proteção; 3) funções de gestão (prestação de serviços, planejamento, preservação do patrimônio cultural e natural e sustentabilidade urbana). Conforme a autora, essas funções quando ordenadas propiciam justiça social urbana e qualidade de vida para a população.

Para Souza (2010), o desenvolvimento urbano também entendido por desenvolvimento socioespacial é visto pela combinação de dois pilares que se complementam: a qualidade de vida e a justiça social, de maneira que haja uma busca maior pela autonomia coletiva e individual nas relações sociais e que seja capaz de conciliar o respeito ao par alteridade-igualdade.

Os parâmetros estabelecidos por Souza (2010), qualidade de vida e justiça social, são vinculados a diferentes esferas da vida, sendo pertencentes a esfera privada e pública respectivamente. Entretanto, a justiça social na cidade capitalista, de maneira contraditória, pode estar aliada aos processos de desigualdades econômicas, segregação socioespacial e igualmente ao menor grau de oportunidade de participação cidadã. A isonomia de direitos encontra-se meramente no plano ideal, uma vez que as desigualdades enraizadas na sociedade atual fazem com que esses espaços sejam usufruídos mais por uns do que por outros.

Os conflitos das cidades contemporâneas podem ser compreendidos através da análise do cotidiano, do lugar enquanto parcela do espaço (*locus* da construção social); do pensar; viver; habitar, usufruir; consumir e dos processos de apropriação do espaço – que ao mesmo tempo revela suas contradições intrínsecas, pois recebe múltiplas coações e pressões de todos os níveis escalares (local-global).

---

<sup>7</sup> Para garantir e legitimar a função social na cidade, o Estatuto das Cidades Lei 10.257/2001 define a obrigatoriedade do Plano Diretor em cidades com população superior à 20.000 habitantes. Desta forma, o Plano Diretor se tornou o instrumento de maior importância local, uma vez que indica orientações e diretrizes para o desenvolvimento do município, voltado para as necessidades locais. (BERNARDY, 2013). Devido à difícil tarefa de planejar, Bernardy (2013) acredita que para sua efetividade, é necessário a participação da sociedade, pois é ela quem vivencia as dificuldades da realidade local e tem muito a contribuir no processo de planejamento para uma cidade melhor. Desta maneira, o plano diretor participativo tem um papel importante na construção da cidadania, uma vez que cidadão também tem o poder para participar e fiscalizar em conjunto com as autoridades locais.

### 1.1.1 Parques urbanos no Brasil e no mundo: diferentes perspectivas

A natureza não era uma dimensão acessível no pensamento grego, mas sim, representava uma causa final, a saber, “o mundo é o que é e não é possível explicá-lo” (SEGAWA, 1996, p.23). Foi a partir do renascimento com a interpretação teológica que a natureza passou a ser vista como espetáculo, na qual era percebida como “(...) feita para os humanos apreciarem a capacidade de Deus; usufruir, conhecer os prazeres de um espetáculo no qual os seres humanos teriam um papel fundamental ” (SEGAWA, 1996, p.23).

A relação com a natureza inspirava a capacidade de percepção das suas dimensões nas incursões pelo campo, resultando na contemplação da paisagem. Na arte, desde o século XV, os artistas já eram considerados mestres da paisagem, sendo a pintura um instrumento fundamental para habilitar os sentidos. Assim, no século XVII a prática de contemplação, cultivo de árvores, flores e jardins se tornou um hábito cotidiano à população urbana da Europa.

Os jardins, que recuperavam tradições antigas junto ao gosto ornamental, eram para os ingleses um local de privacidade, meditação e reflexão espiritual (SEGAWA, 1996). Segundo o autor, “O jardim e o parque públicos, criações marcantes na urbanização européia a partir do século 16, não negam em sua formulação esse envolvimento mitológico e estético com a natureza ” (SEGAWA, 1996, p.31).

Para Loboda e De Angelis (2005), o fato de observar a natureza e vê-la como um espaço aberto e ilimitado, na qual o homem deveria se subordinar, fizeram dos ingleses os idealizadores dos primeiros parques público nos moldes que conhecemos hoje.

Conforme Gomes (2013), o parque urbano tal qual conhecemos atualmente é um produto da cidade industrial. Ele surge em reação aos males e as condições insalubres da cidade industrial, pressupondo um refúgio em meio ao caos da vida urbana industrial. Assim sendo, nesse período a exaltação da natureza acontece em meio às transformações sociais, políticas e econômicas das relações campo-cidade, sugerindo um o modelo de parque enquanto espaço pensado e criado para fazer parte do novo modelo de vida do homem urbano.

Ademais, Gomes (2013) expõe que há uma relação “combinada” e “conflitante” entre o homem e o parque, sendo combinada ao unir os modos naturais do campo às necessidades do homem urbano, e conflitante porque nega parte dos modos de vida do rural e molda a natureza selvagem, uma vez que procura domesticá-la. Dessa forma, para Gomes (2013, p.62):

Torna-se fundamental esta contextualização dos parques no tempo, circunscrevendo-se ao espaço campestre, porque muitas vezes as imagens que se vende, na cidade atual,

são combinações da paisagem do campo, como gramados verdejantes, árvores esparsas, enfim, natureza ‘tratada’ paisagisticamente e natureza ‘selvagem’, como os bosques e matas fechadas onde se encontram espécies de fauna e flora. Entretanto, não é a imagem do campo em si, do modo de vida rural que se vende, mas de uma paisagem tida no imaginário social como lugar de descanso e paz, de proximidade com a natureza.

Consequentemente, o processo de produção do parque urbano e a sua representação enquanto símbolo da natureza é incorporado no cotidiano do homem urbano. Deste modo, os parques apresentam relevância para as cidades contemporâneas, sendo distintos os interesses e necessidades da sociedade no que diz respeito a essa natureza.

De acordo com Kliass (1993, p. 19), os parques urbanos são conceituados como “(...) espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinados à recreação”. Por definição dos autores Kliass e Magnoli (2006) os parques urbanos podem ser classificados a partir do conceito de espaços livres em: I – Parque de vizinhança; II – Parque de bairro; III – Parque setorial; IV – Parques metropolitanos.

- I. Parque de vizinhança – são áreas verdes destinadas à recreação ativa de crianças de 0 a 10 anos e à recreação passiva. Seu raio máximo de atendimento é 500 m, sem travessia de ruas de trânsito intenso.
- II. Parque de bairro – são áreas verdes destinadas à recreação ativa de jovens de 11 a 24 anos e à recreação passiva. Seu raio máximo de atendimento é 1.000 m.
- III. Parque setorial – são áreas verdes destinadas à recreação ativa e passiva de toda a população do município, com equipamentos para utilização em fins de semana, com um raio de atendimento máximo de 5.000 m.
- IV. Parques metropolitanos – são áreas verdes destinadas à recreação ativa e passiva de toda a região metropolitana, localizados nas reservas florestais junto de represas, etc. (KLIASS; MAGNOLI, 2006, p.251)

Assim como Kliass (1993), para Loboda e De Angelis (2005), os parques urbanos são compostos por áreas verdes e apresentam diversas funções (estéticas, ecológica e de lazer) que possuem uma extensão maior que das praças e jardins públicos.

Conforme Macedo e Sakata (2010), os parques urbanos contemporâneos são considerados espaços destinados à recreação das massas, sem haver necessidade da predominância de áreas verdes. Esses equipamentos urbanos manifestam uma constante recodificação em sua concepção, em outras palavras, de acordo com Serpa (2007), os parques urbanos são alegorias do tempo e dos poderes que os conceberam, contendo intrinsecamente os valores e discursos de uma sociedade.

A natureza aparecia inicialmente em espaços privados, em forma de jardins, bosques e parques, incentivadas pela nobreza europeia. Os parques anexos a essas propriedades

foram introduzidos aos gostos da burguesia, como sinônimo de valor econômico e *status* (HENRIQUE, 2009). Esse autor acrescenta que:

A criação dos jardins em estilo inglês trouxe à cidade uma valorização da paisagem rural e a construção de casas que mais pareciam casas de campo. Estas casas que se proliferaram eram sempre baseadas em um *parc* ou *park*. Tais *casas-park* eram acima de tudo lugares de “prestígio e privilégio” da burguesia e nobreza inglesas e buscavam ser o elo entre as virtudes do campo e a vida social da cidade. Resgatavam-se ideais como a valorização da caça e a importância dos bosques e dos rios nas propriedades. As propriedades menores, que também buscavam demonstrar esta inspiração bucólica, introduziram o *garden* (jardim) em seu nome (HENRIQUE, 2009, p. 124).

Conforme Sakata (2018a), a idealização romantizada do parque composto por bosques, campos gramados e lagos acomodados já era vista nas propriedades rurais inglesas. O parque como lugar de trocas sociais surge através dos aristocratas que viviam nos séculos XVI e XVII, todavia eram privados e não possuíam diversidade de usos. Assim, desenvolveu-se o hábito de realizar passeios pelos jardins aristocráticos e nas avenidas arborizadas. Por influência europeia, o passeio público do Rio de Janeiro (1783) foi projetado para embelezar a cidade em estilo europeu, a serviço da elite local. Conforme Sakata (2018a, p. 32) salienta:

O passeio público do Rio de Janeiro (1783), encomendado a Mestre Valentim pelo vice-rei do Estado do Brasil, prestava-se a embelezar a cidade nos moldes europeus a servir de passeio para a elite local, que trajava vestidos e casacas pesadas sob o sol dos trópicos enquanto contemplava o mar.

Os primeiros parques não surgiam originalmente com finalidades recreativas, mas como lugares de prestígio da nobreza no século XVI. Sabe-se que os primeiros parques concebidos e projetados para recreação aberta ao público foram os parques: Victoria Park (1844) – localizado na região leste Londres e o Birkenhead Park (1847) – na cidade de Birkenhead (PAULA, 2017).

Figura 1: Vista aérea do Victoria Park e seu entorno imediato.



Fonte: <https://viagemladob.com/principais-parques-para-visitar-em-londres/>

De acordo com o site oficial, o Victoria Park é um dos parques históricos mais importantes de Londres e o seu parque público mais antigo. É visitado por milhões de londrinos há quase 170 anos como local de recreação saudável, esportes, lazer e diversão. O parque é o maior em Tower Hamlets em 86,18 hectares e tem um dos maiores números de visitantes de todos os parques de Londres, com cerca de nove milhões de visitas por ano. Uma ampla gama de esportes formais e informais, atividades patrocinadas, eventos e festivais acontecem ao longo do ano. São realizados eventos para toda comunidade local como festivais e clubes de jardinagem.<sup>8</sup>

A construção do Birkenhead Park foi uma proposta dos os principais industriais locais William Jackson, Macgregor Laird e Thomas Brassey, que em meados do século XIX visionaram construir uma “cidade do futuro” na península de Wirral, a cidade de Birkenhead. Em decorrência da rápida expansão das populações urbanas, o Select Committee on the Health of Towns em 1840 declarou algumas medidas necessárias para humanidade e justiça ao mais pobres (WIRRAL, 2015).

---

<sup>8</sup> Disponível em: [https://www.towerhamlets.gov.uk/lgnl/leisure\\_and\\_culture/parks\\_and\\_open\\_spaces/victoria\\_park/victoria\\_park.aspx](https://www.towerhamlets.gov.uk/lgnl/leisure_and_culture/parks_and_open_spaces/victoria_park/victoria_park.aspx)

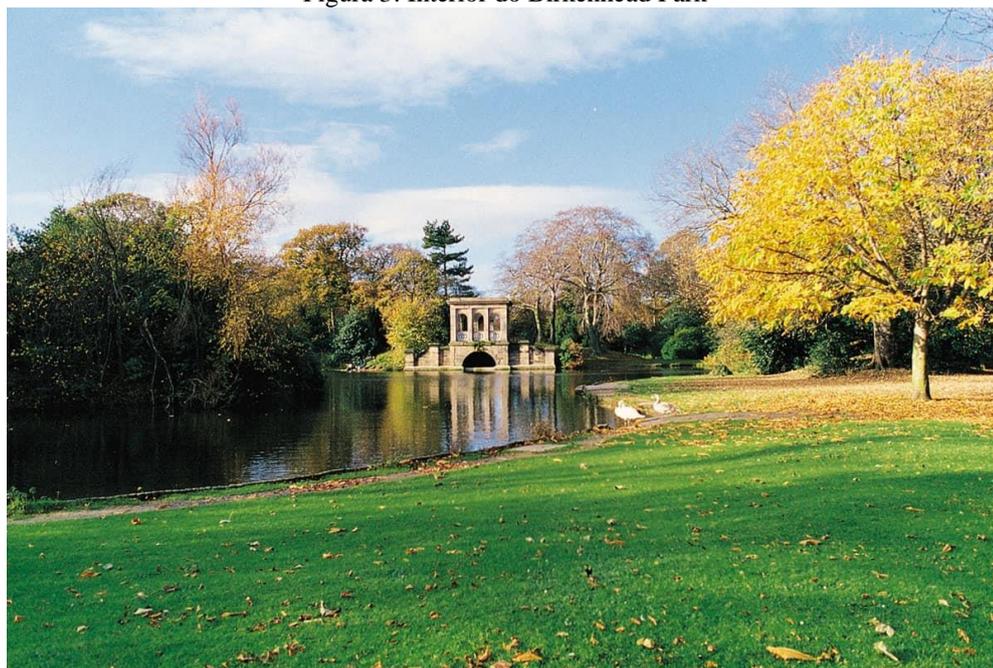
Figura 2: Vista aérea do Birkenhead Park e seu entorno imediato.



Fonte: <https://www.birkenheadpark1847.com/park-at-war>

Dessa forma, o Birkenhead foi projetado por fundos públicos, refletindo o fato da cidade ser um modelo de cidade para o futuro, de maneira a preservar o bem-estar dos habitantes como premissa. Desde sua abertura, o parque permanece praticamente inalterado, de modo que sua originalidade e integridade permanecem intactas, enquanto continua a modernizar para atender as necessidades e exigências dos visitantes. Em recentes estudos realizados, atualmente a predominância de usos do parque são para atividades de lazer, exercícios físicos, intercâmbio cultural e como local para deleite da sua beleza (WIRRAL, 2015).

Figura 3: Interior do Birkenhead Park



Fonte: <https://www.visitnorthwest.com/sights/birkenhead-park/>

Em viagem a Liverpool nos anos de 1850 o arquiteto e paisagista americano Frederick Law Olmsted, em visita ao Birkenhead Park, observou que o parque era de uma cidade modelo e que em sua construção teve um espírito empreendedor, sendo assim, foi influenciado pelo Birkenhead Park em seu projeto do Central Park em Nova York, ao vencer em 1858 o concurso junto com Calvert Vaux. De acordo com o site oficial de Birkenhead Park, Olmsted escreveu em seu livro “Walks and Talks of an American Farmer” (1852) sobre o valor social do Birkenhead Park apresentado como uma forma estética

Five minutes of admiration, and a few more spent studying the manner in which art had been employed to obtain from nature so much beauty, and I was ready to admit that in democratic America there was nothing to be thought of as comparable with this People’s Garden.<sup>9</sup>

Conforme Sennet (2018), a viagem de Olmsted a Liverpool foi um momento importante na sua vida. Após ativar sua consciência racial<sup>10</sup>, pensou na criação de parques e lugares onde todas as raças pudessem conviver, apresentando uma concepção diferente para os usos mistos de um parque. Olmsted acreditava em um modelo de parque “gregário” com espaços amplos para onde convergiriam gente de toda a cidade, acolheria cristãos, judeus, imigrantes e todos americanos. O Central Park (1858-1873), obra conjunta de Olmsted e seu sócio Calvert Vaux, possui uma extensão de 3,4 km<sup>2</sup> e quando inaugurado não tinha nada de central, pois ficava distante da cidade.

Figura 4: Vista aérea do Central Park na cidade de Nova York.



Fonte: [www.dicasnewyork.com.br](http://www.dicasnewyork.com.br)

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.birkenheadpark1847.com/park-at-war>

<sup>10</sup> Liverpool foi um centro de comércio escravo britânico, contudo, quando Olmsted visitou já não existia mais o comércio, mas serviu para avivar sua consciência racial no seu país de origem. (SENNET, 2018)

Olmsted deu tom ao seu convite “gregário” nos limites do parque, colocando várias entradas com portões mais modestos, pois sua intenção era passar a mensagem de que “todos são bem-vindos, independentemente da posição ou riqueza”, esse gesto simples, mostrou como era a atitude de Olmsted em relação as massas. Descartando o medo de que o parque gigantesco necessitasse de segurança à noite, o parque seria aberto e acessível a qualquer momento. Dessa maneira, a proposta de parque de Olmsted era fundamentalmente oposta à de Haussmann, pois os novos parques de Paris dispunham de portões robustos devido à obsessão de Haussmann em possuir controle de multidões (SENNET, 2018).

Conforme Scalise (2002), Olmsted além de pensar um espaço em que todas as raças e classes pudessem conviver, defendia a oportunidade de preservação dos recursos naturais, controle de enchentes e proteção de mananciais, simultaneamente com a criação de espaços agradáveis ambientalmente e socialmente.

Muito embora Olmsted buscasse com o Central Park a integração das diferenças sociais, suas intenções se mostraram frágeis e em questão de 40 anos ao longo de seu perímetro foram sendo construídas mansões de famílias ricas e apartamentos destinados à classe média alta, como apresentado na figura 5. Dessa maneira, a condição social dos frequentadores se tornava menos mista, pois os habitantes de classe baixa não se deslocavam mais até o parque, com isso o parque sofreu com as deteriorações e com um período entregue ao abandono (SENNET, 2018).

O Central Park apresenta uma sequência de ambientes pitorescos, ornamentado por fontes, rochas e bosques com o terreno inteiramente moldado como os campos ingleses (SAKATAB, 2018), materializando a ideia de “*rural landscape*” concebida por Olmsted (LEWIS *apud* LIMA, 2007) em parques com modelos paisagísticos que reproduziam a natureza e suas belas paisagens, idealizando o contato saudável com a natureza.

Figura 5: Central Park



Fonte: <http://www.centralparknyc.org/>

Diante do cenário da cidade industrial, com o grande adensamento populacional que havia se multiplicado no início do século XIX, e em meio a tantas áreas insalubres, que ocasionaram em uma queda na qualidade de vida da população, os parques urbanos abertos ao público se tornaram uma maneira de oferta de lazer e também de promoção à saúde pública.

Os parques urbanos do período industrial tinham em sua essência a representação da natureza que se incorporava na vivência e no cotidiano do homem urbano, pois, sobretudo no século XVIII com o avanço do capitalismo, o modo de vida urbano e a relação do homem com a natureza foram alterados (GOMES, 2013).

À vista disso, as áreas verdes se tornaram o local da vida social moderna, uma vez que esses espaços estavam associados a ideias de lazer, ao discurso higienista e a possibilidade de se respirar o ar puro dos jardins. As inspirações para os parques urbanos surgiram a partir do modelo paisagístico dos jardins ingleses do século XVIII que buscavam a volta da natureza, como melhoria para a qualidade de vida urbana, e possuíam a intenção de dispor de espaços de recreação para as massas que se urbanizavam e habitavam as grandes cidades, poluídas e congestionadas (GALERA, 2014).

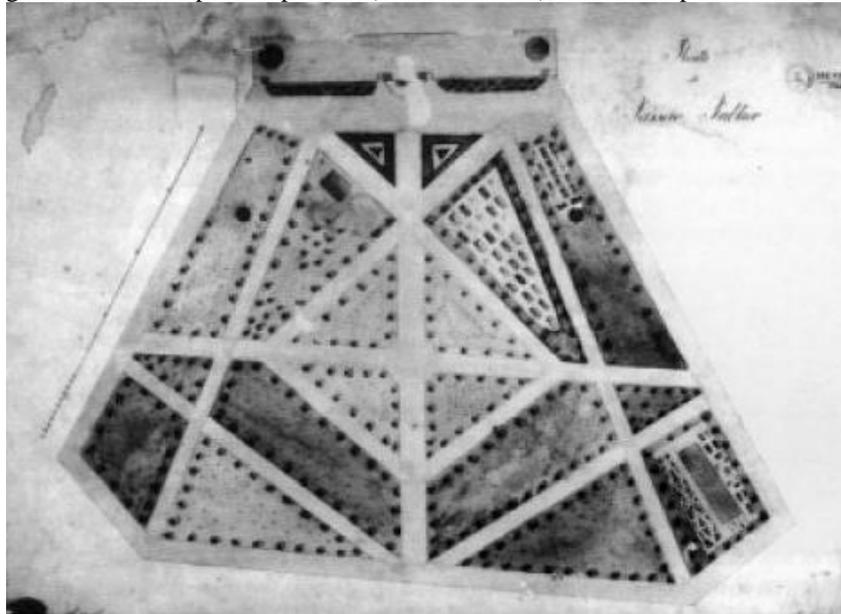
Já no Brasil, os parques urbanos surgem com a vinda da família real em 1808 para a então capital do país Rio de Janeiro que a época acabou passando por reestruturações e modernizações. Entretanto, o parque no Brasil foi concebido para as elites emergentes ao contrário daqueles europeus. Nesse contexto, surgem os três primeiros parques públicos: o Passeio público, o Campo de Santana e o Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Os parques foram criados

para complementar o cenário das elites emergentes que buscavam uma expressão urbana compatível com os países europeus, em especial, Inglaterra e França. O interesse político-social por parques urbanos pode ser observado somente nas últimas duas décadas do século XX (MACEDO; SAKATA, 2010).

O Passeio Público do Rio de Janeiro teve sua criação no ano de 1783 e foi projetado por Mestre Valentim, sendo considerado o mais antigo parque urbano do Brasil. Para Segawa (1996) não havia nada mais singular no panorama urbanístico quanto a construção do passeio público realizado pelo vice-rei do Brasil em pleno colonialismo português e a construção de um jardim público nos moldes existentes da Europa, palco de sociabilidade da aristocracia e pequena nobreza. Para Segawa (1996, p77):

Diferentemente dos espaços abertos do urbanismo colonial, o Passeio Público não era um símbolo em si ou evidente da autoridade portuguesa (...). O Passeio Público não se prestava para emoldurar nenhum monumento — ao contrário, como um insubordinado da hierarquia colonial, era um monumento à vegetação, à natureza, monumento a si mesmo.

Figura 6: Planta do passeio público (anterior a 1862), desenhada por J. A. Andrade



Fonte: SEGAWA (1996)

O paisagista Auguste François Marie Glaziou introduziu o estilo jardinístico ou jardim paisagístico no Brasil, sendo o responsável pela remodelação do Passeio nos anos de 1860 (figura 7), reaberto por D. Pedro II em 7 de setembro de 1862. Mais tarde, também foi o responsável pela reforma do Campo de Santana.

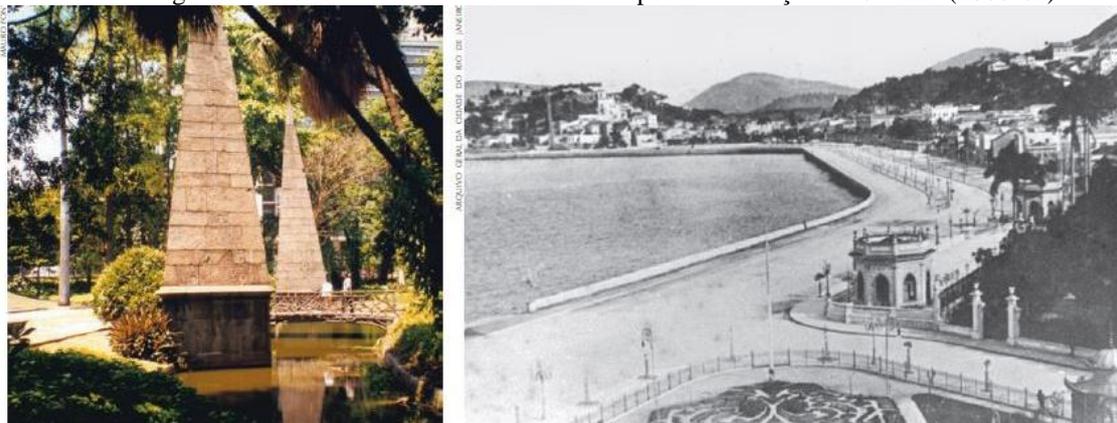
A reformulação do Passeio possuiu um traçado geométrico tendo como inspiração o desenho dos jardins clássicos franceses, visto por Barcellos (2000) como resultado de sua

participação na equipe de Alphand, a qual foi a responsável pela reforma de Paris (1850-1860) construindo diversos parques com a mesma concepção (SEGAWA,1996).

O passeio no decorrer dos seus anos apresentou altos e baixos em sua visitação, sobressaindo o seu estado de abandono. Conforme Segawa (1996, p.108), esse espaço visto como privilégio comum foi regulamentado para seu acesso na segunda metade do século XIX, pois anteriormente viera a pertencer somente a nobreza, desta forma:

O Passeio Público do Rio de Janeiro foi contemporâneo ao surgimento dos primeiros jardins públicos europeus na segunda metade do século 18, símbolos do pensamento iluminista a invocar formas de sociabilidade nas quais a aristocracia e a burguesia encontravam um lugar comum. Todavia, essa composição social e política era estranha ao escravocrata meio colonial carioca. Até o ajardinamento do Campo de Santana (a partir de 1880 — [ver o próximo capítulo]), o Passeio Público foi, por quase um século, o único recinto com as características de local “para ver e para ser visto”. Mas essa condição aparentemente persistiu enquanto o seu patrocinador, o vice-rei D. Luís de Vasconcelos, animou a vida do lugar. A repressão que se seguiu à Inconfidência Mineira e aos outros levantes ao final do século 18 decerto reprimiu também os espaços de apropriação popular, fim último de recintos como o Passeio.

Figura 7: Passeio Público do Rio de Janeiro após remodelação de Glaziou (1860-62)



Fonte: Macedo; Sakata (2010)

Dado que a população urbana no Rio de Janeiro entre os anos 1838-1870 apresentava um índice de crescimento de 97%, de acordo com Abreu (1987 *apud* Segawa 1998), ampliou-se a discussão sobre a necessidade de medidas para o saneamento da cidade. Assim sendo, coube a Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro promover algumas reformas urbanas na Cidade do Rio de Janeiro. Essa comissão, composta pelos engenheiros Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim, Marcelino Ramos e pelo futuro prefeito Francisco Pereira Passos, culminou em planos de intervenção urbanística que possuíam inspiração nas obras do Barão de Haussmann realizadas em Paris nos anos 1853-1870.

Em 1873, o Campo de Santana, por sua vez, recebeu melhorias projetadas pelo paisagista francês Auguste François Marie Glaziou, sendo inaugurado em 7 de setembro de 1880, tendo permanecido o seu traçado paisagístico até os dias atuais.

Figura 8: Campo de Santana, Parque Urbano do Rio de Janeiro, em 1999.



Fonte: <http://ashistoriasdosmonumentosdorio.blogspot.com>

De acordo com Aragão (1946 *apud* Segawa, 1996, p.171), o conselheiro da época, João Alfredo, foi duramente criticado pelos recursos empregados na remodelação do jardim do Campo de Santana e em sua defesa, ainda no início da obra no ano de 1874, declarou:

Esse ajardinamento é a satisfação de uma necessidade pública, e muito há de influir não só na salubridade desta capital, como nos costumes da população. Todos compreendem que uma cidade como a do Rio de Janeiro, de clima cálido, precisa de refrigerios, para que a população se distraia; e refrigerios como o que se prepara no Campo da Aclamação, são verdadeiros pulmões para as cidades.

Conforme Guimarães (2011), o Campo de Santana foi um espaço privilegiado de sociabilidade no decorrer dos séculos XVIII e XIX, pois poucas eram as possibilidades de encontro na cidade do Rio de Janeiro. No campo, ocorriam festejos religiosos, comemorações expressivas para os governantes, festas de casamento dentre outras atividades, reunindo momentos nos quais era possível aproveitar a companhia de outrem, assim como nos passeios de carrinhos exibidos na figura 9.

Figura 9: Em meados dos anos 60 o público se divertia dirigindo carrinhos no Campo de Santana



Fonte: Foto Galerias Acervo O Globo

Os jardins botânicos tiveram início no Brasil no século XVII na cidade de Pernambuco entre os anos de 1600 a 1644 com a chegada de Maurício de Nassau. O primeiro jardim botânico foi construído na ilha de Antônio Vaz (PE) e tinha finalidade de camuflar a cidade para evitar possíveis invasores, bem como fornecer alimentos e sombreamento local. Seguiam em sua concepção a paisagística os jardins renascentistas, preservando elementos dos jardins medievais. Nassau trouxe no ano de 1636 o cientista alemão George Marcgraveum para realizar o jardim zoobotânico, em que espécies nativas também foram acrescentadas aos jardins. Com intuito de marcar internamente o espaço foram utilizados coqueiros adultos (com 40 a 70 anos de idade), sendo esse fato inédito até então (VEIGA *et al*, 2003).

Ademais, foram concebidas outras unidades de jardins botânicos com instalações nas principais aglomerações urbanas já nos fins do século XVIII, com intuito de realizar pesquisas da flora tropical e também a concessão de plantas necessárias à economia portuguesa. O jardim botânico do Rio de Janeiro, concebido em 1808, aos poucos se transformou em um parque público, dispondo da fusão do traçado romântico com os eixos clássicos (MACEDO; SAKATA, 2010).

No século XIX, o jardim se tornava o local favorito de encontros e passeios, assim como um importante local para a realização dos estudos botânicos, recebendo um público diversificado dentre estudiosos, técnicos, pintores, ilustradores, cientistas e outros. Tendo sido documentado e divulgado para o mundo sua beleza e importância, sob diversos enfoques, foi marcado também por ilustres visitas como Einstein, a Rainha Elisabeth II do Reino Unido (figura 10), os Reis da Suécia e a Princesa Sayako do Japão (SOUZA; FARACO, 2008).

Figura 10: A rainha Elizabeth acompanhada do Comandante Nobrega Moreira no Jardim Botânico-RJ, no ano de 1920



Fonte: <http://brasilianafotografica.bn.br/>

De acordo com os autores Macedo e Sakata (2010), o jardim botânico de São Paulo, atualmente chamado de Jardim da Luz (figura 11), foi construído em 1825 e rapidamente após sua inauguração tornou-se parque público e adaptou-se a essa função no decorrer do século. O jardim possui um eixo clássico e sua vegetação compõe uma mata tropical intercalada com espécies europeias, fazendo o gosto “afrancesado” das elites.

Figura 11: Jardim Botânico de São Paulo, no ano 1902.



Fonte: Biblioteca Nacional (Brasil, s.a.)

A partir dos anos de 1870, a elite começa a se mudar para os bairros recém-inaugurados do entorno e o parque se torna local de encontro dos barões de café e agregados. Em vista disso, os jardins botânicos que vão aos poucos se transformando em parques seguem os princípios de usos e vestimentas da aristocracia europeia, como apontam Macedo e Sakata (2010, p. 23):

Por esses espaços públicos passeia a nova aristocracia, tanto na corte como nas principais cidades, trajada especialmente para a ocasião, exibindo um vestuário à francesa e imitando os hábitos parisienses. Aqui, a industrialização e os operários seriam figuras do próximo século. A massa urbana estava praticamente alijada de tais espaços, cujo uso somente era permitido aos decentemente trajados, isto é, vestidos à semelhança dos pares do Império, ou seja, como europeus. Por suas alamedas desfilavam senhoras, cavalheiros e crianças ostentando o elaborado vestuário da época, com fraques pesados, vestidos com armações e muitas saias, e sombrinhas, a maior parte das roupas totalmente inadequada a um país tropical como o Brasil. Repetia-se no uso do espaço público o mesmo tipo de comportamento social que caracterizava as demais esferas da vida do novo país em formação: a cópia, a reprodução dos padrões anglo-franceses.

Em virtude das considerações expostas, o século XIX foi um período que consagrou a concepção dos parques urbanos. De acordo Serpa (2007), os parques urbanos, elaborados e concebidos enquanto equipamento urbano, simbolizam e representam alegorias do tempo e do poder dos que os produziram. Dessa forma, o espaço e o tempo coexistem nos parques públicos, sendo um guia para as análises desses espaços.

Para o referido autor, os parques têm uma aceitação unânime entre os usuários, mas por se tratarem de amenidades, colaboram para a valorização do solo urbano, recebendo intervenções seletivas e, por se dizer, discriminatórias no cenário da cidade contemporânea.

As amenidades nas cidades se tornaram cada vez mais escassas, pois, em meados do século XX, com os processos de êxodo rural, industrialização e aumento da urbanização nas cidades brasileiras, ampliou-se o adensamento urbano com necessidade de ocupações verticais e horizontais, tornando assim cada vez mais insuficiente os espaços de lazer nas cidades. Com isso, a natureza e o lazer se tornam raridades de maneira que o valor de uso é convertido em valor de troca, reproduzindo a lógica do capital (SOUZA, 2008).

Sobarzo (2004, p. 111) emprega o conceito de “raridade do espaço” como:

[...] estratégia por transformar, recriar, mudar formas e conteúdos de parcelas da cidade, para integrá-las no circuito da compra e venda, com vistas ao desenvolvimento ou consolidação de novos padrões de consumo de espaço para residências, lazer ou trabalho.

A valorização diferencial do espaço repercute diretamente no preço da terra e em seu valor de mercado. Logo, é possível dizer que a localização dos parques urbanos no espaço

irá repercutir de distintas maneiras, como na apropriação da população no espaço, nos recursos destinados para implantação de infraestruturas e manutenção dos equipamentos, na valorização do entorno, pois para Souza (2008, p.71), “pelo seu conteúdo o espaço público possui valor em si e valor na relação que estabelece no conjunto”, uma vez que o valor em si está na capacidade de atrair recursos para o próprio espaço e o valor em conjunto está relacionado à sua capacidade de valorizar economicamente o seu entorno.

Para Santos (2007), o direito ao entorno, isto é, o direito de vivenciar as cidades muito se vê nos livros e discursos, mas não foi implementado. Os espaços públicos vivenciaram impunemente privatizações, nos quais, de acordo com Santos (2007, p.64):

O lazer na cidade torna-se igualmente o lazer pago, inserindo a população no mundo do consumo. Quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e o ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens, que deveriam ser públicos, porque essenciais.

O autor relaciona a localização no território com diferentes oportunidades e serviços, considerando que “o valor do homem, assim como o do Capital em todas as suas formas, depende de sua localização no espaço” (SANTOS, 2007, p.108) e estabelecendo uma relação entre a localização e o nível social e de renda, salve algumas ressalvas, “[...] o espaço urbano é diferentemente ocupado em funções das classes em que se divide a sociedade urbana” (SANTOS, 2007, p.109).

Entretanto, o fenômeno urbano que fraciona a sociedade por níveis de rendas dispensa generalizações, por não conseguir explicar toda a sua complexidade e constituir apenas um resultado, de maneira que é possível encontrar pessoas de renda alta residindo em bairros que tiveram desvalorização, assim como em áreas que estão em processo de valorização.

Para Whyte (1988 *apud* Silva 2009), a localização dos espaços públicos nas cidades é um fator importante, sobretudo quando estes espaços se encontram perto de locais como a casa, o trabalho ou em bairros centrais, aumentando as chances de serem atrativos e percebidos pelas pessoas.

Serpa (2007) considera a acessibilidade aos espaços públicos e a sua proximidade com os possíveis usuários fatores consideráveis para a apropriação. Por tais razões, o autor expõe, em seus estudos realizados na cidade de Salvador-BA, que a implantação de espaços públicos de lazer distantes dos bairros periféricos segrega ainda mais a população de baixa renda residente nesses locais.

A distribuição desses espaços de lazer é tão fundamental quanto a sua qualidade, podendo estes ser distribuídos segundo lógicas distintas que são: pela lógica do loteador, do

administrador, da política, da lógica paisagística ou pela lógica da sobre de paisagens (PAIVA; GONÇALVES, 2002).

Macedo e Sakata (2010) analisam a partir de três linhas de projeto paisagístico na história de criação dos parques públicos urbanos nacional e internacional, permitindo a análises tanto dos aspectos formais quanto funcionais, sendo elas: a eclética (1800-1900), a moderna (1930-1940) e a contemporânea (1970 – dias atuais). No decorrer dos séculos XIX e XX, surgiram algumas características marcantes que embasaram essas três linhas e também as novas funcionalidades (apresentadas no quadro 2). Para os autores, a classificação facilita a compreensão das perspectivas projetuais de cada parque, pois suas marcas são comuns à época e particular a cada caso (MACEDO; SAKATA, 2010).

Os períodos eclético e moderno formaram composições paisagísticas e tendências distintas na arquitetura e nas artes, o primeiro despertou nos fins do século XIX e início do século XX com uma fase de misturas estilísticas, já o período moderno tem início no século XX e se opunha aos valores do ecletismo. O momento não foi somente de mudanças estilísticas, mas o século XX introduziu novas funções e modos de usos e apropriações nos parques públicos.

Por outro lado, os parques contemporâneos apresentam renovações quanto ao seu repertório formal e arquitetônico, colocando-se com novas linguagens favoráveis a uma ampla apropriação de usuários simultaneamente. Estes novos parques podem estar associados, por vezes simultaneamente, pelos interesses políticos e imobiliários (SAKATA, 2018a).

Em virtude das novas demandas da cidade contemporânea, os espaços públicos do período de 2000-2017 tiveram uma grande procura tanto para os usos tradicionais quanto para os novos usos – a apropriação pelos carnavais de rua, grupos de ciclistas e corredores, passeios em família, parques, calçadas e ciclovias. Por conseguinte, tendo em vista a diversidade de usos e apropriações, os espaços públicos apresentam grandes visitações.

Em análise dos parques urbanos no Brasil entre os anos 1800-2000 por Macedo e Sakata (2010) e dos anos 2000-2017 por Sakata (2018a), elencou-se alguns parques estudados por estes autores e classificados pelos três estilos paisagísticos, apresentados no quadro 2, para análise das antigas e novas funcionalidades e usos destes equipamentos urbanos.

Quadro 2: Estilos, funções e usos dos parques urbanos no Brasil 2000-2017.

PARQUE	ESTILO			FUNÇÕES/USOS									
	Eclético	Moderno	Contemporâneo	Contemplação	Recreação infantil	Eventos culturais	Passagem/circulação	Esporte	Feiras	Eventos cívicos	Conservação de rec. naturais e/ou educação ambiental	Lazer	Comércio
Jardim Botânico (Rio de Janeiro – 1808)	X			X	X	X							
Parque Lage (Rio de Janeiro – 1849)	X			X	X	X							
Campos de Santana (Rio de Janeiro - 1873)	X			X			X	X			CRN		
Quinta da Boa Vista (Rio de Janeiro - 1876)	X			X	X	X		X			H	PB	
Parque da Acimação (São Paulo – 1892)	X			X	X			X		X			F
Parque Municipal Américo Renné Giannetti (Belo Horizonte – 1897)	X			X	X	X		X					
Campo de São Bento (Rio de Janeiro – 1909)	X			X	X	X		X				PB	
Parque Ibirapuera (São Paulo – 1954)		X		X	X	X		X	X			X	
Parque Brigadeiro Eduardo Gomes - Parque do Flamengo (Rio de Janeiro 1961)		X		X	X	X				X		X	
Moinho dos Ventos (Porto Alegre - 1972)		X		X	X			X				PB	
Parque Metropolitano de Pituçu (Salvador – 1973)			X		X	X		X			CRN	X	X
Parque da Cidade Joventino Silva (Salvador – 1974)		X		X	X			X			CRN	X	
Parque Municipal das Mangabeiras (Belo Horizonte – 1982)		X		X	X	X		X			CRN		
Parque da Jaqueira (Recife – 1985)		X			X			X					
Parque Cidade de Toronto (São Paulo – 1992)			X	X	X			X			CRN	P	
Unidade de Conservação Lagoa do Araçá (Recife – 1993)			X	X	X			X			CRN		
Bosque da Ciência (Manaus – 1995)			X	X	X	X		X			CRN	EAS	
Parque Monteiro Lobato (Rio de Janeiro – 1996)		X		X	X			X	X				
Parque Ponte dos Bilhares (Manaus – 2006-2007)			X	X	X	X					EA		
Parque linear do Sapé (São Paulo – 2014)			X		X			X			PRH	X	

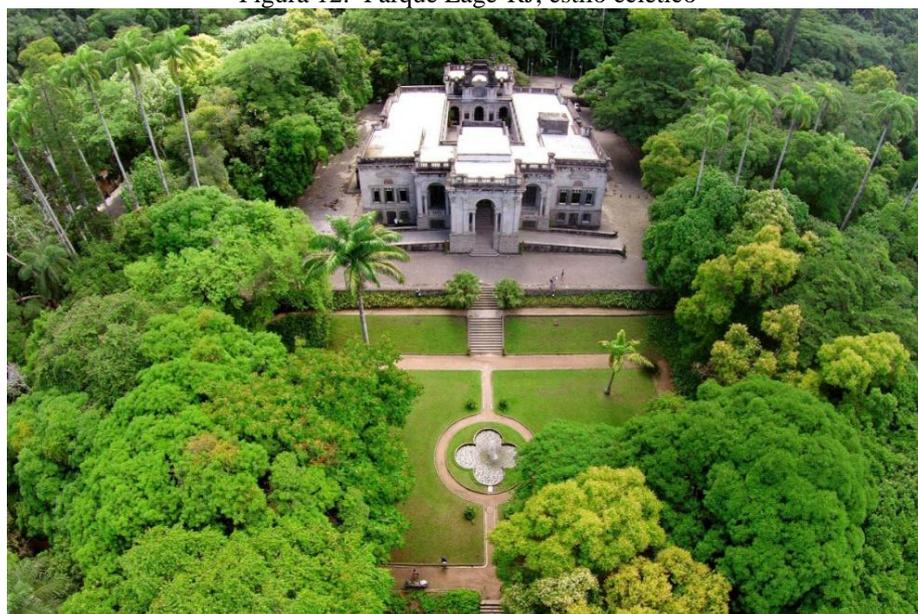
PB = passeio de barco / P = pesca / H = horto / F = feiras / EAS = exposição de animais silvestres / CRN = Conservação de recursos naturais / EA = educação ambiental / PRH = preservação de recursos hídricos

Fontes: Macedo; Sakata (2010); Sakata (2018)

Org.: Rocha (2019)

De acordo com o quadro 2 e os estudos dos autores, os primeiros parques urbanos de estilo eclético surgiram no início século XIX, e com o tempo se transformaram em parques urbanos abertos ao público atendendo às demandas da elite local. Observa-se como exemplo, o Parque Lage-RJ (figura 12) que anteriormente era um jardim de uma propriedade particular e se tornou parque público somente em 1975, tendo como intuito a preservação e conservação dos jardins e da sua fauna e flora.

Figura 12: Parque Lage-RJ, estilo eclético



Fonte: <http://eavparquelage.rj.gov.br/>

As funções mais comuns nesse período eram as de contemplação da paisagem, muito idealizada na época como “espaços de paisagem dominante onde o sentido da recreação, do descanso e da reposição das energias físicas estava dado no contato saudável com a natureza” (LIMA, 2007, p.5-6). Também eram locais destinados a eventos cívicos promovidos pelos governantes, festejos religiosos e casamentos. Dessa forma, os parques urbanos abertos ao público se tornaram uma maneira de ofertar lazer e também de promover a saúde pública na época.

No parque moderno, a função de lazer dada no período industrial é ampliada, começando a possuir maiores infraestruturas para práticas de lazer e esportiva ao ar livre, servindo como representação de lazer das massas e não apenas para usufruto da elite e para embelezar as cidades. Assim sendo, a partir das décadas de 1940-1950, no Brasil ganha importância o parque público multifuncional, tendo os jardins botânicos e parques de palácios se transformado em parques públicos. Estes locais, que em sua origem eram vivenciados somente pela elite, agora se tornam um usufruto de toda população (SAKATA, 2018a).

Nas décadas de 1960-1970, os parques foram concebidos com base no naturalismo e seguiam as propostas do movimento moderno de embelezamento das cidades. Entretanto, pode-se dizer que a grande popularização desses equipamentos urbanos públicos foi entre as décadas de 1970-1980, com um grande crescimento na criação de parques, haja vista o fato de ter se tornado um objetivo forte do poder público promover esses espaços (SAKATA, 2018a).

Após os anos 1970, a criação e a implantação de parques em muitas cidades estiveram relacionadas as diretrizes impostas pelas Nações Unidas (ONU), ampliando assim o discurso ambiental. Após a conferência da ONU em Estocolmo em 1972, foram inseridas na agenda e nos discursos dos governos as primeiras disposições ambientais nacionais<sup>11</sup> e, a partir dos anos 1980, a preocupação com as questões ambientais urbanas. Por conseguinte, com intuito de preservar a natureza que estava sendo produzida como mercadoria para um modelo que visava o capital, foram delimitadas áreas de reservas naturais (RODRIGUES, 1998).

Em consequência disso, houve a proliferação de parques em diversas capitais, contabilizando mais de trinta parques em Curitiba-PR, vinte e quatro em São Paulo e sete em Salvador-BA. A cidade de Curitiba-PR apresenta-se como destaque, pois construiu sua imagem como cidade-modelo, “capital ecológica; capital da qualidade de vida, entre outros” (GOMES, 2013, p.79), uma vez que essa aliou a ideia de sustentabilidade ao discurso de qualidade de vida. A sua proliferação foi pautada no ideário ecológico, no qual as paisagens naturais refletidas pelos parques eram parte do planejamento estratégico dos executivos municipais e conduziam para a reprodução ampliada do capital (GOMES, 2013).

Como dito anteriormente, devido à preocupação com a conservação ambiental, a partir da década de 1980, houve um crescimento de novas tipologias de parques que visavam atender às demandas ambientais. Dentre as novas tipologias, destaca-se a criação dos parques ou unidades de conservação – que possuem com vantagens a realização de funções ecológicas como drenagem, manutenção de microclima, diminuições das ilhas de calor, além de ser uma importante aliada na promoção de educação ambiental para a população. Outra nova categoria são os parques lineares de rios ou represas – intervenções urbanísticas que pretendem resgatar e conscientizar os cidadãos sobre o seu sítio natural e promover o aumento das áreas verdes na

---

<sup>11</sup>Com a criação da Lei Federal 6.9238/81 que instituiu no Brasil a Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA, constituíram-se as novas punições e responsabilizações para quem causar danos ao meio ambiente. Nos anos de 1986 o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) cria uma resolução CONAMA N.º 001/86, de 23 de janeiro de 1986 que estabelece responsabilidades, critérios básicos e diretrizes gerais para o uso da Avaliação de Impacto Ambiental.

cidade. De acordo com Sakata (2018a), os novos parques produzidos a partir dos anos 2000 são representados por parques sustentáveis, ainda que seja um discurso que ampara sua concepção.

Para Bovo e Conrado (2012), o contato de cada cidadão com a natureza possui papéis distintos, dado que cada indivíduo possui sua própria relação e percepção com o verde urbano, criando assim novas perspectivas de preservação da natureza. Desta forma, destaca-se a importância desse período de discussões ambientais para conscientização da população que segue o modelo de consumo desenfreado, consumo este que inclui os recursos naturais finitos.

Ademais, o período entre os anos de 2000-2017 se destaca por uma grande multiplicação dos parques urbanos, como por exemplo, a cidade de Goiânia que possuía três parques implantados e no ano de 2016 passou a ter 39 parques e bosques equipados para uso da população (SAKATA, 2018a).

Ainda em análise do quadro 2, o “Parque Metropolitano de Pituaçu –BA” (figura 13) possui uma diversidade de funcionalidades como recreação, eventos culturais, esporte e lazer. Possui atrativos que incluem bares, quiosques, *playgrounds* infantis e um espaço aberto para esculturas de artistas baianos (SERPA, 2007).

Os espaços públicos recreativos da cidade de Salvador têm a visibilidade como particularidade em sua análise, pois desempenham um papel de “encenação e vitrine” no contexto urbano. Os parques da cidade também correspondem a ideologia da sustentabilidade e de um discurso político contraditório no que tange as suas áreas de preservação, como é o caso do Parque Pituaçu, que possui alta qualidade ecológica da cobertura vegetal, mas não tem sua área de extensão definida para proteção (SERPA, 2007).

De acordo com o autor citado, coincidentemente as últimas requalificações dos parques públicos foram realizadas próximas a bairros de poder aquisitivo alto da capital baiana. Por conseguinte, evidencia que esses projetos e intervenções possuíam objetivos de valorização do solo urbano e, como consequência, atraíram a população de melhor poder aquisitivo, haja vista o caso do Parque Pituaçu. Dessa maneira, para Serpa (2007, p.96):

Essas estratégias baseiam-se em um modelo ideal de cidade, onde a criação de espaços públicos, o “embelezamento urbano”, entre outros, constituem estratégias de marketing urbano, de acordo com o paradigma de Barcelona. As opções de desenho urbano adotadas e a estética desses espaços reforçam seu caráter mercadológico. A observação *in loco* atesta a adoção de um partido a um só tempo estético e comercial. O parque confere “identidade” ao espaço urbano, é uma “imagem” a ser exibida e consumida como qualquer outra mercadoria.

Figura 13: Parque metropolitano de Pituáçu-BA, estilo contemporâneo



Fonte: [www.bahia.ba/](http://www.bahia.ba/)

O “Parque Linear do Sapé-RJ”, assim como o Pituáçu-BA, não apresenta o ideal de parques fechados em si mesmo e com "isolamento em relação ao entorno urbano" e tem em sua concepção a forma e os conceitos empregados pelos novos parques contemporâneos – não possuindo cercas por estarem próximos às vias e habitações. O parque linear é uma implantação de lazer construídas ao longo de cursos d’água, também denominado como *greenway* ou *caminhos verdes* (OLIVEIRA; CORRÊA; BONZI, 2012). Esses espaços públicos são multifuncionais, atendendo à criação de áreas urbanas de lazer e também na preservação ambiental.

Figura 14: Parque Linear do Sapé-SP, estilo contemporâneo



Fonte: Pizarro; Lino (2012)

O Parque linear do Sapé (figura 14) faz parte de um projeto de 100 Parques lançados pela Prefeitura do Município de São Paulo que prevê melhorias no tocante à problemática ambiental, principalmente na proteção contra enchentes (PIZARRO; LINO, 2012).

Os parques podem ser caracterizados também por um tipo de área verde urbana, quando apresentarem predomínio de vegetação que integram o ambiente construído, além de possuírem outras características naturais.

Para Gomes (2013), os parques urbanos não devem ser vistos simplesmente como um espaço verde, mas como um equipamento urbano dotado de intencionalidades, capaz de alterar o uso e ocupação do solo, sustentando a mudança do preço de terra nas áreas do entorno. Dessa maneira, estas áreas verdes na cidade contemporânea têm seguido a lógica do capital na produção e reprodução do espaço urbano. Os parques inserem-se no processo de produção do espaço urbano, de maneira que suas riquezas naturais são fruto de valorização econômica e especulação imobiliária, subjugando o espaço público, que em sua essência é político, à lógica econômica do capital.

Como explorado por Sobarzo (2004) anteriormente, os espaços verdes nas cidades urbanizadas, ao serem compreendidos como raridade do espaço, podem se tornar aliados ao conjunto de estratégias imobiliárias que visam ampliar a reprodução do capital, sendo assim impulsionados pelas necessidades, *status* e símbolos (GOMES, 2013). Símbolos esses que a “natureza idealizada” provoca no imaginário do cidadão e que, por sua vez, podem ser explorados socialmente como espaços de refúgio, ócio e lazer. Dessa maneira, os parques se tornam espaços da natureza materializada nas cidades contemporâneas, apropriados e/ou consumidos de acordo com as necessidades de cada cidadão.

## **1.2. Percepção ambiental e espaço público**

Compreende-se por percepção ambiental o resultado de um processo cuja origem está ligada a estímulos condicionados a propósitos, situações, individualidades e subjetividades. Para Kuhnen e Higuchi (2011, p.250), “a percepção ambiental está relacionada ao modo como a pessoa experiencia os aspectos ambientais presentes no seu entorno, para o que são importantes não apenas os aspectos físicos, mas também os aspectos sociais, culturais e históricos”.

No tocante à percepção ambiental, algumas ciências como a Arquitetura e Urbanismo, Geografia, Psicologia, Design e Marketing têm dedicado esforços na tentativa de compreender a relação e interação entre pessoa-ambiente e de que maneira esse espaço é percebido e vivenciado pelos usuários.

O comportamento ambiental se origina da psicologia ambiental, mais precisamente da corrente behaviorista da Psicologia norte-americana, que nos anos de 1960 se dedicou aos estudos dos comportamentos, ações, valores e condutas das pessoas no ambiente (DEL RIO, 2003).

Para Savi (2016), a interação do homem com o ambiente construído estabelece uma série de posturas e condutas comportamentais que são resultantes da percepção da realidade ambiental. Conforme a autora, a percepção é organizada através dos sentidos (sensações) que organizam os impulsos conforme eles chegam ao cérebro, a saber:

O corpo humano recebe um bombardeio de estímulos energéticos de toda ordem e pelos receptores especializados (sentidos), selecionam aspectos de interesse ou que tenham chamado atenção, ocorrendo a percepção (formação da imagem) e a consciência (formação do pensamento e sentimento). (SAVI, 2016, s.p)

Por sua vez, o filtro motivacional individual que seleciona as necessidades-interesses e resultam na percepção do ambiente respondem ao comportamento espacial. De acordo com Tuan (1980, p. 129), “os estímulos sensoriais são potencialmente infinitos: aquilo a que decidimos prestar atenção (valorizar ou amar) é um acidente do temperamento individual, do propósito e das forças culturais que atuam em determinada época”. Sendo através do meio ambiente que se percebe esse estímulo sensorial, dando forma (imagens mentais) e despertando os sentimentos topofílicos calcados nos sentimentos de apego e afetividade pelo lugar. Tuan (1980, p. 137) ressalta que “as imagens da topofilia são derivadas da realidade circundante. As pessoas atentam para aqueles aspectos do meio ambiente que lhes inspiram respeito ou lhes prometem sustento e satisfação no contexto das finalidades de suas vidas”, sendo assim, a percepção remete algo individual e experiencial do indivíduo.

Acrescenta que (1980, p.11) “a percepção é uma atividade, um estender-se para o mundo” quando os órgãos e os sentidos são usados em suas atividades e explorações dirigidas por valores culturais. De acordo com Tuan (1980; 1983), ainda que o ser humano responda ao mundo através dos seus cinco sentidos (visão, audição, olfato, paladar e tato), o homem é um animal predominantemente visual, o que faz desse sentido o principal envolvido na percepção espacial humana, ressaltando que ele é quem recebe as imagens visuais e as decodifica.

Conforme Del Rio (1996, p.3), “entendemos a percepção como um processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente que se dá através de mecanismos perceptivos propriamente ditos e, principalmente cognitivos”. Dessa forma, a interação entre a nossa mente e o ambiente possui cinco etapas que não ocorrem linearmente, sendo elas: sensações (instantâneas e seletivas); motivações (necessidades e interesses); cognição (memória, organização e imagens); avaliação (expectativa, seleção e julgamentos) e, por fim, a conduta (opinião, ação, comportamento) (DEL RIO, 1996; 2003). O autor apresenta um esquema teórico do processo perceptivo, conforme a figura 15:



Entre as etapas existem os “filtros” sociais e individuais que influenciam nos resultados dessa interação, também entendidos por Okamoto (2002) como filtros sensoriais, fisiológicos ou operativo e culturais. Portanto, cada indivíduo concebe e organiza sua realidade a partir da sua própria percepção e desejo, convertendo-a em imaginário.

De acordo com Okamoto (2002), o filtro sensorial varia conforme a aptidão dos sentidos da pessoa – por exemplo, os daltônicos não enxergam determinadas cores, os fumantes que possuem redução do sentido olfativo e demais situações. O filtro fisiológico ou operativo é definido pela autora como uma variável de gênero e idade, onde em uma família composta por pais e filhos com idades distintas sendo todos expostos a uma mesma situação terão pensamentos e perspectivas diferentes, conforme interesse e faixa etária. E para o filtro cultural, os valores e costumes se diferem de acordo com a formação cultural, sendo assim afeta a visão e realidade pessoal, mudando a maneira de enxergar, interpretar e reagir a coisas e situações. Isto posto, Okamoto (2002, p.66) declara:

Os seres humanos, embora sejam inteligentes e racionais, apoiam-se em sensações, como a sensibilidade, a sensualidade (prazer, desprazer), as observações de caráter íntimo e exteriores, baseados nos julgamentos advindos da visão, do olfato, da audição, do tato, do paladar, da sede, da passagem, do tempo, da temperatura, do movimento, enfim, de uma série infinita de fontes de informação que servem de guia para as ações.

A autora lembra que as pessoas de maior escolaridade detêm o melhor contexto perceptivo, social e cultural, compreendendo com maior gama de possibilidades os significados, gestos e ações.

A abordagem do espaço enquanto lugar envolve sentidos de pertencimento, proteção, posse e preservação do espaço. De acordo com Niemeyer (2018, p.46), esse sentimento de pertencimento “quando associados a relações de pregnância geram, inconscientemente, condições francas de bem-estar que explicam a forte atratividade e apreensão que sentimos em dados lugares, expressão de pura afetividade relacional”. Assim sendo, o lugar tem um valor individual para cada indivíduo.

Baseado na psicologia ambiental, há também algumas definições como “o espaço é geométrico, possui dimensões e formas definidas, o lugar é psicológico e sua percepção total é individual, por meio do sentimento. Espaço é mensurável, lugar é holístico” (DEL RIO, 2003, p11). Esse lugar imbuído de sentimentos também é observado por Tuan (1983, p. 151) que afirma: “o espaço transforma-se em lugar à medida em que adquire definição e significado”, de maneira que os objetos e lugares definem os espaços, isto é, através das experiências individuais criam-se conexões e valores subjetivos.

Entende-se que a afetividade e/ou apego com o lugar advém de um vínculo emocional estabelecido com os cenários físicos envoltos por sentimentos provindos da experiência espacial. Essas cognições, sendo elas positivas ou negativas, são entendidas como identidade de lugar por Proshansky, Fabian e Kaminoff (1983 *apud* FELIPPE; KUHNEN, 2012).

Em análise de pesquisas sobre os conceitos relacionados à ocorrência de apego ao lugar, Felipe e Kuhnen (2012) listaram variáveis que podem indicar a ocorrência dos fenômenos em espaços físicos (figura 16):

Figura 16: Conceitos relacionados à ocorrência de apego ao lugar.

Indicadores de apego ao lugar	
1.	Conforto
2.	Conhecimento do lugar
3.	Desejo de defender o lugar
4.	Desejo de proximidade e/ou envolvimento
5.	Dificuldades para substituição do local
6.	Felicidade
7.	Grau de atração
8.	Grau de cuidado com o lugar
9.	Grau de influência do lugar sobre os acontecimentos
10.	Mobilidade para a interação social
11.	Percepção de controle e possibilidade de ação
12.	Prazer
13.	Preferência
14.	Satisfação de interesses e necessidades
15.	Segurança
16.	Sensação de dependência
17.	Sentido de lar
18.	Sentimento de enraizamento
19.	Sentimento de identificação
20.	Sentimento de orgulho pelo lugar
21.	Sentimento de perda e/ou deslocamento pela separação
22.	Sentimento de pertencimento
23.	Sentimento de propriedade

Fonte: (FELIPPE; KUHNEN, 2012)

Na perspectiva dos autores, os vínculos emocionais podem estar associados a comportamentos que atuam em favor do ambiente, promovendo cuidados no local, vigilância para conservação da ordem, assim como ações comunitárias, engajamentos e controle social do território.

Os valores atribuídos aos lugares são tomados individualmente, entretanto podem ser construídos socialmente através dos imaginários sociais atribuído por um grupo de indivíduos. Esses valores são “evidências não palpáveis que se fixam no inconsciente coletivo representam os símbolos produzidos e construídos socialmente os quais por sua vez denotam a ideia representativa de uma realidade” (JÚNIOR SILVIA, 2001, s.p) que, por sua vez, tornam símbolos ao se familiarizarem na sociedade.

Dessa forma, os conceitos postos sobre percepção ambiental exploram a relação pessoa-ambiente e sua construção a partir das cognições, percepções, crenças, emoções, escolhas, forças culturais, valores, condutas e construções dos imaginários socioespaciais que por sua vez, reverberam nos modos de ação, interação e apropriação dos espaços. Nas palavras de Gomes (2018, p. 368-369):

É pela experiência e interação direta com um espaço que essas percepções se criam, mas as narrativas e os rumores também contribuem para conotar lugares e também criam imaginários espaciais. [...] a espacialidade é o corolário da comunicação entre

elementos físicos, veiculadores de significados, e o glossário de valores e julgamentos que contextualizam as experiências espacialmente vividas pelos indivíduos nos encontros sociais.

Compreendendo que o espaço público é o local de amplas possibilidades, da ação política e social, das normas e dos conflitos da vida pública, do espaço simbólico e da intersubjetividade, que reproduz distintas culturas e possibilita a conexão dos sujeitos e percepções na produção e reprodução do cotidiano, encaminha-se para análise e percepção dos usuários sobre os parques urbanos.

O espaço percebido de Lefebvre (2006) diz sobre a realidade cotidiana revelada pela prática espacial dos cidadãos. Nos espaços públicos da cidade contemporânea, essencialmente tratados aqui os parques urbanos, são encontrados distintas formas de práticas espaciais e vivências urbanas, diferenciadas muitas vezes por uma análise cultural, que interpreta, ressignifica e varia de acordo com cada realidade socioespacial. Para Welsch (2018, p.30), “Ao estudar os significados do espaço em uma sociedade pode-se estabelecer conexões com a vida cotidiana, a dinâmica familiar, as condições de vida, crenças e classes sociais”.

Dessa maneira, a percepção da cidade ou de espaços da cidade varia de acordo com os filtros sociais, individuais e culturais (OKAMOTO, 2002). Entendendo que os filtros sociais são movidos pelas motivações e interesses dos indivíduos, estando esses relacionados com a realidade cultural em que cada indivíduo está inserido, introduz-se as contribuições do sociólogo Pierre Bourdieu (1983; 2003) com os conceitos de *capital cultural*, *habitus* e *campos*.

Para Bourdieu (2003), a cultura atua nas condições de vida das pessoas, desse modo, ele analisa a cultura como uma forma de poder que distingue e se relaciona com as demais estruturas – econômica e social. O autor explora o conceito de capital nos âmbitos econômico, cultural, social e simbólico, e entende que o processo de mudança da estrutura social pode acontecer por intermédio da cultura (SILVA, 1995). O capital cultural se relaciona com as heranças familiares adquiridas, por sua vez, o capital social compreende os conhecimentos e relacionamentos com pessoas, isto é, rede de contatos que possibilita privilégios e, conseqüentemente, o reconhecimento social – correspondendo ao capital simbólico que envolve prestígio, honra, etc. Conforme Silva (1995, p.24), “capital cultural é uma expressão cunhada e utilizada por Bourdieu para analisar situações de classe na sociedade. De certa forma o capital cultural serve para caracterizar subculturas de classe ou de setores de classe”.

Por sua vez, o *habitus* é uma pré-condição social e cultural do indivíduo ao apreciar diferentes práticas e objetos, ou seja, materializados pelo estilo de vida. Conforme Bourdieu (2003, p. 140):

Esta noção de *habitus* permite enunciar alguma coisa que se aparenta como aquilo que evoca a noção de hábito, mas distinguindo-se dela num ponto essencial. O *habitus*, como o termo diz, é o que se adquiriu, mas encarnou de modo duradouro no corpo sob a forma de disposições permanentes. [...] Mas porque não dizer hábito? O hábito é considerado espontaneamente como repetitivo, mecânico, automático, mais reprodutivo que produtor. Ora, eu queria insistir na idéia de que o *habitus* é qualquer de poderosamente gerador. O *habitus* é, para falar depressa, um produto dos condicionamentos que tende a reproduzir a lógica objectiva dos condicionamentos mas fazendo-a sofrer uma transformação; é uma espécie de máquina transformadora que faz com que ‘reproduzamos’ as condições sociais da nossa própria produção, mas de uma maneira relativamente imprevisível, de uma maneira tal que não podemos passar simples e mecanicamente conhecimento das condições de produção ao conhecimento dos produtos.

O capital cultural, na qualidade de *habitus*, possibilita o acesso a informações, conhecimentos e culturas específicas, tidas como superior. Por esse motivo, surge então o valor simbólico que os grupos dominantes detêm para legitimar sua cultura como soberana.

O *habitus* leva em consideração a integração de estruturas sociais definidas pelo autor como *campos*. Os *campos* são espaços simbólicos que possuem indivíduos com *habitus* afins, isto é, materialmente são locais de sociabilização entre iguais. O *habitus* é incorporado pelo indivíduo ao longo de sua história, sendo ele pertencente a um ou mais campos que internaliza as regras específicas deste e as reproduz. Entretanto, Bourdieu (1983, p.109) ressalta:

*Habitus* não é destino, como às vezes é interpretado. Sendo um produto da história, é um sistema aberto de disposições que é confrontado permanentemente com novas experiências e, por isso, também é afetado permanentemente por elas. É durável, mas não imutável.

Visto que o *habitus* é compreendido pelas práticas sociais, o autor entende o papel ativo dos indivíduos como produtores da sua história no campo social e no rol de suas experiências acumuladas no decorrer do seu caminho individual (BOURDIEU, 1983).

Para Serpa (2007), o conceito de *habitus* oportuniza a compreensão das experiências e preferências dos espaços vividos e dos espaços de representações nos espaços públicos. Sendo o *habitus* um princípio que atua simultaneamente na geração e classificação de práticas sociais tem-se que ele possui a “capacidade de produzir práticas e objetos passíveis de classificação e capacidade de apreciar e diferenciar essa prática e objeto (gosto) – que se origina o mundo social das representações, o espaço dos estilos de vida” (SERPA, 2007, p. 176).

Embora o parque urbano seja um espaço público aberto a toda população, em inúmeros espaços públicos da cidade contemporânea, há barreiras simbólicas que produzem uma distância mais social do que física, de maneira que o parque urbano se transforma em um produto para um tipo específico de público, as classes médias. Serpa (2013) entende que essas

barreiras e a formação do que ele denomina de “microterritórios e segregação no espaço público” possuem uma dialética entre o capital cultural e econômico que, por sua vez, desvendam os modos de consumo no/do espaço público.

O parque urbano dos microterritórios é uma justaposição de espaços privatizados simbolicamente, sendo assim dividido por diferentes grupos que não interagem entre si. Fato esse observado em diversos parques e praias no Brasil em que ocorre uma apropriação seletiva e diferencial (SERPA, 2013). Essa apropriação seletiva<sup>12</sup> funciona como uma forma de apropriação entre iguais, isto é, que detêm o mesmo *habitus*. Assim sendo, compreende-se que os usos e apropriações dos parques urbanos na cidade contemporânea se apresentam de formas distintas, de acordo com suas respectivas culturas e identidades sociais e, por isso, manifestando significados e expressões distintas de acordo com seus *campos* e *habitus* vivenciados.

Em vista do exposto, após discutir, ainda que sucintamente, sobre os espaços públicos com enfoque nos parques urbanos, tendo refletido sobre os seus antigos e os novos usos e o processo de percepção ambiental dos usuários acerca desses espaços imbuídos de significados e expressões culturais, encaminha-se para o capítulo seguinte com o recorte empírico, os parques urbanos elencados para análise na cidade de Montes Claros.

---

<sup>12</sup> Serpa (2013, p.67) caracteriza um exemplo da apropriação seletiva e diferencial que acontece em uma praia baiana “Nada é exatamente pré-fixado, mas a apropriação diferenciada possui dimensões espaço temporais que funcionam, como por exemplo, no Porto da Barra, mais ou menos assim: das 4h30 às 8 horas da manhã, é a vez do pessoal do cooper. Das 8 às 13 horas, o espaço da praia é apropriado por aqueles que estudam ou trabalham em turnos. A partir das 13 horas, há uma mistura de turistas e desobrigados de ir ao emprego, além dos aposentados. Essa descrição é adequada para os dias úteis, mas, nos finais de semana, a situação assume novos e diferenciados contornos, com a chegada de centenas de banhistas procedentes dos vários bairros populares da cidade. Os moradores das redondezas, usuários habituais do Porto, classificam o fenômeno como “invasão de bárbaros” e estranham os hábitos dos “invasores”, que trazem comida e bebidas de casa, chegam de ônibus e em grupos “extrovertidos e barulhentos”. A situação é a mesma para a praia do Farol da Barra, podendo-se afirmar que as praias, nos finais de semana, são espaços apropriados por classes sociais distintas, enquanto nos dias úteis são redutos dos moradores das proximidades, e no caso da Barra, os de classe média e com perfil mais homogêneo, no tocante à formação escolar e à renda”.

## 2. PARQUES URBANOS E SUA DINÂMICA NA CIDADE DE MONTES CLAROS/MG

Neste capítulo será discutido o processo de urbanização da cidade de Montes Claros, o seu processo de formação socioespacial e suas relações apreendidas no contexto dos espaços públicos.

O município de Montes Claros situa-se na bacia do Rio Verde Grande (LEITE; PEREIRA, 2008) e, de acordo com o último censo do IBGE (2010), sua população é 361.915 habitantes<sup>13</sup>, sendo atualmente o 6º mais populoso do estado<sup>14</sup>. Está localizado à 424 km de Belo Horizonte, capital mineira, e possui importantes eixos rodoviários com acesso às rodovias BR-135, BR-251 e BR-365. Em uma região de influência com mais de dois milhões de habitantes<sup>15</sup>, a cidade apresenta uma expressiva dinâmica intra e inter-regional, sendo considerada um polo em serviços como educação e saúde, além de possuir indústrias e atividades comerciais diversificadas.

Para França (2017), Montes Claros é reconhecida como centro de maior influência no norte de Minas, apresentando uma significativa densidade populacional e estrutura urbana complexa, exercendo funções expressivas na região com fluxos de diversas naturezas – serviços, produtos, capitais, tecnologias e pessoas. Montes Claros exerce centralidade intermunicipal, possuindo relação com os municípios limítrofes, verificando-se a constituição do processo de aglomeração urbana, formada por uma cidade média (Montes Claros) mais onze cidades de menor porte, sendo elas: Bocaiúva, Coração de Jesus, São João da Ponte, Francisco Sá, Capitão Enéas, Mirabela, Claro dos Poções, Patis, São João da Lagoa, Juramento e Glaucilândia, situadas no norte do território de Minas Gerais (FRANÇA, 2017).

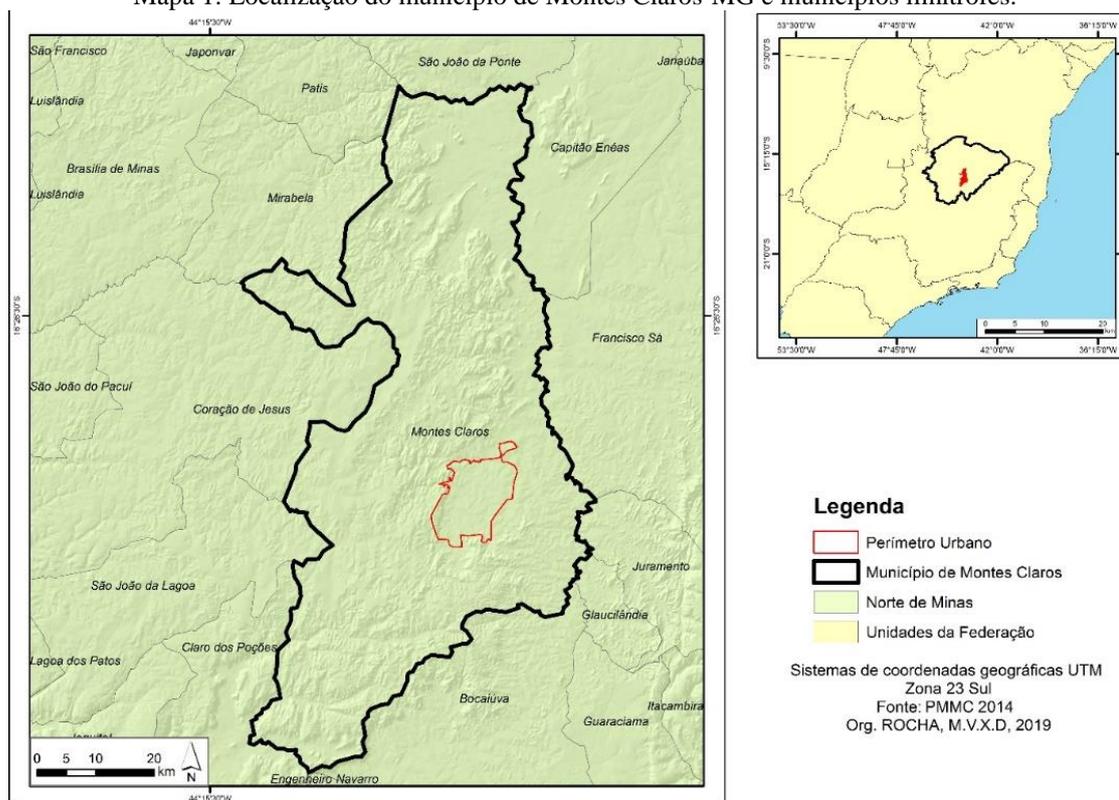
---

<sup>13</sup> De acordo com o IBGE CIDADES estimou-se uma população de 409.341 habitantes para o ano de 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/montes-claros/panorama>, acesso em 05 Dez. 2019

<sup>14</sup> Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=9112&t=resultados>

<sup>15</sup> Disponível em: [http://www.montesclaros.mg.gov.br/cidade/aspectos\\_gerais.htm](http://www.montesclaros.mg.gov.br/cidade/aspectos_gerais.htm), acesso em 05 de jun. 2019

Mapa 1: Localização do município de Montes Claros-MG e municípios limítrofes.



Autor: Rocha, 2019

Desta forma, Montes Claros, assumindo uma posição de centralidade intra e interurbana (FRANÇA, 2017), é classificada como cidade média pelos autores Amorim Filho; Rigotti e Campos (2007); Pereira (2007); França (2007) e Leite e Pereira (2008). A última classificação de Amorim Filho foi realizada juntamente com os autores Rigotti e Campos no ano de 2006, revisitando as cidades que foram caracterizadas anteriormente em seus estudos como cidades médias (ano de 1999).

A cidade de Montes Claros aparece tanto na classificação do ano de 1999 quanto na atualização em 2006 como “NIVEL 2 (Cidades Médias de Nível Superior)”<sup>16</sup>, entretanto o autor destaca que Montes Claros, Uberaba, Governador Valadares e Ipatinga permaneceram no nível 2, mas aproximam-se de uma ascensão para o nível 1, nível este dos grandes centros

<sup>16</sup> Os autores Amorim Filho, Bueno e Abreu (1982, p.41) têm por definição “Cidades médias de nível superior: as cidades aqui incluídas são sempre visualizadas, em qualquer hierarquização, como cidades médias, quando se trata de classificações que cobrem todas as cidades do Estado. No interior de suas próprias regiões, são encaradas pela população regional como cidades grandes. São cidades que possuem um dinamismo demográfico sustentado e, no caso do estudo publicado em 1982, tinham populações que se situavam entre um pouco mais de 70.000 até cerca de 200.000 habitantes. São cidades que desenvolveram, paralelamente à indústria, dinâmicos setores de comércio e de serviços. Assim, essas cidades, além de fortalecerem sua posição e suas ligações no domínio regional, começam a estender essas ligações a pontos situados para além desses domínios. São, em síntese, cidades de estruturas já bem consolidadas e cujo crescimento futuro parece, sem dúvida, assegurado.”

regionais (AMORIM FILHO; RIGOTTI; CAMPOS, 2007, p.16). Sendo assim, para os autores Leite e Pereira (2008, p.16):

Distante das áreas metropolitanas, a cidade de Montes Claros se individualiza no contexto regional norte-mineiro, pela sua situação geográfica favorável, pela capacidade de retenção da população migrante e pela estrutura para ofertar bens e serviços, fatores que figuram entre os atributos para uma nova definição do que seja uma cidade média.

Conforme Pereira (2007), a população urbana superou a rural já na década de 1970, passando de 42% e 58% (1960) para 73% e 23% (1970), respectivamente. A década de 1970 foi marcada pelo crescimento na taxa de urbanização, entretanto, é na década de 1980 que acontece o grande marco da urbanização montesclarenses, momento em que várias indústrias que foram implantadas com incentivos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE<sup>17</sup>.

O norte de Minas foi incluído na SUDENE em 1963, época em que predominava a ideia de que a industrialização era solução para o desenvolvimento. Sendo assim, Montes Claros atraiu investimentos devido a sua localização geográfica e posição como centro regional, além do fato de possuir certa infraestrutura urbana, beneficiando-se com a instalação de várias indústrias de pequeno e médio porte na área urbana. Com isso, a cidade que até meados dos anos de 1970 baseava sua economia na exploração agropecuária e no comércio, começou a se desenvolver na produção industrial (LEITE; PEREIRA, 2008).

De acordo com Versiani (2011), Montes Claros se consolidou como centro regional ao ser escolhida como sede no Programa Cidades de Porte Médio, fato esse que gerou mudanças na economia, no comércio e serviços, na dinâmica e organização espacial. Para Versiani (2011, p.91):

Se por um lado esse processo gerou um maior crescimento econômico para Montes Claros e consolidou sua posição enquanto polo regional, por outro, trouxe consequências que comprometeram o seu desenvolvimento social. Com o acentuado processo de migração campo-cidade, muitos migrantes, atraídos pela industrialização e busca de melhores condições de vida na cidade, não conseguiram ser absorvidos como mão-

---

<sup>17</sup>De acordo com um relatório da Superintendência de Desenvolvimento do Norte de Minas – SUDENOR, o Norte de Minas tinha uma vocação para o desenvolvimento pela sua própria localização, servindo como ligação entre as regiões Sudeste e Nordeste, onde trafegavam os tropeiros em suas incursões comerciais e deu origem as atividades pecuárias e comerciais, destacando Montes Claros como “entreposto comercial”. Foi devido ao agravamento dos problemas econômicos, políticos e sociais que afetaram o Nordeste, que surgem as iniciativas do Governo Federal, como a criação da SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, no ano de 1959, que adotou políticas de desenvolvimento mais coordenadas com objetivo de eliminar as desigualdades econômicas regionais. (MINAS GERAIS, 1983)

de-obra qualificada para esse setor, ficando à margem da economia capitalista em expansão e, conseqüentemente, com dificuldades para se integrarem à nova dinâmica produtiva e procederem a uma ocupação “formal” do solo urbano.<sup>18</sup>

Assim como outras cidades brasileiras, Montes Claros passou por um acelerado processo de urbanização sem planejamento, o que acarretou no crescimento de sua periferia, resultando em uma diferenciação espacial intra-urbana com várias áreas em déficit de infraestrutura básica e com problemas socioeconômicos e ambientais, causados pela intensa urbanização e expansão territorial. Entretanto, outras áreas receberam investimentos do poder público municipal e dos agentes imobiliários, refletindo em uma melhor infraestrutura e tendo como consequência a ocupação pela população que detinha poder aquisitivo médio e alto (LEITE; PEREIRA, 2008).

Destaca-se que o crescimento e direcionamento da expansão se deu em conformidade com os interesses dos agentes responsáveis pela produção do espaço urbano. Inicialmente, o crescimento da cidade ocorreu de forma espontânea e com padrão disperso e horizontalizado. Entretanto, na década de 1970, começaram as expansões para as zonas norte, leste e sul, sendo ocupada pela população de maior renda, pois, até então, a ocupação urbana se restringia à área central e aos bairros adjacentes (LEITE; PEREIRA, 2008).

Em pesquisa realizada por Gomes (2007), um terreno na área central da cidade chegava a custar 50 vezes mais do que nos bairros adjacentes, confirmando a valorização central inicialmente. No entanto, com o desenvolvimento comercial, a área central começou a perder o “*status*” de local de moradia e as famílias que residiam nela começaram a se deslocar para outros bairros, convertendo-se em uma área destinada ao comércio e serviços. Para Moreira Júnior (2010), as transformações e redefinições do centro-periferia fazem parte do contínuo processo de urbanização.

Após a década de 1970, a cidade começou a definir uma setorização dos usos no seu espaço urbano, sendo “no núcleo central – comércio e serviços; no anel pericentral e nas áreas de expansão urbana – residências; e no Distrito Industrial, ao norte – as indústrias. Montes Claros se configurava, nesse período, como uma ‘Cidade Setorizada’” (GOMES, 2007, p.93).

---

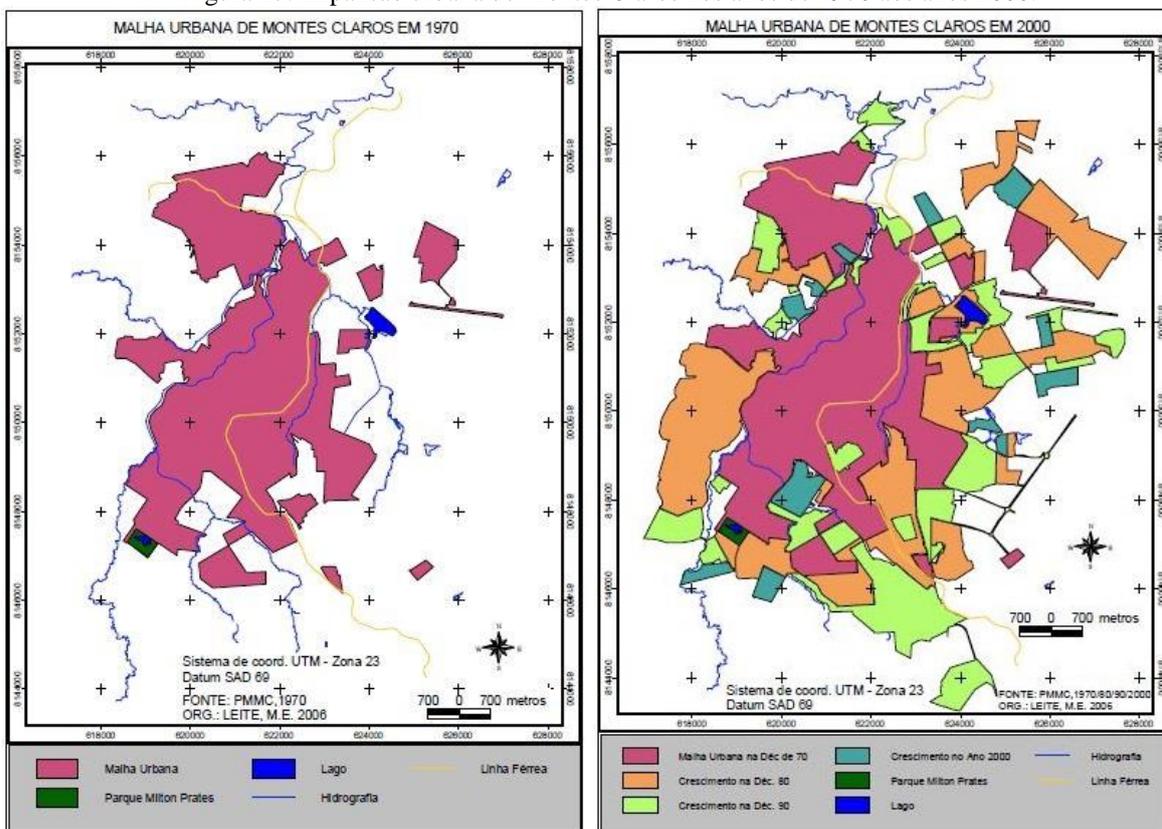
<sup>18</sup> Com a extinção da SUDENE em 2001, o setor industrial sofreu por não atrair mais investimentos, nem gerar mais empregos como na década de 1980, e muitas indústrias foram embora da cidade em busca de outras áreas que oferecessem melhores vantagens. Sendo assim, a infraestrutura criada pela industrialização passou a ser utilizada por outros setores econômicos. (PEREIRA, 2007). Conforme Pereira *et al* (2015) a evolução do PIB em Montes Claros nos anos de 2010-2013 demonstrou o crescimento do setor terciário que no ano de 2013 apresentou 66,28% na atividade de serviços e 15% Administração, saúde e educação públicas e seguridade social; o setor industrial foi responsável por 15% e agropecuária 2,11%. 66,28% na atividade de serviços e 15% Administração, saúde e educação públicas e seguridade social; o setor industrial foi responsável por 15% e agropecuária 2,11%.

Conforme França (2007), a expansão territorial de Montes Claros afetou a fisionomia e fisiologia da cidade, ocorrendo um crescimento desordenado da malha urbana, especialmente nos sentidos norte, sul e leste, regiões estas que concentraram populações com renda média e baixa. Por sua vez, a zona oeste apresentou um crescimento diferenciado, atraindo uma população de renda mais elevada, com bairros que possuíam melhor infraestrutura urbana.

A partir da década de 1980, a cidade se horizontalizou com o surgimento de novos bairros, expandindo sua área construída. Esse período foi marcado pela intensa especulação imobiliária, tendo loteamentos implantados aleatoriamente sem políticas ou controles urbanísticos e de proteção ambiental.

Com isso, destaca-se a evolução urbana da zona oeste/sudoeste (figura 17) e a presença do Parque Municipal Milton Prates, inaugurado no ano de 1969, como referência “limite” de ocupação do solo no início da década de 1970. Nos anos seguintes, apresentou um perfil de adensamento de uma população de alta renda, na qual permanece até os dias atuais devido ao solo urbano dessa localidade permanecer em constante valorização imobiliária. Ressalta-se a relevância dos estudos da zona oeste/sudoeste, pois dentre três parques a serem analisados, dois se encontram nesta porção da cidade.

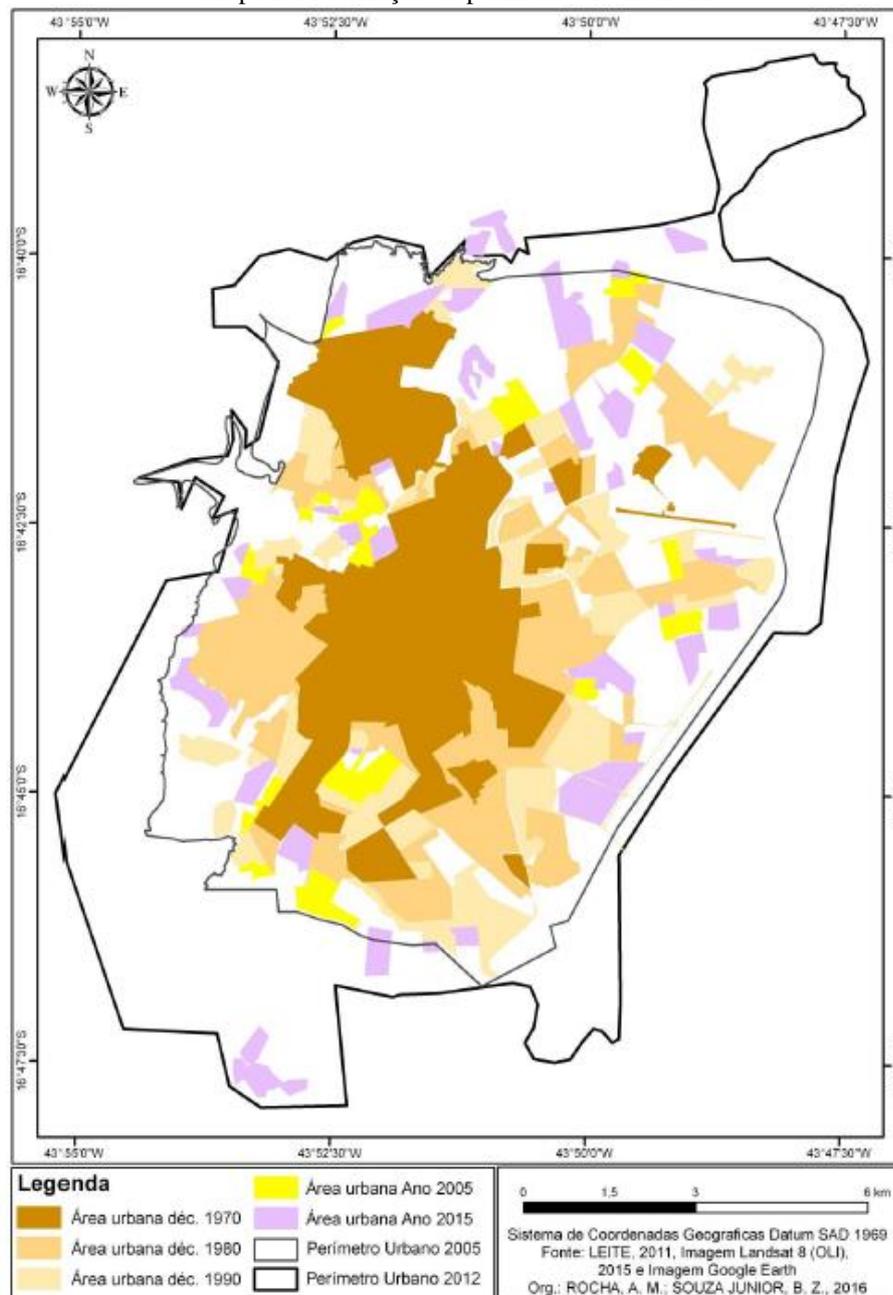
Figura 17: Expansão urbana de Montes Claros nos anos de 1970 aos anos 2000.



Fonte: França (2007)

Para Gomes (2007), a cidade de Montes Claros é organizada em zonas homogêneas em termos de renda e de aspectos socioculturais, como, por exemplo, o bairro Ibituruna localizado na zona oeste, possuindo edificações luxuosas e parte dos condomínios horizontais fechados de alto padrão da cidade. A alteração do perímetro urbano de Montes Claros promovida pela Lei Nº 4.573 de 19 de dezembro de 2012<sup>19</sup> (MONTES CLAROS, 2012) é apontada no mapa do autor Souza Júnior (2018), assim como a expansão urbana até os anos de 2015.

Mapa 2: Atualização do perímetro urbano 2012.



Fonte: SOUZA JÚNIOR (2018)

<sup>19</sup> A lei Nº 4.573 de 19 de dezembro de 2012, altera as Leis Nº 4.198 de 23 de dezembro de 2009 e a Lei nº 4.243, de 12 de julho de 2010 e delimita o novo perímetro urbano do município de Montes Claros e dá outras providências.

O autor destaca o empreendimento imobiliário do Minha Casa Minha Vida, localizado ao norte, que está fora do perímetro urbano em vigência, tratando-se de uma obra aprovada pelo próprio poder público desconsiderando os limites instituídos por lei municipal.

Com um padrão urbanístico disperso, Montes Claros concentrou equipamentos e boa infraestrutura nos bairros de alta renda, vivenciando os processos de segregação socioespacial e periferação em seu processo de expansão. Segundo Villaça (2009), a segregação, um processo constante nas metrópoles, tem se apresentado da mesma forma em cidades médias. Desta forma, o autor destaca a importância da compreensão da estrutura espacial intra-urbana para entender a segregação. A segregação em uma região é determinada pela classe e a concentração desta mais em uma região do que em outra, ou seja, a segregação é também uma manifestação de renda fundiária urbana e deriva de lutas por localizações entre grupos sociais e classes (VILLAÇA, 2009).

Para Moreira Júnior (2010), a segregação urbana deve ser vista como um processo estrutural e causado pela própria sociedade, desenrolado a partir dos estilos de vida e cultura dominantes, podendo este processo aparecer de duas formas: induzida ou ser uma auto-segregação. Observa-se a auto-segregação mediante o emuralhamento das classes de alta renda, optando pelas moradias em condomínios fechados e afastados da cidade, acentuando a tendência ao isolamento social. Já a segregação induzida é representada pelo afastamento espacial da população de baixa renda por diversos fatores, mas no que tange à habitação pode ser vista nas políticas dos conjuntos habitacionais e loteamentos populares implantados em áreas distantes da porção central – promovendo para população carente moradias de baixo custo, mas sem oferecer condições de acesso aos serviços, entretenimento e lazer.

Conforme Gomes (2007), os padrões de consumo associados à ideia de urbanização e globalização fomentaram o aumento de serviços pessoais (entretenimento/lazer) com a implantação de *shoppings*, cinemas, redes de supermercados, dentre outros. Tal tendência pode ser observada em Montes Claros pela inauguração, em 1998, de seu primeiro *Shopping Center*, o Montes Claros Shopping, localizado na zona Sul da cidade, entendido por França (2007) como parte de um processo de descentralização das atividades econômicas e formação de novas centralidades, reforçando o papel do comércio em uma cidade média que oferece serviços e atende as demandas do mercado consumidor das cidades próximas.

Após Montes Claros consolidar-se como polo regional em diversos setores da economia por deter boa infraestrutura e equipamentos urbanos, passou por um período de aquecimento da economia e dos negócios, particularmente no setor imobiliário, resultando em novos

padrões urbanos de moradias como os empreendimentos horizontais e os loteamentos fechados (FRANÇA; ALMEIDA; OLIVEIRA, 2014).

A cidade de Montes Claros passa pelo processo de produção do espaço como mercadoria, se integrando à produção capitalista do espaço, definida pelos interesses dos agentes sociais produtores do espaço. Notadamente, os autores França, Almeida e Oliveira (2014) identificam esse processo em estudos acerca dos condomínios fechados na cidade de Montes Claros, sendo que a implantação deste tipo de empreendimento adquiriu maior intensidade a partir dos anos 2000. Entre os anos de 2000 e 2013 foram construídos 23 empreendimentos horizontais, aferindo um salto expressivo nesse tipo de construção. Foram observadas duas zonas com maior concentração destes condomínios, sendo estas, a zona oeste e a zona norte da cidade, conforme exposto por França, Almeida e Oliveira (2014, p. 180-181):

A expansão horizontal acontece com maior intensidade na zona oeste de Montes Claros, nos bairros Ibituruna, Morada da Serra e Morada do Sol com os condomínios residenciais de alto padrão, a saber: Portal das Aroeiras, Portal das Acácias e Portal Serra do Mel. As construções horizontais se concentram também na zona norte com os conjuntos habitacionais financiados pelo programa Minha Casa Minha Vida como, por exemplo, conjunto habitacional Monte Sião I e II, Minas Gerais e o conjunto Vitória.

[...]A distribuição espacial desses empreendimentos no espaço urbano de Montes Claros se configurou a partir das seguintes características: segurança, amenidades ambientais, infraestrutura, exclusividade social. Neste aspecto, a zona oeste de Montes Claros configura-se como a área de maior concentração desses empreendimentos, notadamente no Bairro Ibituruna. Esta área de Montes Claros apresenta características bastante peculiares que a difere de outras, tais como boa infraestrutura, relativa proximidade com a área central, a presença da Serra da Sapucaia que lhe confere amenidades ambientais e paisagismo. Ademais, esta área da cidade é ocupada por uma população de alta renda.

A distribuição espacial dos empreendimentos ocasionou em uma nova morfologia urbana, contribuindo inclusive para as práticas de especulações imobiliárias. Outro aspecto salientado pelos autores supracitados é a opção desses empreendimentos pela zona oeste, região essa que apresenta características singulares, com infraestrutura de melhor qualidade e amenidades ambientais, presentes no bairro Ibituruna e adjacências.

De acordo com Leite e Pereira (2008, p.68):

Na região oeste, na década de 1980, surge um novo bairro, o Ibituruna, que é um bairro de classe média alta, de grande dimensão, com considerável área verde, boa infraestrutura e beleza paisagística. Mas a efetiva ocupação desse bairro se intensifica na década de 1990 com a construção de mansões por toda a parte do bairro. Os lotes desse bairro estão entre os mais caros da cidade.

O bairro Ibituruna está localizado próximo à Serra do Mel<sup>20</sup>, denominada igualmente como Serra da Sapucaia ou Serra dos Montes Claros, e se destaca pelas suas amenidades ambientais e beleza cênica, permitindo uma vista panorâmica e privilegiada da cidade, tornando um espaço de raridade. Trata-se de uma área que se localiza próxima a três parques da cidade, sendo eles os parques ecológicos: Parque Guimarães Rosa, Parque Sapucaia e o Parque Municipal Milton Prates (GALVÃO, 2018).

Ainda, conforme a autora, os empreendimentos presentes nessa localidade possuem temperatura reduzida quando comparado com outras regiões da cidade, por estarem próximos as áreas verdes destacadas, sendo enquadrados em “verdadeiros enclaves de luxo superlativo, com elementos arquitetônicos modernos, de alto padrão, revelados na suntuosidade das construções e, em seu design, um padrão cultural, apresentando considerável área verde em seu entorno” (GALVÃO, 2018, p.98). Por estarem localizados em frente a Serra do Mel, desfrutam de atributos ambientais e visuais, tornando-os um espaço diferencial que foi apropriado e vendido pelos agentes imobiliários para a classe de renda alta da cidade.

Em contraste a realidade da zona oeste, as instalações dos condomínios horizontais residenciais da zona norte e leste são espalhados pelo território, carecendo de infraestrutura, serviços e lazer. A ocupação do espaço nessa região promoveu uma nova configuração da periferia urbana montesclareense, representando um modelo de segregação induzida.

O poder público é um importante agente no processo de produção e reprodução do espaço urbano, pois além de suas atribuições de legislar e tributar é também financiador de empreendimentos residenciais, tal qual o programa Minha Casa Minha Vida, e em casos de conflitos, que envolvam outros agentes produtores do espaço, se comporta como conciliador. Entretanto, muitas vezes esses programas habitacionais se restringem às habitações, privando a população dos demais serviços e das práticas cotidianas de lazer.

Retoma-se aqui a relevante distinção entre *habitar* e *habitat* realizada por Lefebvre (2011), em que se entende *habitar* enquanto participação da vida social – seja ela de uma comunidade, aldeia ou cidade – e *habitat* teria relação direta com acesso à moradia. Posto em

---

<sup>20</sup> A Serra do Mel é tombada pelo Conselho de Patrimônio Histórico e Cultural (COMPAC), devido a sua importância histórica e paisagística para a cidade. A autora Galvão (2018) analisa em seus estudos os conflitos socioambientais gerados pela ocupação urbana e pela instalação de empreendimentos imobiliários (condomínios horizontais) que margeiam a Serra e os que se encontram dentro das áreas de preservação permanente - APP, empreendimentos estes permitidos por alterações previstas em leis que ampliaram o perímetro urbano até o cume da Serra do Mel, a fim de beneficiar os interesses de empreendedores imobiliários. (GALVÃO, 2018)

discussão o direito à cidade, Lefebvre (2011) realizou a compreensão do processo de urbanização e exclusão da classe trabalhadora parisiense e a apontou como urbanização - desurbanizante e desurbanizada, entendendo que na descentralização da cidade:

Afastado da Cidade, o proletariado acabará de perder o sentido da obra. Afastado dos locais de produção, disponível para empresas esparsas a partir de um setor de habitat, o proletariado deixará de se esfumar em sua consciência a capacidade criadora. A consciência urbana vai se dissipar. (LEFEBVRE, 2011, p. 25)

Esse processo se faz atual na sociedade capitalista e na produção do espaço que revela suas desigualdades no contexto socioespacial das cidades, a exemplo, no processo de segregação exposto por Moreira Júnior (2010). A segregação induzida, que leva a classe baixa a se localizar nas periferias subequipadas, também se constitui de carência ao acesso à estrutura e os equipamentos urbanos como as áreas de lazer, precariedade nos serviços públicos (transporte, água, esgoto), hospitais, escolas, etc.

Uma cidade vívida e saudável não se resume apenas a espaços de habitação e trabalho, mas também a espaços que promovam o lazer, e quando acessível a toda população promove justiça social urbana e propicia bem-estar e qualidade de vida para os cidadãos.

Para Marcellino (1996, p.25), “pode-se dizer que democratizar o lazer implica em democratizar o espaço. E se o assunto for colocado em termos da vida diária, do cotidiano das pessoas, não há como não fugir do fato: o espaço para o lazer é o espaço urbano”, isto é, a relação lazer/espaço urbano possui uma série de descompassos, marcadas pela relação da ocupação diferenciada do solo, de forma que nem toda população tem acesso privilegiado aos espaços de lazer.

Posto isto, o espaço enquanto valor de uso é minimizado pelo seu valor de troca, só quem detém condições financeiras consegue usufruir e consumir o espaço na qualidade de mercadoria, e tem acesso aos objetos tanto vendáveis quanto os simbólicos e imaginários (paisagens, ar puro, natureza) e equipamentos que promovam o lazer, que embora públicos, estão localizados em setores com melhor infraestrutura nas cidades.

Bortolo, Rodrigues e Borges (2018) realizam um estudo das áreas verdes urbanas da cidade de Montes Claros, com enfoque nas praças públicas. Para tanto, estabeleceu-se que seriam consideradas áreas verdes os locais que cumprissem funções estéticas, ecológicas e lazer e ser 70% permeável. Assim sendo, os autores constataram que dentre 135 loteamentos apenas 52 possuíam praças e os 83 restantes, não-dotados de equipamentos, estavam localizados na periferia. Mapeou-se ao todo 96 praças, contudo somente 16 atendiam aos critérios estipulados,

sendo tratadas como espaços livres as demais que não cumpriam todas as funções. Desta forma, Bortolo, Rodrigues e Borges (2018, p.9) concluem:

Grande parte dessas áreas verdes encontra-se distribuídas de forma desigual dentro do perímetro da cidade, destacando que elas estão localizadas em loteamentos específicos, dessa forma, deixa de abranger e beneficiar grande parte da população. As áreas verdes mapeadas estão distribuídas especificamente nos loteamentos: Todos os Santos, Centro, Santa Rita, São João, Major Prates, Morada do Parque, Maria Cândida, Maracanã, Santos Reis, JK e Guarujá.

Alguns desses loteamentos citados anteriormente se encontram próximos aos parques urbanos analisados, como o do bairro Major Prates e Morada do Parque, o que demonstra a concentração de parte dos equipamentos urbanos de lazer da cidade. Referindo-se à qualidade aferida aos espaços, os autores relatam que (2018, p.19) “muitos desses locais não têm uma boa estrutura, possuem uma quantidade mínima de solo permeável, pouca vegetação, poucas opções para lazer e não são esteticamente chamativos a população”.

Após análise do estudo, infere-se a desigualdade distributiva das áreas verdes na cidade de Montes Claros. Conforme os autores citados anteriormente, as melhores praças concentram-se na área central e em loteamentos específicos, já os loteamentos da porção periférica não têm áreas verdes e possuem poucos espaços livres, que podem ou não ter funções de espaços de lazer, inviabilizando a promoção e o acesso à justiça social urbana para essa população, reforçando o conceito *habitat* de Lefebvre (2011).

Assim como os parques urbanos, as praças são importantes espaços de lazer e de vivências cotidianas. É imprescindível que os gestores e responsáveis pelas políticas setoriais planejem as cidades para as pessoas que têm direito ao ócio *além* do negócio, conforme uma lógica dos direitos humanos e coletivos, promovendo espaços que possibilitem adquirir novos valores humanos, um convívio mais harmonioso com o diferente e experiências com a cultura local (RECHIA, 2017).

Juntamente com o planejamento urbano dos espaços públicos, é pertinente salientar a relevância da gestão participativa e o papel do cidadão enquanto ator social, que junto ao poder público, entende que o espaço público é *de e para todos*. Sendo assim, necessita-se que as comunidades locais usem, apropriem e também se mobilizem para cuidar dos espaços e equipamentos, participando ativamente da manutenção do espaço que é de todos.

## 2.1. Parques urbanos e sua espacialização na malha urbana de Montes Claros

Após a compreensão da organização espacial da cidade de Montes Claros, neste subitem será analisado o contexto socioespacial em que estão implantados os parques urbanos, pois entende-se que esse contexto possui relações com os significados e o imaginário empregados para estes espaços públicos que, por sua vez, influenciam nos padrões de utilização e dos usuários.

Os parques urbanos<sup>21</sup> compõem o quadro de áreas verdes da cidade, sendo caracterizados de acordo com suas funcionalidades. Em definição por Nucci (2008, p. 120) as áreas verdes são:

[...] como um tipo especial de espaço livre onde há predominância de áreas plantadas e que deve cumprir três funções (estética, ecológica e lazer); vegetação e solo permeável (sem laje) devem ocupar, pelo menos, 70% da área; deve ser pública e de utilização sem regras rígidas.

Em Montes Claros três parques se enquadram como unidades de conservação: o Parque Estadual Lapa Grande, o Parque Florestal da Sapucaia e o Parque Guimarães Rosa, sendo os dois últimos sob jurisdição e proteção do poder público municipal, sendo que o primeiro administrado pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF), possuindo 15.320 hectares<sup>22</sup> situando-se a cinco quilômetros da área urbana.

Na classe de Parques Naturais do Município estão inclusos os parques: o Parque Municipal Milton Prates, o Parque das Mangueiras (Nilson Espoletão), o Parque Municipal Sagarana e o Parque Antônio Canelas. Conforme Sakata (2018a), as áreas protegidas de posse e domínio público, abertas ao uso de visitação e lazer, são chamadas de Parque Natural Municipal, aproximando-se de um parque urbano.

São elementos importantes a serem considerados em estudos atuais de parques urbanos: a localização e a imagem social que é produzida e veiculada. Esses fatores, juntamente

---

<sup>21</sup> Além dos parques analisados, Montes Claros possui mais outros quatro parques no perímetro urbano da cidade, implantados ou em fase de implantação, sendo eles: Parque Sapucaia (zona oeste); Parque Cândido Canelas (zona centro-sul). Em fase de implantação estão os parques: Parque Professor Antônio Jorge (zona sul) que está em fase final de obras, mas já está aberto para uso da população e o Parque Natural Municipal Lagoa dos Portugueses (Belvedere – zona leste) que foi aprovado pelo decreto 3.928/2019 no dia 05 de dezembro/2019. Destaca-se a crescente política de criação de quatro novos parques urbanos na cidade de Montes Claros nos últimos dois anos, sendo que a cidade apresentava em 2017 apenas três parques na área urbana e mais um no perímetro rural. Em 2020 há um total de oito parques públicos municipais.

<sup>22</sup> Disponível em: <http://www.ief.mg.gov.br/>, acesso em: jun. 2019

com o programa de atividades e desenho arquitetônico, contribuem de forma decisiva na utilização destes espaços (GOMES, 2018).

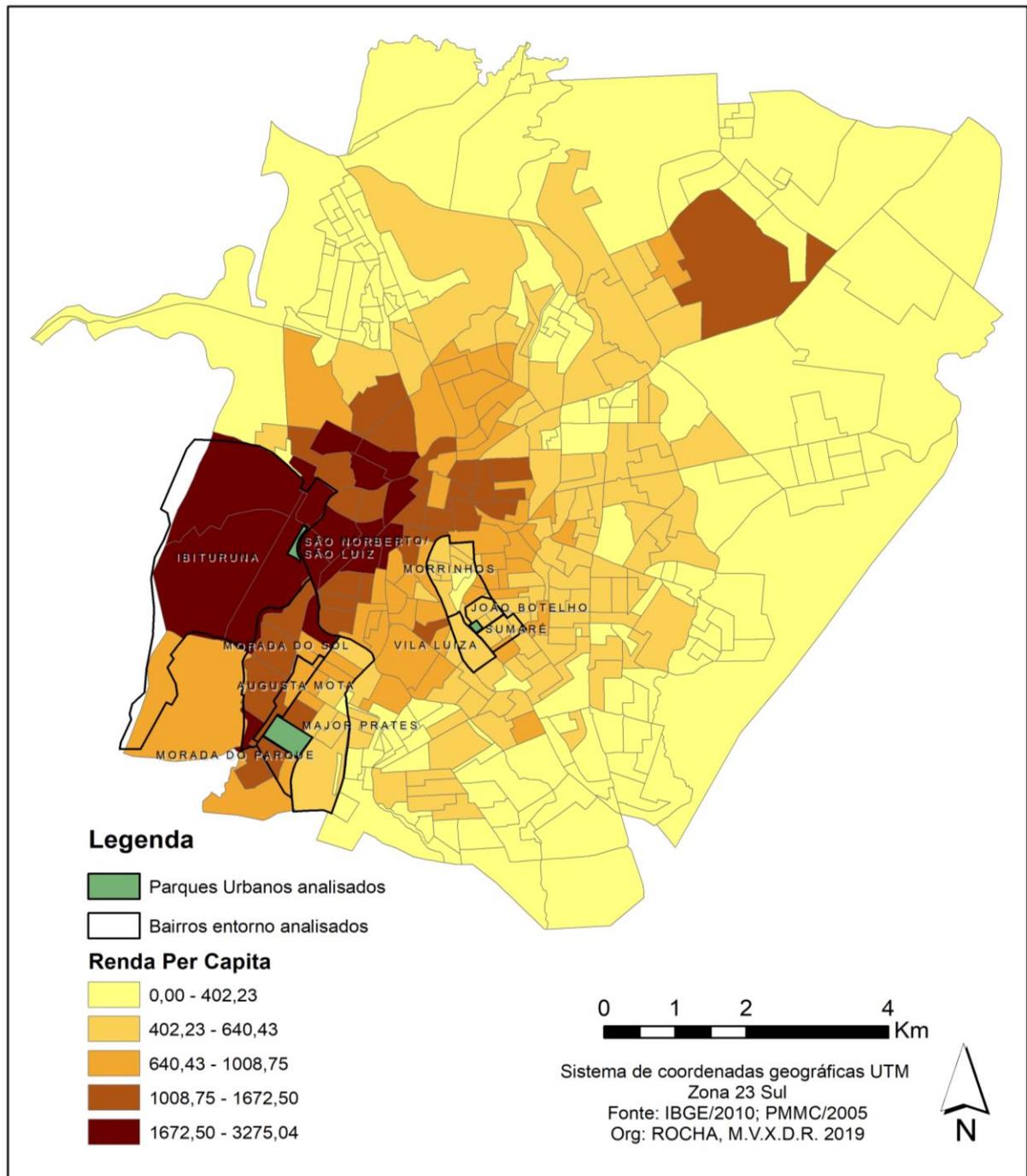
O contexto socioespacial em que os equipamentos urbanos estão implantados, ou seja, suas características históricas, sociais, econômicas e culturais são significativas para a análise e compreensão do seu enquadramento nas cidades. A imagem social, por sua vez, se relacionada com as representações sociais e culturais atribuídas por um grupo de indivíduos. Essa relação físico-social será analisada aqui através dos imaginários socioespaciais empregados aos parques urbanos por seus usuários.

A localização no território na cidade capitalista possui uma relação direta com o preço da terra, de modo que, conseqüentemente, se relaciona com a renda e o poder econômico dos indivíduos. Dessa forma, em Montes Claros a população que detém maior renda se concentra em zonas que possuem melhor infraestrutura, como ocorre nas zonas oeste/sudoeste. Estas regiões apresentaram um crescimento diferenciado nas décadas de 1970-1980, conforme análises do item 2, e, por conseguinte, os entornos dos parques Milton Prates e Sapucaia receberam equipamentos e boa infraestrutura à época, atraindo assim a população de renda média-alta, conforme consta no mapa 3.

Averigua-se, de acordo com o mapa 3, que os bairros circundantes ao Parque das Mangueiras possuem renda *per capita* entre zero e R\$ 1.008,75, com maior predominância da renda entre R\$ 402,23 e R\$ 640,43, demonstrando ser uma área com menor poder econômico se comparado com as outras áreas do estudo.

Em relação ao Parque Municipal Milton Prates, as quadras limitrofes a ele que apresentam maior renda *per capita* são os bairros Major Prates e Morada do Parque, com renda *per capita* entre R\$ 402,23 e R\$ 1672,50. Por sua vez, o Parque Sagarana se localiza em uma área como maior poder econômico, com predominância de renda *per capita* entre R\$ 1.672,50 e R\$ 3.275,04 (bairros Ibituruna e Jardim São Luis).

Percebe-se que os Parques Milton Prates e Sagarana estão localizados em áreas com maior renda *per capita*, contudo o Parque das Mangueiras destoa dessa realidade econômica. Observa-se também que as extremidades da área urbana da cidade, com exceção da zona oeste em que se localiza o bairro Ibituruna e circunvizinhos, estão classificados na menor faixa de renda *per capita*.

Mapa 3: Renda *Per Capita* na cidade de Montes Claros

Autor: Rocha, 2019

O início da implantação dos parques urbanos em Montes Claros ocorreu no final da década de 1960, com a inauguração do Parque Milton Prates em 1969. O parque foi uma promessa para o povo montesclarenses como um novo espaço de lazer para os trabalhadores, fruto de uma gestão que se preocupava com uma cidade mais humana para seus habitantes (SILVEIRA, 2015).

Em 1987 foi concebido e inaugurado no dia 03 de julho o Parque Municipal da Sapucaia, durante a comemoração de 130 anos da cidade. Contendo uma área de 9,8 hectares, constituiu a maior Unidade de Conservação de Montes Claros até a criação do Parque Estadual da Lapa Grande, em 2006. Localiza-se na zona sudoeste da cidade próxima aos bairros Jardim Liberdade e Morada do sol, aproximadamente a três km de distância da área central. Muito embora seja um parque equipado de infraestrutura para práticas culturais, esportivas e de lazer, atualmente se encontra fechado para uso e em estado de degradação (BELÉM; VIDAL, 2019).

Após diversas mobilizações populares dos moradores locais do bairro João Botelho e adjacentes inaugurou-se em 2012 o Parque das Mangueiras, localizado na zona centro-sul da cidade, em uma região com população de baixa renda. Com a implementação do parque, além de formalizar a criação da área verde/institucional do loteamento João Botelho previsto em Lei Federal<sup>23</sup>, criou-se um espaço de lazer e vivência para a população local e da região.

Recentemente, parte da reserva ambiental do Parque Guimarães Rosa se desmembrou para a criação do Parque Urbano Sagarana, inaugurado em 2018, destinado ao uso da população para práticas de caminhadas, esportes e lazer contemplativo.

Com o objetivo de compreender os modelos e intenções da implantação desses equipamentos públicos, buscou-se o histórico dos parques nos arquivos públicos municipais<sup>24</sup>; realizou-se entrevistas com atuais e antigos partícipes das gestões municipais e empresas que tiveram algum vínculo com os objetos de estudo. Para contextualização teoria-empíria, além do experienciado, buscou-se as teorias e discursos sobre concepções e implantações dos parques urbanos a partir da década de 1970 no Brasil e no mundo.

Os parques urbanos montesclarenses corroboram com a realidade espaços-temporais dos parques explorados pelos autores Macedo e Sakata (2010) e Sakata (2018). Assim como explorado pelos referidos autores, o primeiro parque da cidade de Montes Claros surge em um contexto no qual o parque urbano deixa de ser local apenas de admiração, contemplação da natureza e embelezamento das cidades, mas tornando-se igualmente um espaço propício para o

---

<sup>23</sup> Conforme previsto em LEI No 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979, a qual dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano, o art.4º prevê que em todo parcelamento com fins urbanísticos deverá conter uma reserva de área em percentual estabelecido pela legislação local, para implantação "sistema de circulação", "equipamentos urbanos", "comunitários" e "espaços livres para uso público", proporcionais à densidade de ocupação.

<sup>24</sup> Houve dificuldades para conseguir esses arquivos nos órgãos responsáveis, sob a alegação de descontinuidade nas gestões, apresentando dificuldades para organização dos documentos históricos dos parques. Em visita à Procuradoria Municipal, não foi possível obter acesso a lei de criação do Parque das Mangueiras (atual Nilson Espoletão), que conforme a justificativa do setor, é necessário informar o número da lei para a pesquisa no catálogo, haja vista grande volume de leis arquivadas.

lazer da classe trabalhadora. Posteriormente, transformou-se em um espaço de múltiplas funcionalidades, contendo maiores infraestruturas para as práticas esportivas ao ar livre.

Os Parques Guimarães Rosa e o Parque Sapucaia, juntamente com a função de espaços de lazer, foram áreas salvaguardadas com objetivo de proteção dos seus recursos naturais, representando as preocupações ambientais urbanas em meio à expansão e adensamento das cidades contemporâneas brasileiras.

Para Sakata (2018a), a criação de parques com funções de reservas ambientais foi uma maneira de resguardar partes ambientalmente valiosas das paisagens, que iriam se integrar mais tarde ao contexto urbano, contudo seus usos sociais não ficaram bem definidos, uma vez que esses parques muitas vezes não são abertos à população. Assim como aconteceu com o Parque Guimarães Rosa, que mais tarde, ao ter uma parte desmembrada, o Sagarana, converte-se em um espaço público aberto a visitas, com estrutura para receber a população.

Foi por meio das políticas nacionais de preservação do meio ambiente que muitos parques urbanos surgiram no Brasil e que, atualmente, recebem verbas para sua manutenção e para a criação de novas unidades. Montes Claros obteve alguns melhoramentos e revitalizações dos seus parques mediante as verbas de compensações ambientais.

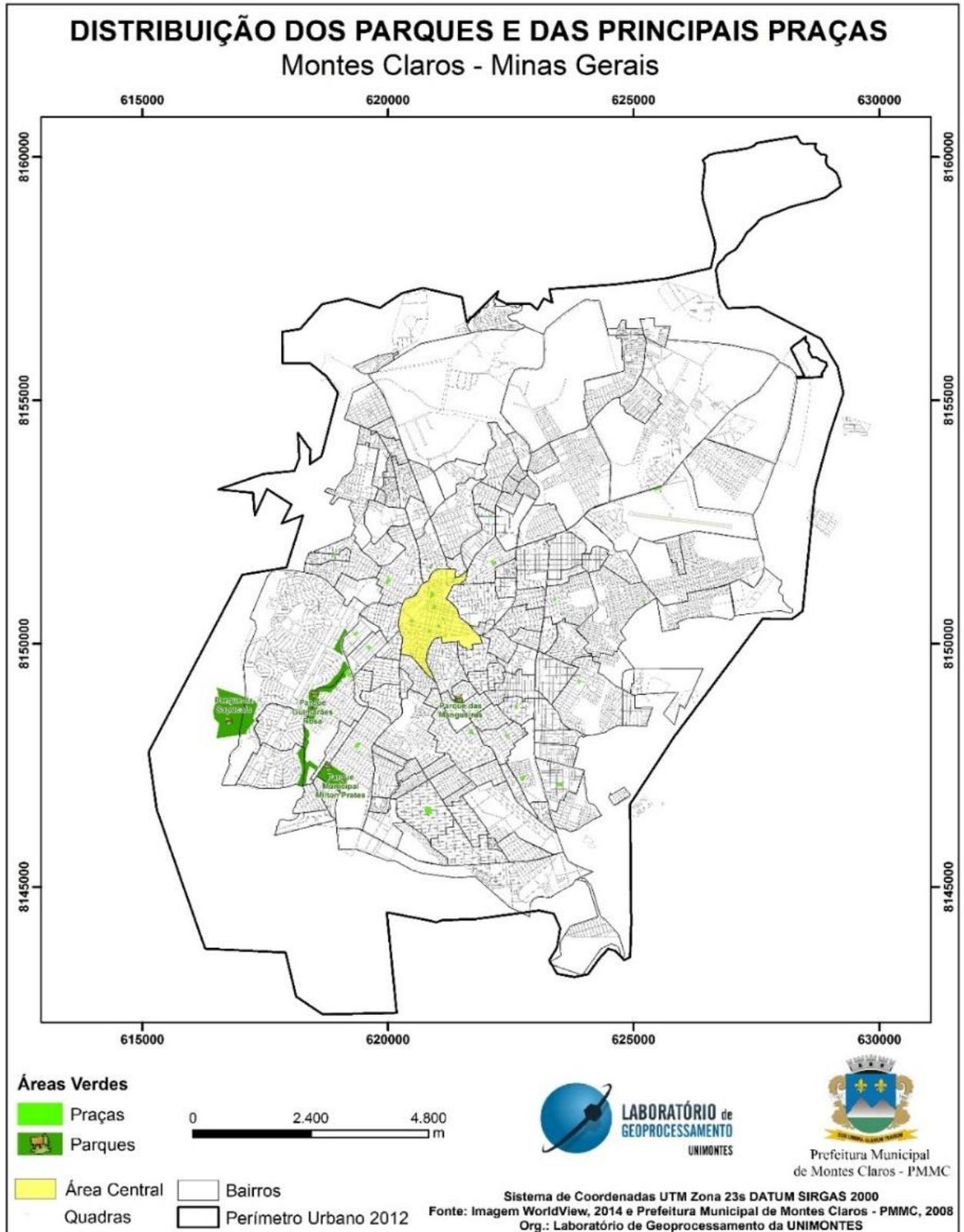
Os parques do estilo contemporâneo, expostos por Sakata (2018a), são providos de novas categorias formais e arquitetônicas, como os parques lineares – Parque Sagarana, e atuais linguagens e significados que auxiliam no uso e na apropriação dos usuários simultaneamente. Da mesma forma, tais modelos de parques podem se associar aos interesses políticos e imobiliários.

De acordo com a Lei nº 4.198 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o uso e ocupação do solo e zoneamento no município de Montes Claros, os parques urbanos da cidade são classificados como S.E 2 (Setor Especial 2), conforme definido pelo Art. 6º inciso 2º:

Setores Especiais-2 (SE-2) são os espaços, estabelecimentos e instalações sujeitos a controle, destinados a grandes usos institucionais, tais como: hospitais, centro cívico, centro administrativo, universidades, estádios, terminais diversos, usinas de lixo, aterros sanitários, cemitérios, áreas de lazer e escolas em geral. (MONTES CLAROS, 2009, p.4)

Desta maneira, subentende-se que os parques estão inseridos como áreas de lazer e também são descritos no mapa de zoneamento como áreas verdes, conforme mapeamento de áreas verdes realizado pela prefeitura na atualização do Plano Diretor de Montes Claros em 2015 (mapa 4).

Mapa 4: Distribuição dos Parques e das principais praças da cidade de Montes Claros - 2015



Fonte: PMMC (2015)

A abordagem sobre essas áreas verdes e/ou áreas de lazer se apresenta de forma sucinta e limitada nas leis do município. No site<sup>25</sup> da Prefeitura Municipal, os parques urbanos aparecem no setor de turismos e são apontados como referências de pontos turísticos da cidade.

O Parque da Lapa Grande se mostra como um potencial de grande atrativo turístico, devido a sua importância arqueológica. Outro parque que tem destaque nessa categoria é o Parque Sapucaia, indicado para práticas de montanhismo, corridas rústicas e possuindo também um teleférico com capacidade para 90 pessoas. Entretanto, atualmente este parque se encontra fechado e muitos destes elementos não estão mais em condições de uso.

Muito embora o município não apresente um suporte de leis e considerações sobre esses equipamentos urbanos, se percebe a importância que a população tem dado para estas áreas verdes e de lazer nos últimos anos, que por sua vez, atraem cada vez mais a atenção dos agentes produtores dos espaços, notadamente, os produtores imobiliários.

Sabe-se que a expansão da cidade de Montes Claros foi mediada pelos investimentos públicos juntamente com a ação dos agentes imobiliários, cada um orientado por ações e estratégias próprias que, por vezes, coexistiram ou não. Para Corrêa (1989), a estratégia inicialmente dos agentes imobiliários seria produzir residências que atendessem a demanda solvável da população, e, uma vez feito isso, se aliariam ao Estado para tornar viável a produção de residências para a demanda não solvável da população, como nos programas habitacionais. De acordo com Galvão (2018, p.76):

No plano da dinâmica imobiliária, essa lógica expressa-se no solo urbano através de uma série de aspectos que são decorrentes desse desenvolvimento desigual: competitividade por localizações específicas; a sobreposição de arranjos institucionais; mercadificação da cidade e de seus espaços; a diferenciação socioespacial e a formação de espaços exclusivos com alto valor agregado ao preço da terra urbana, entre outras estratégias.

Desta forma, as estratégias dominantes da reprodução do capital possuem um rebaixamento espacial, uma vez que as ações dos promotores imobiliários estão correlacionadas com os altos preços da terra e o alto *status* de determinados bairros, pois sabe-se que no conjunto de estratégias de valorização da terra urbana se incluem melhores condições de infraestruturas urbana, acessibilidade, segurança e amenidades naturais ou socialmente produzidas, como as poucas áreas verdes na cidade contemporânea.

Desta maneira, colocam-se as áreas verdes com potencial capaz de oferecer um valor diferencial para a região nas quais estão inseridas, uma vez que “uma das formas que os

---

<sup>25</sup> Disponível em: <http://www.montesclaros.mg.gov.br/cidade/aspectosgerais/turismo.htm>, acesso em jun. 2019.

diferentes agentes encontram no espaço urbano para promover desigualdades e diferenciação espacial, com obtenção de renda diferencial, é a implantação de equipamentos, como os parques” (GOMES, 2013, p.15).

Essa diferenciação espacial, construída pela lógica dominante das relações de produção do espaço, se forma por distintos agentes que podem ou não revelar suas intenções, necessitando analisar as “inúmeras codificações sobre as quais se assenta o espaço produzido e como os agentes produtores colaboram simultaneamente, para ocultar a decodificação” (FERREIRA, 2007, p.2). Em geral, o espaço não revela de imediato o seu processo de produção como mercadoria e assim o espaço produzido pode mais ocultar do que revelar suas verdadeiras intenções.

Essas estratégias também são vistas em torno da implantação de alguns dos parques urbanos de Montes Claros, pois para construção do Parque Sapucaia<sup>26</sup> e do Parque Milton Prates, os terrenos foram doados para prefeitura sob forma de permuta em troca de benefícios – descontos em IPTU de outras áreas pertencentes aos mesmos doadores. No caso do Parque Milton Prates, após ser implantado também viria a desempenhar a função de área verde e institucional, conforme exigido em Lei Federal No 6.766 de Parcelamento do Solo para loteamentos futuros implantados na área do entorno (fig.18), os quais pertencem aos doadores do terreno, revelando assim, o processo de produção do espaço pelos distintos agentes – público e privado.

Figura 18: Propaganda publicitária do loteamento lançado “Residencial dos Parques”

A propaganda publicitária para o loteamento "Residencial dos Parques" apresenta as seguintes informações:

- ENTRADA FACILITADA:** A HOJA CERTA PARA INVESTIR EM IMÓVEIS.
- ENTRADA A PARTIR DE:** R\$ 18 mil + 96 parcelas.
- LOTES A PARTIR DE:** 300 m<sup>2</sup>.
- MELHOR LOCALIZAÇÃO DA CIDADE:** ENTRE OS PARQUES MUNICIPAL E GUIMARÃES ROSA.
- MAIS QUALIDADE DE VIDA PARA VOCÊ E SUA FAMÍLIA.**
- INFORMAÇÕES E VENDAS:** Weblot (Imobiliários) e BROWN Empreendimentos Imobiliários.
- Contato:** 38 3223-4987.
- Endereço:** Rua Tiradentes, 663 - Centro - Montes Claros/MG.

Fonte: Acervo pessoal, disponibilizado pela empresa Brown Empreendimentos.

<sup>26</sup> Conforme Belém e Vidal (2019, p. 40) “Foi firmado um contrato de permuta em que os proprietários da área do Parque da Sapucaia cederiam esse espaço para a prefeitura em troca de benefícios em áreas pertencentes a eles nos bairros Ibituruna e Jardim Liberdade. Assim, o Parque da Sapucaia foi criado pela lei N° 1646 de 08 de setembro de 1987.”

Não restringindo a concepção do espaço somente como palco da vida cotidiana, compreende-se também a importância das ações dos agentes produtores do espaço em torno dos parques urbanos, identificando-os no processo histórico de implantação destas áreas.

Considerando-se a cidade o *locus* da diferenciação socioespacial gestada pelo processo de produção do espaço, marcado pelo individual e pela negação do outro, essa diferenciação socioespacial contribui para o empobrecimento da qualidade de vida urbana, e consequentemente, da paisagem urbana (LOBODA, 2016).

No que diz respeito à existência e distribuição dos parques urbanos na cidade, apresentada no mapa 4, observa-se que não há equidade distributiva e, por sua vez, não possibilita o fácil acesso para que distintas classes e tipos sociais tenham acesso a esses espaços.

A estrutura física e morfológica do local em que se encontram implantados os parques urbanos podem apresentar relação com o potencial de atratividade e usabilidade dos espaços, como expuseram Santos (2007), Silva (2009) e Serpa (2007) ao considerarem a localização como fator relevante para vitalidade dos espaços. A estrutura física e o entorno do espaço público são tão importantes quanto a sua dimensão interna, conforme Barros (2010, p.33):

Ao atender às necessidades dos usuários, tais como atividades, serviços, acessibilidade, aumenta-se a probabilidade de sucesso do espaço público perante a sociedade, que se vê estimulada ao uso, tornando os espaços urbanos mais bem utilizados e seguros. E, por outro lado, quando as necessidades dos usuários não são atendidas, estes não se identificam com o espaço e a apropriação não acontece, tornando o local menos cuidado e utilizado, mais suscetível a depredações e violência.

Uma boa relação entre o cidadão e a cidade contribui favoravelmente para o bom uso dos espaços públicos, assim como acreditam os autores Lynch (1999) e Jacobs (2003), dado que o cidadão ao estabelecer uma relação de afetividade com o lugar, zela e o tem como um patrimônio.

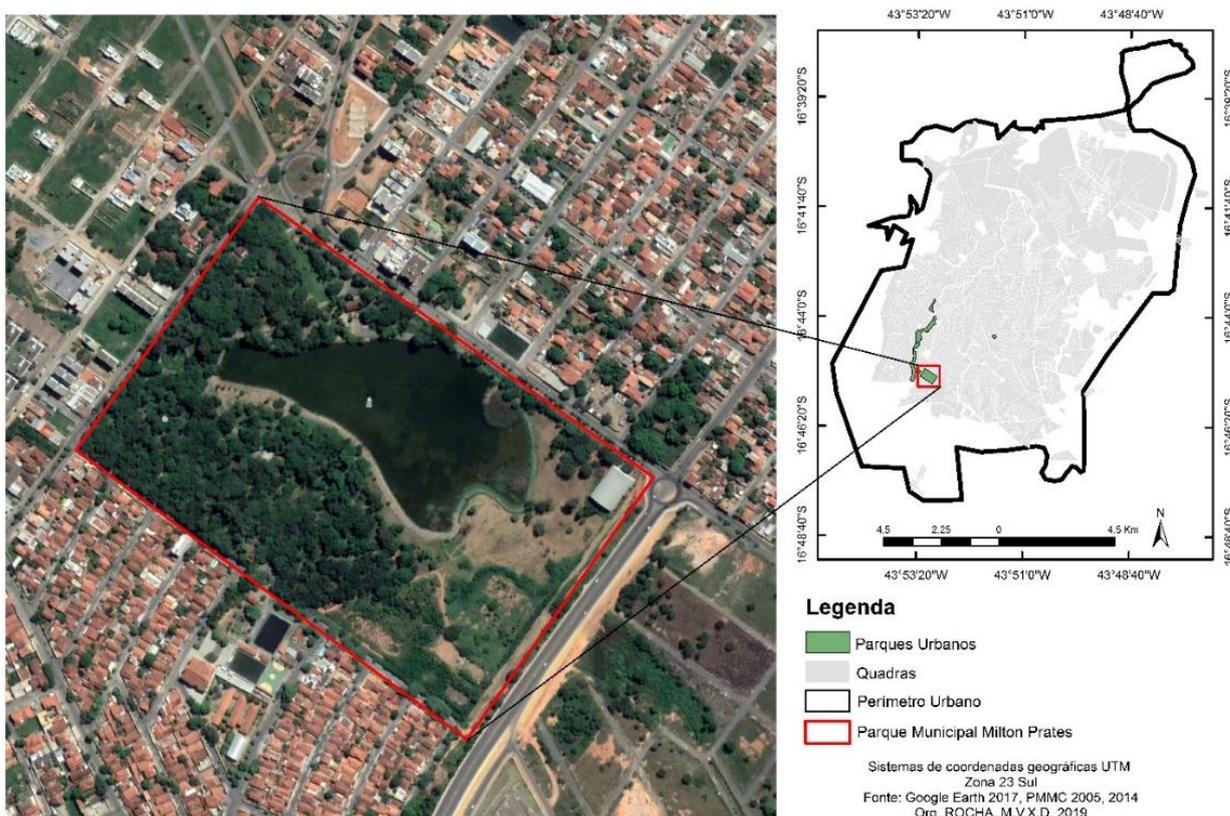
Assim sendo, essa pesquisa segue para análise empírica da escala espacial – parques urbanos montesclarenses, as relações socioespaciais e práticas desenvolvidas nestes espaços públicos levando em consideração o cenário de uma cidade média.

A escala espacial como primeiro nível da reflexão é definida por Corrêa (2011) como particularidade da ação humana, tem relação com as práticas realizadas nos planos espaciais e abrange distâncias e superfícies variáveis. Por conseguinte, a base teórica viabiliza a explicação/compreensão dos (as) fenômenos/relações/práticas, demandando um nível de abrangência espacial e tendo amparo na compreensão dos fenômenos, das relações e práticas sociais.

### 2.1.1. Parque Municipal Milton Prates

O parque municipal Milton Prates está localizado na Av. Mestra Fininha no bairro Morada do Parque (mapa 5), zona sudoeste, a aproximadamente quatro km da área central da cidade de Montes Claros. De acordo com os gestores atuais, jornalistas e a população envolvida com a política municipal, o terreno do primeiro parque municipal, que tem sua inauguração datada em 03 de maio de 1969, foi uma doação realizada pelo proprietário e deputado a época Luís Milton Prates, para a construção de um parque municipal, realizada na gestão do prefeito Antônio Lafeté Rebello (Toninho Rebello).

Mapa 5: Localização do Parque Municipal Milton Prates na cidade de Montes Claros/MG



Autor: Rocha, 2019

Na gestão de Toninho Rebello foi evidente a vontade de tornar Montes Claros uma cidade mais humana para os seus habitantes, havendo um apelo ambiental. Dessa forma, a criação do primeiro parque municipal foi uma marca ambiental e social para a cidade. (SILVEIRA 2015)<sup>27</sup>

<sup>27</sup> O parque municipal foi um marco para a cidade, mas na gestão de Toninho também se preocupava com a limpeza pública das ruas e praças e com a criação de novos equipamentos urbanos, como na construção do lago de Interlagos, grande marco na paisagem da cidade. (SILVEIRA, 2015)

Em acordo com o prefeito Toninho Rebello, o terreno foi doado de forma voluntária para implantação do parque. Este fazia parte da fazenda Vargem Grande e se localizava em torno da Lagoa dos Patos (fig.19). Esse acordo foi previsto na Lei - nº 837 de 6 de julho de 1968 que “Denomina o ‘Parque Municipal Milton Prates’, a qual concede isenções tributárias e dá outras providências”, estabelecendo que nos próximos dez anos subsequentes estariam isentos do imposto territorial urbano os doadores de terrenos destinados às obras de acesso e implantação do Parque Municipal Milton Prates, localizados no prosseguimento da avenida Mestra Fininha, até a mencionada Lagoa dos Patos, nos limites do bairro Major Prates.

Figura 19: Situação do terreno doado para a construção do Parque Municipal Milton Prates



Fonte: Acervo pessoal da autora, disponibilizado pela empresa Brown Empreendimentos, 2019.

Dessa forma, entende-se que a implantação do Parque Milton Prates aconteceu mediante a parceria dos agentes produtores do espaço, dentre eles, os donos de terrenos do entorno, os quais, mais tarde, fizeram uso das prerrogativas estabelecidas por lei e acordo verbal. Conforme informações obtidas junto à empresa Brown empreendimentos, se estabeleceu sob forma de acordo verbal que a doação da área para a construção do Parque Municipal Milton Prates seria efetivada como a indicação/averbação das áreas públicas (verde e institucional) na parcela de loteamentos futuros que seriam implantados no entorno do terreno doado, surgindo assim os condomínios horizontais e loteamentos ao entorno do parque, como é o caso do loteamento

Major Prates Prolongamento e o Residencial dos Parques pertencentes a Brown Empreendimentos (fig. 18).

O parque que possui quase 200 mil metros quadrados, atualmente conta com amplos espaços de área verde, *playgrounds*, quadra aberta, pedalinho, academia ao ar livre, pista de caminhada e um restaurante. O espaço recebe visitas da população montesclarenses que busca lazer, passeios em família, descanso e tranquilidade.

Desde o ano de 2017, o horário de funcionamento do parque foi ampliado devido ao aumento de frequentadores, abrindo as seis horas e fechando as 22 horas<sup>28</sup>. Entretanto no parque ainda consta placas indicando os antigos horários de fechamento (figura 20), o que pode comprometer o potencial de utilização no novo horário.

Figura 20: Placa indicando os antigos horários de funcionamento do parque



Fonte: Acervo pessoal, 2019

O parque, que teve sua inauguração no dia do trabalhador, continua realizando todo dia 1º de maio um evento em comemoração ao dia do trabalho, havendo nesse dia grande volume de visitação no local, conforme demonstram as figuras 21 e 22.

---

<sup>28</sup> Em entrevista com o segurança do parque, funcionário da Prefeitura – Secretaria do Meio Ambiente, ele relatou que os serviços oferecidos pela prefeitura encerram as 18 horas, mas que o pessoal do restaurante fica até mais tarde e fecha a entrada principal, entretanto a entrada secundária que é realizada pela Av. Nelson Viana é fechada as 18 horas. Observou-se que foram colocadas novas placas com a ampliação do horário apenas na entrada principal e no meio do parque, não colocando na entrada secundária.

Figura 21: Comemoração do dia do trabalhador no ano de 2012: (1) Cidadãos sentados/deitados nos gramados; (2) Famílias divertindo nos pedalinhos.



Fonte: ASCOM, 2012

No ano de 2019, de acordo com a assessoria de comunicação municipal (ASCOM, 2019a), durante todo o dia estiveram pelo local cerca de 20 mil pessoas, desfrutando de várias atividades, atrações culturais e artísticas promovidas pela prefeitura.

Figura 22: Comemoração do dia do trabalhador em 2019: (1) Multidão usufruindo das atrações culturais e artísticas oferecidas no parque. (2) Cidadãos contemplando/descansando nas áreas verdes



Fonte: ASCOM, 2019a

Ao longo dos 50 anos do parque, nem sempre o equipamento urbano esteve bem cuidado e com a sua manutenção em dia. Conforme Ribeiro (2017), no início do ano de 2017 o parque se encontrava em situação de abandono e, devido à falta de vigilância, culminou na utilização do espaço para consumo de drogas. Em resposta a essa situação, a administração municipal iniciada em janeiro de 2017 se dispôs a firmar parcerias com a iniciativa privada e com organizações não governamentais (ONGs) para revitalização do espaço.

Na figura 23 é possível visualizar a demarcação de um caminho que a população utilizava para caminhadas e passeios de bicicleta antes da construção da Ecopista (inaugurada

em 2017), a benfeitoria foi realizada com verba oriunda de multas ambientais. Após a implantação da Ecopista, proibiu-se o uso de bicicletas na via para garantir maior segurança<sup>29</sup> aos usuários que nela fazem caminhada.

Figura 23: (1) Parque Municipal anterior à Ecopista; (2) Ecopista com placa que proíbe o uso de bicicletas na via.



Fonte: (1) Acervo pessoal da autora, 2014; (2) Acervo pessoal da autora, 2019.

A gestão municipal atual (2017-2020) iniciou um projeto de revitalização no parque, investindo na manutenção do local e promovendo algumas melhorias para sua requalificação. Dessa forma, em 2017 foram inauguradas a Ecopista e a academia ao ar livre, além de receber novos mobiliários (como bancos e mesas fabricados com a madeira das árvores caídas do próprio parque), novas lixeiras, instalação de iluminação, desassoreamento da lagoa e nova licitação para os serviços oferecidos no parque, como o do restaurante e dos pedalinhos (ASCOM, 2017).

Para promover maior segurança no espaço, se instaurou através de um decreto municipal o Pelotão Ambiental de Montes Claros, responsável atualmente pela segurança de áreas de relevância ambiental na cidade, mas que também prestam ajuda a guarda municipal no reforço da segurança do espaço. Conforme entrevista com a guarda municipal, a segurança em todos os parques se realiza sob a forma de patrulhas, mas embora o Parque Milton Prates possua um ponto de apoio da guarda (figura 24) ele se encontra fechado.

<sup>29</sup> Em entrevista com os guardas municipais, estes comentaram sobre a proibição de uso de bicicleta nos parques, principalmente nos que possuem a “proximidade/fronteira com bairros vulneráveis” identificando uma semelhança na ocorrência das passagens de jovens com bicicletas pelos parques Milton Prates e o Parque das Mangueiras. Segundo eles, no Parque Milton Prates essa medida foi tomada para segurança da população que caminha e faz atividade na Ecopista, haja vista que há um pedaço da pista (próximo ao que denominamos de setor 3, conforme figura 53) a qual não tem muito movimento tornando assim um espaço mais perigoso e propício para que os ciclistas mal-intencionados abordem os usuários do parque.

Figura 24: Ponto de apoio da Guarda Municipal fechado, dentro do Parque Milton Prates



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019

Em visita livre ao parque no ano de 2017 e 2018, após essas intervenções, observou-se maior movimentação e uso da população para práticas de atividades físicas, tornando o espaço também um local de realização de diversas modalidades de exercícios físicos, como a caminhada, corrida e a malhação, assim como a promoção de aulas ao ar livre de yoga e luta.

No mesmo terreno do parque também está implantado o zoológico municipal Amaro Sátiro de Araújo (figura 25), sendo separados por grades. O zoológico possui sua entrada independente, realizada na av. Pedro Augusto Veloso e há ainda um acesso secundário realizado por dentro do parque. O Parque Municipal Milton Prates teve por muitos anos seu uso combinado com o do zoológico municipal, entretanto em 2017 ele foi desativado e não só foi retirado mais um atrativo do parque, mas deixou marcas na memória do usuário que solicita a reabertura do local.

Figura 25: (1) Acesso principal do Zoológico Municipal da cidade de Montes Claros; (2) Visitação no zoológico.



Fonte: (1) PMMC (2018b); (2) [www.apelocanino.org](http://www.apelocanino.org) (2017)

De acordo com as autoridades responsáveis, o espaço foi fechado<sup>30</sup> por não estar adequado para visitação do público. Em 2019, a Prefeitura Municipal concedeu para o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF) por comodato, com duração de 25 anos, o espaço que funcionava o zoológico, transformando-o em Centro de Triagem de Animais Silvestres. Assim, se encerrou definitivamente ou ao longo dos próximos 25 anos, implicando menos uma área de lazer da cidade (ALENCAR, 2019).

O parque também é um local utilizado para trabalhos fotográficos, devido a sua paisagem visual. Para Versiani (2011, p.121), “os Parques Urbanos são importantes para aproximar a população de um maior contato com a natureza, práticas de lazer recreativas, contemplativas, que envolvem também o descanso e a saúde ”. Destarte, o parque Milton Prates corresponde a conceituaç o de parque setorial empregada por Kliass e Magnoli (2006), atendendo a toda população do município.

### **2.1.2. Parque das Mangueiras**

O Parque das Mangueiras, como   conhecido pela comunidade local, foi denominado oficialmente de Nilson Espoletão<sup>31</sup> a partir da Lei n  4.494 de 02 de abril de 2012, revogando a sua antiga denominaç o. Está localizado na Av. Leonel Beirão de Jesus no bairro João Botelho (mapa 6), a três km de distância da área central.

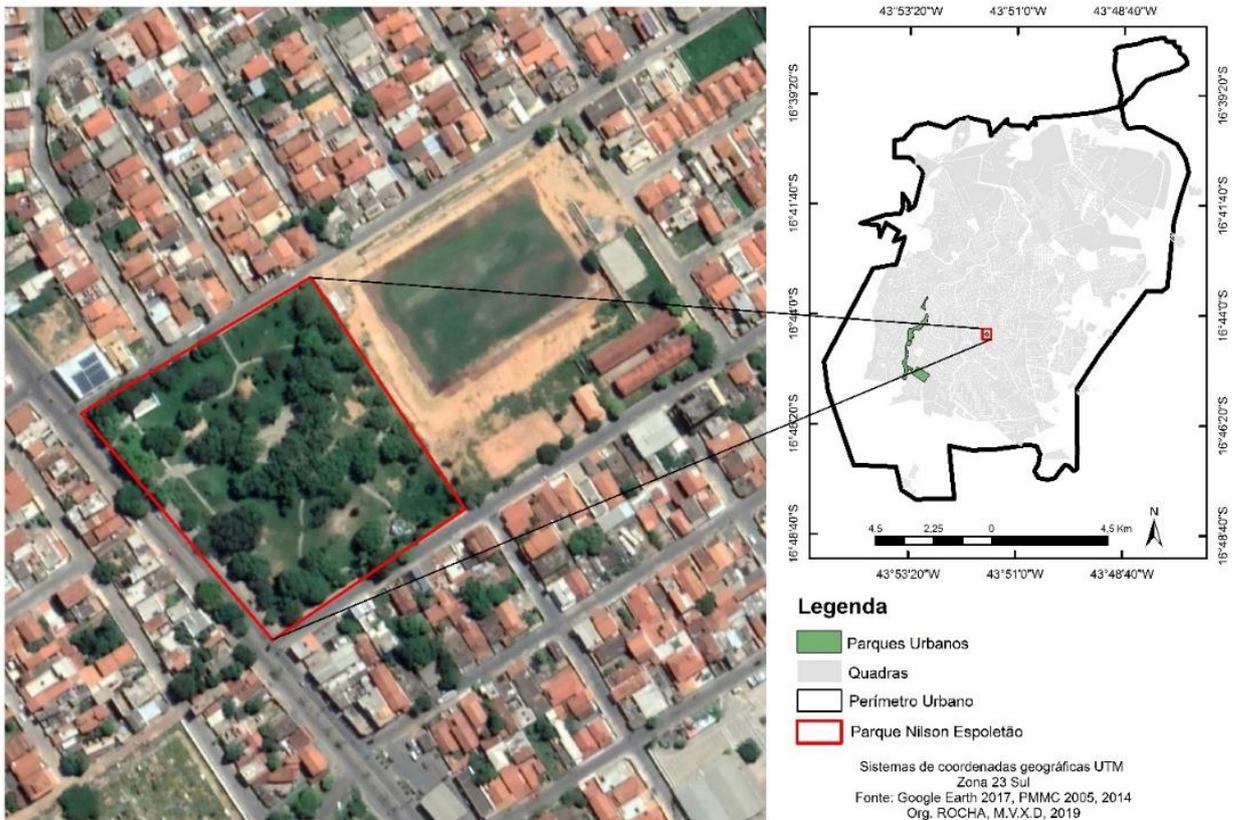
O parque foi criado para atender a população do bairro João Botelho e bairros próximos, com intuito de promover uma área verde para melhorar a arborização da cidade e assegurar o bem-estar dos moradores daquela região, proporcionando um local agradável para caminhadas, exercícios físicos, bem-estar, lazer e descanso (ASCOM, 2012).

---

<sup>30</sup> Em entrevista concedida para um jornal local no ano de 2018 a diretora municipal do meio ambiente pontuou: “  importante a cobrança da população porque é um espaço público. É importante dizer que no ano passado, quando assumimos a responsabilidade pelo espaço, havia mais de 28 condicionantes a serem tomadas. Está localizado na área urbana, circundado por vias, então tem uma série de condições que não são adequadas para um zoológico, por isso a prefeitura definiu encerrar as atividades do local ” (GORAYEB, 2018).

<sup>31</sup> Em entrevista, um ex-secretário e arquiteto responsável pelo projeto arquitetônico e urbanístico do parque, que acompanhou o processo de concepção/implantação do Parque das Mangueiras, disse que a mudança do nome do parque foi uma estratégia de um vereador para angariar votos, de acordo com ele: “Nilson Espoletão foi um jogador de futebol muito famoso na cidade e era morador da região, um vereador para puxar votos, pediu ao prefeito que fosse colocado o nome dele em homenagem. ” Entretanto, no decorrer da pesquisa, observou-se que o nome não é utilizado pelos usuários, que se referem ao espaço pelo seu antigo nome - Parque Mangueiras ou Parque João Botelho. Por esse estudo optou-se por referenciar o parque da mesma forma que os usuários o fazem.

Mapa 6: Localização do Parque das Mangueiras na cidade de Montes Claros



Autor: Rocha, 2019

Quando foi aprovado o loteamento do bairro João Botelho destinou-se uma quadra para área institucional e área verde, conforme previsto na lei de parcelamento do solo do município. Entretanto, o espaço sem atenção dos gestores municipais sofreu dos problemas de um terreno abandonado, sendo um deles a invasão por um cidadão que nele estava residindo e montou um ferro velho.

Figura 26: (1) Situação do terreno antes da construção do parque urbano; (2) Fachada do ferro velho em área invadida



Fonte: Arquivo digital disponibilizado pela SEMA, 2019

O abandono do poder público municipal com o Parque das Mangueiras foi relatado pelo jornalista Samuel Nunes em sua matéria no ano de 2010, sendo realizado um apelo pelo líder comunitário aos gestores, solicitando a limpeza do lote e criação de uma área de lazer, assim como melhorias e cercamento para campo de futebol. De acordo com Nunes (2010, s.p):

Mato, lixo, poeira e um completo abandono por parte do poder público municipal. Esta é a situação do parque João Botelho, localizado à Avenida Leonel Beirão de Jesus. O espaço poderia ser utilizado por moradores dos bairros Morrinhos, João Botelho, Santa Rita I e II, Sumaré, Vila Luísa, Vila Progresso, Vila Guilhermina, Antônio Pimenta, Dr. João Alves e São Judas II para lazer. Entretanto, o parque das Mangueiras, como também é conhecido, criado por lei municipal, tem sido usado como depósito de lixo e local para prostituição.

Conforme entrevista com um ex-secretário Adjunto do Meio Ambiente da prefeitura, a lei de criação do parque foi aprovada no ano de 1995, na gestão do ex-prefeito Luiz Tadeu Leite, mas por descontinuidades nas gestões as discussões e os tramites acerca do parque cessaram.

Ao retomar para o cargo de secretário, visitou a área no ano de 2009 para verificar a possibilidade de implantação do parque e relatou a situação encontrada: “Tinha somente uma cerca e uma estrutura em ruínas da casa do morador que não queria sair, servia para tráfico, uso de drogas e para sexo, isso relatado por moradores e constatado por mim também”. Dessa forma, conforme o ex-secretário o morador que estava no terreno causou empecilhos para o cercamento da área e foi necessário cercar a área ainda com o morador dentro, conforme figura 27.

Figura 27: Ferro velho em área invadida foi cercado pela prefeitura



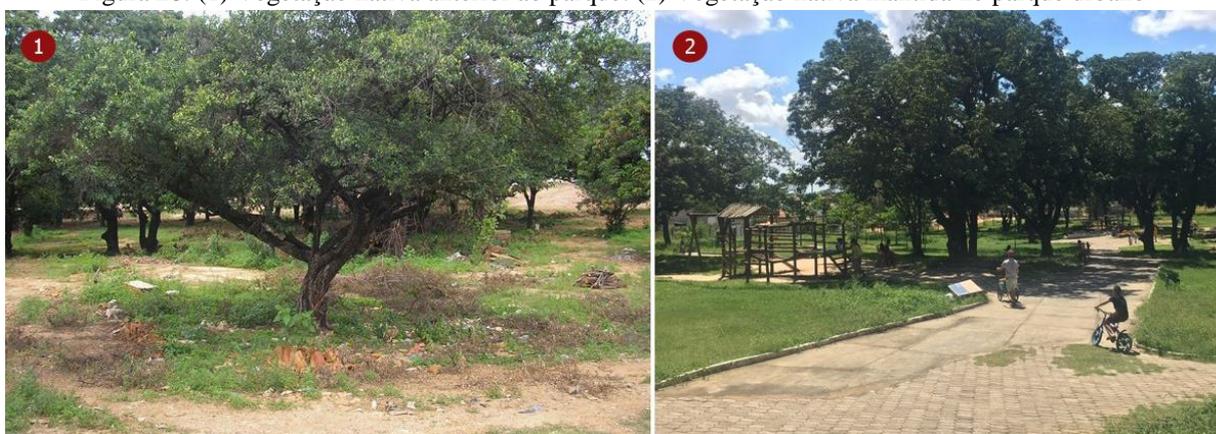
Fonte: Arquivo digital disponibilizado pela SEMA, 2019

Assim, o ex-secretário, e também arquiteto responsável pelo projeto arquitetônico e urbanístico do parque, após realizar os projetos executivos do Parque Mangueiras enviou uma

solicitação ao Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente (Codema) para angariar verba do fundo ambiental para tal construção.

Desta forma, o parque foi construído com a verba originada de um “Termo de ajustamento de conduta”, firmado com a empresa de telefonia Vivo e aprovado pelo Codema, enviada posteriormente ao fundo de Meio Ambiente. A obra se realizou em conjunto pelas Secretarias de Juventude, Esporte e Lazer e a de Meio Ambiente. Conforme a figura 28, é possível ver que o parque manteve sua vegetação natural e foi acrescido de gramado e plantio de novas espécies, enriquecendo a flora local (VIEIRA, 2012).

Figura 28: (1) Vegetação nativa anterior ao parque. (2) Vegetação nativa mantida no parque urbano



Fontes: (1) Arquivo digital disponibilizado pela SEMA, 2019; (2) Acervo pessoal da autora, 2019.

Ainda sobre a concepção, o ex-secretário e arquiteto responsável relatou que a ideia era construir o parque e realizar uma melhoria no campo de futebol, mas a verba foi suficiente apenas para a construção do parque. Foram realizadas entrevistas com a população local antes da concepção do projeto arquitetônico, que reivindicou um espaço para o lazer infantil e uma pista de caminhada.

Após a abertura do parque, a comunidade continuou ativa, cobrando a limpeza e manutenção do parque, auxiliando na conservação do espaço público municipal. Para o arquiteto, o parque urbano criado nessa área teve um impacto ambiental e social, possibilitando aos moradores dessa região um lazer contemplativo, uma vez que esse tipo de equipamento urbano na cidade está concentrado nas regiões oeste/sudoeste da cidade.

O Parque das Mangueiras, com aproximadamente 17 mil metros quadrados, dispõe de um espaço com *playground*, uma academia ao ar livre, quiosques com mesas e cadeiras, palco para pequenos eventos, uma pista de caminhada e um polo da academia da saúde.

A academia da saúde foi inaugurada no ano 2018 e tem como objetivo propiciar melhor qualidade de vida, dar apoio nas atividades físicas orientadas por profissionais da área

e promover aproximação entre os cidadãos. Conforme nota emitida pela Prefeitura Municipal de Montes Claros (2018c):

O Programa Academia da Saúde é uma estratégia de promoção à saúde. Seu objetivo é promover práticas corporais e atividade física, promoção e alimentação saudável, educação em saúde, entre outros, além de contribuir para a produção dos cuidados e de modos de vida saudáveis e sustentáveis da população. Para tanto, o programa promove a implantação de polos de academia da saúde, que são espaços públicos dotados de infraestrutura e diversos equipamentos.

Funcionando das 07:00 as 18:00 horas, observa-se que o Parque das Mangueiras é possui o horário de atividades mais restrito, uma vez que os demais parques analisados funcionam das 06:00 as 22:00 horas. A população da região desfruta do espaço para realizar passeios em família, caminhadas, encontros sociais, realizar práticas esportivas na academia e em barras de calistenia, conforme figura 29. Após a abertura da academia de saúde, o espaço também oferece a população aulas de ginástica aeróbica.

Figura 29: Comunidade usufruindo do Parque (1) Idoso fazendo exercício na academia ao ar livre; (2) Passeio em família.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019

Conforme a figura 30, aos finais de semana há a presença de algumas barracas que oferecem aos usuários e visitantes<sup>32</sup> serviços de alimentação. Em entrevista com os usuários do parque sobre a história do local, relatou-se sobre o fim da feirinha, que ocorria aos domingos, devido à falta de infraestrutura do parque e de incentivo da prefeitura para realização do evento.

<sup>32</sup> Ao perguntar uma visitante, moradora de outro bairro, sobre o que ela estava achando do evento realizado pelos moradores locais, “Eu acho legal, acho que tem que continuar. Agora tem pouca gente porque está cedo, mas depois das 10:30 tem bastante gente” (entrevistada 32)

Mesmo assim, os moradores locais se reúnem ocasionalmente para jogar, curtir músicas ao vivo ou somente para realizar encontros para conversar e passear um pouco.

Figura 30: Atividade realizada pelos moradores locais em um domingo de manhã.



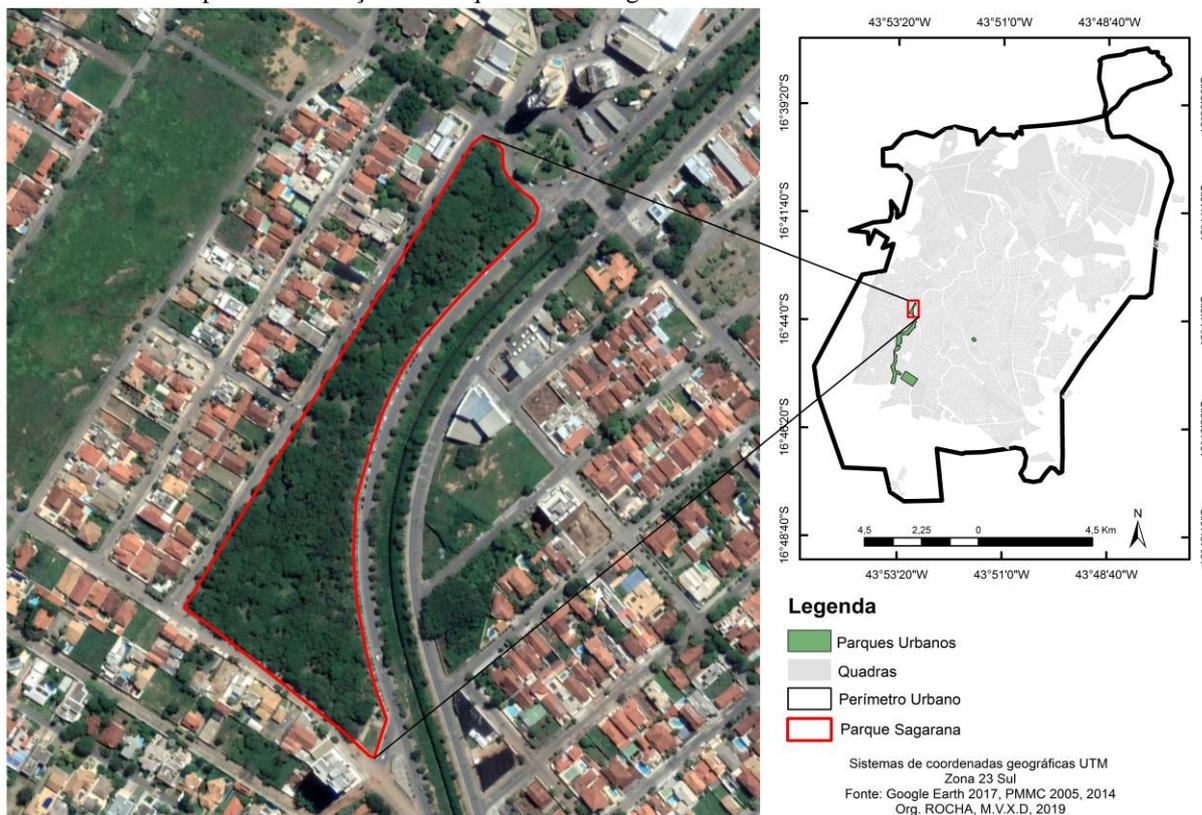
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Este parque se enquadra, conforme a classificação de Kliass e Magnoli (2006), como típico parque de bairro, pois apresenta menor abrangência de uso na cidade e em virtude de sua localização ser em um bairro de renda mais baixa.

### **2.1.3. Parque Municipal Sagarana**

O Parque Municipal Sagarana, que está localizado no cruzamento da Avenida José Corrêa Machado com Avenida Pedro Alvarez Cabral (mapa 7), foi criado pela Lei 5.077, de 21 de agosto de 2018, e faz parte da categoria dos Parques Naturais Municipais que visam preservar a natureza, possibilitar a realização de pesquisa científica e atividades de educação ambiental, além de permitir a permeabilização do solo da região e minimizar o impacto das atividades que garantem o desenvolvimento socioeconômico do Município (MONTES CLAROS, 2018).

Mapa 7: Localização do Parque Urbano Sagarana na cidade de Montes Claros/MG



Autor: Rocha, 2019

Anteriormente, o espaço era parte do Parque Guimarães Rosa, parque linear constituído pelas matas de galeria do Córrego Vieiras (GOMES, 2008) que desempenha o papel de uma extensa área verde urbana. Era contemplado pelos praticantes de caminhada que utilizavam a calçada lateral ao parque diariamente para seus exercícios (fig. 31-2), entrando em contato com sua atmosfera e as espécies nativas conservadas dentro do parque que era fechado para o público, até a inauguração do Sagarana.

Figura 31: Parque Guimarães Rosa antes da abertura do Parque Sagarana em 2018; (1) Vegetação nativa que foi preservada após sua abertura; (2) calçada lateral ao parque utilizada pela população para prática de caminhada.



Fonte: ASCOM (2015)

O Parque Sagarana possui uma área total de 39.353,40 m<sup>2</sup>, dispõe de uma Ecopista com 1.300 metros de extensão, bancos feitos de troncos de árvores e obras de arte fabricadas com sucatas e cipós (figura 32). Seu horário de funcionamento é das 06 horas às 22 horas.

De acordo com a Ascom (2018), o nome escolhido para o parque se deve ao livro Sagarana do autor Guimarães Rosa que conta histórias do sertão de Minas Gerais.

Figura 32: (1) Placa com normas e horário de funcionamento nas entradas do parque urbano municipal Sagarana; (2) obra de arte fabricadas com cipós dispostas pelo parque



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019

Por tratar-se de uma tipologia formal de parque linear, que inicialmente se resulta das preocupações ambientais em resguardar as áreas e paisagens naturais, as demais funções como lazer e recreação não são prioridades nesse tipo de equipamento urbano. Por serem área de preservação ambiental os espaços, em sua maioria, apresentam-se permeáveis e com vegetações, e quando utilizados para lazer, se restringem a trilhas e pistas de caminhadas, por serem vedadas construções em Unidades de Conservação (UCs).

O parque se tornou mais uma opção de espaço de lazer para a população, tendo uso para caminhadas, passeios de bicicleta, passeios em famílias acompanhados de animais de estimação e também para contemplação da natureza e da biodiversidade das espécies vegetais presentes no parque, como apresentado na figura 33.

Figura 33: Parque Sagarana com seus usos típicos: (1) Passeio em família; (2) Prática de exercício físico (caminhada).



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019

O parque Sagarana se apresenta ora como um parque de bairro, ora como um parque setorial, conforme a classificação de Kliass e Magnoli (2006). Devido este ser considerado por alguns usuários atualmente o melhor parque para realização de atividade físicas e práticas esportivas, nos finais de semana ele recebe um público de outros bairros, transformando-o em parque setorial.

A partir da espacialização e reflexão das escalas espaciais em análise que apresentam realidades socioespaciais, econômicas e culturais distintas, buscou-se compreender os usos e significados dos parques urbanos.

### 3. PARQUES URBANOS DE MONTES CLAROS: ENTRE IMAGINÁRIOS E SIGNIFICADOS

Nesse capítulo, buscou-se entender de que maneira o parque urbano está presente no imaginário socioespacial montesclarenses. Para Gomes (2018), as apreciações positivas relacionadas a certos lugares levam a pessoa a escolher aquele lugar, de maneira que “assim, a opção de espaços a serem frequentados está, em grande parte, relacionada às práticas culturais e aos hábitos que antecipam interações previstas naqueles locais” (GOMES, 2018, p. 367). O público então gera uma expectativa entre o lugar e essa provável experiência positiva.

#### 3.1 Impressões e os significados dos Parques urbanos em Montes Claros

Pretendendo tornar consciente as manifestações, condutas, escolhas e reconhecer as primeiras sensações e sentimentos que o espaço público provoca em seus usuários, realizaram-se entrevistas semiestruturadas, em que a primeira pergunta solicitava aos interrogados *três palavras* que representassem seu imaginário no que se referia ao parque em questão.

Essa pergunta foi analisada por intermédio da Técnica de Associação Livre de Palavras (T.A.L.P), a qual tem como intuito estimular, tornar possível a observação, o registro e obter a comunicação verbal com os entrevistados (COUTINHO, 2017).

As vivências, sentimentos e percepções dos usuários dos três parques em estudo também foram guiadas pelos conceitos de “topofilia” (TUAN, 1980) que relacionam os laços afetivos (sentimentos e percepções) dos seres humanos com o ambiente material. Segundo Tuan (1980, p.107), a topofilia é definida como:

A palavra ‘topofilia’ é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão. A resposta ao meio ambiente pode ser basicamente estética: em seguida, pode variar do efêmero prazer que se tem de uma vista, até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito mais intensa, que é subitamente revelada. A resposta pode ser tátil: o deleite ao sentir o ar, água, terra. Mais permanentes e mais difíceis de expressar, são os sentimentos que temos para com um lugar, por ser o lar, o *locus* de reminiscências e o meio de se ganhar a vida.

Muito embora Tuan (1980) considere que a topofilia não seja a emoção humana mais forte, crê que diante de um acontecimento emocionalmente intenso pode se saber que o lugar ou meio ambiente é percebido como símbolo. O autor considera haver um emaranhado de sensações e emoções envoltas na relação indivíduo-ambiente.

Para Amorim Filho (1999), o exercício dos sentimentos topofílicos acontece nos lugares valorizados e naqueles que despertam de alguma forma a afeição do homem, isto é, em lugares com os quais tem contato. Em contraposição a topofilia se encontra a “topofobia”, desenvolvida a partir da noção de “paisagem do medo”, também explorada pelo autor Yi-Fu-Tuan, que despertaria sentimentos contrários como a aversão, medo e indiferença ao lugar (AMORIM FILHO, 1999, p.142).

Para Gomes (2018, p. 3967), “a valorização de um espaço está relacionada a uma complexa composição de significados psicossociais”, melhor dizendo, o público atribui ao espaço variáveis positivas ou negativas – topofílicas ou topofóbicas. O autor, que analisa as formas de sociabilidade em três parques distintos na cidade do Rio de Janeiro, vai mais além na sua caracterização empírica do conceito de topofobia, demonstrando que ela não se restringe ao sentimento de medo e violência.

Ela é também gerada pela repugnância, pela aversão e pela antipatia. Certos espaços, devido a particulares características – luminosidade, distância, manutenção, aparência física etc. e, sobretudo, pelo tipo de frequência -, são reconhecidos como lugares desagradáveis ou desagradados. Eles produzem uma sensação global de rejeição. O vocabulário que acompanha a expressão da topofobia recorre, assim, às ideias de incompatibilidade, desconforto, desordem, ameaças genéricas, frequências de grupos que desagradam etc (GOMES, 2018, p.368)

Assim sendo, através da técnica Associações Livres de Palavras associada com as observações livres, refletiu-se como ocorrem as relações socioespaciais dos entrevistados e de que maneira os seus sentimentos expressados ainda em modo imaginário/sentimental/cognitivo norteiam suas ações e usos, construindo as relações pessoa-ambiente nos parques.

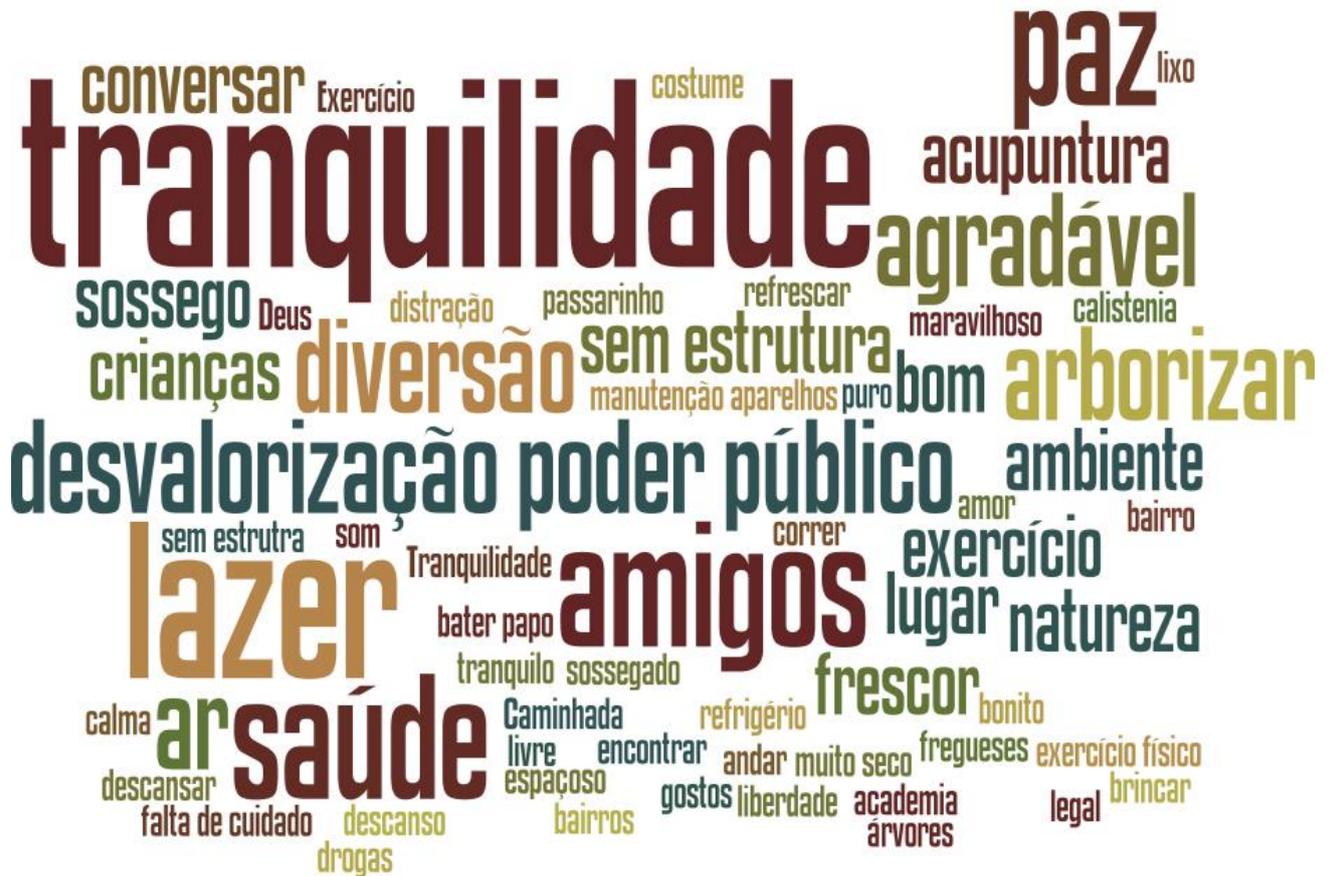
Com isso, após listagem separada das palavras mencionadas em cada parque no programa *Wordle* foi possível obter os resultados evidenciados nas figuras 34, 35 e 36.

Figura 34: Nuvem de Palavras A.L.P. Parque Municipal Milton Prates



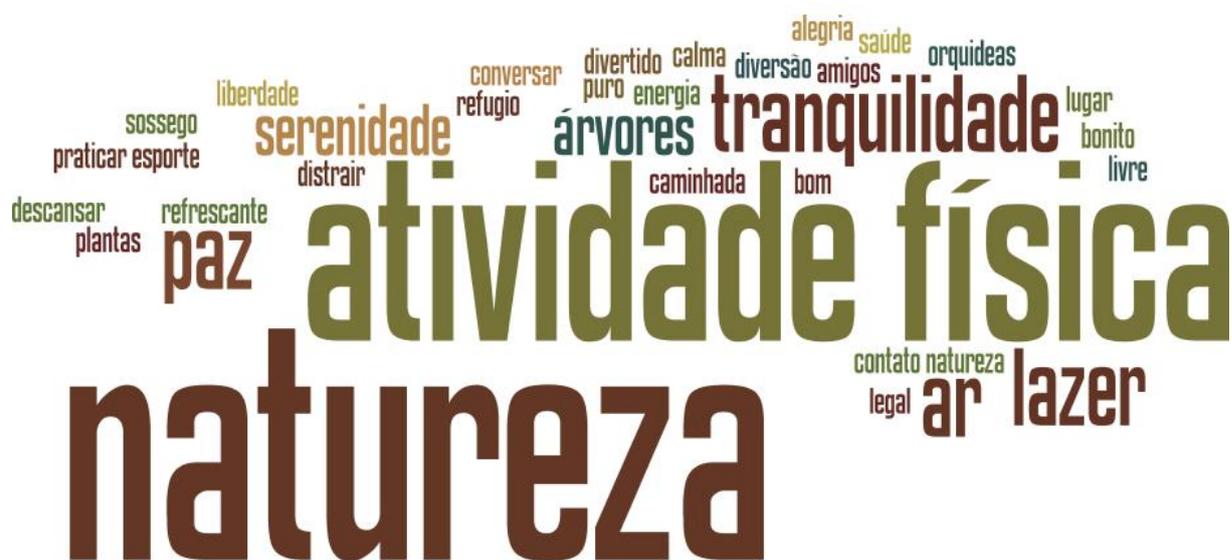
Fonte: Elaboração própria, 2019

Figura 35: Nuvem de Palavras A.L.P. Parque das Mangueiras



Fonte: Elaboração própria, 2019

Figura 36: Nuvem de Palavras A.L.P. Parque Municipal Sagarana



Fonte: Elaboração própria, 2019

Optou-se pela aproximação das três nuvens de palavras para melhor comparação das realidades socioespaciais dos parques urbanos. Dentre tantas palavras chaves citadas, natureza, tranquilidade e seus pares – calma, sossego, descanso – foram as mais utilizadas para descrever os primeiros sentimentos relacionados aos três parques em estudo.

Percebe-se que no imaginário do usuário está presente uma natureza idealizada, a qual se associa no geral à representação do paraíso, paz, tranquilidade, liberdade, mistério, patriotismo, proteção (SERPA, 2007) e resgata a ideia de a natureza aproximar de Deus, como presente na entrevista a seguir:

“Eu venho sempre aqui, aqui é um lugar maravilhoso, é um lugar que transmite paz, você respira um ar puro, aproxima mais de Deus”. (Entrevistado 26, mulher, adulto)

Outras palavras lembradas com recorrência pelos usuários estão relacionadas as suas práticas e atividades realizadas no dia da entrevista ou em seu cotidiano, como o uso para o lazer, para as diversas práticas de exercícios físicos tais quais: caminhada, corrida, academia, calistenia e saúde, especificamente acupuntura, presente no imaginário do usuário do parque das Mangueiras, pois esse possui um posto de saúde dentro do parque.

Considerando que a percepção ambiental ocorre com o contato direto e imediato com o meio ambiente e o processo de interação entre a mente e o ambiente, assim como descrito por Del Rio (1993), percebe-se que no imaginário do usuário estão presentes avaliações (expectativa, seleção e julgamentos) acerca do espaço físico do parque e que essas são somadas às

experiências no lugar. Para Tuan (1983), a experiência compreende as distintas formas de construir a realidade que envolvem a percepção visual ativa, os símbolos e os sentidos.

Analisando a partir dos sentimentos apreendidos e considerados pelos autores Tuan (1980; 1983) e Gomes (2018), topofilia e topofobia, pôde-se inferir que o Parque Sagarana apresentou pelo grau de satisfação dos seus usuários, *essencialmente* um sentimento topofílico de lugar.

Entretanto, no Parque das Mangueiras se manifestaram alguns traços de desconforto devido a ameaças genéricas como: a frequência de grupos que fazem o uso de drogas no espaço, a falta de manutenção e infraestrutura no espaço, sugerindo assim haver um sentimento topofóbico por parte de alguns usuários do parque. No entanto, houve relatos de sentimentos topofílicos, sendo ressaltados pelos usuários como: ambiente agradável, maravilhoso, bonito.

Referindo-se ao Parque Milton Prates, a situação se assemelhou ao Parque das Mangueiras, havendo uma mistura de sensações topofílicas e topofóbicas, uma vez que esse apresenta tanto situações de satisfação, conforto estético e tátil quanto desconfortos e ameaças genéricas em determinados espaços do parque.

Corroborando com o entendimento de Tuan (1980) de que na percepção do espaço há uma predominância do sentido visual, Silva (2009) ressalta que os espaços públicos apresentam duas dimensões para quem os observa, sendo elas: a dimensão formal, que diz respeito a sua estrutura física e sua aparência visual, e a dimensão simbólica que está relacionada ao lugar e suas associações históricas.

Assim sendo, a visão irá captar os elementos naturais e aqueles construídos no espaço, como: a forma física, vegetação, iluminação, estado de manutenção, dentre outros aspectos dos espaços públicos. A qualidade dessa imagem percebida e a sua estética pode ser um fator motivador para o uso do espaço e determinar sua maior permanência no ambiente.

Ainda que a percepção dos espaços públicos sofra variação individual, devido suas razões fisiológicas e psicológicas, é possível listar alguns fatores relevantes para obter a sensação de conforto nestes espaços, sendo eles: equipamentos e mobiliários em quantidades mínimas e adequados para o uso das atividades propostas e a quantidade adequada de vegetação que auxilie no conforto térmico (SILVA, 2009).

Em análise das A.L.P. e considerando os fatores apresentados pela autora Silva (2009), pode-se inferir que há um contraste entre as sensações presentes nos usuários que frequentam o Parque Sagarana, que relatam prazer e conforto na utilização do lugar, em relação

àqueles que visitam o Parque das Mangueiras, que demonstram desconforto pela falta de estrutura e descomprometimento com o espaço. O Parque Milton Prates apresenta uma mistura de sentimentos, considerando o apelo simbólico com valor histórico e cultural que representa, mas por outro lado tem sido lembrado pelo descuido da gestão municipal com o espaço público.

Consequentemente, nota-se que quanto melhor a dimensão formal do espaço público mais o imaginário do usuário está relacionado a sensações aprazíveis e dimensões simbólicas do espaço. Entretanto, quando aquela dimensão não está em plena condição de uso, deteriorada, ela se sobressai sobre as dimensões simbólicas e associações históricas estabelecidas com o lugar, demonstrado pelo incômodo do usuário com a situação.

Dessa forma, os parques analisados apresentam dois cenários quanto a sua dimensão formal- infraestrutura, de um lado estão os parques: Parque Milton Prates (PMP) e o Parque das Mangueiras (PM) com degradações em sua infraestrutura física e falta de manutenção, diretamente relacionados ao imaginário do usuário, conforme nuvens de palavras e A.L.P. presente nas figuras 34 e 35 respectivamente.

Em outra realidade, se encontra o Parque Sagarana (PG) inaugurado recentemente com nova infraestrutura (figura 37) e que, por sua vez, não apresenta nenhuma colocação sobre sua dimensão formal, apenas simbólica. Mostra-se com um relevante potencial para desenvolvimento de atividades físicas e contato com a natureza.

Figura 37: Mobiliário do Parque Sagarana; (1) Usuária descansando após realizar atividade física; (2) Uso contemplativo do parque (3) mobiliários com design diferenciado



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

O Parque Milton Prates é o maior e mais antigo equipamento dessa categoria existente na cidade. O espaço que é um atrativo de lazer para a população há cinco décadas e atualmente apresenta algumas degradações em sua estrutura. O usuário assíduo pede por mais intervenção e cuidado do poder público pelo espaço, a saber:

“Tem bastante bancos antigos que estão quebrados, podiam ser reformados ” (Entrevistado 8, homem, adulto).

“Acredito que pode melhorar um pouco a estética, falta mais investimento. Comprometimento da gestão com o lugar. Aqui nesse parque já teve um campo de futebol gramado que foi desativado. E a gente cobra o resgate desse campo, até porque os campos de futebol de bairro, principalmente da região do grande Major Prates, acabaram. E aqui tinha uma grande tradição do futebol amador. Seria mais uma opção de lazer, além da caminhada, praticar um futebol igual tinha antigamente, o campo hoje está desativado. Tem espaço e poderia implantar ” (Entrevistado 12, homem, adulto).

“Eu acho que deveria melhorar o policiamento e cuidar mais do parque. Os brinquedos do *playground* estão muito estragados. ” (Entrevistado 17, mulher, jovem)

“Tem uma área dele abandonada ali que tinha umas quadras, tinha muita coisa que acabou. Está abandonado esse parque mesmo. Está melhorando, mas tem que melhorar mais. Tinha muito tempo que tava esquecido aqui mas agora nessa gestão tá melhorando aos poucos, ele fez muitas coisas ai mas precisa fazer mais ” (Entrevistado 19, homem, adulto).

“Tem uns espaços ali que a gente sabe que tem umas quadras, e tá tudo jogado e quebrado, o mato dentro das quadras. Por exemplo agora em outubro, usar o espaço para atividades para as crianças. Motivar a população a vir” (Entrevistado 20, homem, adulto).

A figura 38 representa algumas degradações encontradas em campo no Parque Milton Prates, como bancos quebrados e árvores caídas. Esse é um setor abandonado do parque, também citado pelos entrevistados 19 e 20 que relembram o uso desempenhado no espaço, o qual já foi um local para prática de esportes em quadras.

Figura 38: Degradações no Parque Municipal Milton Prates.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Na A.LP. do Parque Milton Prates manifesta-se o apelo simbólico, histórico e cultural que não se observa nos demais. Os usuários ressaltam a história do local, revivendo-as e transpassando-as para as próximas gerações. Desta forma, identifica-se um lugar simbólico com valor histórico e cultural, fomentado por pessoas que quando crianças frequentavam o parque e têm em sua memória e imaginário, lembranças e apego por este espaço.

Conforme Castro, Gomes e Corrêa (2012, p.139-140), “os lugares simbólicos estão impregnados de significados políticos, religiosos, étnicos ou associados ao passado, o que os torna dotados de uma singularidade simbólica, distinto qualitativamente dos demais lugares”. Essas memórias históricas estão igualmente presentes nas falas dos entrevistados, como em algumas destacadas a seguir:

“Eu lembro que eu vinha muito aqui nesse parque quando era mais nova, para as matinês e pular carnaval, era bom demais” (Entrevistado 4, mulher, idoso).

“Como eu sou muito apaixonado por essa região vem o senhor Milton Prates, foi ele que dou inclusive leva o nome do parque. Ele que criou o bairro Major Prates, morou numa fazenda nas proximidades aqui, e eu gosto muito da história do lugar. Eu procuro muito sempre estar pautando sobre a história. Eu gosto muito do parque por isso, me lembra Milton Prates, me lembra minha infância também, eu quando criança brinquei muito nesse parque...frequento há muitos anos. Me lembra o fundador, me remete aos primórdios anos que eu ainda era criança e vinha para cá brincar e me lembra também que é um dos cartões postais do município, na minha opinião é o parque mais amplo e mais estruturado na verdade. Está precisando de manutenção, mas na minha

opinião é o melhor parque que tem dentro de Montes Claros ” (Entrevistado 12, homem, adulto).

“É o lugar que nós de Montes Claros temos, porque mesmo tendo outros aí (novos parques), mas aqui não tem outro igual. Eu lembro eu vindo aqui desde criança, então fica no coração da gente, a gente nunca esquece né? ” (Entrevistado 23, mulher, adulto).

Outra marca simbólica do parque, conforme constatado na A.L.P e em entrevistas, é a lagoa e os pedalinhos, tidos pela população como um dos “cartões postais” da cidade de Montes Claros. Em períodos de estiagem, costuma-se presenciar a lagoa seca, fato esse que afeta sensivelmente os visitantes.

Figura 39: Lagoa com parte totalmente seca no Parque Milton Prates



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

O apego com a lagoa se constatou em campo, uma vez que essa foi citada em diversas entrevistas. Esse elo afetivo, entendido por Tuan (1980) como laço topofílico entre as pessoas e os lugares, apoia atitudes e valores orientados no desenvolvimento das questões ambientais, tornando-os mais conscientes, participativos e colaborativos em prol do bem público coletivo. Motivados por esse afeto, os usuários sentem a seca da lagoa, que a cada ano tem sua situação agravada, e solicitam melhorias e mais cuidados com a infraestrutura do parque:

“Essa lagoa era diferente... tinha os animais, tudo mudou... falta muita coisa ” (Entrevistado 4, mulher, idoso).

“Essa lagoa o povo chegava aqui e dizia: Nossa que linda. Agora você olha assim, poxa vida, dá até dó ” (Entrevistado 5, homem, adulto).

“Talvez falte mais opções de lazer, tirar esses patinhos da lagoa, eles são feios, tinha que voltar com o zoológico ” (Entrevistado 6, mulher, jovem).

“A gente fica triste com essa situação do lago, do assoreamento que ao decorrer dos anos que vem ocorrendo... a gente ver ele nessa situação. Já tivemos informações que já tem recursos para poder sanar e fazer o desassoreamento do lago, e se esse lago secar o parque acaba ” (Entrevistado 12, homem, adulto).

“Está precisando de mais cuidado, porque igual aqui, um dos símbolos do parque, a lagoa e os pedalinhos, estão deixando acabar ” (Entrevistado 18, homem, adulto).

“Eles têm que tirar a terra que tá dentro da lagoa, afundar mais ela, colocar mais peixe. Ter mais cuidado com ela que nunca teve, entra prefeito e sai prefeito e não faz nada” (Entrevistado 19, homem, adulto).

No que se refere aos pedalinhos houve discordância, na opinião de alguns usuários foi citado com apreço, ao passo que na perspectiva de outros se considerou desnecessário para o parque, visto como algo “feito” – desconsiderando sua representatividade histórica, bem como a promoção de outra maneira de lazer para a população, como visto na figura 40.

Figura 40: Cidadãos fazendo uso dos pedalinhos como forma de lazer.



Fonte: Portal Prefeitura de Montes Claros (2019)

Não apenas como fator histórico e cultural, a existência da lagoa também corresponde a um fator de atratividade para os usuários que visitam o parque, fato esse justificado por muitos na escolha da visita ao parque municipal em detrimento aos demais. A lagoa parece estar no imaginário socioespacial dos montesclarenses, pois em entrevistas com usuários dos parques Mangueiras e Sagarana eles relataram sentir a falta de uma lagoa nos locais:

“O que me faz escolher esse parque é a presença da lagoa ” (Entrevistado 1, homem, adulto).

“Os dois parques são bons, mas lá (parque municipal) tem mais espaço, é maior, tem a lagoa...” (Entrevistado 29, homem, idoso).

“Aqui (Parque Sagarana) falta uma lagoa, uma água ” (Entrevistado 59, homem, adulto).

“Eu ainda prefiro o municipal, é mais arborizado e tem mais área verde e a lagoa. Lá tem o comércio, o restaurante. Todo parque tem que ter uma pequena fonte ou um

“laguinho”, porque além de embelezar o local remete mais a natureza e refresca ” (Entrevistado 60, mulher, adulto).

“A diferença que eu vejo entre os dois é mais a água, eu sinto bem andar vendo a água, parece que você consegue ver mais a natureza e eu amo a natureza” (Entrevistado 65, mulher, adulto).

“Lá (parque municipal) eu gosto muito da lagoa, que agora está quase seca horrorosa, mas quando estava cheia eu gostava de ir lá, lá venta mais ” (Entrevistado 66, homem, adulto).

Figura 41: Lagoa e pedalinhos do Parque Milton Prates



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Em análise do A.L.P do Parque das Mangueiras, percebe-se o quanto a dimensão formal afeta o imaginário e a percepção do usuário. Eles reivindicam por melhores condições para usufruir do espaço do público, água potável para beber, água nos banheiros, água para as plantas, mais brinquedos para crianças e manutenção nos aparelhos da academia ao ar livre. Essa degradação foi encontrada no parque, conforme a figura 42.

Figura 42: Degradações na infraestrutura do Parque das Mangueiras: (1) Pergolado sem assento (banco); (2) Estrutura improvisada fazendo escoro para segurar corrimão; (3) Aparelho da academia ao ar livre quebrado.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Há nesses cidadãos o desejo por um espaço mais bem estruturado, muitas vezes apreendido como apelo pela manutenção de um lugar de vivências na comunidade. Entende-se esses sentimentos e desejos como os espaços de representações de Henri Lefebvre (2006), apreendidos pela interpretação dos espaços vividos.

“Os brinquedos estão mais abandonados, os balanços já quebraram tudo. Os aparelhos também. De vez em quando eu gosto de vir fazer uma física aí, mas não é todos que dá para utilizar não, porque está quebrado” (Entrevistado 29, homem, idoso).

“Tem que ser mais verde, e os brinquedos das crianças eu acho que tem que ter mais. No mais é isso, porque tira a vagabundagem do parque, quanto mais gente de bem vier mais a vagabundagem não vem. De uns tempos para cá eu acredito que aqui está abandonado. Falta cuidados, a grama está morrendo, os serviços deixam a desejar igual o bebedouro. O pessoal faz sacanagem, então tinha que ter uma pessoa olhando, preservando o lugar ” (Entrevistado 30, homem, adulto).

“As maiores deficiências do parque são decorrentes a falta de água. Tanto na sujeira e falta de descarga nos banheiros, quanto a falta de água potável para beber ” (Entrevistado 39, mulher, adulto).

Em análise do espaço vivido e percebido pelas A.L.P. e observações livres realizadas *in loco*, o Parque Urbano das Mangueiras se apresenta como espaço da vivência urbana, lugar do lazer e do encontro para a comunidade local. Dentre as principais associações presentes na T.A.L.P, ressalta-se que o descontentamento com a “desvalorização do poder público”

com o local segue logo após a palavra “tranquilidade” (expressão de maior recorrência e consequentemente a maior palavra), sendo posteriormente acompanhadas por: Lazer, Amigos, Paz, Saúde, Conversar, dentre outras.

O espaço público na periferia urbana<sup>33</sup> se torna relevante porque nele os cidadãos podem compartilhar momentos do seu cotidiano. Privados muitas vezes de infraestrutura, serviços e lazeres, o parque urbano se torna o *locus* de distintas manifestações e formas de apropriações, que por vezes representam resistência à cidade, entendido por Loboda (2016) como espaços que expressam resíduos de uma esfera pública.

Os parques Milton Prates e Mangueiras apresentam uma aproximação entre os seus imaginários socioespaciais, pois ambos em suas respectivas A.L.P têm maior predominância do uso para o do lazer individual e social. Entende-se que para esses usuários o espaço público seria o lugar do convívio e do encontro com o diferente, da sociabilidade.

Por outro lado, a A.L.P. do Parque Sagarana se constitui uma percepção da dimensão simbólica do espaço, em que o usuário exprime sensações positivas como tranquilidade, sossego, liberdade, calma, refúgio. Sendo a expressão mais presente no imaginário do usuário a prática de atividade física, entende-se que o parque urbano representa para grande maioria dos seus usuários uma maneira de praticar exercício físico em contato com a natureza.

Assim, o *habitus e o campos* (BOURDIEU, 1983) estão presentes em cada Associação Livre de Palavras (A.L.P) de modo a representar as condições culturais e sociais do contexto de cada indivíduo, materializadas pelo estilo de vida.

Com isso, constata-se que os parques urbanos possuem imaginários espaciais distintos de acordo com cada realidade espaço-tempo, que consequentemente se correlaciona com as condições socioeconômicas e culturais dos seus habitantes. Por conseguinte, os espaços de representações possuem espaços percebidos e vividos pelos distintos grupos e classes sociais de maneira que cada habitante possui o seu sistema de significações.

### **3.2 Usos e Apropriações dos Parques urbanos**

Para que haja uma maior atratividade do espaço e vitalidade dos parques urbanos, a diversidade de usos se faz necessária. Segundo Jacobs (2003), um parque precisa de usos

---

<sup>33</sup> Entende-se como conceito de periferia urbana a definição empregada por Serpa (2010) na qual após redefinição sociológica, a periferia atualmente é entendida como áreas deficientes em infraestrutura e equipamentos de serviços, ocorrendo principalmente a reprodução socioespacial de populações de baixa renda e com baixa escolaridade.

contínuos, com diversidade física e funcional de usos (atividades) e, conseqüentemente, a diversidade de usuários e seus distintos horários.

O uso do espaço é realizado enquanto modo de apropriação, isto é, a atividade humana que envolve o corpo, os sentidos, vontades, sensibilidades, sonhos (CARLOS, 2011). Através de suas práticas espaciais e táticas de representações, os usuários criam suas próprias lógicas de apropriações, desde os caminhos criados nos gramados e trilhas espontâneas, bancos disputados ou ignorados e subversões que, fugindo as normas de conduta, fazem usos imprevisíveis desse espaço.

Entretanto, o espaço público, que recebe uma diversidade de indivíduos com suas distintas representações culturais, também se inscreve no contexto de dispersão e fragmentação dos sujeitos e das práticas espaciais, isto é, “os diferentes estilos de vida na cultura contemporânea estão carregados de abstenções no convívio com o outro” (LEITE, 2009, p. 198). O autor trata de uma abstenção social ao encontro, uma atitude deliberada de renúncia ao outro, contudo essas matrizes ocorrem de maneiras distintas a depender da classe ou grupo social.

Para Serpa (2007; 2013), essa renúncia ao outro acontece nos parques urbanos através das práticas urbanas que o autor denomina de “territorialização do espaço” e “microterritórios e segregação no espaço público”. Os usuários dos parques estabelecem barreiras simbólicas “invisíveis”, transformando o espaço público em uma justaposição de espaços privatizados, de maneira que este não é mais partilhado entre todos, mas dividido entre diferentes grupos, sem haver interação entre os microterritórios simbólicos.

O autor segue seu raciocínio com uma crítica seguida de uma reflexão. O parque público, criado pelas administrações locais como cenário, torna-se local mediador da cultura oficial das classes hegemônicas, culminando em uma acessibilidade que antes de ser física é simbólica. Se os parques urbanos são concebidos para públicos específicos, as classes médias, há uma distância que também é social e, conseqüentemente, vão ter diferentes desdobramentos no processo de formação de identidade com estes espaços. Assim, a apropriação da forma também deve ser interpretada como uma maneira de contrapor ao discurso dos agentes políticos e dos profissionais contratados para promoverem a paisagem, pois a história e a vida cotidiana do parque urbano se revelarão nos modos de apropriação do espaço (SERPA, 2007).

Para Gomes (2018), o espaço público é o lugar ideal para se constituir a sociabilidade pública, em que se constitui por códigos comportamentais variados e ligados a jogos sociais que envolvem diversão, publicidade e diálogos verbais ou não. A sociabilidade pública possui valores e formas bastante particulares da sociedade que os geram. Essa interpretação de

Gomes (2018) atribui ao espaço público o caráter de lugar do encontro social, entretanto ele não demandaria a necessidade de estar em interação com o outro. Para o autor:

Muito embora seja uma forma material, não há um desprezo abstrato pelo alcance político desses espaços, ao contrário. Compreendemos essa esfera política dentro do universo das práticas cotidianas que se constroem sobre eles. Uma sociedade democrática não se exprime somente pelas leis e instituições que a regulamentam: ela tem outra importantíssima medida, frequentemente menosprezada, aquela da vivência da ordem pública nos espaços de vida comum, nos espaços públicos. Para isso, nada melhor do que conhecer esses espaços em sua banal dinâmica cotidiana. Os ritos de sociabilidade vivida sobre esses espaços são um exercício e uma celebração a vida social pública e sua observação nos oferece os instrumentos para reconhecer os diferentes graus de convivência democrática em variados ambientes da cidade (GOMES, 2018, p.358).

Para Gehl e Svarre (2018), a inter-relação entre o cidadão e o espaço público ocorre por meio de duas categorias, para realização de atividades necessárias ou opcionais. Conforme Gehl e Svarre (2018, p.17):

Atividades necessárias incluem fazer compras, caminhar para um ponto de ônibus ou dele vir, ou trabalhar como um guarda de estacionamento, policial ou carteiro. Atividades opcionais incluem passear ou correr, sentar-se num degrau de escada, cadeira ou banco para descansar, ler o jornal ou simplesmente apreciar a vida sentado ou caminhando. Atividades necessárias para uns, podem ser opcionais para outros.

As atividades necessárias possuem pouca influência perante as dimensões formais e simbólicas dos espaços públicos. Já as atividades opcionais são aquelas praticadas atendendo a vontades, expectativas, ou necessidades, e por isso, as dimensões formais e simbólicas dos espaços influem e são favoráveis para seu uso e apropriação.

A partir dos usos apreendidos nos parques urbanos analisados na cidade de Montes Claros, construiu-se um quadro síntese com os usos encontrados (quadro 3). Classificou-se de acordo com os autores em usos/atividades necessárias: passagem, trabalho e saúde, e atividades opcionais: lazer, exercício físico, práticas esportivas e atividades casuais. Para exibir as distintas atividades e formas de apropriação dos parques urbanos analisados, através das observações livres, foram mapeadas as apropriações típicas conforme as figuras 56,57,71,72,73,84 e 85.

Quadro 3: Síntese dos usos típicos dos Parques urbanos Montesclarenses

PARQUE	PERFIL	USOS: Motivo da sua visita ao parque	O QUE TE FAZ ESCOLHER ESTE PARQUE?	TMP.	CARACTERIZAÇÃO
MILTON PRATES	E. 04 (M-I)	Passagem e distrair	“Atravesso pelo parque porque é mais perto. ”	Minutos	Passagem
	E. 14 (H-J)	Beber água	“Lugar mais próximo da pista de skate. ”	Minutos	Atividade casual
	E.13 (M-A)	Serviço voluntário	“Porque fica próximo à minha casa. Aqui é bem tranquilo, prazeroso, a gente se sente agradável e bem. ”	Até 1h	Atividade casual
MANGUEIRAS	E.31(M-A)	É caminho de volta para casa quando busco meu filho na escola	“Eu atravesso com meu filho saindo da escola todos os dias por aqui, acho mais perto... é um costume na hora que passa perto ele já entra por aqui e vem. ”	Minutos	Passagem
	E.49(M-A)	Estamos só de passagem	“Estamos indo ao culto, e como aqui é mais movimentado, passamos por aqui e aproveitamos para cortar caminho por dentro do parque”	Minutos	Passagem
SAGARANA	E.52(M-A)	Passa todos os dias indo trabalhar.	“Porque está no meu caminho indo ao trabalho. ”	Minutos	Passagem
	E.72(H-J)	Passei para beber água	“Estava passando aqui perto e parei para beber água. ”	Até 1h	Atividade casual
MILTON PRATES	E. 21(H-A)	Caminhar/correr	“Como aqui é mais próximo a minha casa, então eu venho na semana e no final de semana com mais tempo eu vou lá no de baixo (Sagarana). Lá é um pouquinho melhor para cooper, mas não tem tanta diferença assim não. ”	Até 1h	Exercício físico
	E. 22(M-A)	Caminhada	“Pela pista e aparelhos da academia ao ar livre. Moro aqui perto, por isso venho mais aqui. ”	Até 1h	Exercício físico
MANGUEIRAS	E.39(M-A)	Caminhada e molhar plantas	“O contato com a natureza. ”	Até 1h	Exercício físico
	E.51(M-A)	Aula de ginástica	“A aula de ginástica é muito boa. Eu faço exercício e me divirto ao mesmo tempo. ”	De 1 a 2 h	Exercício físico e lazer
	E. 24(H-I)	Fazer barras e academia ao ar livre	“O parque é ótimo, mesmo se eu não vier fazer exercício eu venho passear fazer hora. ”	De 1 a 2 h	Exercício físico e lazer
SAGARANA	E. 53(H-A)	Caminhada/corrida	Mais próximo da minha casa.	1h	Atividade física
	E. 68(M-A)	Treino	“Eu treino aqui porque é o ponto de encontro meu e da minha amiga. ”	1h	Atividade física
	E. 54(M-A)	Acompanhar o esposo na atividade física e trazer a filha para pedalar.	“Eu gosto mais daqui por causa das árvores mesmo, porque o outro tem mais sol né. Por causa do asfalto bonitinho, para caminhar, pedalar e tudo. ”	De 1 a 2 h	Atividade física e Lazer
MILTON PRATES	E. 01 (H-A)	Passear, descansar	“A presença da lagoa. ”	De 1 a 2 h	Lazer
	E. 18(H-J)	Namorar	“Para poder ficar mais à vontade. ”	De 1 a 2 h	Lazer
	E. 06(M-J)	Piquenique com os amigos	“O parque é grande, dá para ficar mais à vontade. ”	Mais de 2 h	Lazer
	E. 02(H-J)	Encontrar amigos	“É mais próximo de casa e por ter um clima/sensação agradável. ”	Mais de 2 h	Lazer
	E. 17(M – J)	Tirar fotos para um trabalho	“Eu venho tirar foto aqui porque eu acho aqui muito bonito. ”	Mais de 2 h	Lazer
	E. 20(H-A)	Passeio em família	“Viemos almoçar no restaurante. O almoço aqui é excelente, eu venho almoçar praticamente todo final de semana. ”	Mais de 2 h	Lazer
	E.19(H-A)	Pescar com o filho	“ Trouxe meu filho para pescar aqui na lagoa, ver a natureza, fazer caminhada e andar de bicicleta. Aqui para mim é um momento de lazer com ele. ”	Mais de 4 h	Lazer
	E. 23(M-A)	Passear com a família	“É o costume mesmo, bem antes aqui já existia e a gente já vinha aqui, eu mesma lembro eu vindo aqui desde criança então fica no coração da gente e a gente nunca esquece né? E aqui tem mais opção de brinquedo, por enquanto né, aqui é mais amplo. ”	Mais de 4h	Lazer
MANGUEIRAS	E. 16(H-J)	Praticar <i>slackline</i>	“Aqui é um local que dá para você aproveitar bastante o espaço. ”	Mais de 4 h	Prática Esportiva
	E.27 (H-A)	Festa de aniversário	“Eu acho que lugar bonito e é próximo da casa da gente. ”	De 1 a 2 h	Lazer
	E.28 (H-I)	Passeio, conversar com os colegas	“Eu vim aqui para ficar debaixo das árvores, me refrescando e vendo o movimento. Moro aqui perto. ”	De 1 a 2 h	Lazer
	E.50(H-A)	Descansar a mente	“Sempre que eu tenho algum cliente aqui, ou próximo aos outros parques, eu paro e entro. ”	De 1 a 2 h	Lazer
	E. 25 (H-A)	Fazer um lanche coletivo com um grupo de amigos	“O parque oferece um ambiente agradável e tem bastante espaço verde para as crianças ficarem à vontade”	De 1 a 2 h	Lazer
SAGARANA	E.33(M-A)	Passeio em família.	“Sempre eu venho aqui, porque eu gosto do lugar, é tranquilo, arejado. É muito difícil eu não vir no domingo de manhã. ”	Dia inteiro	Lazer
	E.61(H-A)	Passear com cachorro	“Passear com meus cachorros com mais liberdade”	De 1 a 2 h	Lazer
	E.67(M-A)	Namorar	“Esse aqui é mais perto, e aqui é melhor também, você vê movimento. Aqui é muito aberto, é de fácil acesso. ”	De 1 a 2 h	Lazer
	E.69(H-A)	Passeando com filho e regando as plantas	“Moro aqui perto. Sempre venho no final de semana trazer meu filho para dar uma volta e aproveito para ajudar a cuidar das orquídeas que cultivamos aqui no espaço, estou ensinando ele a cuidar também. ”	De 1 a 2 h	Lazer
	E. 64(H-A)	Dar aula do “forró na praça”	Eu decidi fazer no parque porque a maioria do pessoal que participa do projeto não conhece o parque.	2 h	Lazer
	E.60(M-A)	Piquenique com a família	“Eu vim para conhecer, ainda não conhecia aqui”	2 h	Lazer
	E.63 (M-J)	Tirar foto, escutar música, brincar.	“Moramos aqui do lado. A gente veio para passear, tava em casa sem fazer nada e aqui é muito bom, o parque é legal. ”	2 h	Lazer
	E.71(H-A)	Tocar violão e relaxar	“Eu me sinto mais à vontade aqui. Até as luzes amarelas assim, eu acho mais aconchegante. ”	1h	Lazer
MILTON PRATES	E.58 (H-J)	Praticar <i>soft combat</i>	“Aqui é mais acessível para todos. E tem mais sombra que nos outros parques. ”	Mais de 4h	Lazer
	E.15(H-I)	Trabalhar	“Trabalho aqui tem 40 anos, já acostumei com o clima do lugar. Nunca tive influência de ir para os outros porque é fraco, o mais melhorzinho é esse aqui. ”	Dia inteiro	Atividade econômica
MANGUEIRAS	E.10(M-A)	Trabalhar	“Por causa do movimento, já estive melhor. Tem finais de semana que ta mais movimentado. ”	Dia inteiro	Atividade econômica
	E. 34(H-A)	Trabalhar	“Eu venho trabalhar aqui, sou barraqueiro há dois anos, moro no bairro. ”	Dia inteiro	Atividade econômica
SAGARANA	E. 35(M-A)	Ajudar meu filho na barraca	“Para mim o parque é um ambiente de lazer. Final de semana eu ajudo meu menino aqui na barraca dele, mas eu venho também para sair da rotina. ”	Dia inteiro	Atividade econômica
	E.56(H-A)	Treinar alunos	“Eu prefiro esse parque por causa da contagem, as placas indicativas que tem de 1200m nele todo, e por causa do clima, muita árvore então ele é mais fresco. ”	2 h	Atividade econômica
MANGUEIRAS	E.70(M-A)	Dar aulas de <i>personal training</i>	“Eu gosto muito do ambiente aqui. Eu acho bem natural. A localização daqui é mais próxima de onde eu moro e as alunas também preferem aqui. ”	2 h	Atividade econômica
	E.36(H-A)	Atendimento da acupuntura	“Moro longe, comecei a frequentar aqui recentemente, depois que fiquei sabendo desse tratamento de saúde que eles oferecem aqui e que não tem no meu bairro, eu venho de bicicleta cedinho para pegar a fila. Mas o parque eu não conheço muito”	Mais de 2 h	Saúde
	E. 38(M-I)	Academia da saúde (acupuntura)	“A tranquilidade, ver os amigos, e estar em um espaço aberto. Depois que abri a academia da saúde aqui eu tenho vindo mais, mas sou frequentadora antiga aqui. ”	Mais de 2 h	Saúde

LEGENDA: E= Entrevistado. H – Homem / M – Mulher / J – Jovem / A – Adulto / I – Idoso. TMP= tempo médio de permanência.

Fonte: Elaboração própria, 2019

Uma primeira distinção entre esses os parques é quanto ao seu programa arquitetônico e, conseqüentemente, aos diferentes usos e atividades desempenhados neles. Para analisar os usos e apropriações dos parques urbanos, dividiu-se os parques em setores, levando em consideração áreas que possuem características semelhantes de uso.

O Parque Milton Prates apresenta maior extensão territorial e infraestrutura que os demais, possibilitando maior variedade de atividades, usos e, por sua vez, tempo de permanência no local. O espaço conta com áreas gramadas, *playground*, pedalinho, quadra aberta, academia ao ar livre, pista de caminhada, um zoológico integrado ao parque (atualmente fechado), infraestrutura com banheiros e bebedores de água, um restaurante. De acordo com as definições das autoras Kliass e Magnoli (2006), o Parque Milton Prates pode ser classificado como parque setorial.

O Parque das Mangueiras possui uma pista de caminhada, uma casinha com balanços de madeira (*playground*), academia ao ar livre, pequenas áreas gramadas, quiosques com mesas e cadeiras, pequeno palco para eventos e um posto de academia da saúde.

O Parque Sagarana, por sua vez, é o que possui o menor programa de atividades dentre todos eles, contendo apenas uma pista de caminhada, bebedouros e algumas mesas e bancos, não possuindo áreas gramadas.

Ao comparar a morfologia do Parque Milton Prates com as dos Parque Sagarana e Parque das Mangueiras, é possível verificar a diferença quanto à presença, distribuição e uso dos equipamentos. Esses últimos são menores e podem ser classificados como parques de bairro devido as suas dimensões e abrangências (KLIASS; MAGNOLI, 2006).

Aprofundando-se nas análises individualizadas de cada parque, no Parque Milton Prates, em sua entrada principal, situada no setor 1 (ver em figuras 56 e 57 as apropriações típicas), se concentram os vendedores ambulantes<sup>34</sup> de pipoca e bebidas. Sendo que em dias com maior fluxo de pessoas, se observa também a presença de vendedores de algodão doces, de bolas e balões infláveis, salgados, brinquedos para entretenimento como cama elástica (figura 43), carrossel infláveis. Quando o parque promove eventos, ficam parados também os carros de apoio da guarda municipal, dos bombeiros e demais necessários.

---

<sup>34</sup> A Prefeitura Municipal de Montes Claros, por meio da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável abriu um edital para o credenciamento dos vendedores ambulantes de todos os Parques urbanos da cidade. De acordo com o secretário do Meio Ambiente da gestão, o objetivo é que estes vendedores tenham o Alvará de Autorização de Uso e façam o uso obrigatório do jaleco, boné e crachá de identificação, valorizando o trabalhador e promovendo maior segurança nos Parques. (MONTES CLAROS, 2019)

Figura 43: (1) Vendedores ambulantes na entrada principal do Parque Milton Prates; (2) movimento na entrada do parque “setor 1”.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Ainda nesse setor 1 se localizam o restaurante do parque, banheiros e bebedouros, sendo esses últimos situados abaixo do restaurante. À frente, se encontram os aparelhos da academia ao ar livre, bastante utilizados pelos usuários que praticam suas atividades físicas combinada com o uso da pista de caminhada/corrida.

O horário de maior utilização desses equipamentos na parte da manhã ocorre das 07:00 às 09:00 horas e, no turno da tarde/noite, das 17:00 às 19:00 horas, nos demais horários o uso se reduz. Há também o uso da academia por parte das crianças, que irregularmente “brincam” nesses equipamentos (fig.44), não obstante o parque possuir um *playground*, localizado no outro lado do parque (setor 2). Nos finais de semana quando há eventos promovidos no parque normalmente são realizados próximo a academia.

Figura 44: Vista lateral do restaurante e academia ao ar livre. (2) Criança brincando na academia ao ar livre



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Em entrevista com os usuários e também a partir das observações livres, identificou-se que muitos skatistas, utilizadores de uma pista de skate próximo ao parque, se dirigem ao espaço para utilização dos banheiros e bebedouros. Sendo assim, se verifica na A.L.P do Parque Milton Prates a palavra “água”, devido a essa relação utilitária que esses estabelecem com espaço público. Conforme o entrevistado 14, apesar de não ter o costume de ir ao parque “seria bom se tivesse uma pista de skate” no espaço, pois assim ele acredita que o faria utilizar mais vezes.

Figura 45: Skatistas próximos aos banheiros e bebedor de água



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Ainda no setor 1, devido a presença de área gramada e árvores com sombreados, em dias da semana foram encontradas pessoas sentadas contemplando a natureza, conversando, passeando em família e alguns utilizaram a paisagem para tirar fotografias (fig. 46-1).

Figura 46: Usos do setor 1: (1) casal indo tirar fotografias em dia da semana; (2) usuários deitados na grama e ao fundo crianças brincando com bolas, usos no final de semana.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019

Nos finais de semana, notou-se maior movimento nessa área verde com utilização de média-longa permanência para uso de atividades como a prática de *slackline* (fig. 47), brincadeiras com bola (fig 46-2) e piqueniques.

Figura 47: (1) Equipamento de *slackline* instalado no setor 1; (2) Usuário praticando *slackline* no setor 2.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

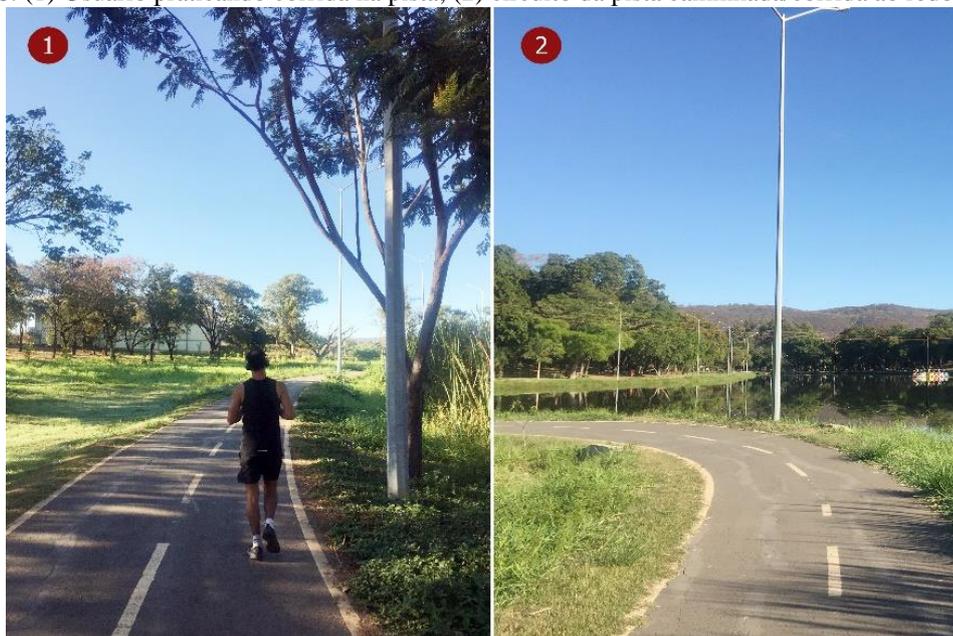
A pista de caminhada/corrida (figura 48) tem o seu circuito ao redor da lagoa, de maneira que os usuários têm acesso a ela tanto pela entrada principal quanto pela secundária. Observou-se que os horários de maior utilização da pista para prática de exercício físico são em horários de baixa incidência solar e no período da noite. De acordo com usuários que realizam atividade física na pista, após a implantação da Ecopista, houve uma melhora significativa no parque, ampliando o uso do espaço à noite, motivo pelo qual os entrevistados 12 e 21 passaram a frequentá-lo durante a semana.

“Costumo caminhar aqui na semana depois que fizeram a Ecopista. E nos finais de semana eu venho principalmente em eventos, eventos de corrida. Constantemente têm corridas aqui, então eu estou sempre presente fazendo a cobertura do evento e participando” (Entrevistado 12, homem, adulto).

“Eu acho que esse parque melhorou muito. A gente não tinha acesso aqui a noite e essa pista também mudou o patamar desse parque. Falta muita coisa ainda, mas só de liberar ele a noite, porque geralmente dia de semana você não tem tempo de vir de dia e de noite esse espaço ficava jogado aqui, e hoje tem uma iluminação bacana e fez a pista” (Entrevistado 21, homem, adulto).

“Venho sempre. Todos os dias no finalzinho da tarde para fazer caminhada na pista e utilizo os aparelhos da academia ao ar livre” (Entrevistado 22, mulher, adulto).

Figura 48: (1) Usuário praticando corrida na pista; (2) circuito da pista caminhada/corrida ao redor da lagoa.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

A lagoa, como dito anteriormente, possui um poder simbólico no imaginário do usuário do parque, sendo declarado por alguns entrevistados a preferência pelo parque devido a sua presença. Não apenas como poder simbólico, ela representa uma melhoria na qualidade do ambiente e, por isso, nos finais de semana próximo à lagoa (fig. 49) se observam grupos sentados à sua beira, se refrescando e também praticando atividades como a pesca.

Figura 49: (1) Usuários sentados à beira da lagoa no parque; (2) Família pescando em volta da lagoa



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

O Parque Milton Prates por muitos anos incluiu em sua programação o uso combinado com o do Zoológico Municipal da cidade, o qual está implantado no mesmo terreno, mas são separados por grades de acesso, localizado na porção oeste do parque. O zoológico foi desativado<sup>35</sup> no ano de 2017, não apenas retirando mais um atrativo do parque, mas também deixou marcas na memória do usuário atual que pede a reabertura do espaço.

“Aqui é bom o parque. Mas está diferente demais, cortou muitas árvores. Acabou os animais, não tem mais. Da última vez que eu vim aqui foi quando tava morrendo os animais, depois não vim mais não” (Entrevistado 5, homem, adulto).

“Acho que falta mais opções de lazer. Poderia voltar com o zoológico” (Entrevistado 6, mulher, jovem).

“Eu acho que tinha que voltar aquela alegria do zoológico. Agora mesmo meus netos estavam perguntando dos bichinhos, daí viram um “soinho” e ficaram feliz por pelo menos ter visto ele” (Entrevistado 11, mulher, idoso).

“Quando eu era mais nova eu vinha muito, principalmente no zoológico, inclusive saudades do zoológico” (Entrevistado 17, mulher, jovem).

O setor 2 (S2-PMP), com acesso mais próximo a entrada secundária realizada pela Avenida Nelson Viana, dispõe de um *playground*, uma pequena quadra aberta (fig.50), infraestrutura com banheiros e bebedouros e um ponto de apoio de funcionários e guarda municipal<sup>36</sup>.

<sup>35</sup> Ver mais no item 2.1.1

<sup>36</sup> Em entrevista com os guardas municipais, com objetivo de conhecer sobre o sistema de segurança dos Parques urbanos da cidade de Montes Claros, foi tomado conhecimento que o posto policial que era fixo no Parque Municipal Milton Prates foi desativado devido ao aumento da demanda de vigilância decorrente da implantação dos novos parques. Atualmente eles atendem todos os parques e o patrimônio municipal por ronda e mediante a ligação.

Figura 50: (1) Crianças brincando no *playground*; (2) crianças jogando bola na quadra



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Próximo ao *playground* se observou a predominância do uso familiar com suas crianças. Em entrevista com pais no setor, os usuários declaram a preferência pelo local:

“Venho sempre. Todos os dias no finalzinho da tarde e no domingo eu trago os filhos para passear e brincar no *playground*, é bom estar aqui. Eu gosto de ficar aqui para brincar com as crianças, mas também dou uma caminhadinha com eles pelo parque” (Entrevistado 22, mulher, adulto).

“A gente gosta de ficar mais aqui por causa dos brinquedinhos para as crianças, eles ficam mais à vontade, podem correr e brincar e daqui eu fico de olho. A gente traz as crianças para dar um passeio, mas também aproveita para passear, descansar um pouco né? ” (Entrevistado 23, mulher, adulto).

Sobre a estrutura dos brinquedos, os entrevistados 10 e 22 constataram que houve uma manutenção recente no *playground*:

“Os brinquedos consertaram ano passado... pintou. Só que já quebrou tudo de novo. Quebram porque tem rapazinho e moça adulta que brinca, então não aguenta né? ” (Entrevistado 10, mulher, adulto).

“Agora os brinquedos estão bons, antes estava pior, agora melhorou bastante porque teve um conserto de alguns deles, mas poderia melhorar mais. Outra coisa que eu vejo muito aqui é a falta de consciência das pessoas, tem vez que a gente chega aí e os adultos é que estão sentados e não tem lugar para as crianças brincarem, aí acaba que as vezes a gente nem brinca” (Entrevistado 22, mulher, adulto).

Conforme dito nas entrevistas anteriormente, se constatou diversas vezes o uso dos brinquedos do *playground* por adultos (figura 51) e, com isso, além de ocupar o lazer destinado para as crianças, o sobrepeso contribui para danificar a estrutura do parquinho. Muito embora possua no local uma placa indicativa com a idade permitida para o uso dos equipamentos ela encontra-se desbotada, no entanto entende-se que tal fato não faz jus para as ocorrências, uma vez que os parquinhos são destinados ao público infantil.

Figura 51: *Playground* do Parque Milton Prates; (1) Placa indicativa com normas de uso; (2) adultos fazendo uso indevido da gangorra.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

No entorno desse espaço, nota-se a predominância de uso por casais de namorados e grupos de amigos. Atentou-se para o fato de que esse setor, tanto na semana quanto nos finais de semana, concentra usuários e grupos que usufruem de uma permanência mais prolongada no parque.

Figura 52: Setor 2: (1) Pais e casal ao fundo próximos ao parquinho; (2) amigos reúnem-se em mobiliário próximo ao parquinho.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

No período noturno, tanto o setor 2 quanto o 3 possuem pouca iluminação<sup>37</sup> (fig. 55), não sendo possível observar se há outros usos além desses descritos. A ausência de iluminação nessa área é alvo de críticas pelos usuários, sendo declarado, por aqueles que utilizam

<sup>37</sup> Por medidas de segurança, devido ao parque não possuir nenhum funcionário para fazer a segurança do local após as 19 horas, as observações foram feitas próxima à pista de caminhada, local que possui iluminação.

esse espaço durante o dia, que não o frequenta durante a noite por medo do local, conforme o entrevistado 22 ou pela possível ocorrência de assalto, segundo o entrevistado 18.

“A iluminação ainda precisa ser melhorada. Tem uns locais aqui que precisam muito. Mais vigilância, porque tem uns cantos do parque tipo aqueles pedaços para ali assim, que você passa lá e está um cheiro de maconha horrível e eu já vi gente sendo assaltada aqui indo para aquela saída que tem ali no fundo ” (Entrevistado 18, homem, adulto).

“Aqui no *playground* de noite eu nem passo. É bem perigoso, escuro. Você não consegue nem enxergar nada, eu não fico de noite aqui não (Entrevistado 22, mulher adulto).

Conforme menciona o entrevistado 18, há um conflito de usos e interesses no espaço público, marcado pelo incômodo de alguns usuários com aqueles outros que fazem o uso de drogas no espaço coletivo. Outra utilização que costuma gerar conflitos diz respeito ao uso de bicicletas em alta velocidade dentro do parque, prática essa assídua tanto no Parque Milton Prates quanto no das Mangueiras.

Denomina-se de setor 3 (S3-PMP) uma parte do parque que se encontra abandonada e subutilizada pela população (demonstrada nas imagens das figuras 53 e mapeamento das apropriações nas figuras 56 e 57). Salienta que não se observou nenhuma movimentação nesse setor 3.

Figura 53: Área subutilizada do Parque Milton Prates. "setor 3"



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Entre o setor 2 e o setor 3, há uma *zona de transição* possuindo uma área mais afastada e com menor visibilidade, na qual os usuários se apropriam na busca de menor movimento e invisibilidade, muitos deles o utilizam para o consumo de drogas. Ao contrário das

demais apropriações, os usuários típicos dessa área não consideram fatores como segurança, aparência, limpeza do espaço ou o mobiliário para sua escolha (fig. 54), e sim a tranquilidade e falta de visibilidade que esse local proporciona.

Figura 54: Parte da zona de transição: (1) Casal sentando em tronco de árvore por falta de mobiliário e ao fundo rapaz sentado na grama; (2) Casal sentado em mobiliário antigo em espaço afastado do movimento



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Em observação livre pelo local e em entrevista com um usuário que se encontrava presente no espaço, se constatou a motivação para a visita e o que o fez escolher o Milton Prates para visitar:

“Venho sempre que estou em casa sem fazer nada moro aqui pertinho, aí trago minha cachorra para passear também.  
 [...] A segurança daqui é ruim, não vejo muito. Eu venho com ela (cachorra – pitbull) risos, então eu estou seguro.  
 [...] O que me faz escolher esse parque e não outro similar é pelo fato de gostar de pouco movimento ”  
 [...] A infraestrutura aqui está bem deteriorada, os bancos antigos que estão quebrados, podiam ser reformados. Outra coisa é a iluminação, aqui de noite é bem escuro ”  
 (Entrevistado 8, homem, adulto).

Embora o entrevistado 8 tenha posições semelhantes aos usuários de outros setores quanto a infraestrutura e segurança do parque e estas corroborem com a realidade do espaço, notadamente os usuários que se mostraram preocupados com tais fatores não estavam localizados nessa “*zona de transição*” (entre o setor 2 e 3), pois ela não oferece nenhuma infraestrutura para permanência no espaço, a não ser que o usuário busque outros fatores dentre eles o “pouco movimento” apontado pelo entrevistado 8.

Quando questionado sobre o que carecia e aquilo que necessitaria de melhoras no Parque Milton Prates, as principais respostas foram: cuidado com a lagoa, o retorno das atividades no zoológico municipal, segurança pública, iluminação, limpeza nos banheiros, promoção de entretenimento e bebedouros com água gelada.

“O banheiro... menina, se você visse o estado que está aquele banheiro. A segurança também é importante, ter mais vigias andando pelo espaço. Agora mesmo eu estava sentada ali mexendo no meu celular e chegou um menino de bicicleta, parou e sentou ao meu lado e ficou me olhando, fiquei sem entender com tanto banco por aqui. Levantei e trouxe meu bebê para cá para perto do movimento” (Entrevistado 03, mulher, adulto).

“A principal intervenção a ser feita hoje é o desassoreamento da lagoa. Além disso, a questão de segurança e iluminação, esse parque poderia ser implantado um sistema para dar condição de usufruí-lo a noite. Ele fecha as 18:00h e é um parque que poderia ser melhor aproveitado, na minha opinião” (Entrevistado 12, homem, adulto).

“Deveria ter um bebedouro para a gente beber água, porque se a gente vai no restaurante a gente tem que comprar a água. Tinha que ter um bebedouro aqui, que ninguém vai destruir né, ninguém vai pegar e destruir sendo que é nosso” (Entrevistado 04, mulher, idoso).

“Acho que aqui falta mais zelo pelo parque. Por parte da prefeitura e da população, porque não adianta a prefeitura cuidar e as pessoas não cuidarem também. Falta também uma atenção para o sanitário, é muito ruim. Utilizamos quando passamos muito tempo aqui” (Entrevistado 16, homem, jovem).

“Tem bastante coisa que era bom melhorar. Ele está muito deixado, a lagoa que eles estão até mexendo é uma e precisava mesmo. O zoológico que está precisando abrir de novo... tem muita coisa que está deixando a desejar. Eu acho que melhorou bastante nessa nova gestão, a gente acredita que tem que melhorar mais e que parece que vai melhorar. Porque ele estava muito largado. Esse prefeito está fazendo, a gente vê que ele está se esforçando para fazer” (Entrevistado 23, mulher, adulto).

Embora o parque possua algumas das deficiências apontadas pelos usuários, notou-se um desconhecimento sobre o espaço por parte de alguns, no que se referia, por exemplo, a mudança do seu horário de fechamento (entrevistado 12) e sobre a infraestrutura local (entrevistado 04). Quanto a limpeza pública do espaço, observou-se que apesar de alguns usuários reclamarem da sujeira dos sanitários ou até mesmo do parque, eles sabem que há um funcionário realizando a limpeza, conforme apontam os entrevistados 02 e 15, portanto, necessita-se de conscientização da população quanto ao cuidado desse espaço (entrevistado 16). Entretanto, há usuários, como os entrevistados 09 e 17, que consideram a limpeza regular:

“A limpeza é boa, todo o dia o pessoal está aqui limpando” (Entrevistado 02, homem, adulto).

“Ainda tá regular. Tem que melhorar mais ainda né” (Entrevistado 09, homem, adulto).

“A limpeza é boa. Na maioria das vezes está limpo. Eu costumo conversar com a menina que cuida aqui, e ela sempre vai falando que está cuidando. Esses dias mesmo eu perguntei e eles tinham limpado e podado umas árvores, agora mesmo que choveu algumas estavam com risco de cair e eles tiraram. Então tem uma assistência ” (Entrevistado 13, mulher, adulto).

“A limpeza eles cuidam direitinho. O pessoal está sempre cuidando, tem um motorzinho aí que faz a limpeza” (Entrevistado 15, homem, idoso).

“Tem dia que você vem aqui e está tudo bonitinho e tem dia que está muito sujo. O dia que tiver mais movimento é o dia que vai estar mais sujo, tem lixeira mas parece que as pessoas não veem” (Entrevistado 17, mulher, jovem).

No período de campo, parte da lagoa se encontrava seca conforme imagem 39. Devido a essa situação ter ocorrido anteriormente, muitos usuários acreditavam ser consequência da seca e da falta de manutenção da gestão municipal que não havia cuidado para que evitasse chegar a tal situação. No entanto alguns usuários se demonstraram cientes sobre algumas ações de cuidado e conservação por parte da prefeitura, que realizava uma limpeza no local para remoção de tábuas<sup>38</sup> (ASCOM, 2019b).

Ainda sobre a estrutura do parque, em entrevista com um dos vendedores ambulantes do setor 1, se pontuou sobre a falta de manutenção nas instalações elétricas, o que dificultava o trabalho no local. E, com tom de insatisfação, comentou sobre o projeto da prefeitura que visa cobrar dos vendedores ambulantes uma taxa para trabalharem no espaço:

“Falta melhorar a parte elétrica, está faltando consertar porque a instalação tá velha, ter mais uma estrutura para a gente trabalhar. No meu caso, eu usava a estrutura do parque para eu encher a bola, e agora eu to enchendo em casa porque a tomada está queimada e eu não posso encher. Eles falam de arrumar, mas até hoje não arrumou. Então eu trago de casa cheia, mas se acabar as bolas, acabou. Essa bola vem estourando de lá para cá e eu tomo prejuízo, mas eu sou obrigado a fazer isso pela perseguição. Deixa eu te contar o que aconteceu comigo, todos os prefeitos que entram liberam a energia para eu trabalhar aqui no parque, para incentivar as crianças virem. Mas o pessoal do Meio Ambiente não me deixou usar a energia e ficou me perseguindo...persequindo, e tá me cobrando uma taxa de R\$50,00 por mês eu usando 20 minutos. Ai só tem essa tomada, e assim mesmo com problema, aí eles me garantiram que ia arrumar a instalação e pôr para eu trabalhar, mas até hoje nada. Então eu tô trazendo de casa. O povo falando: “Moço, ninguém paga energia aqui só você que paga, tá pagando para os outros. ” Faz evento aí, faz tudo, e só eu pago. E agora eles têm um projeto lá e eles tão querendo cobrar de nós... nós que dá assistência a manter esse parque funcionando, diz que vai ter que todo mundo vai ter de pagar para trabalhar aqui dentro, o prefeito vai cobrar, coisa que nunca cobrou. Se nós sair daqui o parque vai virar uma cratera, não tem recreação não tem nada aqui ” (Entrevistado 15, homem, idoso).

<sup>38</sup> Em entrevista concedida para a assessoria de comunicação da Prefeitura Municipal de Montes Claros o secretário municipal de meio ambiente Paulo Ribeiro diz “Nosso objetivo com a limpeza é manter a beleza da lagoa e valorizar o Parque Milton Prates, que é um cartão postal de Montes Claros e um dos pontos turísticos e de lazer mais frequentados da cidade, onde as famílias se encontram para um bate-papo descontraído e até mesmo para fazer piqueniques. Por isso, pedimos a compreensão da população e também a participação na conservação deste espaço e dos demais logradouros públicos, não jogando lixo em lugares inadequados” (ASCOM, 2019b)

Devido ao fato de o vendedor em questão trabalhar no parque há 40 anos, passando por diversas gestões municipais, sem sequer pagar taxa alguma para usufruir economicamente do espaço e da estrutura, não considera correta a cobrança atual, entendendo essa taxação como uma perseguição da Secretaria do Meio Ambiente. Percebe-se, então, um conflito nessa relação entre o público x privado, uma vez que o uso desse entrevistado visa fins comerciais, necessitando ser taxado e fiscalizado pelos órgãos competentes.

Em entrevista com outra vendedora ambulante que trabalha há oito anos no parque, localizando-se no setor 2, se informou que a taxa paga para prefeitura seria de R\$ 50,00 anual, mas por não utilizar as instalações elétricas não saberia informar se haveria outras taxas:

“A taxa é só uma vez por ano. E aí você faz o crachá, eles faz uma blusa e você paga, quando tem o movimento aqui você usa, é só para o controle. Se tiver alguma festa no decorrer do ano eles faz a festa e chama a gente para uma reunião, e quem quiser participar vem. [...] Eu não preciso de usar nada aqui (infraestrutura), trago tudo que preciso para vender de casa, mas se eu precisar de energia ali naquela casinha tem, a moça quando eu preciso de alguma coisa abre para mim” (Entrevistado 10, mulher, adulto).

Sobre a segurança no parque, quando solicitado para classificarem a segurança em boa, regular, ruim ou péssima e comentar se sentem-se seguros no parque, alguns entrevistados relataram:

“Regular. Às vezes aqui não tem policiamento nenhum, e de noite fica mais perigoso. Então tem horas que eu me sinto inseguro aqui” (Entrevistado 16, homem, jovem).

“Regular. Direto você vê pessoas estranhas aqui e não vê nenhum segurança ” (Entrevistado 17, mulher, jovem).

“Ruim. Vou colocar ruim, péssima seria se não tivesse. Eles passam, mas com um intervalo muito grande” (Entrevistado 18, homem, adulto).

“Ruim. Para você ver uma hora dessas não tem nenhum segurança aqui e já está escurecendo. Eu não sinto inseguro aqui, porque aqui perto da lagoa tem uma boa iluminação, mas para você vê ali daquele outro lado é bem escuro, corre o risco de você passar e ladrão te assaltar” (Entrevistado 19, homem, adulto).

“Está regular. Melhorou, mas pode ficar melhor. Pode ter uma contingência de guardas aí fazendo rondas, nós passamos por lá (ponto de apoio da guarda municipal) agora mas não vimos ninguém, eu acho que está fechado ” (Entrevistado 20, homem, adulto).

“A segurança é boa. Na verdade, assim, a gente reconhece que tem algumas pessoas aqui no parque que usam drogas, mas pelo menos mexer com a gente não mexe. Eu acredito que aqui dentro é mais seguro que na avenida, aqui para o camarada te roubar ele não vai ter como sair muito rápido, e na avenida o camarada vai te roubar de moto e vai embora. Aqui eles querem usar o “bagulho” deles e ficar de boa, então eles não mexem com a gente e a gente não mexe com eles, teoricamente ” (Entrevistado 21, homem, adulto).

“Tem muita gente que eu acho que não vem por causa da segurança. Porque todo mundo pode vim só de tardinha porque as vezes trabalha, e você chega aqui esse horário e você não vê nada, nem segurança nem atividades, você fica totalmente perdido” (Entrevistado 22, mulher, adulto).

Os usuários também entendem que essa deficiência impede possíveis usos que possam vir acontecer no local, pois sem segurança, ninguém se sentiria atraído a frequentar o espaço. Diante do exposto e conforme observado, tanto nos dias da semana quanto nos finais de semana o uso noturno é bem restrito.

Embora, o horário de funcionamento do parque tenha ampliado em 2017, se predomina no uso noturno a realização de atividades físicas, concentradas na Ecopista no setor 1, e o uso do restaurante, visto que nesses locais há iluminação e condição para que os usuários usufruam do espaço com segurança.

Figura 55: (1) Iluminação concentrada na pista de caminhada e ao lado direito percebe-se a escuridão do setor 2; (2) "setor 2" de noite com pouca iluminação.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Portanto, a partir da análise das entrevistas e observações de campo, constatou-se que cada setor dispõe de peculiaridades de uso e apropriações próprias conforme estrutura e localização.

No setor 1 (S1-PMP), predominam os usos com curta e média duração, como os passeios, atividades casuais, e por dispor de espaço físico com infraestrutura (pontos de energia elétrica, banheiros, bebedores) é preferencialmente utilizado para realização de eventos.

Por sua vez, o setor 2 (S2-PMP) atrai famílias com crianças por possuir o *playground*, e contendo menor fluxo de pessoas é utilizado por usuários que desejam locais para permanecer por maior tempo.

Entre o setor 2 e 3 há uma zona de transição que possui infraestrutura antiga que não recebe manutenção. Esse espaço por possuir menor visibilidade é utilizado por usuários que eventualmente fazem o consumo de drogas.

Por fim, o setor 3 (S3-PMP) carente de infraestrutura e equipamentos é um espaço subutilizado do parque, no qual poderia haver aproveitamento para promover outras opções de lazer para população.

Quanto as apropriações típicas do Parque Milton Prates (fig. 56-57) percebe-se que não há muita variação quanto aos tipos em cada setor realizadas em dias da semana para as no final de semana, diversificando apenas algumas atividades típicas na semana como a utilização do espaço como paisagem para fotografias, bem como atividades típicas do final de semana como evangelização, pesca e práticas esportivas (*slackline*).

Destaca-se o setor 1, percebido na semana como local de passagem em sua maior parte do tempo, possuindo baixa permanência, entretanto, aos finais de semana, devido ao aumento do número de usuários é apropriado por usos prolongados (piqueniques, leituras, descanso).

O uso do espaço apresenta diferença nos finais de semana devido ao maior número de usuários, fazendo com que compreendam maior área do setor. Tal fato repercute na apropriação dos usuários que fazem consumo de drogas, que se deslocam para periferia do setor conforme movimentação.

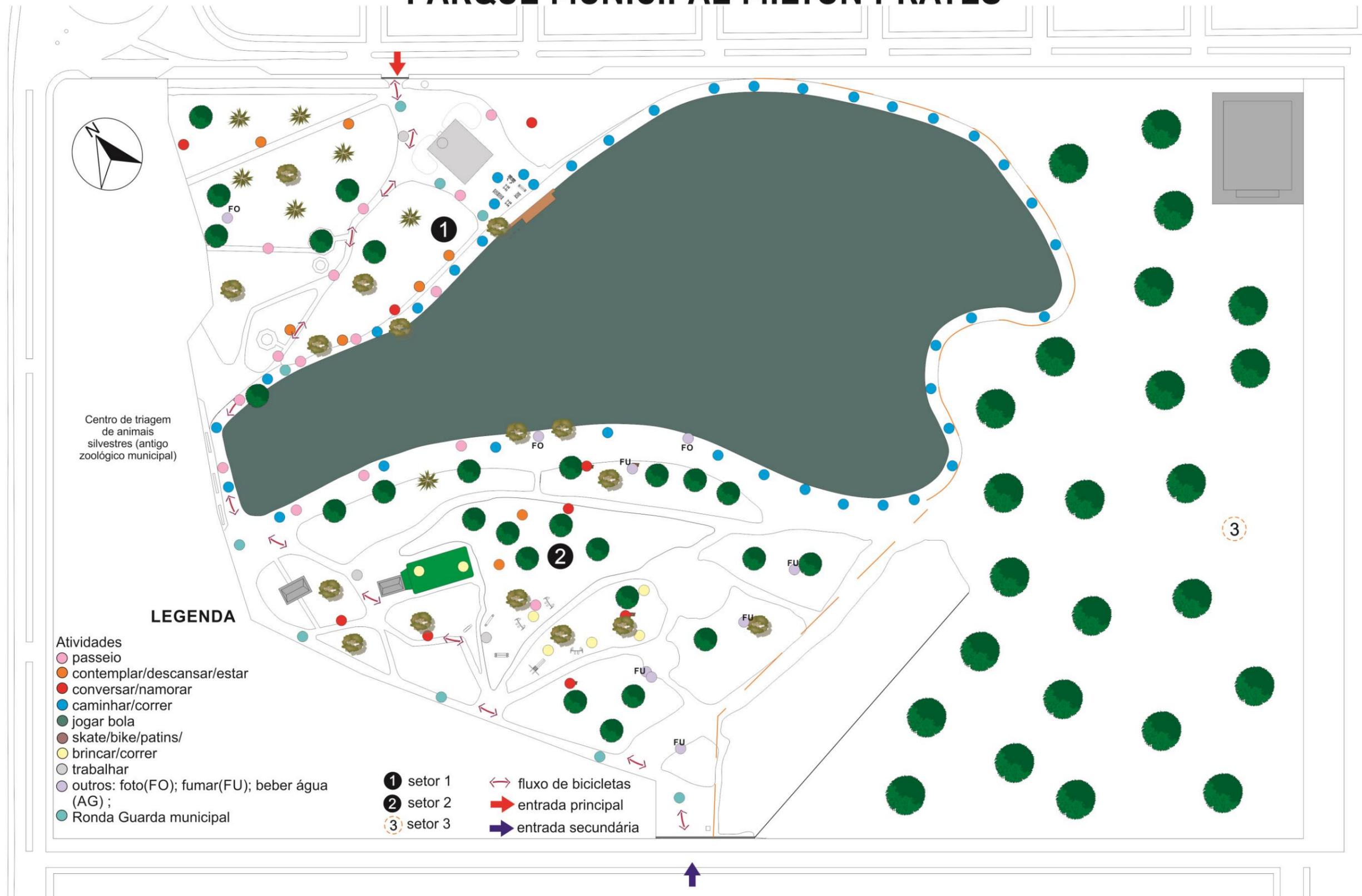
Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, não há como caracterizar o perfil dos usuários. Mas pode-se tecer algumas considerações sobre as atividades exercidas no parque e, talvez, uma correlação com o *habitus* de cada classe social. Dentre as entrevistas realizadas, o nível de escolaridade predominante foi ensino médio, seguido de ensino fundamental incompleto. Dos poucos usuários que possuíam ensino superior, esses indicavam como sua principal atividade a prática de *atividade física*, e, por sua vez, esses apresentaram também maior renda dentre os demais usuários.

Com isso, entende-se que há uma *apropriação seletiva e diferencial* (SERPA, 2013) funcionada a partir do estilo de vida que cada indivíduo consegue manter e ter acesso. Aqueles que dispõem condições para se deslocar em busca de praticar exercício físico em áreas verdes normalmente realiza isso diariamente. Entretanto, os que utilizam as áreas verdes como lazer faz isso no seu tempo livre do trabalho aos finais de semana, havendo aí uma diferença econômica e social substancial.

Quanto a utilização do espaço para o lazer, além de ser um espaço público bastante aderido pelas famílias, atentou-se para a quantidade de adolescentes independentes (sem acompanhamento de um responsável) que usufruem do espaço. Esses se reúnem em encontros com os amigos, realizam práticas esportivas e atividades físicas. Assim, embora o espaço público permeie muitos conflitos, ele também é o local que promove espaços de vivências nas cidades, fato contribuinte para a formação do cidadão.

Figura 56: Apropriações típicas em dias da semana no Parque Milton Prates

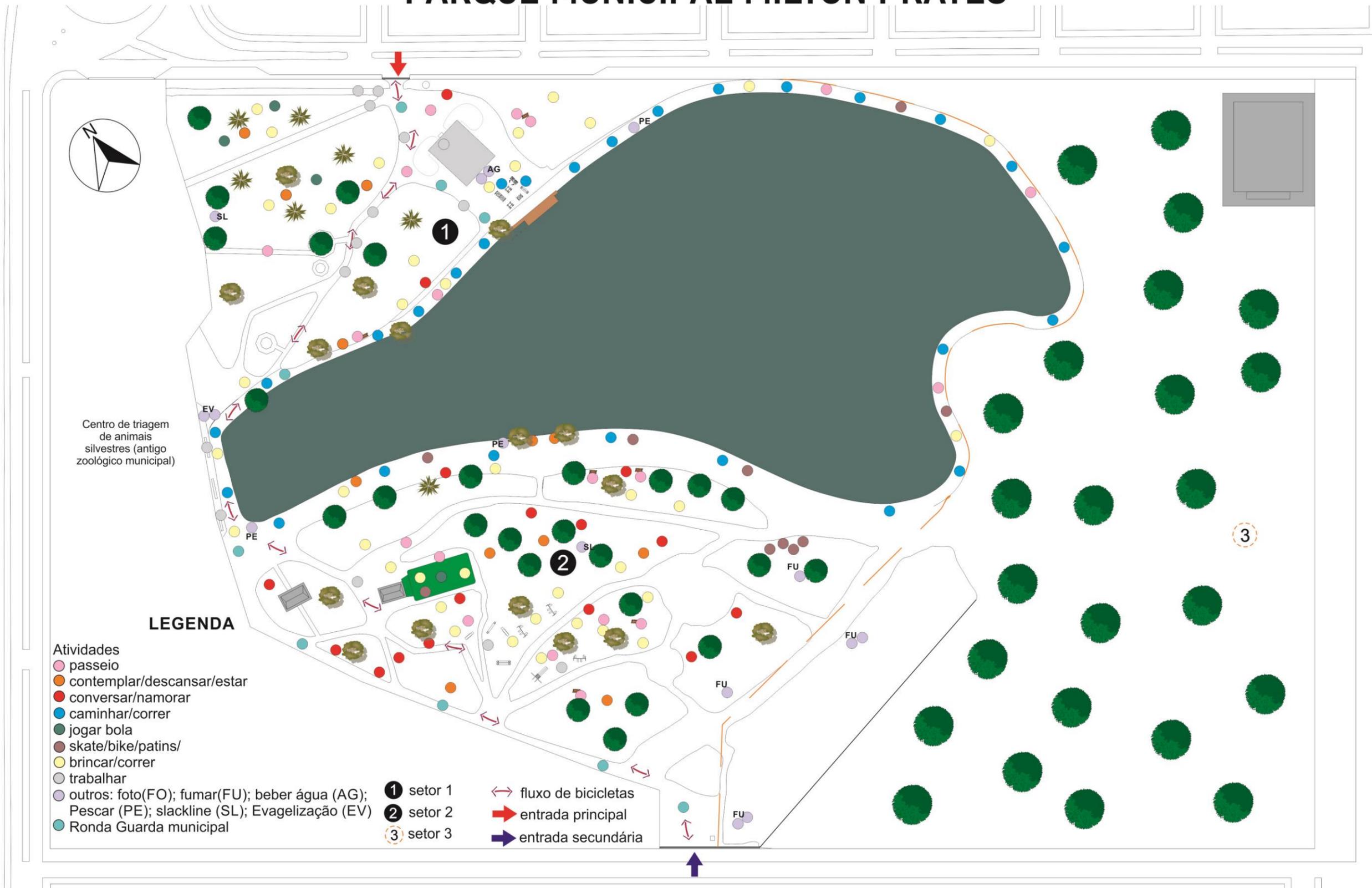
# PARQUE MUNICIPAL MILTON PRATES



Fonte: Elaboração própria, 2019

Figura 57: Apropriações típicas em finais de semana no Parque Milton Prates

# PARQUE MUNICIPAL MILTON PRATES



Fonte: Elaboração própria, 2019

O Parque das Mangueiras, dentre os analisados, possui menor extensão territorial, acabando por afetar a diversidade de atividades desenvolvidas em decorrência da carência de espaço físico e equipamentos.

Para análise, dividiu-se o parque em três setores de acordo com os usos e apropriações. Ele possui uma pista de caminhada estreita e sinuosa (figura 58), na qual envolve os três setores que circunda o perímetro do parque. Observou-se que entre os horários de 07:00-10:00 e 16:00 às 19:30, essa atividade (caminhada) possui maior intensidade. Possuindo certa infraestrutura para realizar exercício físico no interior do parque, atentou-se para o fato de que alguns usuários da academia ao ar livre caminham ao redor do parque e depois entram para fazer exercício nos aparelhos. Em entrevista como o usuário, este relatou sua experiência no parque:

“Lá fora além de ser o passeio mais largo, tem subida e descida, completa tudo. Eles fizeram esse passeio onde caminha aqui de dentro estreito demais, se vier duas pessoas de lá e cá e encontrar, você vai ter que sair fora. Outra coisa, aqui só abre depois das 07:00, então quem quiser caminhar mais cedo não pode. Eu venho 06:00 para 06:30 da manhã, igual eu falei com você, eu venho e faço a caminhada aqui (do lado de fora) nesse horário ainda tá fechado aqui, em quando eu completo a caminhada aí já abriu, aí eu venho cá para dentro e faço esses aparelhos (barras) e depois que eu faço eu vou para aqueles ali (academia ao ar livre), essa hora já estou terminando” (Entrevistado 24, homem, idoso).

Figura 58: (1-2) Pista de caminhada estreita circundando todo o Parque das Mangueiras



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

A maneira como foi projetada a pista não permite que seja realizada outra atividade que não seja a caminhada, como uma corrida. O usuário que faz uso da pista indica o problema da passagem conjunta, conforme o entrevistado 48:

“As bicicletas atrapalham a caminhada. Deviam ser proibidos as bicicletas aqui. Se uma bicicleta vier na nossa direção, vamos ter que sair do caminho para ela passar ou ela nos atropela” (Entrevistado 48, mulher, adulto).

Outro ponto levantado pelos entrevistados diz respeito ao horário de funcionamento do parque, que segundo eles falta um funcionário para gerenciar abertura e fechamento do parque nos horários estabelecidos. De acordo com os usuários:

“Aqui tem um funcionário só que fica para tomar conta disso daqui tudo, antes tinha umas 4 ou 5... agora ficou uma só, tem vez que nem no horário abre certo, o horário é 07:00 horas e tem dia que abre depois de 07:00” (Entrevistado 24, homem, idoso).

“Essa mulher que trabalha aqui hoje, eu cheguei com o carro com tudo isso aqui que você está vendo, eu fiquei esperando ela abrir até 08:00 horas. Porque a mulher trabalha na prefeitura e é efetivada, aí ela faz é o que quer. Quando tinha um rapaz que trabalhava no lugar dela, você chegava aqui 06:00 da manhã o parque tava aberto. Hoje eu tenho que chegar, pago a carreta, tenho que ficar esperando até 08:00 horas para abrir. Muita gente faz ginástica aqui dentro, o horário seria 06:00 horas” (Entrevistado 34, homem, adulto).

“A todo momento que eu tô passando aqui do lado, eu olho, se o portão tiver aberto fora de horário eu fecho. Qualquer coisa eu também vou lá na prefeitura, reclamo” (Entrevistado 35, mulher, adulto).

“Aqui está largado, não tem ninguém para cuidar, nenhum responsável. A pessoa que fechava o parque não fecha mais, aqui quem sair por último, fecha. Acredito que é proibido usar o parque depois das onze, meia noite, mas quem quiser usar dá para usar, aqui fica aberto, os portões aqui ficam escorados porque nem todos têm tranca” (Entrevistado 41, mulher, adulto).

Em entrevista com o funcionário da prefeitura municipal responsável pela abertura do parque, o mesmo informou que o seu turno de trabalho é das 07:00 às 13:00 sendo alternado com outra funcionária para completar todos os dias da semana. Entretanto, eles dois não seriam responsáveis pelo fechamento do parque, cabendo a outro funcionário da prefeitura (secretaria do meio ambiente) realizar esse serviço. Em entrevista com os guarda municipais que se encontravam no parque das Mangueiras, atestou-se que estes ajudam na abertura/fechamento de alguns parques do município (Sagarana, Milton Prates, Cândido Canelas). Entretanto de acordo com os guardas, devido à realização de rondas 24 horas, a prefeitura municipal solicitou que realizassem a abertura dos parques citados anteriormente, contudo o parque das Mangueiras não estava incluso nessa solicitação e, pelo o que se tem conhecimento, seria de responsabilidade de um funcionário da Secretaria do Meio Ambiente fechar.

Apesar de não ser o objetivo da discussão nesse tópico, esse fato representa a dificuldade da gestão para manter e garantir um espaço público com qualidade para os seus cidadãos independente do seu contexto socioespacial. Embora pareça haver outras soluções para que o parque tenha um acesso<sup>39</sup> mais adequado, como incumbir à Guarda Municipal a função

---

<sup>39</sup> Como tratado anteriormente, o Parque das Mangueiras é o parque que abre mais tarde e fecha mais cedo que os demais parques da cidade.

de abertura e fechamento como nos demais parques, essa alternativa ainda não foi cogitada pela gestão municipal e a população do parque das Mangueiras continua prejudicada por essa restrição no horário de funcionamento, como exposto pelo entrevistado 24.

Embora ocorram essas adversidades, alguns usuários do parque manifestam força de autogestão ao tomar conta e fechar o parque quando este fica aberto após o horário (Entrevistado 35). A autora Jacobs (2003), defendeu a importância de uma rede de autogestão nas ruas, gerando na escala da vida cotidiana confiança e maior controle social. Essa rede também pode ser pensada no âmbito do parque e começa a ser vista quando os próprios moradores se tornam produtores sociais do espaço vivido em sua comunidade.

Também como forma de autogestão, foi encontrada a atividade de irrigação de plantas, sendo plantadas algumas mudas de árvores por uma usuária que a se incumbem pessoalmente de regá-las. Conforme a figura 71, visualiza-se os locais em que a entrevistada plantou e, de duas a três vezes por semana após a sua caminhada, confere como está o seu plantio. De acordo com a mesma:

“Eu gosto muito da natureza, por isso eu plantei essas duas plantinhas e se eu não molhar sei que elas vão morrer porque ninguém molha. Aqui no parque não tem nem água direito, só tem uma torneira que fica lá perto daquela casinha lá encima, não tem nem com o que carregar a água, eu trago essa garrafa plástica de casa para encher e jogar. A gente só precisa ter mais cuidado com o espaço porque o resto a natureza faz”. (Entrevistado 39, mulher, adulto)

A entrevistada acredita que falta conscientização por parte dos usuários que levam seus cachorros para o parque e não coletam os seus dejetos, que por vezes ficam pela pista de caminhada atrapalhando quem pratica a atividade.

No setor 1 (S1-PM) está implantado um polo da Academia da Saúde (fig.59), próximo à entrada principal, logo à sua esquerda (ver setor 1 em figuras 71,72,73). Em entrevista com um dos educadores físicos responsáveis pelo programa, apresentou-se mais informações acerca das atividades que acontecem no local, sendo elas: o acompanhamento de acupuntura com terapias integrativas, ginástica da saúde, ginástica realizada em parceria com secretaria de esportes (Projeto “Ginástica para todos”) e eventuais palestras no mês sobre diversos temas da saúde.

Figura 59: Visão panorâmica das barras de calistenia à esquerda e à direita o polo da Academia da Saúde no Parque das Mangueiras



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

O atendimento de acupuntura e terapias integrativas funciona de segunda a sexta, na parte da manhã e com alguns agendamentos na parte da tarde. Por sua vez, as aulas de ginástica com a equipe da academia da saúde são de segunda a sexta 09 horas e a ginástica da academia para todos (secretaria de esporte) terça e quinta as 08 h, e segunda e quarta as 18 horas.

Em entrevista com os usuários da Academia da Saúde, é percebido a satisfação da comunidade com o projeto que concomitantemente proporciona saúde e lazer. De acordo com os usuários:

“O atendimento de saúde aqui é bom demais” (Entrevistado 36, homem, adulto).

“Além do atendimento de acupuntura aqui na academia da saúde, eu faço caminhada, aulas de ginástica e também fiz amizades aqui, a gente conhece pessoas e depois fica amigo né, isso é muito bom para gente. Eles também trazem palestras com médicos para falarem sobre doenças de animais, aquela que dá em cachorro, a leishmaniose. Mesmo morando longe, frequento e me sinto muito bem pelo tratamento que recebo aqui na academia da saúde. As instrutoras são ótimas e tratam a gente muito bem” (Entrevistado 37, mulher, idoso).

“A aula de ginástica é muito boa. Eu faço exercício e me divirto ao mesmo tempo. Venho com as minhas vizinhas sempre que dá para fazer exercício, encontramos o pessoal aqui e é sempre esse alto astral que você viu” (Entrevistado 51, mulher, adulto).

Em observação livre, percebeu-se que apenas mulheres frequentam as aulas. No período matutino é frequentado predominantemente por jovens e idosas e, no turno da noite, em que as turmas são mais cheias, a faixa etária do público é bastante variada. No período noturno, as mães levam suas filhas com seus brinquedos para brincar próximo ao local da aula (fig. 60). Após o término da aula, algumas alunas fazem atividades combinadas (caminhada,

academia ao ar livre) e outras permanecem conversando próximo a entrada/saída do parque, entretanto, a maioria vai embora. Há uma grande interação entre as alunas durante as atividades e os instrutores promovem isso a todo instante, proporcionando um ambiente descontraído com objetivo além de somente a prática de exercício físico, mas um momento de lazer e encontro com conhecidas/amigas, confirmado nas entrevistas 37 e 51.

No horário de aula da ginástica, há um conflito de interesses e de público no espaço, entretanto ambos continuam utilizando o espaço, ainda que esse seja pequeno (fig. 60), para acomodar as duas atividades.

Figura 60: (1) Registro da aula de ginástica acontecendo junto com o treino de calistenia (barras) ao fundo. (2) Crianças brincando enquanto suas mães fazem aula.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Conforme um entrevistado no S1-PM:

“A academia da saúde teve um tempo que fazia as aulas no meio do parque, mas tiveram que parar porque o cheiro de droga começou a incomodar na hora da aula e daí voltou aqui para esse espaço (S1-PM). Eu percebo um desconforto por parte das alunas, porque aqui normalmente ficam mais homens fazendo a calistenia. Mas como não tem jeito, elas acabam ficando e fazendo por aqui mesmo. O ideal era ter um espaço para elas sentirem mais à vontade” (Entrevistado 45, homem, adulto).

Em exposição, o entrevistado 45 evidencia outro conflito no espaço público. Para Gomes (2018), há um equívoco quanto a ideia geral de espaço público aberto, pois se pensa livre acesso como uma ausência de controle e regulamentação e seria exatamente o contrário. O espaço público é um espaço regulado e controlado, no qual possui usos e atitudes consentidas e outras que se devem evitar. Essa regulação não discrimina classe ou grupos sociais, mas atua sobre comportamentos, impõe limites e define usos espacialmente. Dessa forma, percebe-se que os distintos usos e interesses nos espaços coexistem e estão em constante conflito no Parque das Mangueiras.

Exceto nos horários das aulas de ginástica expostos acima, o S1-PM tem seu uso majoritariamente realizado pelos praticantes de exercício físico nas barras de calistenia, sendo esses do gênero masculino, jovens e adultos. Percebe-se também a utilização desse espaço para brincadeiras infantis. Por consequência, notou-se que o setor 1 é um espaço desintegrado do restante do parque, apresentando usos e públicos independentes, e até mesmo a forma como foi projetado, com o fundo do espaço da saúde voltado para o interior do parque, reforça esta desconexão.

Figura 61: (1) Vista da fachada frontal virada para rua; (2) Vista da fachada posterior de “costas” para o parque



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Devido ao Parque das Mangueiras ser de pequeno porte, no setor 2 (S2-PM) se localizam as demais atividades. A academia ao ar livre tem maior movimento em suas atividades nos horários próximos ao da caminhada das 07 horas às 10 horas e das 16 horas às 19 horas e 30 min, com usos mistos de adultos e idosos. Nos finais de semana esse fluxo de pessoas se reduz devido a muitos usuários que praticam exercícios físicos diariamente atestarem que não frequentam o parque nos finais de semana para essa finalidade, e sim para práticas de lazer. Observou-se que enquanto exercitam, os idosos se comunicam entre si, criando amizades, prática comum no espaço vivenciado por eles. Conforme usuários:

“Eu comecei a vir por indicação de um conhecido, mas vão construir uma dessas lá perto de casa e eu vou parar de vir aqui. Eu gosto de vir para praticar atividade física e conversar com os amigos aqui, amigos que não sei nem o nome, risos. Aqui está precisando de ser reformado e uma manutenção nos aparelhos da academia principalmente” (Entrevistado 40, homem, idoso).

“Eu venho só e aqui a gente encontra, já tem muito tempo que eu frequento aqui, e tem uma turminha ali (academia). Hoje não que é sábado, mas na semana sempre tem, fica umas 20 pessoas ali batendo papo, é muito bom” (Entrevistado 24, homem, idoso).

Além da academia, na fase de implementação do parque, conforme entrevista com funcionário da gestão municipal a época<sup>40</sup>, a comunidade local solicitou um *playground* para que seus filhos pudessem dispor de um lazer no parque. Então, se instalou no parque uma casinha, com escorregador e balanços em madeira, que atualmente se encontram danificados.

Figura 62: (1) *Playground* quebrado do Parque das Mangueiras; (2) Material de implantação da área do *playground* das crianças



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Observou-se em campo a insuficiência de estrutura para comportar a quantidade de crianças que utilizam ao parque e, além disso, a única casinha de madeira existente não se encontra em condições plenas de uso, devido a algumas partes como o escorregador e os balanços estarem quebrados. De acordo com os usuários, o brinquedo se encontra nessa condição há algum tempo. Devido a essa ausência de infraestrutura, os pais permanecem por pouco tempo com as crianças no espaço e, sem ter o que fazer, deixam o local. Acrescenta-se que os usuários dispunham de poucos instrumentos de lazer (bicicleta, patins, skate etc), de forma que os faziam dependentes da estrutura local para ampliar a vivência do espaço.

Outras inconveniências sinalizadas pelos usuários são os materiais usados na execução do espaço (Entrevistado 29), possuindo pedrinhas ao invés de areia (fig.62), podendo machucar os pés das crianças. E por fim, o espaço não se encontra desassociado da pista de caminhada (fig.63) e, por esta passar pela área nas quais as crianças estão brincando, causam tanto transtornos para aqueles que realizam exercícios quanto perigo as crianças. Sendo assim, os usuários dizem:

<sup>40</sup> Ver mais no item 2.1.2

“Precisava retirar a passagem da pista de caminhada de dentro do *playground*, pois atrapalha na hora da caminhada e também vejo esses meninos passando aqui de bicicleta direto, pode machucar as crianças, é perigoso isso” (Entrevistado 39, mulher, adulto).

“Para mim isso aqui nem pode ser chamado de *playground*. Desde o dia que inaugurou só tem um brinquedo que é essa casinha de madeira com balanço e escorregador... eu não acho que isso seja um *playground*. E hoje, você pode ver aí, que já não tem mais nada, quebrou e eles também nunca mais consertaram, ficou ai do jeito que está e é só isso que tem para as crianças aqui no parque todo. Venho aqui porque é o que tem perto da minha casa” (Entrevistado 42, mulher, adulto).

“Uma questão que eu olho demais são os brinquedos. Eles jogaram lá tipo umas pedrinhas que corta o pé da criança. O prefeito esteve aqui e eu falei com ele que o bom era jogar a areia de Janaúba, que eles podem pisar e não machuca. O certo era isso para as crianças brincar à vontade, na areia porque criança gosta de areia né?” (Entrevistado 29, homem, idoso).

Figura 63: Pista de caminhada passando pela área do *playground*



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

As crianças, por sua vez, por não encontrarem opções de lazer no espaço fazem uso indevidamente dos aparelhos de academia ao ar livre (fig. 64), assim como acontece no Parque Municipal Milton Prates. Entretanto, esse uso foi percebido com mais frequência no parque das Mangueiras, pois nesse as opções para o lazer crianças são reduzidas.

Figura 64: Crianças brincando nos aparelhos da academia do Parque das Mangueiras



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Na falta de infraestrutura e equipamentos, as crianças utilizam dos espaços livres para brincarem com suas bolas, bicicletas, usando da imaginação e criatividade (fig.65). Para Cotrim *et al* (2010), os espaços públicos ainda são locais importantes para crianças que possuem um baixo nível socioeconômico e não detém outras atividades de lazer como as crianças de nível socioeconômico médio e alto.

Por isso, esses espaços podem possibilitar lazer, interação, aprendizagem, sociabilização para essas crianças que não dispõem de brinquedos ou espaços planejados para brincar, haja vista que estes espaços abertos, em meio à natureza, promovem liberdade e dão maiores possibilidades, gerando valores à infância da criança.

Figura 65: Crianças brincando de bola no Parque das Mangueiras em um domingo à noite



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Observou-se que as crianças (fig.65) se encontram no parque e começaram a interagir a partir do único brinquedo disponível, a bola, que as uniram para uma brincadeira em comum. Dessa forma, em lugares abertos, isto é, nos espaços públicos:

É possibilitado às crianças manipular fisicamente e explorar o ambiente com intensidade, apartadas da vigilância e coerção dos adultos; descobrir desafios individuais, participar de brincadeiras em grupo e encontrar um refúgio das tensões dos relacionamentos interpessoais. Um lugar se torna próprio para crianças quando fornece bem-estar, é rico culturalmente, provê integração inserida em uma comunidade coesa e inclui parcela desejável de espaços indefinidos e acessíveis, espaços públicos ativos (COTRIM *et al.*, 2010, p.52).

Além dos usos gerais que são realizados nos dias da semana e nos finais de semana, no domingo acontece atualmente no Parque das Mangueiras um encontro comunitário, que já foi uma pequena feira com diversos setores (alimentação, entretenimento, vestuário) e atualmente há apenas duas barracas de alimentação. De acordo com o barraqueiro mais antigo, os demais feirantes desistiram pela falta de estrutura e incentivo da prefeitura, que pouco oferecem em questão de infraestrutura local, impossibilitando-os assim atender as demandas dos clientes. Na figura 66 mostra-se parte da estrutura montada pelos barraqueiros, que chegam no início da manhã e permanecem até as 20 horas. Observa-se a apropriação do espaço pelos barraqueiros na figura 73.

“Nós estamos precisando muito...muito é de incentivo. Não tem incentivo nenhum aqui, de maneira nenhuma. Aquele ali é um palco de artista, de cantor. Para você ter uma ideia, isso aí nós já chegamos reбуçar isso por conta nossa, já chegamos a ter show sertanejo, show caipira, já chegamos receber 1200 pessoas aqui, sem incentivo nenhum ninguém merece. Isso deve ter um ano atrás. Nós chegou a ter aqui de 10 a 15 barraqueiros, hoje praticamente tem eu. Agora que esse menino veio e instalou na minha frente. Hoje praticamente tem eu sozinho, mas antes nós tinha pula-pula, frango assado e outras coisas. Mas não temos incentivo, o pessoal vai desistindo todo mundo, para você ver uma hora dessas o calor que vem fazendo, o parque não tem ninguém. O que precisa para melhorar é incentivo, vim aqui e olhar o palco para nós, repor o gramado, colocar segurança, aqui nós não tem segurança. Aqui acontece de chegar maconheiro e sentar aqui, o cara fumando um baseado sentado na mesa aqui. Aí eu falo com o cara: “moço, aqui nós temos muita criança, pai de família, mãe de família e você puxando um baseado aqui cara? Sai fora aí, vai para a beirada do parque” aí o cara fala: “beleza, foi mal”. Até que eles me respeitam. Hoje não, mas você pode contar aqui 15, 20 fumando maconha na cerca. Aí eu ligo para a polícia e a polícia fala comigo: “não, eu vou mandar uma patrulha aí”, só que a coisa mais difícil é uma polícia entrar aqui dentro, não vem e não entra. Ela passa, mas não entra aqui dentro, não tem segurança aqui dentro. Eu acho que eles não querem perder tempo para prestar segurança para o pai de família, a mãe de família, para mim.... É muita coisa que falta aqui moça, vou passar o dia te falando. Aquela tomada eu mesmo puxei por minha conta, fui lá na frente e puxei um cabo de energia” (Entrevistado 34, homem, adulto).

A partir das análises da “Teoria das práticas” de Certeau (1998) e atribuindo maneiras e sentidos para as estratégias e táticas criadas no cotidiano como forma de subverter as

imposições no espaço urbano, possibilita-se o entendimento da atitude do barraqueiro, ao puxar um ponto de energia elétrica para oferecer o seu serviço, como “estratégia”. Destituídos de infraestrutura e melhores condições para ampliarem as vivências sociais e de lazer, o Parque das Mangueiras representa as contradições e os reflexos da diferenciação socioespacial da cidade contemporânea e, por isso, apresenta as “trajetórias táticas” que se caracterizam pela “arte do fraco”; “Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia” (CERTEAU, 1998, 101).

Entende-se por encontro comunitário a atividade que ocorre no parque nos domingos, a forma como acontece atualmente a apropriação. São encontros constituídos em sua maioria pelos moradores do bairro que convidam seus amigos de outras localidades, formando assim um nicho com pessoas que se interagem e constroem laços. Por conseguinte, observou-se que esse uso se tornou relevante para a dinamização do parque, inclusive no que tange a apropriação usual do espaço.

Figura 66: (1) estrutura montada pelo barraqueiro mais antigo do Parque das Mangueiras; (2) estrutura montada por barraqueiro mais recente.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

O setor 3 (S3-PM), dissociado para melhor apreensão e análise dos modos de ocupação e apropriação ocorridas no setor, localiza-se perpendicularmente as fachadas leste e oeste do parque, fazendo fronteira com o campo João Botelho e sendo separados apenas por uma grade, conforme se visualiza na figura 67.

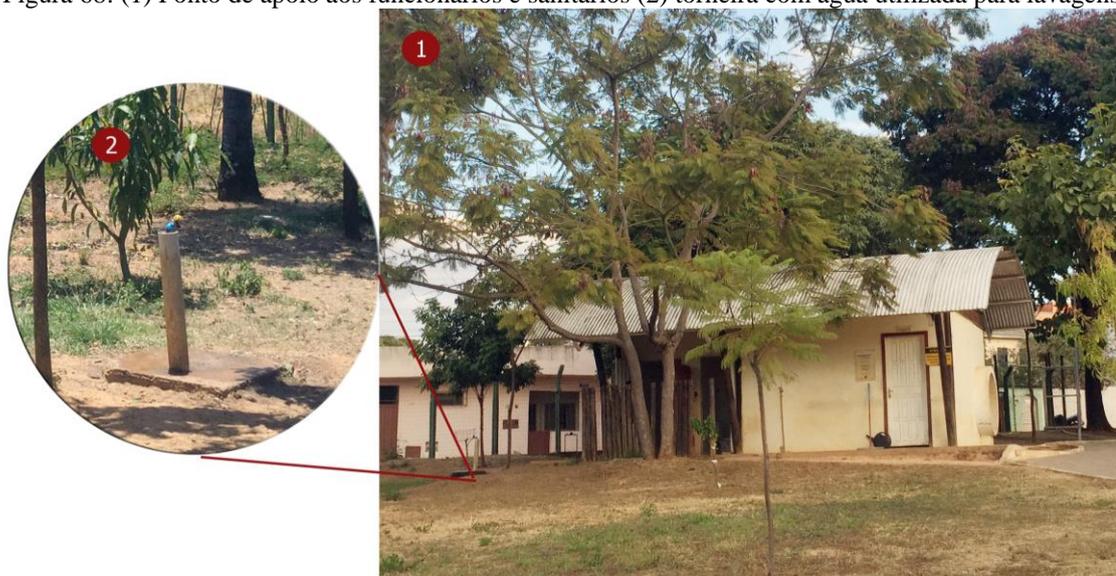
Figura 67: Visualização do “setor 3” e da grade de divisão do campo João Botelho



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

O setor possui também um ponto de apoio para os funcionários, um banheiro masculino e um feminino, em que não há encanamento com água, uma vez que o único local a possuir água<sup>41</sup> no parque é uma torneira que se encontra atrás de uma casinha, sendo utilizada para a limpeza dos sanitários e demais locais. Próximo aos sanitários havia um bebedouro de água, entretanto foi depredado pelos próprios usuários e, de acordo com os funcionários, houve ordens para recolher e guardá-lo no escritório, não o restabelecendo para o uso.

Figura 68: (1) Ponto de apoio aos funcionários e sanitários (2) torneira com água utilizada para lavagens



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

<sup>41</sup> O espaço da academia da saúde também possui água encanada e sanitários para uso, mas como dito anteriormente, este espaço é totalmente desvinculado do uso do parque. Os banheiros e demais infraestruturas contidas no espaço são utilizadas pelos funcionários e alunos que lá frequentam, assim que as atividades terminam a academia é fechada.

Os usuários desse setor, em sua maioria são jovens-adultos que transitam pelo parque em suas bicicletas e estando sempre em grupo, muito embora não entrem em contato direto com os outros cidadãos que utilizam os demais setores, têm atos hostis, depredam-no e fazem uso de drogas no local. Por estes motivos, a presença desses que incomoda os demais usuários, sendo vista constantemente como um fator prejudicial ao convívio familiar no parque.

Não obstante, observou-se que quando esses usuários se sentem acuados, principalmente pela presença do desconhecido<sup>42</sup>, há uma perturbação nos seus comportamentos e esses passam a realizar enfrentamentos através de idas e vindas em altas velocidades com suas bicicletas<sup>43</sup>, entendendo esse comportamento também como um tipo de *territorialização do espaço* (SERPA, 2007)<sup>44</sup>. Em dias da semana, esse setor é preterido pelos demais usuários do parque devido a esse conflito de usos. Em entrevista com um usuário do parque que se localizava no setor 3, se relatou um pouco da sua vivência no parque desde a implantação e sobre os usuários deste setor:

“Venho aqui desde quando implantou o parque, até antes quando isso aqui era uma chácara. Continuo vindo nesse parque porque moro perto, acho um ambiente agradável... não sei se bonito, acho que bonito é uma questão de costume. É isso... venho aqui por costume, acho que essa seria a palavra que define bem. Aqui está largado, não tem ninguém para cuidar, nenhum responsável. A pessoa que ajudava a tomar conta do parque não ajuda mais, desistiu, ficou desgostado. Não tem nenhum apoio por parte da prefeitura e os moradores também não contribuem. Tinha um bebedouro, mas os usuários urinaram e fizeram cocô nele, então os funcionários tiraram e disse que não colocariam mais porque iria acontecer de novo. Aqui está tomado por eles, esse espaço aqui virou deles (usuários de drogas). Comigo ninguém mexe, tem desses “nóia” também que ficam por aí fumando, mas não caçam confusão com ninguém, só me incomodam pedindo isqueiro. Na verdade, aqueles cinco que você está vendo ali são uma proteção para você que é de fora, eles não vão fazer nada com você, pois se você descrever para qualquer pessoa, todos saberão quem são eles e moram aqui na rua, são todos do bairro ” (Entrevistado 41, mulher, adulto).

Leite (2007; 2009) desenvolve a teoria dos *contra-usos* dos espaços públicos, entendendo a ocorrência de usos não esperados/previstos. Ainda resgatando a teoria das práticas de Certeau (1998), os *contra-usos* utilizam das táticas e dos modos insubmissos para utilizar-se dos espaços. Uma vez que as práticas de uso de drogas ilícita, os usuários dessas substâncias escolhem o setor 3 para se apropriarem, pois apresenta pontos com maior invisibilidade do

<sup>42</sup> Por razões de segurança, não foram realizadas entrevistas com esses usuários, somente observações livres. Observou-se que estes se sentiram incomodados com a presença constante de um pesquisador, então optou pela descrição e observações com maiores afastamentos do setor.

<sup>43</sup> Em entrevista com vendedor de picolé do parque, ele nos disse: “Tinha uma placa de proibido bicicleta e entrada de carro, e aí os malandros mesmo tiraram. Eles ‘rancaram’ porque eles entram né, ‘rancam’ tudo, é assim. ”

<sup>44</sup> Utiliza-se aqui o conceito de territorialização do espaço empregado por Serpa (2007) para demonstrar que no setor 3 há uma privatização do espaço pelos usuários típicos desse setor, aqueles que através de seu comportamento hostil e coercitivo ganham a preferência do local e por isso, constroem uma barreira simbólica de poder sobre o espaço.

parque, e, de acordo com alguns relatos, ao presenciarem as rondas policiais se escondem para atrás da “casinha” onde se localizam os banheiros e escritório. Assim sendo, esses usuários se utilizam da “tática” de transitar de bicicleta pelo parque para romper a vigilância policial. Conforme entrevista com funcionário do local:

“O ruim que eu acho é que eles vêm fumar aqui no parque e aí fica no meio (exposto) da polícia, aí fica: “cadê eles, eles tão descendo? Então vamo fumar aqui mesmo.” Aí ficam na minha porta, porque fica mais escondido. Eu vou e fecho a porta, porque a fumaça tem o cheiro que é muito forte, as vezes a gente tá aqui sem almoçar aquilo dá dor no estômago e dor de cabeça, mas eu não tenho coragem de pedir para eles irem fumar para lá. É uma turma que vem, uns 4 ou 5”.

No período de campo, essas apropriações se repetiram diariamente. Entretanto, observou-se que quando frequentado por usuários não assíduos do parque, as dinâmicas setoriais podem se modificar, conforme observado em um final de semana no qual um grupo de *usuários atípicos* (fig. 69) se instalaram aleatoriamente no setor 3 – fato esse aferido por intermédio de entrevistas. Para a apropriação deste grupo, notou-se a relevância de fatores como: sombra, mobiliário próximo e área verde para as crianças sentarem e brincarem, todos estes disponíveis no setor em questão.

Figura 69: Apropriação no "setor 3" de grupo *atípico*



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Observou-se a desarticulação dos usuários típicos daquele setor ao chegarem no parque e perceberem que o espaço estava apropriado por outras pessoas. Sendo assim, durante a reunião do grupo visitante, os usuários frequentes do setor 3 tiveram que se realocar na área, permanecendo na fachada oeste (margem Avenida Zé do Piá) e próximo a grade do campo.

Diante das circunstâncias, houve uma desarticulação da “territorialização” do grupo típico, retomando sua apropriação após a desocupação pelos outros usuários. Conforme tal situação, elaborou-se o mapeamento exposto na figura 72.

Quando questionado aos usuários o que falta e o que precisa ser melhorado no Parque das Mangueiras, os temas mais abordados foram: dar manutenção na estrutura presente do parque (aparelhos da academia, barras de calistenia e *playground*), segurança pública, retorno do bebedouro e limpeza nos banheiros.

Como foi exposto anteriormente, os problemas de infraestrutura identificados pelos usuários e que, de certa forma, prejudicam a maior utilização e frequência do espaço estão muito presentes no imaginário socioespacial, fato comprovado através das A.L.P do Parque das Mangueiras. A ocorrência desses problemas não se caracteriza um fato recente, conforme o entrevistado 24:

“Sobre o parque eu pensava mais que dava para darem uma manutenção, melhorar isso aqui mais né, ainda mais nos aparelhos. Arborizar, tratar mais bem dessas árvores que tão tudo seca, ninguém molha isso daqui, não tem ninguém não, isso aqui é maior descaso. Tem uns sanitários ali com uns vasos quebrados, que você até desanima de usar... porco demais. O bebedouro quebrou já tem tempo, tinha né, mas quebraram lá.... É a manutenção que tá em falta, porque quando quebra uma coisa eles largam para lá. Esses aparelhos daí tem tempo demais que estão quebrados, isso não é coisa de agora não. Aqui eles não fazem manutenção. O parque é muito bom, muito bem localizado tem bastante movimento, só não tem mais justamente porque você vê como é largado” (Entrevistado 24, homem, idoso).

“É um problema faltar água, tem que ter o bebedor. Geralmente eu venho com garrafinha de água, e quando dá um calorção você vai lá na torneira e molha o rosto. Mas é importante ter um bebedor, porque nem todo mundo tem acesso toda hora para comprar uma água mineral” (Entrevistado 26, mulher, adulto).

“O bebedouro quando tava funcionando eu utilizei, é importante ter. Porque não é todo mundo que consegue trazer água, então se tiver como usar aqui fica melhor para a pessoa” (Entrevistado 27, homem, adulto).

“Eu acho que falta manutenção nos brinquedos e nos aparelhos da academia. Os brinquedos estão mais abandonados, os balanços já quebraram tudo. Os aparelhos também. De vez em quando eu gosto de vir fazer uma física aí, mas não é todos que dá para utilizar não, porque está quebrado. Outra coisa que é importante é o bebedouro, até para as crianças que correm de um lado para o outro, precisam beber água nesse calor. A limpeza eu estou achando que está bem conservado, ultimamente eles têm cuidado” (Entrevistado 29, homem, idoso).

“Aqui falta uma melhoria. Falta de água nos banheiros e precisa ter mais um controle, tem hora que a gente vai lá e tá bem sujo. E falta uns brinquedinhos para as crianças. Mas o resto aqui tá legal” (Entrevistado 33, mulher, adulto).

“A prefeitura poderia investir aqui nas barras de calistenia, colocando barras mais resistentes e também dando a manutenção. Essa daqui mesmo tem tempo que está quebrada... dá para você ver também que foram mal chumbadas, e por isso não vão aguentar o peso do corpo e nem durar muito tempo. Aqui poderia ter um investimento

maior em atividades esportivas, para a população idosa e para os jovens, eu acho que o esporte pode auxiliar esses meninos que ficam aí fazendo uso de drogas. [...] Outra coisa que está quebrada aqui tem tempo é aquela barra da rampa de acesso, tá ali apoiada, se um cadeirante ou um idoso apoiar ali confiando pode sofrer um acidente” (Entrevistado 45, homem, adulto).

Quanto aos entrevistados 25, 36 e 37, frequentadores não-assíduos do parque, notou-se que suas demandas estão em desacordo com maioria, com as reclamações a respeito da limpeza geral do parque. Para a maioria dos usuários o parque se encontra sempre limpo, exceto no que se refere à limpeza dos banheiros. Outra solicitação se refere a um lixo que fica posicionado em frente a porta de entrada<sup>45</sup> do parque (fig.70). Notando que, muito embora o usuário frequente estar acostumado com esse fato, isso o incomodava:

“O cuidado, eu acho que isso aí nem é só por conta da limpeza não, é o povo que suja mesmo. O parque oferece um ambiente agradável, mas necessita de maiores cuidados e envolvimento da comunidade para preservá-lo. Agora esse lixo na porta de entrada que é o cartão de visitas do parque, é bem desagradável ” (Entrevistado 25, homem, adulto).

“Tá melhorando muito. Sempre quando o mato cresce eles fazem a poda, recolhem o lixo. Eu acho que é bem cuidado” (Entrevistado 28, homem, idoso).

“O pessoal que tem barraca aqui, tudo que sujou eles catam. O que está precário aqui é o banheiro” (Entrevistado 33, mulher, adulto).

“A limpeza tá boa, mais precisa de mais cuidado pela beleza e pelo ambiente que é, eu acho que deveria ter mais cuidado. Mas o banheiro é péssimo” (Entrevistado 35, mulher, adulto).

“A maior deficiência que eu vejo aqui é aquela quantidade de lixo perto da entrada do parque, olha que coisa horrorosa, fica sempre ali. Uma caçamba ali já seria uma solução” (Entrevistado 36, homem, adulto).

“Acredito que a limpeza pode ser melhorada. Devido ao vento, caem muitas folhas das árvores no espaço interno da academia da saúde e no externo” (Entrevistado 37, mulher, idoso).

“Aquele lixo fica exposto na entrada do parque não é retirado diariamente, vai juntando ali. Outro problema é que aqui nesse espaço (“setor 1”) não tem nenhuma lixeira, e acaba juntando muito lixo e a gente não tem nem onde jogar. Se tivessem umas lixeiras aqui seria bom” (Entrevistado 45, homem, adulto).

---

<sup>45</sup> Conforme os trabalhadores do local, o lixo que é recolhido por eles dentro do parque é juntado ali até a prefeitura recolher.

Figura 70: (1) Lixo na entrada principal do Parque das Mangueiras; (2) lixo reunido próximo ao *playground*



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Acerca da limpeza do parque, percebe-se que a forma como a gestão municipal realiza este serviço tem sido alvo de algumas críticas pelos usuários e necessita-se de aprimoramento. Pois a maneira como o lixo é recolhido e posto para a coleta, além de ser visualmente desagradável para o parque, possui outras inconveniências, uma vez que animais (cachorros) acabam revirando-o e bagunçando-o. Por sua vez, apesar de que nos finais de semana aferiu-se a presença de um funcionário da prefeitura para cuidar da limpeza do ambiente, os usuários reclamaram da limpeza dos sanitários.

Em relação a segurança do parque, os usuários acreditam que o local precisa ter um vigilante durante o período em que o local se encontra aberto, pois por ser um local usado para consumo de drogas e esses usuários já terem depredado o patrimônio público (quebrado o bebedouro) entende-se que há uma carência de segurança em tempo integral. Além disso, o vigilante assistiria à mediação dos conflitos existentes entre o grupo local de usuários de drogas e as famílias que não se sentem à vontade em utilizar o parque com seus filhos. Conforme entrevistas, algumas mulheres declararam sentir medo de ir ao espaço sem a companhia do marido, corroborando com a opinião de alguns usuários que creditam na falta de segurança do parque a inibição de outros frequentadores.

“Às vezes tem um policiamento aqui, eles dão uma entrada aí. Às vezes vem uns caras mal-encarados e eles abordam. Esses dias mesmo abordaram uns aí, e depois mandou eles irem embora. Mas isso não tem jeito não, eles sempre vêm pra cá e fica aí. Os policiais sempre tão vindo aqui, e quando tem uns maus elementos, até daqui de perto mesmo” (Entrevistado 29, homem, idoso).

“Esses dias eu tava sentada ali e veio uns rapaz fumando maconha bem perto da gente, estava só aquele cheiro de maconha purinho. Daí eu, minha mãe, irmã, meu filho e sobrinhos fomos embora. É por isso que eu não gosto de vir de tarde, meu marido gosta de correr, mas sempre tem gente fumando droga em cima da gente, escancarado. Muita gente não vem por causa disso, minhas vizinhas tudo tem filho pequeno, quando eu chamo elas não vêm. No final de semana que tem gente não, mas na semana tem demais, rapaz novo, adulto, qualquer idade. Então eu acabo vindo só com meu marido,

sozinha com meu filho eu tenho medo de vim, porque você vê que aqui não tem policiamento e segurança nenhuma. No final de semana tem menos (uso de drogas), porque vem muita gente, daí inibe eles. E na semana é mais difícil porque vem pouca gente, vem uma ou duas famílias” (Entrevistado 30, homem, adulto).

“Acho a segurança daqui regular. Eu não vejo segurança aqui, nunca vi. As vezes pode ter em um horário que eu não venho” (Entrevistado 32, mulher, adulto).

“Ruim. É preciso que haja policiamento para inibir o uso de drogas. Aqui muitas pessoas ficam com medo de visitar a noite por este motivo” (Entrevistado 44).

De acordo com as entrevistas, alguns usuários têm mostrado com atitudes o seu desejo de melhora do parque, um dos entrevistados (entrevistado 29) relata que solicitou reformas para o *playground* em um encontro com o prefeito da época, outro usuário do “setor 1” atesta que ligou para prefeitura solicitando a troca de lâmpadas queimadas. E, assim, esses usuários realizam um movimento comunitário para manter o espaço público vivo e em condições de uso. Entretanto, embora alguns tenham esse comportamento e compreendam a necessidade do engajamento social, observou-se que outros usuários se portam como meros utilizadores do espaço, alguns sem sequer consciência ambiental ao descartar lixo no chão e outros que se recusam a recolher os dejetos dos seus animais de estimação, deixando-os no local.

Identificou-se fatores culturais nos discursos e ações dos entrevistados como: a depredação do patrimônio público e o desconhecimento do prejuízo que esta causa aos cidadãos, afinal o espaço danificado será usufruído por todos; a não reflexão da reciprocidade entre utilizar e cuidar do próprio espaço; e, por fim, a cultura do desengajamento (Serpa, 2007) isto é, o ato de não se adaptar ao outro no espaço e não se relacionar com as diferenças.

Embora no Parque das Mangueiras a maioria dos usuários sejam vizinhos, e estes parecerem conhecer até mesmo onde cada um mora, de modo que estas pessoas não lhes ofereçam um perigo real, não reconhecem o *espaço público* como *lócus* das práticas sociais e das diversidades, pois desejam que todos partilhem dos mesmos valores e desempenhem apenas atividades semelhantes no parque.

A compreensão das questões e as respostas a elas concedidas pelos usuários entrevistados apresentaram correlação direta com o nível de escolaridade. Destaca-se que embora houvesse um envolvimento e interesse com a pesquisa, percebeu-se uma dificuldade de entendimento nos temas abordados e, com isso, se repetiu diversamente os mesmos assuntos e temas com pouco nível de reflexão sobre o assunto.

O grau de escolaridade que predominou dentre os entrevistados foi o do ensino médio, seguido do ensino fundamental incompleto e, em menor quantidade, aqueles que possuíam

ensino superior completo ou incompleto, os quais demonstraram um maior nível de entendimento sobre as questões e assuntos abordados, sendo levantados pontos divergentes da maioria, como o papel do cidadão no espaço público, acessibilidade e preocupação com o idoso<sup>46</sup>.

Quanto ao *habitus* predominante, que tem relação direta com as atividades exercidas no local, tanto no inconsciente dos usuários demonstrado na Associação Livre de Palavras (A.L.P), quanto na relação da pessoa-ambiente, o parque demonstrou ser um espaço de lazer e também uma forma de cuidar da saúde através da realização de atividades físicas nos aparelhos e barras da academia ao ar livre, práticas de caminhada e atendimentos especializados (acupuntura e terapias integrativas) principalmente para a população local e dos bairros do entorno.

Compreendendo o contexto socioespacial em que esse equipamento urbano está implantando, com baixo indicador de renda per capita (de acordo com mapa 3) e baixo nível de escolaridade, entende-se que o acesso a um espaço público de qualidade promove o alcance a um lazer e a promoção de hábitos saudáveis através da prática de exercício físicos, possibilitando melhores condições de saúde e qualidade de vida para a população.

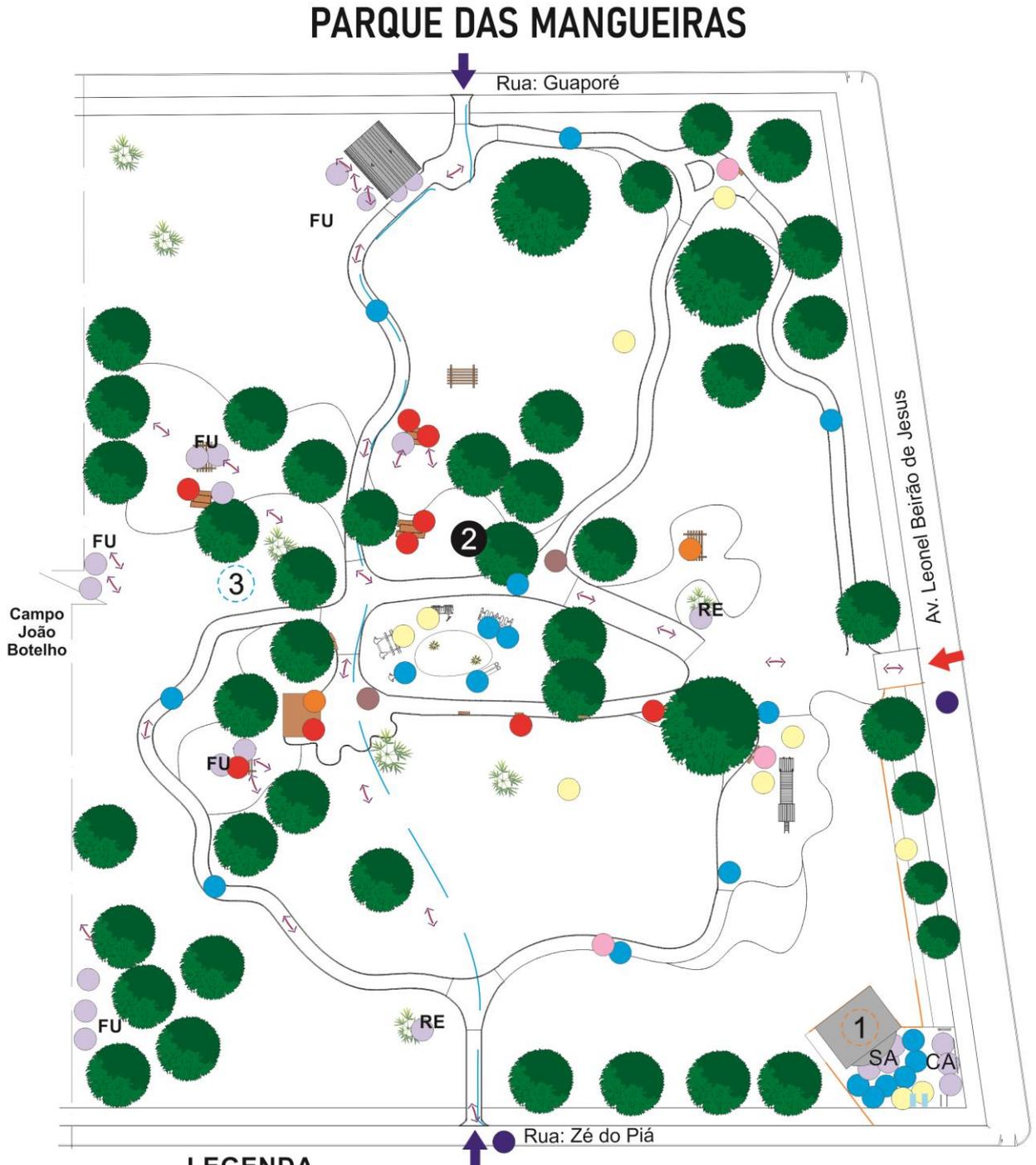
Desta forma, realizou-se o mapeamento das apropriações típicas do Parque das Mangueiras (fig. 71,72 e 73) com os usos e apropriações analisados em campo. Nota-se que nos dias da semana, os três setores não apresentam muita mudança quanto a sua *territorialização do espaço*. Entretanto, quando ocorrem eventos extraordinários e apropriações atípicas no “setor 3”, há rearticulações no espaço e os usuários típicos deste setor que buscam invisibilidade para o consumo de drogas margeiam os cantos do setor.

Aos domingos, durante os eventos ordinários da comunidade (apropriações dos baraqueiros), naturalmente os grupos de usuários de drogas ficam mais moderados e aparecem em menor número, uma vez que o parque possui maior movimento, no entanto ainda permanecem no setor 3.

---

<sup>46</sup> Entrevistados 25 e 45.

Figura 71: Apropriações típicas em dias da semana no Parque das Mangueiras



**LEGENDA**

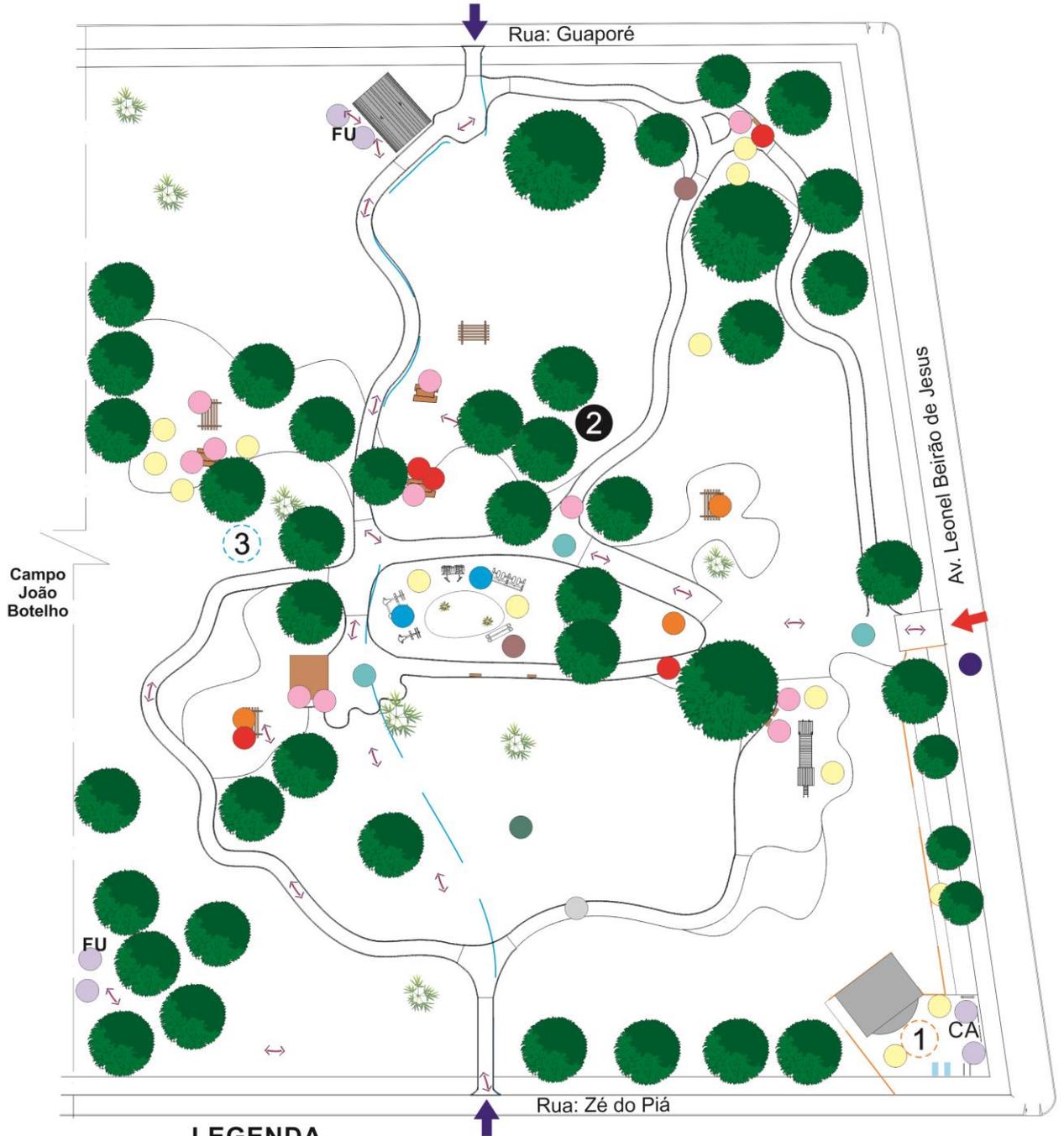
- |                        |   |
|------------------------|---|
| Atividades             | ● skate/bike/patins/                    |
| ● passeio              | ● brincar/correr                        |
| ● contemplar/descansar | ● trabalhar                             |
| ● conversar/namorar    | ● outros: fumar(FU); regar plantas (RE) |
| ● caminhar/exercitar   | ● calistenia (CA); saúde (SA)           |
| ● jogar bola           | ● Ronda Guarda municipal                |
|                        | ● Ronda Policial                        |
| ① setor 1              | ↔ fluxo de bicicletas                   |
| ② setor 2              | ➔ entrada principal                     |
| ③ setor 3              | ➔ entrada secundária                    |



Fonte: Elaboração própria, 2019

Figura 72: Apropriações atípicas em final de semana no Parque das Mangueiras

# PARQUE DAS MANGUEIRAS



## LEGENDA

Atividades

- passeio
- contemplar/descansar
- conversar/namorar
- caminhar/academia
- jogar bola

- skate/bike/patins/
- brincar/correr
- trabalhar
- outros: fumar(FU); calistenia (CA);
- Ronda Guarda municipal
- Ronda Policial

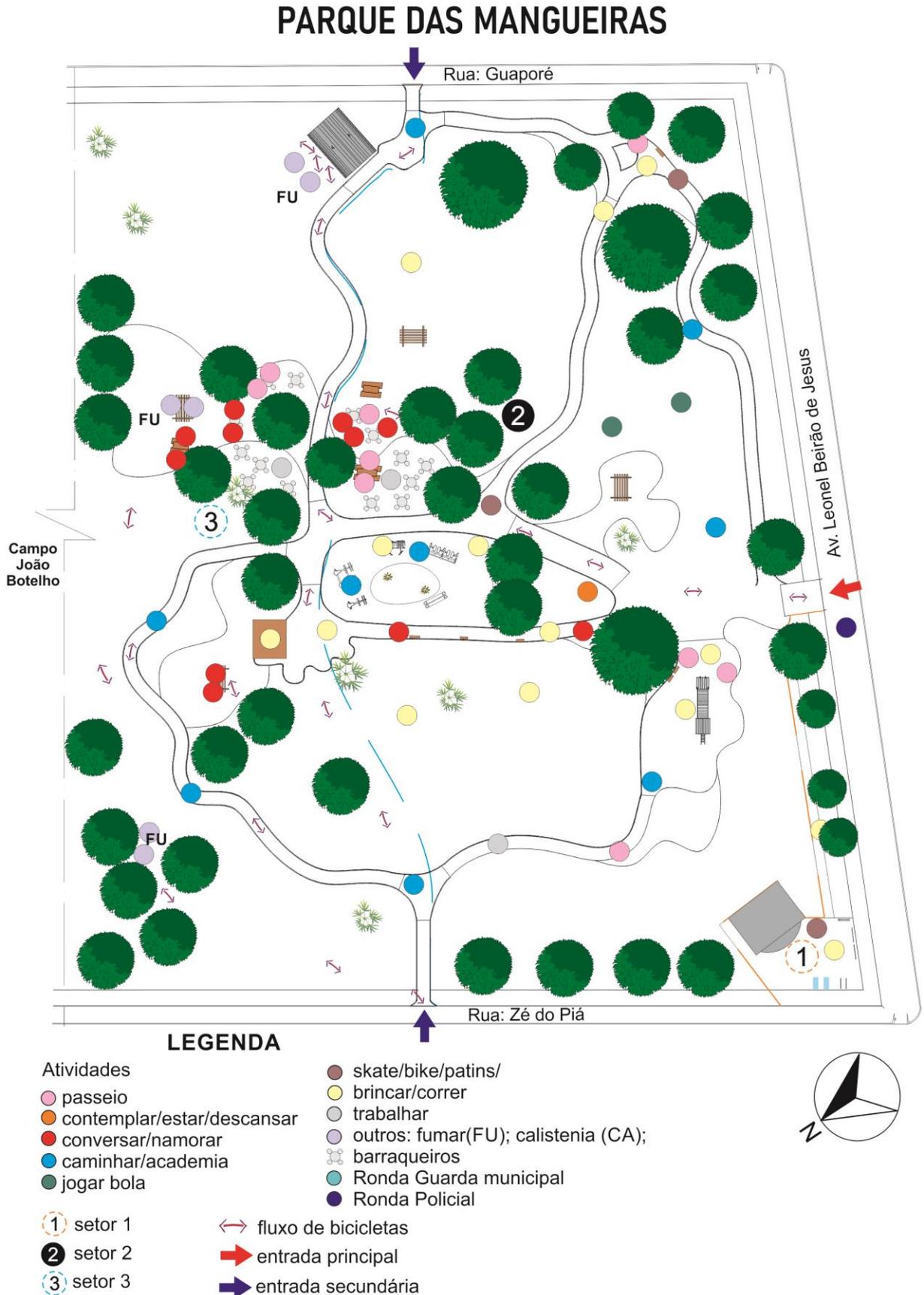
- ① setor 1
- ② setor 2
- ③ setor 3

- ↔ fluxo de bicicletas
- ➔ entrada principal
- ➔ entrada secundária



Fonte: Elaboração própria, 2019

Figura 73: Apropriações típicas nos domingos no Parque das Mangueiras



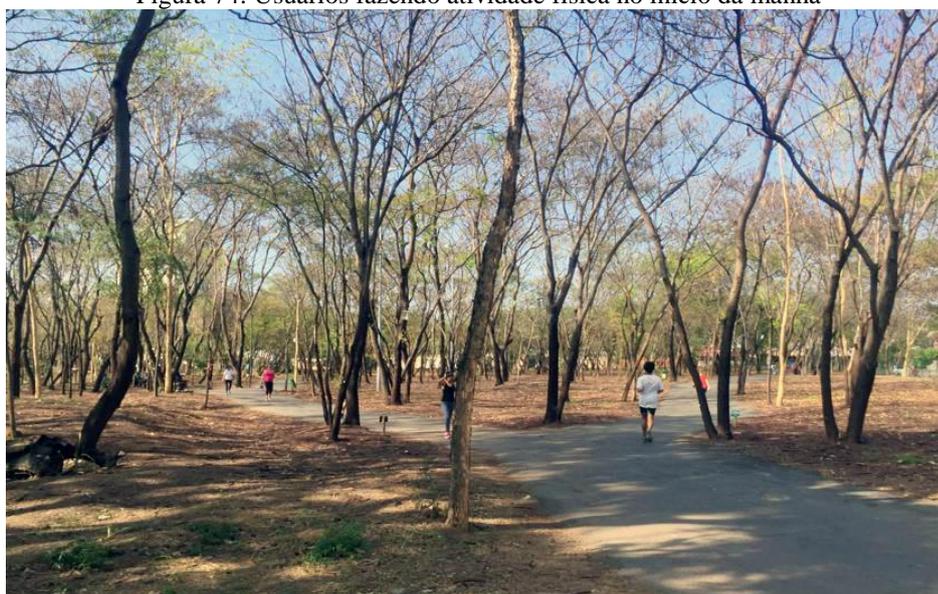
O Parque Sagarana é um espaço marcado por sua visibilidade, composto pelas suas paisagens naturais e espécies nativas. Os parques lineares são fruto de preocupações ambientais, que passaram a ser criados inicialmente para atender às necessidades ambientais, de modo que as funções de lazer e recreação não são prioritárias. Em decorrência disso, os espaços, em sua maioria permeáveis e arborizados, se restringem a trilhas e pistas de caminhadas, uma vez que veda-se construções em Unidades de Conservação (UCs).

O setor 1 (S1-PS) do Parque Sagarana tem acesso pela entrada principal localizada na Avenida Pedro Álvares Cabral e o setor 2 (S2-PS), por sua vez, tem acesso pelas entradas secundárias, sendo uma pela Rua Espírito Santo e outra pela Avenida José Corrêa Machado. A divisão entre os dois setores (S1-S2 do Parque Sagarana) é a *zona intersticial*, localizada na entrada secundária da Avenida José Corrêa Machado. No que concerne a pista de caminhada, com 1,3km de extensão, seu acesso pode ser realizado por quaisquer entradas do parque.

Em observação livre, percebeu-se que no período matutino a pista tem seu maior uso para caminhada/corrida no início da manhã, reduzindo o seu uso a partir das 09:30-10:00 horas. Há alguns pais que, no intento de combinar a prática de exercício físicos e a promoção de lazer para os filhos, trazem suas crianças para andar de bicicleta enquanto caminham.

Ainda pela manhã, observou-se a presença de profissionais orientando atividades físicas no espaço (*personal training*). Entretanto, após o horário de pico das atividades físicas, o uso decresce e se converte em usos de lazer contemplativo, sugerindo uma permanência no local menos ativa, com passeios com crianças e animais, passagem de pedestres e ciclistas.

Figura 74: Usuários fazendo atividade física no início da manhã



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

No período da tarde, entre o período de 15:00 as 16:00 horas, os usos permaneceram similares ao encontrado no final da manhã, sendo eles realizados por casais que conversavam, pessoas que paravam para conversar ao celular ou descansar nos bancos, mães que passeavam com seus bebês, estudantes que saíam e/ou iam para seus cursos. Entretanto, devido ao pouco movimento, observou-se que a falta de pessoas no local também inibiu aqueles que passavam por perto a parar no parque, podendo suscitar insegurança no local.

Encontra-se justificativa na ociosidade do parque ao analisar o seu entorno, fato esse que pode ou não contribuir para popularidade do espaço público. Entende-se que, segundo Jacobs (2003), se os usos forem diversificados (residências, comércios, institucional) tende-se a proporcionar uma variedade de pessoas que transitam nesses lugares em horários diferentes, aumentando a possibilidade de estes entrarem no parque, pois “Um parque de bairro genérico, que esteja preso a qualquer tipo de inércia funcional de seu entorno, fica inexoravelmente vazio por boa parte do dia” (JACOBS, 2003, p. 108).

Desta forma, o entorno imediato do parque é predominantemente residencial, possuindo poucos usos comerciais e em média  $\frac{1}{4}$  dos lotes estão vagos ou em construção, corroborando com a inércia dos usos e da vizinhança ativa limítrofe. No entanto, a partir das 16:00 horas, o parque retoma sua movimentação para os exercícios físicos e continua com os demais usos de passagem e lazer contemplativo até a hora de fechar.

Nos finais de semana essa dinâmica altera-se um pouco no que diz respeito aos usos e apropriações dos espaços. No início da manhã há uma prevalência do uso para a prática de atividades físicas, havendo uma predominância no perfil de usuários, sendo eles adultos e idosos. No entanto, observou-se que a partir das 09:00 horas os usos começam a se modificar, sendo a pista de caminhada usada por famílias que passeiam com seus cachorros soltos, com filhos correndo, andando de bicicleta, velotrol e patinetes – as crianças sentem-se livres para andar fora da pista, subir e descer os desníveis pelo parque (fig.75). O uso predominante é para o lazer, notando-se poucas pessoas finalizando sua caminhada e quase não se observa o uso para corrida.

Figura 75: (1) predominância do lazer no final de semana; (2) criança passeando livre de bicicleta pelo parque.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

O período vespertino no final de semana prossegue com predomínio das atividades de lazer contemplativo, passeios em família, casais de namorados, passeios com cachorros, sendo observado que, embora o parque não ofereça nenhuma estrutura para entretenimento e lazer das crianças como um *playground*, isso não se apresenta como uma adversidade para o público local, uma vez que esses portam seus instrumentos de lazer (bicicletas, patins, skate, *hoverboard*, etc) fazendo as vezes da infraestrutura pública.

Dentre todos os parques, este foi o parque com maior presença de passeios com seus animais de estimação, principalmente sem coleiras. Embora haja placas pelo espaço sinalizando “Seja um bom cidadão. Recolha os dejetos do seu cão. ”, não se presenciou nenhum usuário recolhendo dejetos ou portando sacolas e materiais que possibilitem tal conduta. Por conseguinte, devido a quantidade de usuários e cães, mesmo com as limpezas dos funcionários no local foram vistas fezes pelo parque.

Em entrevista com uma família (Entrevistado 60), que realizava piquenique no parque, a entrevistada lamentou a ausência de áreas verdes para poder deitar ao chão e até mesmo poder realizar o piquenique, fato esse que a levou utilizar a mesa do “setor 1” do parque (fig.76). Quando perguntada sobre qual seria o tempo médio de permanência no local, relatou que sentia o ambiente abafado e deveria demorar muito menos de como costuma ficar quando o ambiente se encontra mais fresco. Conforme entrevista:

“Vai depender né, eu estou achando um pouco quente, então eu acredito que uma hora e meia, duas horas. No Parque Municipal que tem mais atividades para as crianças a gente acaba ficando mais. Eu senti falta da grama aqui, porque eu sempre trago um lençol, uma almofada para deitar e ler um livro. Eu gosto de algumas partes do Parque

Municipal e do Parque das Mangueiras por isso, porque eu amo ficar deitada olhando para céu. Então isso eu senti falta aqui, até mesmo hoje que viemos para o piquenique, normalmente sentamos na grama também, as crianças gostam” (Entrevistado 60, mulher, adulto).

Figura 76: (1) Família<sup>47</sup> fazendo piquenique no final de semana, usando a mesa do “setor 1”; (2) Família passeando (lazer) pelo parque durante o final de semana.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Aos domingos no período de 14:00 as 19:00 acontecem no setor 2 (S2-PG) os encontros do grupo *soft combat*, prática de uma modalidade esportiva de combate medieval que utiliza de armas fabricadas com espuma e armaduras acolchoadas, conforme exibição em figura 77. Para o grupo, o Parque Sagarana é um ótimo lugar para realização dessa prática esportiva, pois além de ser o mais acessível para todos os praticantes devido a sua localização possui outras potencialidades, como o fato da área utilizada ser plana e haver um sombreado mais uniforme que os dos demais parques da cidade.

Para eles, a maior deficiência do espaço é a falta de sanitário, uma vez que eles passam mais de quatro horas no parque e quando sentem necessidade de ir ao banheiro precisam recorrer ao posto de gasolina ou ao *Shopping Ibituruna* que estão próximos ao parque. Além disso, acrescentaram que na área apropriada não há nenhuma entrada/saída próxima, o que prejudicaria o acesso ao local na visão deles. De acordo com o grupo:

“Quando precisamos de banheiro, temos que ir lá na entrada, rodar e ir ao posto de gasolina. Uma outra entrada nessa parte aqui que estamos também seria interessante. Outra coisa que precisa melhorar aqui é o bebedouro, aqui até tem, mas nem sempre tem água gelada, e direto tem fila lá, porque ele é pequeno para a quantidade de gente que vem ao parque então tinha que ter mais bebedores e se possível com água gelada por causa desse nosso calor. Já fizemos esse encontro nos outros parques, mas acho

<sup>47</sup> A família se ofereceu para posar para foto e contribuir com a pesquisa.

aqui mais legal e esse também é mais perto para todo mundo, além de ter esse espaço plano aqui com mais sombra (Entrevistado 58, homem, jovem).

Figura 77: (1) Encontro do *soft combat* no "setor 2" do Parque Sagarana; (2) grupo do *soft combat* utilizando a mesa do setor 2.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Atentou-se para o fato de que, antes de iniciarem o treino, eles cataram alguns lixos deixados no local e, após o término da prática esportiva, reuniram o lixo produzido e os descartaram nas lixeiras, mantendo o ambiente limpo para os próximos usuários. No fim, observou-se que, por haver um movimento muito pequeno no parque no início da tarde, a movimentação do grupo contribuiu para manter a segurança do local.

Entre os setores, há um acesso secundário realizado pela Av. José Corrêa Machado. Nessa *zona intersticial* estão situados um bebedouro, uma torneira utilizada para lavar as mãos/rosto e dar água para os cachorros (fig.78), alguns bancos com design diferenciado utilizado pelos usuários para lazer contemplativo e uma estrutura de madeira com espécies de orquídeas cultivadas pela comunidade local (fig. 79). Destaca-se que o *design* do mobiliário instalado no parque revela uma preocupação formal, visual e estética com esse parque.

Figura 78: zona intersticial (1) bebedouro; (2) torneira utilizada para lavagens diversas



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Durante o campo assistiu-se à movimentação de distintas pessoas cuidando das plantas. Segundo o entrevistado 69, morador do bairro, ele doou uma espécie e auxilia na conservação das demais que estão no local. Relatou-se que, em passeio com o filho no parque, ele havia comentado sobre a relevância desta área verde na cidade e incentivou a interação dos filhos com esses espaços desde pequenos, ensinando-os a cuidar e preservar.

“Eu moro aqui no bairro já tem bastante tempo, antes quando o parque ainda fazia parte do Parque Guimarães Rosa eu fazia caminhada aqui do lado de fora. Essa rua e aqui atrás era até bem escura, hoje com o parque já deu uma movimentada boa. A abertura desse espaço aqui foi sensacional, as crianças estão acostumando a ficar só dentro de casa, não brincam mais... eu gosto de trazer meu filho aqui e cuidar dessas plantas é uma oportunidade para eu ensiná-lo a importância da natureza e desse espaço” (Entrevistado 69, homem, adulto).

Figura 79: (1) Orquídeas cultivadas pelos usuários; (2) espaço para doação de orquídeas



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019

Nesta área concentra-se um contingente de pessoas que param para beber água, descansar e aquelas que entram e saem do parque. Em cada entrada/saída do parque há placas com algumas normas de uso do local e percebeu-se que, assim como indicado no Parque Milton Prates, no Sagarana se proíbe o ciclismo adulto dentro do parque, muito embora alguns adultos desconsideraram tal regra e pedalam sozinhos ou com seus filhos pela pista, conforme a figura 80. Aos finais de semana, assim como durante a semana, é comum presenciar os ciclistas que circulam pelo entorno do parque pararem nesse para tomar água.

Figura 80: Zona intersticial (1) ciclistas entram no parque para beber água; (2) movimento constante de pessoas na zona intersticial e adulto andando de bicicleta no parque.



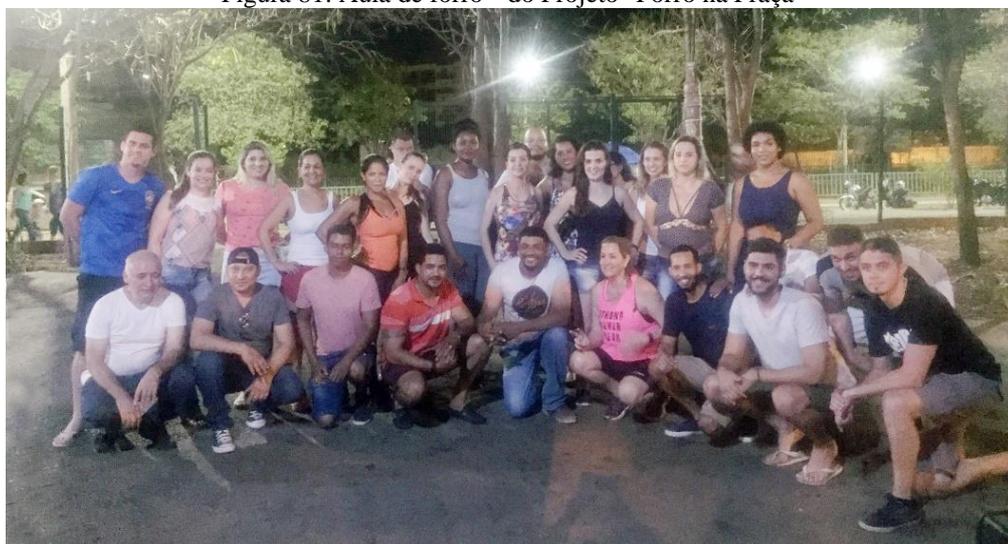
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019

Ainda nesta área próxima ao bebedouro, por não haver outra parte cimentada no parque com espaço suficiente e também pela tomada instalada neste local utilizada para ligar o

aparelho de som<sup>48</sup>, realizou-se uma aula de forró do projeto “Forró na Praça” (fig.82). O entrevistado que promove o lazer gratuito relatou sobre a motivação para escolha do parque:

“Eu tenho esse projeto que eu faço nas praças dos Jatobás e na praça Flamaryon, e essa semana eu decidi fazer no parque porque a maioria do pessoal que participa do projeto não conhece o parque. Cada aluno aqui é de um bairro diferente, aqui temos pessoas dos bairros: JK; Independência; Major Prates, Maracanã; Morada Do Sol, Santo Expedito, Major Prates; Centro... aí eu decidi marcar aqui para quem não conhece, conhecer. Eu gostei quando eu vim aqui e já tem um tempo que eu venho com uns amigos para dançar aqui. Poder ficar na natureza é ótimo. Hoje está sendo muito bacana porque é um lazer gratuito, e o pessoal está participando, vai conhecendo outras pessoas e interagindo ” (Entrevistado 64, homem, adulto).

Figura 81: Aula de forró<sup>49</sup> do Projeto "Forró na Praça"



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Nos finais de semana, o uso predominante do Parque Sagarana se destina para o lazer, sendo possível identificar tal uso pela vestimenta de alguns usuários (fig.76). Por ser um parque do tipo linear, é visto pessoas transitando pelo parque, usufruindo das áreas livres sem realizar a “territorialização” do espaço, uma vez que a configuração territorial e o mobiliário não permitem. Em decorrência disso, também é um parque de pouca permanência.

<sup>48</sup> O entrevistado comentou que não sabia que era proibido ligar o som no parque e devido a aula já estar marcada ele não iria conseguir desmarcar encima da hora com os alunos. Por não haver nenhum responsável no local para solicitar a autorização, o mesmo decidiu manter a aula, mas com um volume mais baixo. “Eu acabei de ver ali que não pode usar som, e eu não sabia. A menina que me mostrou e eu me preocupei... eu tô fazendo aqui porque eu combinei, mas se eu não tivesse combinado e tivesse visto antes eu não faria. Quando eu venho fico ali bem distante e talvez eu não incomodo ninguém, hoje acho que o pessoal gostou, aproximou, perguntou. Até apareceu dois guardinhas aqui e não falaram nada, o som está agradável. ” (Entrevistado 64, homem, adulto)

<sup>49</sup> Os integrantes da aula disponibilizaram-se para contribuir com a pesquisa, consentindo a fotografia.

Figura 82: (1) Uso do mobiliário urbano para lazer contemplativo; (2) crianças brincando nas sinuosidades do mobiliário.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Quando perguntado aos usuários o que ainda falta e o que precisa ser melhorado no Parque Sagarana, surgiram diversas sugestões para melhoria do local, mas em sua maioria o público parecia estar bem satisfeito. No entanto, uma das solicitações mais recorrentes foi quanto ao bebedouro, sendo indicado que esse seria insuficiente para o público e além de conter água quente.

“Aqui tem muito cocô de cachorro, o parque fica sujo demais” (Entrevistado 53, homem, adulto).

“Até que o parque está bem cuidado. Mas se tivesse um jardineiro ficaria melhor” (Entrevistado 57, mulher, idoso).

“Aqui precisa melhorar algumas coisas ainda, porque quando a gente chega para o encontro tem muito toco de árvore, caco de vidro, lixo, copo descartável. Tem as lixeiras próximas, mas o povo não respeita. Falta essa conscientização (Entrevistado 58, homem, jovem).

“Falta uma lagoa, uma água ” (Entrevistado 59, homem, adulto).

“Eu acho que está ótimo” (Entrevistado 61, homem, adulto).

“O bebedouro poderia ser melhor, até um tempo atrás ele estava estragado e a água era quente, hoje eu trouxe minha água. Outra coisa que eu gosto muito daqui é pelo fato de ter essas plaquinhas indicativas, mas de vez em quando eu trago meu aplicativo e dá uma divergência de distância aí eu não saberia dizer se é o aplicativo ou as plaquinhas, mas se tivesse errado poderia ser uma coisa a ser melhorado ” (Entrevistado 66, homem, adulto).

“Acho que dá para melhorar mais quanto a limpeza. Chega na sexta feira tem hora que a pista já tá bem sujinha” (Entrevistado 70, mulher, adulto).

Quanto a limpeza do local, que apareceu na fala de alguns usuários, se realiza uma vez ao dia, entretanto se presenciou, por diversas vezes, o descompromisso da população com o espaço jogando lixo no chão, impossibilitando que o local se mantivesse sempre limpo.

Um ponto em que houve divergência na opinião dos usuários foi a questão do banheiro. Notou-se que o usuário que utiliza o espaço para prática de exercício físico (entrevistado 68) e esportiva (entrevistado 58) aponta a necessidade de sanitários para que se tenha condições de permanecer por maior tempo no espaço, no entanto o usuário que usufrui do espaço para o lazer (entrevistado 62), considera que a *clientela* do Sagarana não irá utilizar tal estrutura se houver, bem como o usuário 71 que julga desnecessário.

“Eu não acho que prejudica não ter sanitários, pelo contrário, se não for uma coisa muito organizada vai virar bagunça. Porque o Sagarana é numa área nobre, mas existe favelas muito perigosas aí perto, a Maurícea. Então essa questão aí tem que eu ser olhada pois esse sanitário aí pode virar bagunça. A não ser que tiver uma guarda específica para olhar isso. Mas geralmente, a *clientela* do Sagarana, não vai usar o sanitário aqui não” (Entrevistado 62, mulher, idoso).

“Aqui falta um banheiro... as vezes a gente está aqui fazendo exercício e da vontade de ir e não tem muito o que fazer tem que ir embora” (Entrevistado 68, mulher, adulta).

“A falta de sanitário não é um problema para mim porque eu venho em períodos curtos, e tem o *shopping* aqui perto também, qualquer coisa” (Entrevistado 71, homem, adulto).

Apesar da maioria dos usuários conceberem que o Parque Sagarana atende ao que se propõe – um parque só para caminhada (Entrevistado 54), uma área verde de lazer (Entrevistado 56) – e não caberia mais coisas para que não se perca o *status* (Entrevistado 57), outros entendem que o espaço poderia haver maior aproveitamento e uso para outras atividades. De acordo com alguns usuários:

“Aqui é um parque mais só para caminhada, então eu acho que a infraestrutura daqui está boa, atende” (Entrevistado 54, mulher, adulto).

“Deveria ter um espaço com os aparelhos para alongar, barras. Porque aqui tem bastante espaço, até por estética e atração do parque poderia colocar. Aqui deveria ter mais placas indicativas, tipo um mapa. Lá em São Paulo tem um mapa dentro dos parques” (Entrevistado 55, mulher, adulto).

“Eu acho que é suficiente, porque se fosse fazer outras coisas perdia a preservação do que é legal para mim. Das árvores, desse espaço aqui quando chove e fica verdinho, se fosse fazer outras atividades teria que usar ” (Entrevistado 56, homem, adulto).

“Eu comentei que seria bom se tivesse aqueles aparelhos de academia. Mas eu acho que tirava um pouco o *status* da coisa. Aqui lembra mais a zona rural do que a zona urbana. Lá na praça que eu fazia tem, mas eu não sei se aqui dar certo. Eu fazia todo dia então eu sinto falta só disso” (Entrevistado 57, mulher, idoso).

“Eu estou sentindo falta de mais verde e de um pequeno lago. Eu acho que todo parque tem que ter uma pequena fonte ou um “laguinho”, porque além de embelezar o local remete mais a natureza e refresca. Então sem dúvida, um pouco mais de verde e um lago” (Entrevistado 60, mulher, adulto).

“Eu acho que eles deviam cimentar aquele meio ali para o pessoal poder praticar dança, outras atividades. Porque aqui é excelente, adorei. Ter um espaço onde fica mais aberto que dá para fazer outras coisas para as pessoas virem para cá usarem mais o parque, interagirem mais com as pessoas. Muita gente tira foto aqui, fazer o parque ser mais visto. Porque ainda falta muita coisa nesse parque e é o que mais o povo usa para lazer ” (Entrevistado 64, homem, adulto).

Entende-se que todas essas demandas elencadas pelos usuários acima contribuiriam para aumentar a diversidade de atividades e apropriação dos espaços, e diminuir o tempo de ociosidade do parque.

O parque apresenta infraestrutura reduzida com poucos assentos e mobiliários, dispondo de duas mesas com bancos, sendo uma em cada setor. Observou-se que o setor 1, por possuir dois acessos e maior movimentação de pessoas, era o local mais escolhido para pausas/descansos e, por sua vez, a sua mesa era mais concorrida do que aquela do setor 2, estando aquela quase sempre ocupada e essa por vezes vazia.

Há também uma estrutura de madeira que é bastante utilizada pelos usuários para sentar/deitar (fig.83). Atentou-se para o fato de que ao lado da estrutura de madeira existe uma tomada, assim como próximo ao bebedouro que também possui outra tomada, diferenciando-o dos demais parques analisados quanto a esse fator.

Figura 83: (1) Estrutura de madeira localizada próxima a entrada da Av. Jose Correa Machado; (2) usuários apropriando da estrutura de madeira para deitar no parque, e tomada instalada em estrutura de concreto.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Conforme Barros (2010), o mobiliário adequado, a existência de equipamentos para realização de atividades desejadas e a vegetação para proporcionar conforto térmico são alguns fatores relevantes para sensação de conforto nos espaços públicos e, em consequência, possibilitam usos mais prolongados. Verificou-se a insuficiência de mobiliários e locais que tenham como finalidade o encontro social, uma vez que os bancos localizados pela pista de caminhada demonstram ser situacionais, isto é, para uma pausa rápida, descanso, etc. O entrevistado 67 que atestou ir com frequência ao parque, diz:

“Gosto de vir passear aqui, é um lugar agradável, aqui você consegue ver o movimento, é de fácil acesso. Mas o que eu acho que poderia melhorar são os bancos, ter bancos em outros locais que não sejam somente nas pistas de caminhada, aqui as pessoas passam e você não tem muita liberdade. Porque passa bicicleta, passa menino correndo e atrapalha eles e nós que estamos sentados. Pode bater, machucar nessas quinas. Deviria ter os bancos mais afastados, no meio do parque” (Entrevistado 67, mulher, adulto).

No que se refere a segurança do parque, a maioria dos entrevistados afirmou se sentir segura, mesmo sem a presença constante de vigilantes no local. De acordo com alguns usuários:

“A segurança é boa. Não tem, mas nunca ocorreu nada... aliás, duas vezes apareceu um grupo de “noiados” e ficaram subindo em cima do tigre e quebraram o canguru, que não está mais lá porque quebraram. Se tivesse um segurança na portaria na entrada principal, seria bom. Resumindo, aqui não tem segurança. Nós sentimos seguros aqui porque estamos sempre em grupo. Mas nunca aconteceu nada suspeito aqui, está sempre movimentado” (Entrevistado 58, homem, jovem).

“Muito relativo. Há pouco tempo eu vi dois caras, igual eu te falei que tem favela aqui perto, brigando aqui dentro de pau. Então eu liguei para a guarda municipal, eles vieram na hora. Então tem dia que tem segurança total, tem dia que não tem ninguém aqui. Tem dia que fica um pouco abandonado, e tem dia que tem dois ou três. Às vezes eu me sinto insegura aqui. Mas eu venho assim mesmo, vai fazer o que ne?” (Entrevistado 62, mulher, idoso).

“Já vi muitas vezes guardinhas entrando aqui, mais no horário da noite. Sinto segura” (Entrevistado 63, mulher, jovem).

“Eu acho que devia ter mais segurança um pouco. Tinha que ser um guarda ou dois 24 horas. Porque o parque é excelente para ter atividade, e tem hora que a gente não sabe quem tá aqui, porque a gente vem para o lazer, mas tem gente que pode ter outra visão. Igual a gente chega e deixa os equipamentos aqui, porque tem confiança. Eu por ser homem não me sinto inseguro” (Entrevistado 64, homem, adulto).

“Eu classifico como ótima a segurança no parque. Eu costumo ver muito, sobretudo a guarda municipal aqui. Nunca tive nenhum infortúnio comigo ou com algum conhecido próximo, então em termos de experiência pessoal, até então foi ótima.... Ultimamente tenho visto menos a guarda municipal por aqui, mas quando inaugurou via sempre” (Entrevistado 66, homem, adulto).

“Eu nunca vi segurança aqui, só na hora que vai fechar. Mas eu também nunca vi nada acontecendo, então para mim está ótimo” (Entrevistado 71, homem, adulto).

Percebe-se que para alguns usuários a sensação de segurança não se vincula à presença ostensiva de segurança física e sim pela não ocorrência de eventos, isto é, a imagem de um local seguro que não se afeta pela periculosidade cotidiana. Por sua vez, outros usuários pautam a necessidade de seguranças durante o funcionamento como medidas inibitórias.

O Parque Sagarana, assim como o Parque das Mangueiras, embora atenda toda a cidade e receba visitantes de todos os bairros, tem como usuários mais frequentes os moradores locais e dos bairros adjacentes.

Os usuários entrevistados do Sagarana possuíam maior nível de renda e escolaridade do que aqueles dos demais parques, sendo constituído predominantemente por ensino superior completo, seguido de pós-graduação e ensino médio completo, com rara aparição de ensino fundamental incompleto. Apesar do público desse parque possuir um maior nível de instrução, apresentando melhor entendimento sobre as questões abordadas, não demonstrou tanto interesse em participar da pesquisa, apresentando o maior número de recusas para participar da entrevista.

Percebeu-se o fato de que muitas respostas foram dadas de forma objetiva e, por vezes, este usuário parecia não ter nenhuma relação com o parque. Com isso, ao analisar o comportamento dos usuários no espaço, notou-se que, com algumas exceções, o Parque Sagarana possui dois usuários típicos: o usuário que utiliza do parque e aquele que apresenta algum vínculo com o lugar, ficando nítida essa relação pessoa-ambiente nas entrevistas.

Observou-se a presença de vínculo com o lugar apenas em duas situações: na coleta do lixo jogado no chão, ato de zelo pelo espaço, e o auxílio no cuidado com as plantas. Ao realizarem tais atividades, esses usuários criam apego com o *lugar* (FELIPPE; KUHNEN, 2012).

A partir das análises dos significados e imaginários socioespaciais construídos pelos usuários do parque, estabelece uma relação entre o *habitus* do perfil predominante dos usuários do parque. Após a palavra natureza, a expressão atividade física foi a mais citada, o que a traz inconscientemente e a torna consciente a atividade diária mais usual deste parque, embora haja também o uso para lazer em menor proporção.

A prevalência de atividades físicas, por sua vez, se justifica em decorrência da infraestrutura do parque, fato esse que se verifica pelo tamanho e condição da pista: dispõe de marcações da distância, nivelamento e sombreamento, conforme destacado por alguns usuários

que citaram a infraestrutura como fator influente na escolha do parque para a prática de atividades físicas.

“Eu prefiro esse parque por causa da contagem, as placas indicativas que tem de 1200m nele todo, e por causa do clima, muita árvore então ele é mais fresco” (Entrevistado 56, homem, adulto).

“Passei a vir muito aqui justamente por causa das placas que marcam a distância da corrida, e o municipal não tem. Então isso é um diferencial em relação ao municipal” (Entrevistado 66, homem, adulto).

As práticas que se destinam ao lazer se intensificam no parque Sagarana aos finais de semana, quando os usuários se apropriam do parque para realizar distintas atividades. No entanto, em consequência da tipologia do parque e do pouco mobiliário existente, ele não apresenta muitas formas para que o usuário tenha uma longa permanência e, por isso, dos parques analisados é aquele que apresentou o menor tempo de permanência no local.

Em observação das práticas e vivências sociais no parque, notou-se a individualização dessa prática, de maneira que o espaço é vivenciado pela perspectiva de Gomes (2018) da sociabilidade pública, em que pessoas autônomas e independentes frequentam um espaço comedido por códigos comportamentais e jogos sociais que incluem diversão, lazer, mas que não necessariamente haja necessidade de um contato com o outro, salvo as exceções que se mostram abertas ao público interessado – o grupo de *soft combat* (atividade programada) e o grupo de dança (atividade esporádica)<sup>50</sup>.

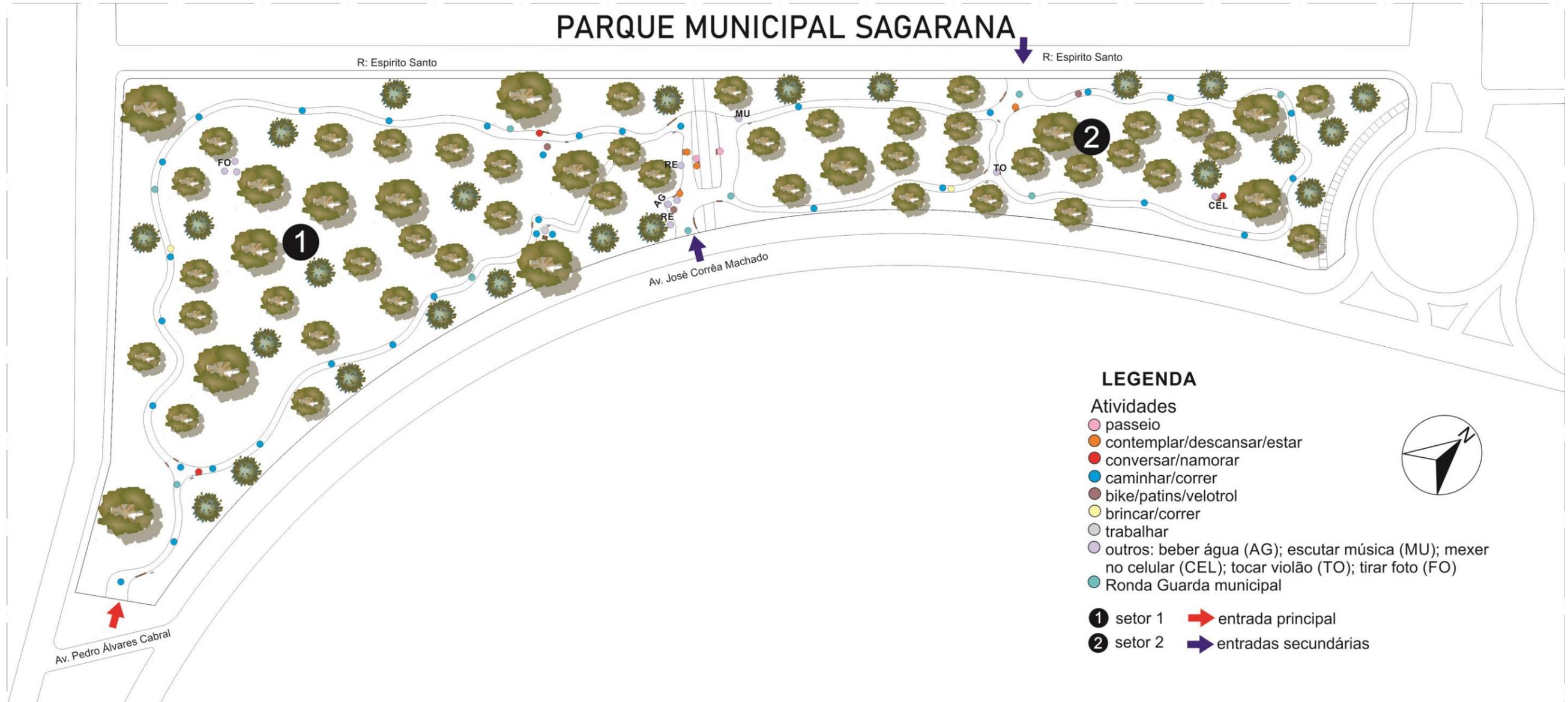
A partir das práticas sociais vivenciadas no Parque Sagarana, realizou-se o mapeamento das apropriações típicas demonstradas nas figuras 84 e 85. E, diante das análises, verificou-se que as atividades físicas permanecem constantes tanto em dias da semana, quanto nos finais de semana (fluxo, horários, usuários).

Contudo, em relação as atividades de lazer, há um acréscimo quanto ao seu tempo médio de permanência no local, ao fluxo de pessoas e a diversidade de atividades praticadas no parque. Sendo assim, observou-se que o tempo ocioso percebido na semana é menor do que aos sábados e domingos.

---

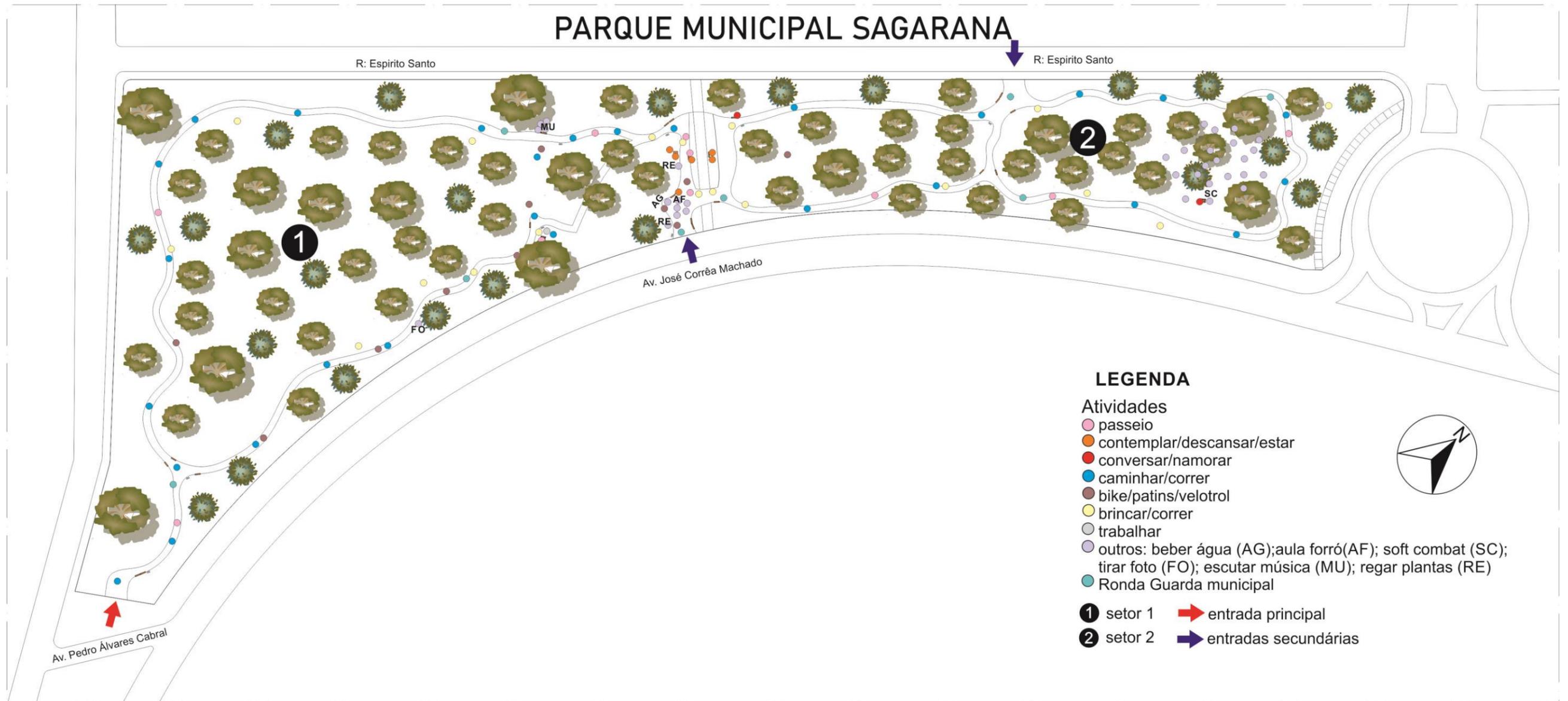
<sup>50</sup> Os grupos mencionados mostraram-se receptivos a novos praticantes, convidando a autora a realizar as atividades junto a eles.

Figura 84: Apropriações típicas em dias da semana no Parque Sagarana



Fonte: Elaboração própria, 2019.

Figura 85: Apropriações típicas em finais de semana no Parque Sagarana



Fonte: Elaboração própria, 2019.

Em suma, os usos encontrados nos três parques são classificados nas seguintes categorias: passagem, lazer, atividades físicas, práticas esportivas, atividades econômicas, atividades casuais e saúde. Entretanto, há uma diferenciação no processo de percepção ambiental e apreensão da dimensão formal e simbólica de cada Parque Urbano, gerado a partir das necessidades, interesses e desejos individuais de cada um dos usuários.

Essa percepção ambiental reverbera na interação e relação pessoa-ambiente (apropriação) e, por sua vez, no seu tempo de permanência e no imaginário socioespacial dos seus usuários, sendo possível visualizar essa relação nos mapeamentos de apropriações típicas de cada parque urbano.

Os usos encontrados no Parque Municipal Milton Prates, Parque das Mangueiras e Sagarana com menor tempo de permanência são os de *passagem*, realizados por cidadãos que estão transitando próximos aos parques urbanos e adentram no local, mas não usufruem dele como espaço ou vivência, apenas como percurso – caminho, sendo o tempo médio de permanência dado em minutos, tempo no qual o usuário demora para atravessar entre uma entrada e outra do parque.

Os usos com uma permanência menos ativa podem ser caracterizados como uso para *Lazer Contemplativo*. Neste tipo de atividade, o usuário visa a realização de um mero passeio em meio a natureza, sem fazer uso das atividades pré-determinadas por equipamentos, desempenhando atividades como contemplação, ócio, descansar, namorar, passear, conversar, escutar música, tirar foto, tocar violão, pescar. De acordo com o quadro 3 (Usos dos Parques Urbanos Montesclarenses), esses usos possuem tempo médio de permanência variado, contudo, conforme apreendido pelas entrevistas, a infraestrutura, diversidades de atividades e o clima contribuem para maior permanência no local.

Por sua vez, as atividades (uso) de *Lazer Ativo* são atividades dinâmicas como brincar, correr, andar de bicicleta, patins, velotrol e similares. No lazer ativo também se classifica o lazer esportivo e as práticas esportivas, as quais foram encontradas nos parques urbanos com permanências médias (aulas de ginástica e forró) e prolongadas (*slackline*, *soft combat*).

Outra atividade com grande realização nos parques são as *atividades físicas*, como a caminhada, corrida, academia ao ar livre e barras fixas, tendo tempo médio de permanência entre uma a duas horas, exceto o entrevistado das barras fixas que atestou fazer dois treinos ao dia no Parque das Mangueiras.

Além dos usos para fins pessoais, os parques também possuem usos para *atividades econômicas*, sendo encontradas atividades como comércio de alimentos e prestação de serviços

(*personal training*), com tempo médio de permanência no local variável para os serviços e para o comércio, definido conforme a natureza da atividade.

No Parque das Mangueiras também foram encontradas atividades desenvolvidas para saúde, como terapias integrativas e acupuntura, com um tempo médio de permanência no local entre duas a três horas.

E por fim, denominamos como *atividades casuais* outros usos que não se enquadram nas classificações acima, mas que também são importantes para os parques urbanos como fotografar, regar plantas, beber água, com um tempo médio de permanência variável.

Cabe salientar a constatação de que os frequentadores mais assíduos são aqueles que moram próximos aos parques, mas que, contudo, passam menor tempo no local. Além disso, observou-se que esses usuários possuem atividades determinadas na sua visita como: caminhar, correr, encontrar amigos, ou seja, com pouca variação em seu uso.

Já os usuários que moram em bairros distantes dos parques, normalmente, os utilizam apenas nos finais de semana, de forma que a restrição do uso nesses dias e sua disponibilidade de tempo possibilitam que eles passem mais tempo nos parques urbanos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O parque urbano na cidade contemporânea tem apresentado um relevante papel nas práticas cotidianas do cidadão, que tem buscado nesse espaço público o uso para atividades físicas e práticas esportivas, contudo sem reduzir a sua importância como local de lazer.

As formas de uso e apropriação encontradas nos parques urbanos são distintas e variam de acordo com a realidade socioeconômica e cultural do local em que se inserem estes espaços públicos. Localizando-se os três objetos de estudos em áreas distintas da cidade, pode-se perceber a influência de tais fatores na construção dos imaginários socioespaciais destes equipamentos urbanos, de forma que a motivação em usufruir o espaço se vincula ao estilo de vida de cada classe social.

Esse estudo teve como intuito analisar os usos e significados dos parques urbanos a partir do imaginário, experiência e percepção ambiental dos seus usuários e através da observação livre refletir sobre a relação pessoa-ambiente.

Para que todas as potencialidades do parque sejam utilizadas pela população, ele deve representar suas necessidades e desejos. Concebidos em realidades espaço-temporais distintas, isto é, em diferentes períodos políticos, cada parque faz parte das motivações, arranjos e interesses institucionais da sua época. A implantação de equipamentos urbanos públicos de qualidade nas cidades promove, sem dúvida, mais acesso aos direitos sociais e culturais. Mas somente a partir da manutenção e gestão da qualidade dos espaços que se pode usufruir das suas possibilidades e, para isso, necessita-se a junção dos poderes, a ação do Estado e dos cidadãos comprometidos com o espaço público.

Partindo da conjuntura que a cidade contemporânea é o *locus* da diferenciação socioespacial, os modos de viver e experienciar os espaços também são diferenciados de acordo com a localização no território, nos espaços públicos se fazem visíveis as ausências e os efeitos excludentes das dinâmicas urbanas.

A administração municipal atual (2017-2020) tem dado prioridade à criação de novas áreas verdes municipais, como a abertura de áreas de preservação: o Parque Sagarana inaugurado em 2018, o Parque Cândido Canelas em 2019, além de estar implantando novos parques urbanos em outras localidades da cidade. Entretanto, as áreas verdes existentes receberam poucas ou nenhuma atenção da gestão, situação verificada no Parque das Mangueiras.

O Parque Milton Prates, por ser mais antigo, foi o primeiro a receber algumas revitalizações, realizadas de maneira pontual como o a construção da Ecopista e a inserção de novos

mobiliários. Entretanto, o que se denomina de “setor 2 e 3” do parque em sua maior parte não recebeu nenhuma atenção e atualmente possui mobiliários em situação de ruínas. Próximo ao *playground* e à lagoa há alguns mobiliários novos, embora a maioria tenha sido colocada no outro lado do parque, no setor 1. Conforme os usuários, em 2018 o *playground* recebeu manutenção nos brinquedos, no entanto alguns já se encontram danificados. Na perspectiva dos usuários desse parque, o espaço lhes proporciona paz, tranquilidade, sendo um local de lazer. Por último, realça-se a falta de conservação do espaço e o descuido com a lagoa.

Por outro lado, o cenário do Parque das Mangueiras é ainda pior. Desde a sua inauguração em 2012 não foram acrescentados mobiliários novos e após a instalação da academia ao ar livre, esta não recebeu manutenções e atualmente se encontra com alguns aparelhos danificados. Além disso, nos banheiros não há água encanada e o parque não possui mais bebedouro. Não obstante apresentar tais fatos, os usuários que utilizam os espaços há mais tempo notam mudanças nos cuidados gerais com o parque, principalmente no que diz respeito a limpeza (poda e jardinagem) e estética do lugar – estes cuidados aumentaram o grau de satisfação do cidadão e, conseqüentemente, a vontade de estar nesse lugar.

Com a melhoria na estética, o parque das Mangueiras que estava abandonado tem seus significados enaltecidos pela população como espaço agradável, natureza, frescor dentre outros. Mas as manutenções estéticas, embora muito importantes, sustentam apenas um pilar das áreas verdes – estético, deixando de lado as demais funções como o lazer e as atividades físicas, indo ao encontro da percepção de desvalorização pelo poder público citada pelos entrevistados.

O Parque Sagarana, por sua vez, é o mais novo dos equipamentos analisados, possui como particularidade a preocupação estética e formal em toda a sua concepção e estrutura. Os visitantes do local têm em sua experiência e significados paz, tranquilidade, natureza, além de correlacionar o espaço com a atividade física e o lazer.

Os usos e apropriações de cada Parque Urbano são influenciados por fatores tais quais a atividade (uso), sendo ela necessária ou opcional, a infraestrutura (mobiliários, iluminação, banheiros) e a sensação de segurança no espaço. Dentre esses fatores, a infraestrutura pode ser preponderante para a realização das atividades opcionais (lazer, atividades físicas e esportivas, dentre outras), influenciando no uso e apropriação do espaço. Quanto a isso, notou-se que há uma diferença quanto aos parques de bairro Mangueiras e o Sagarana, sendo ambos utilizados principalmente pela população de bairro.

No primeiro caso, observou-se que a falta de melhores condições na infraestrutura acrescido ao fato do parque não oferecer mais equipamentos de lazer para as crianças no *playground* reduzem as vivências do espaço, ocasionando baixa aderência da população pelo lugar e desgastando o sentimento de pertencimento.

Por um outro lado, os usuários do Parque Sagarana, provindos de outra realidade econômica e social, usufruem apenas de uma pista de caminhada e poucos mobiliários, sem que haja necessidade de maiores infraestruturas, sendo suficiente para atender as demandas da população local. Esse fato se faz justificado em decorrência dos usuários dispuserem de mais recursos financeiros e assim possuir instrumentos de lazer (bicicletas, patins, skate, *hoverboard*, etc) que substituem os entretenimentos providos pelos *playgrounds* públicos.

Por sua vez, o parque Milton Prates por ser um parque setorial que atende todo o município e ter o maior espaço de lazer da região, tanto as suas dimensões formais (infraestrutura) quanto as dimensões simbólicas são relevantes para o seu uso e apropriação.

Quanto à segurança, percebe-se que a falta de guardas ocorre nos três parques, fato esse ponderado pelos usuários, o que variou foi a sensação de estar seguro ou não no local. Essa sensação, também está correlata a movimentação de pessoas no local, isto é, a segurança nos espaços mediada pela vigilância involuntária, os importantes “olhos da rua”.

Observou-se que as apropriações na semana e nos finais de semana se diferenciam em alguns aspectos, mas que em geral o fator mais preponderante é o tempo disponível que os usuários dispõem para usufruir destes ambientes. Com isso, apresentam maiores diversidade de usos nos finais de semana e maior tempo de permanência no parque.

A análise dos parques urbanos montesclarenses, a partir da percepção dos usuários e seus contextos socioculturais, permitiu compreender as novas dinâmicas e vivências encontradas nestes equipamentos, possibilitando subsídio para formulação de políticas públicas que visem a melhoria desses espaços públicos e maior aderência de seus usuários.

Contudo, entende-se que ainda há alguns desafios a serem vencidos nos espaços públicos da cidade. Pois para que estes desempenhem suas totais potencialidades e sejam espaços de vitalidade, necessita-se que haja maior conscientização e comprometimento por parte dos usuários, e o poder público, enquanto legítimo representante legítimo dos interesses coletivos, deve oferecer espaços que atenda as demandas e expectativas dos seus usuários.

## REFERÊNCIAS:

AGÊNCIA o globo. **Em foco:** Nos jardins do Rio, legado francês. Fotogalerias. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/fotogalerias/nos-jardins-do-rio-legado-frances-12553992> acesso em 01 de mai. 2019

ALENCAR, G. IEF assume área do jardim zoológico de Montes Claros. **Jornal Gazeta Norte Mineira**. 12 de julho de 2019. Disponível em <https://gazetanortemineira.com.br/noticias/cidade/ief-assume-area-do-jardim-zoologico-de-montes-claros>, acesso em dez. 2019

AMORIM FILHO, O. B. A Evolução dos Estudos sobre Cidades Médias em Minas Gerais. *In:* SATHLER, Douglas; AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; VARAJÃO, Guilherme Fortes D.C. **Cidades médias:** bases teóricas e estudos aplicados à Diamantina. 1. ed. Belo Horizonte (MG): Fino Traço, 2015. 234 p.

AMORIM FILHO, O. B.; RIGOTTI, J. I. R.; CAMPOS, J. Os níveis hierárquicos das cidades médias de Minas Gerais. **Revista RA'EGA**, v.13, p.7-18, 2007.

AMORIM FILHO, O.; SERRA, R. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. *In:* ANDRADE, Thompson A.; SERRA, Rodrigo V. (Orgs). **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

AMORIM FILHO, O. B. Topofilia, Topofobia e Topocídio em Minas Gerais. *In:* DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia de. **Percepção Ambiental:** A Experiência Brasileira. 2. ed.. São Carlos: UFSCar/Studio Nobel, 1999, p. 136-152.

ARENDT, H. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2008

ASCOM, Assessoria de comunicação de Montes Claros. **Meio Ambiente:** Parque Guimarães Rosa é mais uma atração na área urbana de M. Claros. 2015. Disponível em: <https://portal.montesclaros.mg.gov.br>, acesso em jun. 2019

\_\_\_\_\_. Ecopista é inaugurada no Parque Municipal. **Prefeitura Municipal de Montes Claros**, Julho de 2017. Disponível em: [http://www.montesclaros.mg.gov.br/agencia\\_noticias/2017/jul-17/not\\_18\\_07\\_17\\_0568.php](http://www.montesclaros.mg.gov.br/agencia_noticias/2017/jul-17/not_18_07_17_0568.php), acesso em: julho 2019.

\_\_\_\_\_. Parques são opções de lazer em Montes Claros. **Prefeitura Municipal de Montes Claros**, janeiro de 2014. Disponível em <http://www.montesclaros.mg.gov.br/>, acesso em julho de 2019.

\_\_\_\_\_. Festa do Trabalhador leva multidão para o Parque Municipal Milton Prates. **Prefeitura Municipal de Montes Claros**, maio de 2019a. Disponível em <http://www.montesclaros.mg.gov.br>, acesso em julho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Parque das Mangueiras:** Prefeitura entregará a nova área verde no início de julho. Prefeitura Municipal de Montes Claros, julho de 2012. Disponível em: <http://www.montesclaros.mg.gov.br/>, acesso em jul. 2019

\_\_\_\_\_. Lagoa do Parque Municipal Milton Prates é esvaziada para limpeza e remoção de tabuas. **Prefeitura Municipal de Montes Claros**. 02 de outubro 2019b. Disponível em: <https://portal.montesclaros.mg.gov.br/noticia/meio-ambiente/lagoa-do-parque-municipal-milton-prates-e-esvaziada-para-limpeza-e-remocao-de-tabuas>, acesso em janeiro 2020.

BARCELLOS, V. Q. Os parques: Velhas idéias e novas experiências. São Paulo, **Revista Paisagem, Ambiente, Ensaios**. n. 13 p. 49 71 dez. 2000

BARROS, L. X. **Espaço público, entorno e usuário**. A qualidade da relação observada no Parque da Luz, em Florianópolis. 2010. 252f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2010.

BELÉM, R. A.; VIDAL, V. C. Caminhadas no parque: Um projeto de educação ambiental para o Parque Municipal da Sapucaia - Montes Claros/MG. **Revista Verde Grande – Geografia e Interdisciplinaridade**: Universidade Estadual de Montes Claros. Volume 01, nº. 01, 2019

BERNARDI, J. L. **Funções sociais da cidade**: Conceitos e instrumentos. 140f. Dissertação do Programa de Mestrado em Gestão urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2006

BERNARDY, R. J. **O Planejamento Urbano de pequenos municípios com base no Plano Diretor**. Chapecó (SC): Editora Unijuí, 2013.

BETTENCOURT, L. C. F. A. A cidade e a sua morfologia urbana. IN: Revista **MALHA URBANA**, Edições Universitárias Lusófonas, nº 10 – 2010. Disponível em <<http://recil.grupolu-sofona.pt/bitstream/handle/10437/2274/1336.pdf?sequence=2>> Acesso em, 27 mar. 2019

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

\_\_\_\_\_. **Sociologia**. (Organizado por Renato Ortiz). São Paulo: Ática. 2003

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p

BRASIL. LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Portal da Câmara dos Deputados**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm)> Acesso em jun. 2019

\_\_\_\_\_. LEI Nº 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. **Portal da Câmara dos Deputados**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6766.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6766.htm), acesso em dez. 2019

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA nº 1**, de 23 de janeiro de 1986 (Atualizada). Disponível em: <<http://www2.mma.gov.br>> Acesso em; jun. 2019

BORTOLO, C. A. de. **A dinâmica dos espaços públicos de lazer em cidades da aglomeração urbana de Londrina – PR**. 2015. 232f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá-PR. 2015.

BORTOLO, C. A. de.; ROCHA, M. V. X. D. Discutindo espaços públicos de cidades do norte mineiro: diferenciais teóricos e suas produções para uma compreensão geográfica. **Geofrontier**, Campo Grande, n. 3, v. 3, p. 17-26.

BORTOLO, C. A. de; RODRIGUES, H. L. A.; BORGES, M. G. Identificação de áreas verdes urbanas a partir de imagens de satélite Worldview-II: o caso das praças na cidade de Montes Claros – MG. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 32, e31026, 2018.

BOVO, M. C. **Áreas verdes urbanas, imagem e uso: um estudo geográfico sobre a cidade de Maringá – PR**. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente – UNESP, Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico, Presidente Prudente, 2009.

BOVO, M. C.; CONRADO, D. O parque urbano no contexto da organização do espaço da cidade de Campo Mourão (PR), Brasil. **Caderno Prudentino de Geografia**, n.34, v.1, p.50-71. Presidente Prudente, 2012.

CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de Muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo, Editora 34 Ltda e Edusp, 2ª edição 2003, 340p.

CALLIARI, M. S. P. **Espaços públicos de São Paulo: o resgate da urbanidade**. 2014. 152 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014.

CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

\_\_\_\_\_. **O espaço urbano: Novos Escritos Sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007a, 123p.

\_\_\_\_\_. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur Edições, 2007b, 85p.

\_\_\_\_\_. **Espaço-Tempo na Metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2ª ed. revisada, 2017.

\_\_\_\_\_. A privação do urbano e o “Direito à cidade” em Henri Lefebvre. *IN*: CARLOS, Ana Fani Alessandri Carlos; ALVES, Gloria; PÁDUA, Rafael Faleiros. **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Ed. Contexto, 2017, p. 33-62.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 4ª Ed.

COTRIM, G. S.; FIAES, C. S.; MARQUES, R. de L.; BICHARA, I. D. Espaços urbanos para (e das) brincadeiras: um estudo exploratório na cidade de Salvador (BA). **Psicologia: Teoria e Prática**. 2009, 11(1) p.50-61

CASTRO, I. E. Espaços públicos: entre a publicidade e a política. In: **Alceu Revista de Comunicação Cultura e Política**. Rio de Janeiro: PUC, v. 4, n. 8, p. 141-154, 2004.

CASTRO, I. E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. **Olhares Geográficos: Modos de Ver e Ver o Espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

\_\_\_\_\_. Espaço, um conceito-chave da geografia. IN: CASTRO, Iná E. C; GOMES, Paulo Cesar da C; CORREA, Roberto L. **Geografia: Conceitos e temas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

\_\_\_\_\_. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. *In: CARLOS, Ana Fani Alessandri et. al. A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*, São Paulo: Contexto, 2011, p. 41-52.

COSTA, G. M. **A contribuição da teoria do espaço de Lefebvre para a análise urbana**. Sessão Livre - Entre a Ordem Próxima e a Ordem Distante X Encontro Anual da ANPUR. Belo Horizonte – 2003.

COUTINHO, M. da P. de L. A técnica de associação livre de palavras sobre o prisma do software tri-deux-mots (version 5.2). **Revista Campo do Saber**. Vol. 3 N.1 jan./jun. 2017

CRESWELL, J. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Trad. Magna França Lopes. 3ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DAMIANI, A. L. Introdução a elementos da obra de Henri Lefebvre e a Geografia. **Revista do Departamento de Geografia – USP**, São Paulo, Vol. Especial 30 Anos, p. 254-283, 2012.

\_\_\_\_\_. As Contradições do Espaço: Da Lógica (Formal) à (Lógica) Dialética, a Propósito do Espaço. *In: CARLOS, A. F. A.; DAMIANI, A. L.; SEABRA, O. C. L. (Org.). O Espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 2001a, p. 48-61.

DARODA, R. F. **As novas tecnologias e o espaço público da cidade contemporânea**. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Porto Alegre, 2012.

DIAS, M. S.; ESTEVES JÚNIOR, M. O espaço público e o lúdico como estratégias de planejamento urbano humano em: Copenhague, Barcelona, Medellín e Curitiba. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 19, n. 39, pp. 635-663, 2017.

DEL RIO, V. Cidade da Mente, Cidade Real: Percepção Ambiental e Revitalização na Área Portuária do Rio de Janeiro. *In: DEL RIO, V. & OLIVEIRA, L. (orgs.). Percepção ambiental: a experiência brasileira*. São Paulo: Studio Nobel; São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos, 1996. p. 3-22

\_\_\_\_\_. Construindo o nosso lugar: interseções entre o mundo interior e o ambiente. **Cadernos do PROARQ**. Rio de Janeiro. Vol. 07 nº 07 p. 1 – 76 nov. 2003

ELALI, G. A.; PINHEIRO, J. Q. Analisando a experiência do habitar: algumas estratégias metodológicas. *In: VILLA, S. B.; ORNSTEIN, S. W. (orgs.) Qualidade Ambiental na Habitação: avaliação pós-ocupação*. São Paulo: Oficina de textos, 2013.

FELIPPE, M. L.; KUHNEN, A. O apego ao lugar no contexto dos estudos pessoa-ambiente: práticas de pesquisa. **Revista Estudos de Psicologia**. 29(4) 609-617, Campinas. Out. Dez. 2012.

FERNANDES, A. C. T. D. **Metodologias de Avaliação da Qualidade dos Espaços Públicos**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura Paisagística) – Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2012.

FERREIRA, A. A produção do espaço: entre dominação e apropriação. Um olhar sobre os movimentos sociais. **REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES**. Universidad de Barcelona. Vol. XI, núm. 245 (15), 1 de agosto de 2007

FONTES, A. S. Urbanismo tático para requalificação gradual do espaço público metropolitano: O caso do Park(ing) Day no Rio de Janeiro. **Arquiteturarevista**, vol. 14, n. 1, p. 91-104

FRANÇA, I. S. de. **A cidade média e suas centralidades: o exemplo de Montes Claros no Norte de Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geografia. UFU. Uberlândia. 2007.

\_\_\_\_\_. Cidade e região: deslocamentos para estudo e trabalho direcionados à cidade média de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. *In*: OLIVEIRA, Hélio Carlos Miranda de; CALIXTO, Maria José Martinelli Silva; SOARES, Beatriz Ribeiro (Org.). **Cidades Médias e Região**. 1 ed. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2017, v. 1, p. 1-352.

FRANÇA, I. S. de; ALMEIDA, Maria Ivete Soares de; OLIVEIRA, Ricardo dos Santos. DINÂMICA IMOBILIÁRIA EM CIDADES MÉDIAS: a expansão dos empreendimentos horizontais em Montes Claros/MG. **Revista Geo UERJ**. Rio de Janeiro - Ano 16, nº. 25, v. 1, 1º semestre de 2014, pp.19-38.

GALERA, I. **Os parques do século XIX em meio à cidade contemporânea: Um estudo comparativo entre o Passeio Público de Curitiba e o Parque Municipal de Belo Horizonte**. 2014, 222f. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) - Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG.

GALVÃO, L. G. M. **Produção do espaço urbano na Serra do Mel por condomínios fechados em Montes Claros/MG**. 2018. 153f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal de Minas Gerais - Instituto de Ciências Agrárias, Minas Gerais.

GEHL, J. **Cidades Para Pessoas**. Tradução: Anita Di Marco. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GOMES, F. S. **Discursos contemporâneos sobre Montes Claros: (re) estruturação urbana e novas articulações urbano-regionais**. 2007, 182f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG.

GOMES, P. S. **Ocupação do solo e microclimas urbanos: O caso de Montes Claros – MG**. 2008, 172f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis /SC.

GOMES, P. C. da C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

\_\_\_\_\_. Considerações acerca dos espaços públicos e suas variações no tempo e no espaço. P 351-378. In: **Geografia urbana: desafios teóricos contemporâneos.** (Orgs.) SERPA, Ângelo; CARLOS, Ana Fani Alessandri. Salvador, EDUFBA, 2018.

GOMES, M. A. S. **Os parques e a produção do espaço urbano.** Jundiaí, Paco Editorial, 2013.

GORAYEB, J. Interditado há 10 meses, zoológico de Montes Claros tem centenas de animas à espera de transferência. **Grande Minas G1.** 02 de outubro de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/grande-minas/noticia/2018/10/02/interditado-ha-10-meses-zoolo-gico-de-montes-claros-tem-centenas-de-animais-a-espera-de-transferencia.ghhtml>, acesso em dez, 2019.

GUIMARÃES, I. V. Campo de Santana: de charco a palco privilegiado de manifestações populares e oficiais. **Revista Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, n.5 p.243-254, 2011.

LAVALLE, A. G. As dimensões constitutivas do espaço público: uma abordagem pré-teórica para lidar com a teoria. **Espaço & Debates,** São Paulo, v. 25, n. 46, p. 33 – 44, 2005.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

\_\_\_\_\_. The Crisis of Planetary Urbanization. 2014. MoMA. Disponível: <[https://post.at.moma.org/content\\_items/520-the-crisis-of-planetary-urbanization](https://post.at.moma.org/content_items/520-the-crisis-of-planetary-urbanization)> acesso: dez. 2019

HENRIQUE, W. **O direito à natureza na cidade.** Salvador: EDUFBA, 2009. 186 p. ISBN 978-85- 232-0911-7. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades.** São Paulo: Martins Fontes, 1ª edição 3ª tiragem, 2003.

JÚNIOR SILVA, O. F. da. Por uma Geografia do Imaginário: percorrendo o labiríntico mundo do imaginário em uma perspectiva geográfica cultural. **Revista Eletrônica do Centro de Estudos do Imaginário – UNIR.** Ano I nº. 3 – Out.- Dez.2001. Disponível em: <http://www.cei.unir.br/artigo31.html>. Acesso em: Nov. 2019

KLIASS, R. G. **Parques urbanos de São Paulo.** São Paulo: PINI, 1993. 212p.

KLIASS, R. G.; MAGNOLI, M. M. Áreas verdes de recreação. **Revista Paisagem Ambiente: ensaios** - n. 21 - São Paulo - p. 245-256 – 2006

KUHNEN, A.; HIGUCHI, M. I. G. Percepção ambiental, In: CAVALCANTE, S.;

ELALI, G. A. **Temas básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2011. Pp. 250-266.

LAMAS, J. M. R. G.. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. 590 p.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão, 2006

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade**. São Paulo, Centauro, 3ª reimpressão. Tradução: Rubens Eduardo Frias. 2011.

\_\_\_\_\_. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Trad. Alcides João de Barros (do original: *La vie quotidienne dans le monde moderne*, Éditions Gallimard, 1968) São Paulo: Ed. Ática S.A, 1991.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Política**. Tradução Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, 192p.

\_\_\_\_\_. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEITÃO, L. **As praças que a gente tem, as praças que a gente quer**: manual de procedimento para intervenção em praças. Recife, Secretaria de planejamento urbano do Recife, 2002. 118p.

LEITE, M. E.; PEREIRA, A. M. **Metamorfose do espaço intra-urbano de Montes Claros-MG**. Montes Claros, MG: Unimontes, 2008. 208 p.

LEITE, R. P. **Contra-usos da cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: UNICAMP; Aracajú: UFS, 2ª ed., 2007, 375p.

\_\_\_\_\_. Espaço Públicos na Pós-Modernidade, *IV*: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (Orgs.). **Plural de Cidade**: Novos Léxicos Urbanos. Coimbra, Almedina, pp. 187-204.

\_\_\_\_\_. Modos insubmissos de viver: Barcelona aos passos de Michel de Certeau. **Rev. antropol.** (São Paulo, Online) | v. 61 n. 2: 55-77 | USP, 2018.

LIBÓRIO, D. C.; SAULE JÚNIOR, N. Princípios e instrumentos de política urbana. In: **Enciclopédia Jurídica da PUCSP, tomo II (recurso eletrônico)**: direito administrativo e constitucional / coord. Vidal Serrano Nunes Jr. [et al.] – São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em < <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/ver-bete/76/edicao-1/principios-e-instrumentos-de-politica-urbana>>, acesso em 25 de abr. 2019

LIMA, S. B. S. de. A influência norte-americana nos sistemas de áreas verdes do urbanista Francisco Prestes Maia. **Revista Paisagens em Debate**, FAU.USP- n. 05. São Paulo, 2007.

LOBODA, C. R.; DE ANGELIS, B. L. D. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. *Ambiência - Revista do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais* V. 1 No 1 Jan/Jun. 2005, Guarapuava, PR.

MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. **Parques urbanos no Brasil**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2010.

MALUF, C. Espaço, tempo e lugar. **Revista da Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, São Paulo, n.23, p. 70-83, 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43554/47176>> acesso em 25 de jan. 2019

MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer: uma introdução**. Campinas, SP: Autores Associados. 1996.

MARTINS, F. P. de B. Da esfera pública burguesa à nova ordem social: o papel dos media. **Biblioteca Online de ciências da comunicação**. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/martins-fabio-esfera-publica-burguesa.pdf>>, 2008, acesso em 05 Set. 2018

MASCARÓ, L.; MASCARÓ, J. L. **Vegetação Urbana**. Ed. Masquatro, 4ª ed, 2015.

MENDES. L. A “crise” do marxismo e as geografias pós-modernas no estudo da gentrificação. **e-cadernos CES [Online]**, vol.02, 2008. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/eces/1373#article-1373>> acesso em 20 de Mar.de 2019.

MINAS GERAIS. Superintendência de Desenvolvimento do Norte de Minas. Diretoria de Incentivos Fiscais. **Aspectos da industrialização do Município de Montes Claros com incentivos da Sudene**. Minas Gerais, 1983. 31p. Disponível em: <http://www.repositorio.rio.fjp.mg.gov.br/bitstream/123456789/2718/1/FJP07-000332.pdf>, acesso em jun. 2019

MOREIRA JÚNIOR, O. Cidade partida: segregação induzida e auto-segregação urbana. **Revista Caminhos de Geografia**, Uberlândia v. 13, n. 33, mar/2010 p. 1 – 10.

MORO, A. **Una Metodología Sistemática para el Análisis de los Espacios Públicos**. El caso de la ciudad de La Plata. *Revista Questión*, vol.1, nº30, Buenos Aires, 2011. Disponível em: <http://perio.unlp.edu.ar/ojs/index.php/question/article/view/1072/1051>, acesso em maio 2019.

MONTES CLAROS, Câmara Municipal. Lei nº 4.573, de 19 de dezembro de 2012. Altera a Lei Nº 4.198 de 23 de dezembro de 2009, a Lei nº 4.243, de 12 de julho de 2010 e delimita o perímetro urbano do município de Montes Claros e dá outras providências. Disponível em: <http://www.montesclaros.mg.gov.br/planodiretor/planodiretor2015.htm>, acesso em jun. 2019

\_\_\_\_\_. Câmara Municipal. Lei nº 4.494, de 02 de abril de 2012. Denomina parque público. Disponível em: [http://www.montesclaros.mg.gov.br/publica\\_legais/leis\\_pdf/](http://www.montesclaros.mg.gov.br/publica_legais/leis_pdf/), acesso em jul. de 2019.

\_\_\_\_\_. Câmara Municipal. Lei nº 4.198 de dezembro de 2009 que dispõe sobre o uso e ocupação do solo e zoneamento no município de Montes Claros.

\_\_\_\_\_. Prefeitura municipal. Documentação da atualização do Plano Diretor de Montes Claros – 2015. Montes Claros, 2015. Disponível em: < <http://montesclaros.mg.gov.br/planodiretor/planodiretor2015.htm>> acesso em maio de 2019

\_\_\_\_\_, Prefeitura Municipal. Sagarana - Prefeitura entrega espaço verde de 35 mil metros quadrados para a população. Montes Claros, 07 de julho de 2018a. Disponível em: <https://portal.montesclaros.mg.gov.br/noticia/meio-ambiente/sagarana-prefeitura-entrega-espaco-verde-de-35-mil-metros-quadrados-para-a-populacao>. Acesso em mai. de 2019

\_\_\_\_\_, Prefeitura Municipal. Turismo. Disponível em: <http://www.montesclaros.mg.gov.br/cidade/aspectosgerais/turismo.htm>, acesso em jun. de 2019

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. Prefeitura credencia ambulantes para vender brinquedos, bebidas e alimentos nos parques de Montes Claros. Montes Claros, 25 de novembro 2019. <https://portal.montesclaros.mg.gov.br/noticia/meio-ambiente/prefeitura-credencia-ambulantes-para-vender-brinquedos-bebidas-e-alimentos-nos-parques-de-montes-claros>. Acesso em dez. 2019

\_\_\_\_\_. Prefeitura municipal. Estrutura do Zoológico Municipal será usada para tratar animais resgatados do cativeiro. Montes Claros, 04 de abril de 2018b. Disponível em: <<https://portal.montesclaros.mg.gov.br/noticia/estrutura-do-zoologico-municipal-sera-usada-para-tratar-animais-resgatados-do-cativeiro>> acesso em agosto de 2019.

\_\_\_\_\_. Prefeitura municipal. Prefeitura inaugura Academia de Saúde do Parque das Mangueiras. Montes Claros, 02 de julho de 2018c. Disponível em: < <https://portal.montesclaros.mg.gov.br/noticia/saude/prefeitura-inaugura-academia-de-saude-do-parque-das-mangueiras>> acesso em jan. 2020

NARCISO, C. A. F. Espaço público: ação política e práticas de apropriação. Conceito e procedências. **REVISTA ESTUDOS E PESQUISAS EM PSICOLOGIA**, UERJ. RJ, ano 9, N. 2 p. 265-291, 2009.

NARCISO, M. Parque Municipal faz meio século. **Jornal O Norte**, Montes Claros, 02 de abril de 2019. Disponível em: <<https://onorte.net/opini%C3%A3o/artigos/parque-municipal-faz-meio-s%C3%A9culo-1.704647>> acesso em julho de 2019.

NIEMEYER, C. A. da C. Percepção ambiental como estratégia de investigação em arquitetura: Um estudo de caso. **Revista Projetar Projeto e Percepção do Ambiente**. Natal. V.3, N.1. Abr. 2018

NUCCI, J. C. Qualidade Ambiental e Adensamento Urbano: Um Estudo de Ecologia e Planejamento da Paisagem Aplicado ao Distrito de Santa Cecília (MSP). **Humanistas/FFLCH-USP**. Curitiba, 2008. v. 1, 2ª edição. Disponível em: <[http://www.labs.ufpr.br/site/arquivos/qldade\\_amb\\_aden\\_urbano.pdf](http://www.labs.ufpr.br/site/arquivos/qldade_amb_aden_urbano.pdf)>. Acesso em: nov. de 2019

NUNES, S. Abandonado, parque João Botelho virou lixão e local de prostituição. **Jornal O Norte de Minas**, 25 de maio de 2010. Disponível em: <https://onorte.net/>, acesso em julho de 2019.

OLIVEIRA, E. M. de; CORRÊA, M. S.; BONZI, R. S. Aplicação do desenho ambiental para a bacia do córrego das Corujas: potencialidades e limitações na implantação de um Parque linear. In: **REVISTA LABVERDE - Laboratório Verde** – v.1, n.4 (2012), p.30-62. São Paulo: FAUUSP, 2012

OKAMOTO, J. **Percepção ambiental e comportamento**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2002.

PAIVA, H. N.; GONÇALVES, W. **Florestas urbanas: Planejamento para melhoria da qualidade de vida**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2002.

PAULA, D. de. **Usos e desusos de parques urbanos contemporâneos: estudo de caso parque da cidade – Serra/ ES**. 2017. 279 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

PEDROSA, B. V. A Geografia Crítica Brasileira e o debate sobre ontologia do espaço: uma aproximação. **Revista Geografares**, Vitória. n. 11, p.139-168, 2012.

PEREIRA, A. M. **Cidade média e região: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais**. 347f. 2007. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

PEREIRA, A. M.; FRANÇA, I. S. de; LEITE, M. E.; COSTA, V. A. M.; SILVA, Isabella Cristina Cordeiro da. Considerações acerca da territorialização dos serviços na cidade de Montes Claros/MG. **Revista Cerrados** – Montes Claros/MG, v.13, n. 1, p.140-155, dez/2015

PIZARRO, E. P.; LINO, S. S. Parque Linear do Sapé: o descompasso entre consciência e ação. In: **REVISTA LABVERDE - Laboratório Verde** – v.1, n.4 (2012), p.86-106. São Paulo: FAUUSP, 2012

REBELLO. I. F. **Medalha de Mérito em Gestão Antônio Lafetá Rebello**. Crônicas do portal Montes Claros, publicado 29 de dezembro de 2015. Disponível em <https://montesclaros.com/mural/cronistas.asp?cronista=Ivana%20Rebello>, acesso

RECHIA, S. Atividades físicas e esportivas e as cidades. **Relatório Nacional De Desenvolvimento Humano do Brasil – PNUD**, 2017. Disponível em: <http://movimentoevida.org/wp-content/uploads/2017/09/Atividades-F%C3%ADsicas-e-Esportivas-e-Cidades.pdf>, acesso em jan. 2020

RIBEIRO, L. Descaso com parques se repete no Norte de Minas. Parques municipais Milton Prates e Sapucaia, em Montes Claros, sofrem com abandono e viram pontos de uso de drogas. **Revista Em.com.br** – Minas Gerais. Maio de 2017. Disponível em, [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/03/06/interna\\_gerais,851871/descaso-com-parques-se-repete-no-norte-de-minas.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/03/06/interna_gerais,851871/descaso-com-parques-se-repete-no-norte-de-minas.shtml), acesso Jun. 2019

RIOS, O. S.; COSTA, J. M. A.; MENDES, V. L. P. S. A fotografia como técnica e objeto de estudo na pesquisa qualitativa. **Discursos fotográficos**, Londrina, v.12, n.20, p.98-120, jan./jul. 2016

RHEINGANTZ, P. AZEVEDO, G. A.; BRASILEIRO, A.; ALCANTARA, D; de; QUEIROZ, M. **Observando a qualidade do lugar**: procedimentos para avaliação pós- ocupação. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pós-Graduação em Arquitetura, 2009.

ROCHA, I. dos S.. **Produção e valorização do espaço urbano de Vitória da Conquista**: uma análise das estratégias e transformações no bairro Boa Vista. 2011, 152f. Dissertação de mestrado em Geografia – Universidade Federal da Bahia – Instituto de Geociências. Salvador-BA

RODRIGUES, A. M. **Produção e Consumo do e no espaço**: problemática ambiental urbana. São Paulo: Ed. Hucitec, 1998

ROLNIK. R. **O que é cidade**. 6 reimpressão. São Paulo Ed. Brasiliense, 2009.

SANTANA, T. C. **Uma reflexão sobre a vitalidade urbana das praças de Natal/RN**. 2015. 305 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de PósGraduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica São Paulo: Edusp, 6 Ed. 2004.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Método**. 4 ed. São Paulo. Nobel, 1997.

\_\_\_\_\_. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp, 7 ed., 2007.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo. Edusp, 4ª Ed. 9ª reimpressão, 2017.

SAKATA, F. **Parques urbanos no Brasil – 2000 a 2017** . 2018a. 348 f. Tese (Doutorado - Arquitetura e Urbanismo) -- Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2018.

\_\_\_\_\_. Panzini e os parques urbanos. **Vitruvius**, 193.06 livro ano 17, jan. 2018b. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/17.193/6850>, acesso em jul. 2019

SAQUET, M. A.; SILVA, S. S. da. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **Revista Geo UERJ** - Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008. P. 24-42

SAVI, A. E. **A realidade e a percepção ambiental**. Site: Arquitetura História e Patrimônio. Disponível em: <<https://arquiteturahistoriaepatrimonio.wordpress.com/2016/10/22/a-realidade-e-a-percepcao-ambiental/>> acesso Nov. 2018

SCALISE, W. Parques urbanos – Evolução, Projeto, Funções e Usos. **Revista Assentamentos Humanos**. Marília, v. 4, n. 1, p.17-24, 2002. Disponível em: < [http://www.unimar.br/feat/assent\\_humano4/parques.htm](http://www.unimar.br/feat/assent_humano4/parques.htm)>. Acesso em: 15 jun. 2019.

SCHIMID, C. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. Trad.: Marta Inez Medeiros Marques e Marcelo Barreto (do original: SCHMID, Christian. *Stadt, Raum und Gesellschaft: Henri Lefebvre und die theorie der produktion Des raumes*. Stuttgart: Steiner, 2005). **Revista GEOUSP – espaço e tempo**, São Paulo, N°32, pp. 89- 109, 2012.

SEGAWA, H. **Ao amor do público**: jardins no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

SENNET, R. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. Tradução de Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **Construir e Habitar**: Ética para uma cidade aberta. 1ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SERPA, Â. S. P. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

\_\_\_\_\_. Patrimônios e periferias frente ao turismo. **Geosaberes** – V. 1, n. 1, p. 16-26. Maio/2010

\_\_\_\_\_. Microterritórios e segregação no espaço público da cidade contemporânea. **Cidades** Vol. 10 N. 17, agosto/2013.

SILVA, F. C. da. **Espaço Público em Habermas**. Cambridge. Disponível em: < [http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/22584/1/ICS\\_FCSilva\\_Espaco\\_LAN.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/22584/1/ICS_FCSilva_Espaco_LAN.pdf)> , acesso: 30 Set. 2018

SILVA, G. O. do V. Capital cultural, classe e gênero em Bourdieu. **INFORMARE** – Cadernos Prog. Pós-Grado Ciencias da Inf., v.1, n.2, p.24-36, ul./dez. 1995

SILVA, R. N. da; GOMES, M. A. **Parques urbanos em Alagoas**: Caracterização e análise no âmbito da produção do espaço. *Revista Percursos - NEMO Maringá*, v. 2, n. 1, p. 107-133, 2010

SILVA, L. S. ; AGOSTINHO, L. O. V. de . A fundamentalidade do direito ao espaço público e sua limitação em nome da segurança. In: **XXI Encontro Nacional do CONPEDI/UFU**, 2012, Uberlândia. Anais do XXI Encontro Nacional do CONPEDI. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012.

SILVA, V. A. C. da. **O papel do público e do privado na distribuição de amenidades ambientais**. Um estudo de caso sobre a arborização pública em campos dos Goytacazes. 2001, 146f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense. Campo de Goytacazes/RJ.

SILVEIRA, J. **Toninho Rebelo**. Crônicas do portal Montes Claros, publicado 7 de maio de 2015. Disponível em: <https://montesclaros.com/mural/cronistas.asp?cronista=Jorge%20Silveira>, acesso em jun., de 2019

SOBARZO MIÑO, O. A. **Os espaços da sociabilidade segmentada:** a produção do espaço público em Presidente Prudente. Tese (Doutorado em Geografia) – UNESP – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente-SP, 2004.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas:** a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Trad. Vera Ribeiro Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SOUZA, F. S. **O espaço público contemporâneo:** A complexidade vista a partir de parques urbanos de Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 2008, 123f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

SOUZA, M. L. **Mudar a Cidade** – Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 6ª edição 2010.

SOUZA, O. C.; FARACO, M. L. Interpretando o ambiente. Rio de Janeiro, 2008, p.173-181. IN: Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro. (Orgs). **Jardim Botânico do Rio de Janeiro: 1808-2008.** Rio de Janeiro, 2008. 250 p.

SOUZA JÚNIOR, B. Z. de. **A expansão espacial e a mobilidade urbana em cidades médias:** O caso de Montes Claros/MG. 2016 146f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Montes Claros, Minas Gerais.

SPINELLI, J.; SOARES, P. R. R. Reestruturação econômica e reprodução do espaço urbano, reflexos sobre o mercado imobiliário de cidades médias. **Revista GeoUERJ**, Rio de Janeiro, ano 15, nº. 24, v. 2, 2º semestre de 2013

TUAN, Y. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. SP: DIFEL, 1980.

\_\_\_\_\_. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

VALVERDE, R. H. F. Por uma perspectiva geográfica dos espaços públicos: repensando a espacialidade da dimensão social. **Revista Espaço e Cultura**, UERJ, Rio de Janeiro, nº. 22, p.67-78, Jan./Dez. de 2007.

VERSIANI, I. **Lazer e Qualidade de Vida Urbana:** análise a partir da distribuição de equipamentos para a vivência físico-esportiva. 2011. 187 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós – Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Minas Gerais.

VIEIRA, M. **Montes Claros:** Parque e campo de futebol ficam prontos em breve. 6 de fev. 2012. Disponível em: [https://blogs.uai.com.br/marciavieirayellow/montes\\_claros\\_parque\\_e\\_campo\\_de\\_futebol\\_ficam\\_prontos\\_em\\_breve/](https://blogs.uai.com.br/marciavieirayellow/montes_claros_parque_e_campo_de_futebol_ficam_prontos_em_breve/), acesso em julho 2019.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2009.

VEIGA, R. F. de A.; COSTA, A. A.; JÚNIOR BENNATI, R.; MURATA, I. M.; PIRES, E. G.; ROMA, R. P. C. R. Os jardins botânicos brasileiros. **O Agrônomo. Boletim Técnico-Informativo do Instituto Agrônomo**. Volume 55, Número 1. São Paulo, 2003

VOLOCHKO, D. Conflitos socioespaciais, socioambientais e representações: dimensões da análise urbana. *IN*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SANTOS César Simoni; ALVAREZ, Izabel Pinto. (Orgs.) **Geografia urbana crítica: Teoria e método**. São Paulo: Editora Contexto, p. 65-88. 2018.

WELSCH, K. C. S. **Vivência, percepção e significados socioculturais relativos aos usuários de espaços públicos na periferia de Belo Horizonte**. 2018, 254f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

WIRRAL, C. **Regeneration and Environment Directorate Parks and Countryside: Birkenhead Park Management Plan 2012 – 2017**. Birkenhead, January, 2015. Disponível em: <<https://www.wirral.gov.uk>>, acesso 30 jun. 2019

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

#### SITES CONSULTADOS:

< [https://www.towerhamlets.gov.uk/lgnl/leisure\\_and\\_culture/parks\\_and\\_open\\_spaces/victoria\\_park/victoria\\_park.aspx](https://www.towerhamlets.gov.uk/lgnl/leisure_and_culture/parks_and_open_spaces/victoria_park/victoria_park.aspx)>. Acesso em: abr. 2019

< <https://www.birkenheadpark1847.com/park-at-war>>. Acesso em: abr. 2019

< <http://www.centralparknyc.org/>> Acesso em: abr. 2019

<<http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliانا/handle/20.500.12156.1/4716>> Acesso em: abr. 2019

< <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliانا/handle/20.500.12156.1/985>> Acesso em: abr. 2019

< [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas\\_da\\_populacao/](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/)> Acesso em: abr. 2019

< <http://ashistoriasdosmonumentosdorio.blogspot.com/2010/10/campo-de-santana-o-nome-desde-sua-origem>> Acesso em: abr. 2019

< <http://eavparquelage.rj.gov.br/>> Acesso em: mai. 2019

< <https://bahia.ba/salvador/parque-pituacu-mp-ba-convoca-audiencia-publica-para-debater-situacao-ambiental/>> Acesso em: mai. 2019

< <http://www.ief.mg.gov.br/>> Acesso em jun. 2019

< [http://www.montesclaros.mg.gov.br/cidade/aspectos\\_gerais.htm](http://www.montesclaros.mg.gov.br/cidade/aspectos_gerais.htm)> Acesso em de jun. 2019

< <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/montes-claros/panorama>> Acesso em jun. 2019

< <http://portal.montesclaros.mg.gov.br>> acesso em: abr./mai./jun./ago./nov./dez./2019

< <http://www.wordle.net/>> Acesso em: dez. de 2019

< <https://gazanortemineira.com.br/noticias/cidade/ief-assume-area-do-jardim-zoologico-de-montes-claros>> Acesso em: dez. de 2019

< <https://g1.globo.com/mg/grande-minas/noticia/2018/10/02/interditado-ha-10-meses-zoologico-de-montes-claros-tem-centenas-de-animais-a-espera-de-transferencia.ghtml>> Acesso em: dez. de 2019

< <https://www.apelocanino.org/noticias/estudantes-e-professores-realizam-acao-no-dia-internacional-dos-direitos-dos-animais/>> Acesso em: dez. de 2019